

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSO* EM
GEOGRAFIA**

RENATA MARIA DA SILVA

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS
DO MUNICÍPIO DE VERA/MT: DISCUSSÕES HISTÓRICO-
GEOGRÁFICAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO
CONTEXTO**

CÁCERES – MT

2019

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RENATA MARIA DA SILVA

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS
DO MUNICÍPIO DE VERA/MT: DISCUSSÕES HISTÓRICO-
GEOGRÁFICAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO
CONTEXTO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção ao título de Mestre.

Orientador: Profº Dr. Aumeri Carlos Bampi

CÁCERES – MT

2019

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

SILVA, Renata Maria da .
S586t Transformações Socioeconômicas e Ambientais do Município de Vera/mt: Discussões Histórico - Geográficas e o Ensino de Geografia no Contexto / Renata Maria da Silva - Cáceres, 2019. 213 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.

Orientador: Aumeri Carlos Bampi

1. Fronteira Agrícola. 2. Migração. 3. Amazônia. 4. Transformação. 5. Ensino de Geografia. I. Renata Maria da Silva. II. Transformações Socioeconômicas e Ambientais do Município de Vera/mt: Discussões Histórico - Geográficas e o Ensino de Geografia no Contexto: .

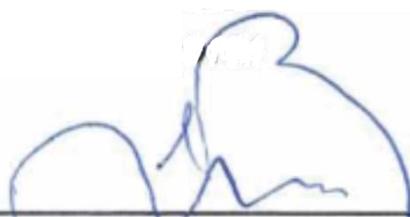
CDU 913(817.2)

RENATA MARIA DA SILVA

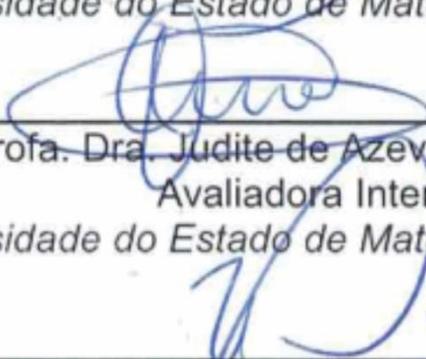
**TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE
VERA/MT: DISCUSSÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS E O ENSINO DE
GEOGRAFIA NO CONTEXTO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

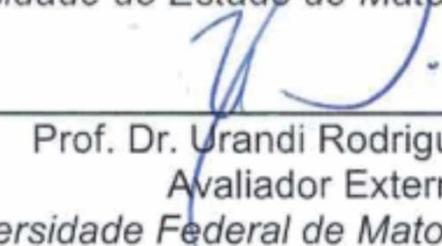
Cáceres, 12 de abril de 2019.



Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi
Orientador
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo
Avaliadora Interna
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Prof. Dr. Urandi Rodrigues Junior
Avaliador Externo
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva
Avaliador Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Cáceres, MT

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por estar ao meu lado sempre, amparando-me e auxiliando-me nos momentos difíceis, dando-me sempre força e garra para ultrapassar os obstáculos e lutar por meus sonhos.

À Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – em especial ao programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade de realizar esse Mestrado.

A todos os professores do programa, pela colaboração para minha formação e qualificação profissional.

À Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, pelo apoio e credibilidade no meu estudo e pela colaboração, auxiliando-me sempre que solicitado.

À Secretaria de Estado de Educação/MT – SEDUC e a todos da Comissão de Avaliação para Qualificação Profissional, que me proporcionaram o afastamento para a qualificação profissional.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi, por me acompanhar e ensinar, não apenas saberes para a elaboração da dissertação, mas saberes para uma vida. Obrigada pela divisão de conhecimento e apoio desde o processo de seleção até os processos finais. Obrigada por acreditar em mim.

Agradeço, em especial, aos membros da Banca Examinadora, aos professores, Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo, Prof. Dr. Urandi Rodrigues Junior e Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva, pela grande colaboração e ensinamentos que serão sempre lembrados.

À minha família, meu esposo Márcio André e meu amado filho Enzo, pela compreensão em todos os momentos de ausência, pelas idas e vindas, pela compreensão e apoio em todos os momentos difíceis. Amo muito vocês.

À minha querida amiga e ajudante, Maria Suelene, por se adequar à minha rotina, sempre me ajudar, socorrer e, acima de tudo, por cuidar de minha joia preciosa, meu filho Enzo, pois, se não fosse a senhora cuidando da minha criança e do meu lar, dificilmente eu teria conseguido chegar ao fim dessa jornada ou ela teria sido bem mais penosa.

Aos amigos da turma de mestrado, que, de formas distintas, contribuíram para os dias serem mais fáceis e mais alegres nessa jornada.

À amiga Almerinda, por, em diversas ocasiões, auxiliar-me para tornar os meus dias mais fáceis em Cáceres, recebendo-me em sua casa com todo carinho. E não posso esquecer-me de seu apoio e auxílio quando da elaboração do projeto junto com a Marisa. Obrigada, pois foi uma ajuda valiosa.

Às minhas amigas por me escutarem, ajudarem e me socorrerem nos momentos de angústia. Obrigada, Martinha, Sena, Débora, Rosangela, Tiliansa, Sirleide, Cleusa Riffel, Jaqueline Riffel, Giovana, Cidoca, Polly, Carol... e a meus amigos que, mesmo distantes, acompanham-me e torcem por mim.

À minha mãe, Nery, meu pai, Luizito, meus irmãos, Leila e Denis, minha tia Rosilda, e a Livinha, Joca e Mateus, que estão longe dos meus olhos, mas não do meu coração. Obrigada, família.

A todos os migrantes, professores e amigos que colaboram com as inúmeras conversas, apoio, empréstimo de fotos e materiais, ou seja, por toda contribuição à construção desta rica dissertação. Obrigada.

Em especial, à minha amiga querida de todos os dias, amiga de troca de mensagens, músicas, materiais, momentos de oração, palavras de apoio e carinho, minha amiga amora Cristiane Ribeiro, obrigada por fazer parte dos meus dias.

Obrigada a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a construção deste trabalho de mestrado.

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o DECIDIR.”

Cora Carolina.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABE – Associação Brasileira de Educação
- ADEVE – Associação do Desenvolvimento de Vera
- APP – Área de Preservação Permanente
- BASA – Banco da Amazônia
- BEC – Batalhão de Engenharia de Construções do Exército
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
- COLÍDER – Colonizadora Líder
- COMICEL – Cooperativa Mista Celeste
- CTG – Centro de Tradição Gaúcha
- DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação
- DDT – Dicloro Difenil Tricloroetano.
- DIT – Divisão Internacional do Trabalho
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- EMATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural (uma para cada Estado)
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EPI – Equipamento de Proteção Individual
- ESG – Escola Superior de Guerra
- EUA – Estados Unidos da América
- FUNDEF – Fundo e Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- FSE – Formação Socioespacial
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA – Instituto de Nacional de Pesquisas Espaciais
- INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LABGEO – Laboratório de Geomorfologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCPS – Movimentos de Cultura Popular

MEB – Movimentos de Educação de Base

OCs – Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso

OMS – Organização Mundial da Saúde

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Projeto de Ação Conjunta

PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEA – Projeto Especial de Assentamento

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa Nacional de Integração Nacional

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da
Amazônia

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento do Noroeste

PPCDAm – Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia

PRODES – Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia

ProUNI – Programa Universidade para Todos

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDAM – Superintendência do desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UHE – Usina Hidrelétrica

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNE – União Nacional dos Estudantes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Migrantes colaboradores da pesquisa	24
Quadro 2 - Evolução político-administrativa de Vera.....	77
Quadro 3 - Docentes colaboradores da pesquisa	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura fundiária do município de Vera até 2014.....	123
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Vera-MT	20
Figura 2 - A Amazônia Legal.....	50
Figura 3 - Progresso do desflorestamento da Amazônia Legal	56
Figura 4 - Área desflorestada da Amazônia Legal.....	56
Figura 5 - BR-163 próximo à entrada de Sinop (1973)	62
Figura 6 - Gleba Celeste (1972) – Vera-MT	73
Figura 7 – a) Acidente com família de migrantes próximo ao rio dos Patos em Nova Mutum (1972); b) Momento de parada para refeições e descanso em local improvisado no trajeto para Vera (1973) (proximidades de Rondonópolis, margem da BR-163)..	84
Figura 8 - Precárias habitações utilizadas pelos migrantes nos primeiros anos da ocupação (1972), (1974) – Vera-MT	86
Figura 9 - Preparo da caça para o consumo e domesticação de animais selvagens (1985) – Vera-MT.....	90
Figura 10 - Mercado COBAL (decênio de 1970) – Vera-MT	91
Figura 11 - a) Primeiro açougue (1972) b) Centro do núcleo urbano (1973) – Vera-MT.....	92
Figura 12 - Aviões do Esquadrão Onça. Avião C-115 Buffalo – Lançamento de cargas – Vera-MT.....	93
Figura 13 - Dedetização executada pela equipe da SUCAM em habitações da Gleba Celeste – Vera-MT	94
Figura 14 - a) BR-163 (decênio de 1970); b) Estrada vicinal no núcleo urbano de Vera (decênio de 1970) – Vera-MT	96
Figura 15 - Congregação das Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Maria em seus trabalhos na comunidade (decênio de 1980) – Vera-MT	98
Figura 16 - Desfile de 7 de setembro (1984) – Vera-MT	99
Figura 17 - Vida social daquele período (decênio de 1980) – Vera-MT	100
Figura 18 - Lavouras de café, melancia e pimenta do reino (decênio de 1970) – Vera-MT	102
Figura 19 - a) Caminhões utilizados no transporte de madeira; b) Indústria madeireira no decênio de 1980 – Vera-MT	106
Figura 20 - Extração, empilhamento e estocagem de madeira (decênio de 1980) – Vera-MT.....	107

Figura 21 - Área aberta após extração de madeira e desflorestamento (1987) – Vera-MT	108
Figura 22 - Dados do desflorestamento e área de floresta de Vera (2.952 km ²) – Vera-MT	110
Figura 23 - Extração e estocagem de madeira nas imediações da área urbana de Vera (8 km) - Vera-MT.....	111
Figura 24 - Queima de resíduos (serragem) nas dependências da indústria madeireira, 2 km distantes do núcleo urbano de Vera (2018) - Vera-MT	112
Figura 25 - Casas em colônias das madeireiras (1986) - Vera-MT.....	114
Figura 26 - Trabalhadores em sua rotina diária nas madeireiras (decênio de 1980) - Vera-MT.....	115
Figura 27 - Área urbana no decênio de 1980 - Vera-MT	116
Figura 28 - Prédios públicos construídos de madeira. (A) Posto de Saúde, (B) Escola Estadual N ^a S ^a do Perpétuo Socorro (C) Hospital (D) Igreja Católica - Vera-MT	117
Figura 29 - Progressão da população total de Vera, MT	118
Figura 30 - Madeireira em funcionamento na área urbana de Vera, estoque de madeira (Mader Galo) (2018) - Vera-MT.....	121
Figura 31 - Barracões de indústrias madeireiras inativas nas imediações da área urbana de Vera-MT.....	121
Figura 32 - a) Extração de madeira; b) Correntão na abertura das áreas; c) Enleiramento; d) Área praticamente pronta ao cultivo de grãos (2018) - Vera-MT .	123
Figura 33 - Uma das primeiras lavouras de soja no município de Vera-MT (1990)	126
Figura 34 - Avanço do desflorestamento em Vera-MT (1984-2018).....	127
Figura 35 - Quantidade produzida de soja em hectares, Vera-MT	129
Figura 36 - Quantidade produzida de milho em hectares, Vera-MT	129
Figura 37 – Expansão do desflorestamento em Vera-MT	130
Figura 38 - Área do rio Caiabi após a colheita da safra da soja (2018) - Vera-MT .	131
Figura 39 - Habitação no meio da lavoura de soja (2018) - Vera-MT	133
Figura 40 - Lavoura de soja no entorno da área urbana (2018) - Vera-MT.....	134
Figura 41 - Agropecuária desenvolvida no projeto de assentamento “Jonas Pinheiro” (2018) - Vera-MT	135
Figura 42 - Pecuária bovina em Vera-MT (unidade: cabeças).....	137
Figura 43 - Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” em 1974 - Vera-MT	154

Figura 44 - Atividade escolar em 1975 - Vera-MT	155
Figura 45 – Reunião de pais com irmã Raquel (década de 1980) já no prédio da ADEVE - Vera-MT	157
Figura 46 - Formatura da primeira turma de Ensino Fundamental, em 1978 - Vera-MT	158
Figura 47 - Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” (2018) - Vera-MT	159

RESUMO

A constante busca por recursos, regida pelo modo de produção econômica, provocou um alargamento do espaço geográfico capitalista que produziu intensa alteração da paisagem no contexto amazônico. Esse movimento foi resultado da ação conjunta do Estado brasileiro e do capital no contexto integracionista das regiões brasileiras. O estado de Mato Grosso e, mais especificamente, o município de Vera, foram envolvidos no contexto do avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia, lócus de grande biodiversidade e riquezas naturais. A presente pesquisa teve como objetivo descrever as transformações do território do município de Vera e sua relação com as atividades econômicas decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola capitalista após a década de 1970, buscando demonstrar as contradições inerentes ao processo de apropriação capitalista do território e da configuração da realidade socioeconômica vivenciada pela sociedade verense em diferentes fases, retratada a partir das vozes de sujeitos participantes do processo inicial de uso e ocupação. Conjuntamente, o estudo procurou compreender a percepção e colaboração do ensino de geografia diante da realidade socioambiental e econômica de Vera. A pesquisa desenvolvida é exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Para seu desenvolvimento, foi utilizado o aporte teórico da formação socioespacial e, como procedimentos, utilizaram-se observação participante, levantamento bibliográfico e entrevista semiestruturada com dois grupos: o primeiro composto por migrantes e o segundo, por professores. Com o primeiro grupo, foi utilizada a técnica *snowball*. Foi realizada análise de documentos e fotografias, imagens, mapas, entre outros. No contexto do estudo, são narrados os anseios, motivações, dificuldades e precariedades na formação socioespacial do território até a atualidade. Foi analisado o processo de ocupação/colonização, a agricultura inicial, o processo extrativista florestal (economia da madeira) e seu ocaso e a implantação do agronegócio no território. Por fim, a pesquisa faz, a partir da percepção dos professores, uma reflexão sobre o ensino de geografia, correlacionado com as implicações socioambientais e econômicas locais. Como resultado, observa-se que houve intensa alteração da paisagem, em especial quando são analisados os elementos população, terra e floresta. Houve uma dinâmica social (populacional) e econômica no território em pouco mais de quatro décadas, que se caracteriza por replicar, no contexto do novo território, as mesmas problemáticas da realidade vivida no contexto que deu origem à migração para a Amazônia, quais sejam: a desigualdade social, a concentração de terras, renda e poder em mãos de poucos e um território que serve ao externo. Dentro do contexto de contradições, a ciência geográfica aplicada ao ensino de geografia apresenta-se como propícia ferramenta de compreensão do espaço e das dinâmicas territoriais em que as sociedades estão inseridas.

Palavras-chave: Fronteira Agrícola; Migração; Amazônia; Transformação; Ensino de geografia.

ABSTRACT

The constant search for resources, governed by the economic production mode, has provoked an enlargement of the geographical capitalist space, which produced intense alteration of the landscape in the Amazonian context. This movement was the result of the joint action of the Brazilian State and the capital in the integrationist context of the Brazilian regions. The state of Mato Grosso and, more specifically, the municipality of Vera, were involved in the context of the advance of the agricultural frontier over Amazon, a locus of great biodiversity and natural wealth. The present study aims to describe the transformations of the municipality of Vera and its relation with the economic activities resulting from the capitalist agricultural frontier expansion process after the 1970's, searching to demonstrate the inner contradictions in the process of capitalist appropriation of the territory and of the configuration of the socioeconomic reality lived by the society of Vera in different phases, portrayed through the voices of subjects that participate of the initial process of use and occupation. At the same time, the study aims to understand the perception and collaboration of geography teaching face to the socio-environmental and economic reality of Vera. The developed research is exploratory and descriptive, with qualitative approach. For its development, the theoretical contribution of the socio-spatial formation has been used and, as procedures, participant observation, bibliographical survey, and semi-structured interview with two groups have been applied: the first one, composed by migrants and the second, by teachers. With the first group the *snowball* technique was used, along with analyses of documents and photographs, images, maps, among others. In the context of the study, the anxieties, motivations, difficulties, and precariousness in the socio-spatial formation of the territory up to the present time are narrated. There has been the analysis of the occupation/colonization process, the initial agriculture, the extractive forest process (wood economy) and its decline, and the implantation of agribusiness in the territory. Finally, the study makes, based on the teachers' perception, a reflection on the teaching of geography, correlated with the local socio-environmental and economic implications. As a result, there is an intense change in the landscape, especially when the population, land, and forest elements are analyzed. There was a social (populational) and economic dynamics in the territory in a little more than four decades that is characterized by replicating, in the context of the new territory, the same problems of the reality lived in the context that gave rise to the Amazon migration: social inequality, concentration of land, income, and power in the hands of a few, and a territory that serves the external. Within the context of contradictions, the geographical science applied to the teaching of geography presents itself as a propitious tool for understanding the space and the territorial dynamics in which societies are inserted

Keywords: Agricultural Frontier. Migration. Amazon. Transformation. Teaching Geography

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Caminhos da pesquisa	20
1.1.1 Caracterização da área de estudo	20
1.1.2 Percurso metodológico	22
2 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE A PARTIR DA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL	28
2.1 O espaço: objeto da geografia, produto de relações e interações	28
2.1.1 <i>O sistema de produção capitalista e a estruturação do espaço</i>	32
2.2 O contexto da modernização da agricultura brasileira	35
2.2.1 <i>Algumas implicações socioambientais da agricultura moderna</i>	40
2.2.2 <i>A Marcha para o Oeste e a expansão da fronteira agrícola capitalista</i>	45
2.2.3 <i>Amazônia mato-grossense: diversidade e implicações</i>	50
2.2.4 <i>Uso e ocupação do norte mato-grossense a partir de 1970</i>	58
2.2.5 <i>A atuação das empresas colonizadoras e as formas de ocupação desenvolvidas no norte de Mato Gross</i>	66
3 A MATERIALIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES E A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO	73
3.1 O empresariamento da ocupação	73
3.1.1 <i>Vera, a gênese de um município na Amazônia norte mato-grossense</i>	75
3.1.2 <i>O movimento da força de trabalho em condições de precariedade</i>	77
3.1.2.1 <i>Anseios para o acesso à terra</i>	77
3.1.2.2 <i>As dificuldades e as condições encontradas para a constituição do espaço social e do trabalho</i>	83
3.1.2.3 <i>A comunidade, a igreja e a escola no contexto da colonização</i>	97
3.1.3 <i>Expectativas, tentativas e decepção com a agricultura: o fracasso agrícola nos primeiros anos</i>	101
3.1.4 <i>O extrativismo florestal e a indústria madeireira: sustentação econômica até o decênio de 1990 e implicações</i>	105
3.1.4.1 <i>A periculosidade do setor extrativista e madeireiro: o trabalho árduo</i>	112
3.1.4.2 <i>A cidade no período madeireiro</i>	116
3.1.4.3 <i>O fluxo populacional e econômico no referido período</i>	118

3.1.5 <i>Estruturação e expansão do agronegócio: produção e implicações socioambientais</i>	122
3.1.5.1 A coexistência de outras formas de cultivo	135
4 ENSINAR/APRENDER GEOGRAFIA PARA A COMPREENSÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS	138
4.1 Breves considerações sobre a educação no Brasil e o ensino de geografia	138
4.1.1 <i>O papel da escola na sociedade contemporânea</i>	145
4.1.2 <i>O ensino de geografia no contexto da educação básica brasileira</i>	149
4.2 O ensino de geografia diante dos problemas socioambientais locais: análises e interpretações	153
4.2.1 <i>A institucionalização da escola no núcleo urbano de Vera</i>	153
4.2.2 <i>A Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” na atualidade</i>	158
4.2.3 <i>A reflexão dos professores de geografia da Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” sobre a abordagem da geografia local</i>	161
4.2.3.1 Os desafios no ensino de geografia na sociedade contemporânea .	161
4.2.3.2 A geografia local e sua contribuição ao processo ensino-aprendizagem	167
4.2.3.3 O ensino de geografia e a expansão capitalista na Amazônia norte mato-grossense	171
4.2.3.4 A consolidação do agronegócio em Vera	175
4.2.3.5 Os problemas socioambientais locais	177
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICES	207

1 INTRODUÇÃO

Em busca da integração nacional e do crescimento econômico do país, ocorreu uma série de projetos e programas, os quais levaram à abertura de vastas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia. O Governo Federal, por meio de políticas públicas, organizou diversas ações com vistas à exploração e à ocupação do norte mato-grossense, iniciando pela exploração madeireira e mineral e, posteriormente, partindo para a indução do desenvolvimento da pecuária e agricultura (PICOLI, 2012).

Nesse contexto de ocupação e exploração na Amazônia norte mato-grossense, surgiu a Gleba Celeste, que deu origem a vários municípios, entre eles, Vera. A partir do núcleo colonial, o município de Vera foi criado em 27 de julho de 1972 e emancipado politicamente em 13 de maio de 1986 (PANOSSO NETTO, 2000).

Em Vera, o processo de transformações espaciais teve início com a colonização/ocupação, em 1971, a partir da inserção de migrantes sulistas que iniciaram a abertura de áreas para a agricultura. Na sequência, foram implantadas outras atividades econômicas, sendo uma delas a exploração madeireira, que, de alternativa econômica, foi sendo uma atividade cada vez mais forte, dado o insucesso agrícola inicial.

No decorrer do século XXI, o intenso processo de transformação do bioma tomou força com o avanço da fronteira agrícola capitalista do agronegócio, em especial, da produção pecuária e do cultivo de soja (PANOSSO NETTO, 2000; KOHLER; BAMPI; SILVA, 2018).

A área a ser pesquisada pertence ao bioma amazônico, sendo rica em biodiversidade e fonte de vários recursos naturais, que, há anos, vêm sendo alvo de exploração predatória via processos de extração de minerais e madeira, desmatamento e substituição da floresta por áreas pecuárias e agrícolas. Sendo assim, as formas de uso e ocupação da terra estão reduzindo drasticamente a presença das áreas originais do bioma. Ressalta-se que, no espaço da área pesquisada, ocorreu intenso movimento de humanos, fauna e flora, situação que o estudo busca descrever.

Desse modo, por meio do processo de colonização, muitos migrantes foram para a Amazônia norte mato-grossense, induzidos por propagandas particulares e governamentais, que objetivavam a desbravar o sertão, em busca de terra e de trabalho. Nesse contexto de colonização da Amazônia, cidades foram fundadas e

ocorreu a abertura de áreas, dando início a uma sequência de atividades que causaram forte impacto ao bioma.

Saíram os indígenas, assim, dando lugar a um novo homem (sociedade), que se inseriu como elemento modificador/transformador da paisagem. Assim, novos sujeitos foram acrescentados a esse espaço geográfico: o colonizador, o camponês sulista, o empresário, portadores culturais da práxis capitalista, do progresso, de novas normas técnicas e jurídicas do território em muitas situações, expurgando os nativos ou antigos moradores originais da região (BAMPI, 2012).

Assim, ao chegar à região, a “nova sociedade” lançou-se ao processo de transformação, instalando atividades produtivas capitalistas. O primeiro momento foi dedicado à atividade agrícola, pois a busca era por terra. Posteriormente, devido ao insucesso agrícola, tomou força o processo de exploração da madeira, uma vez que a disponibilidade de matéria-prima era farta. No entanto, sem planejamento, a madeira (riqueza motora do processo inicial em Vera) entrou em ocaso. Adentrou-se na fase do agronegócio, precedida pela pecuária e produção de grãos, influenciada pelo processo de expansão já ocorrido em municípios do entorno (PANOSSO NETTO, 2000).

Dessa forma, cada fase de desenvolvimento econômico gerou intensas alterações espaciais. Criou-se o núcleo colonial, abriram-se estradas, recortou-se a terra, vendeu-se como mercadoria. Trabalhadores (operários, peões) foram inseridos no contexto como mão de obra para o processo (re)configurador do território.

Portanto, compreender essas transformações é de suma importância, garantindo a relevância social da pesquisa que segue. Dessa forma, há a necessidade de entendimento das diversas transformações que ocorreram na área de estudo nas últimas quatro décadas e como impactaram o município social, econômica e ambientalmente.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo principal descrever as transformações do território de Vera e sua relação com as atividades econômicas decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola capitalista após a década de 1970. Objetivou-se também a demonstrar as contradições inerentes ao processo de apropriação capitalista do território e a configuração da realidade socioeconômica vivenciada pela sociedade verense em diferentes fases. Posteriormente, realizaram-se reflexões no tocante à percepção do ensino de geografia diante da realidade socioambiental e econômica de Vera.

Dentro desse contexto, existem outras lacunas a serem preenchidas: analisar o contexto do processo de colonização e abertura do município; descrever o processo de transformação a partir dos envolvidos; analisar as implicações e consequências (sociais, econômicas e ambientais) do processo de uso, ocupação e expansão capitalista; verificar como os sujeitos sociais locais, participantes de distintas fases econômicas do município de Vera, percebem as alterações socioambientais e suas consequências.

A pesquisa desenvolvida encontra justificativa na possibilidade de contribuir com o ensino de geografia em contextos locais, aprofundando o desenvolvimento de conceitos e produzindo conhecimentos à referida ciência. Desse modo, busca proporcionar a compreensão da lógica local de organização territorial implantada e desenvolvida em articulação com o âmbito global, uma vez que o território ou espaço geográfico é decorrente da ação humana.

Para expor os resultados alcançados com a pesquisa, o texto foi dividido em três capítulos. O primeiro desenvolve uma revisão teórica do conceito de *espaço geográfico* como categoria de análise do trabalho desenvolvido. Em razão do entendimento da formação do espaço em análise, realizou-se também uma revisão de literatura acerca dos seguintes processos: a expansão do espaço capitalista, a modernização da agricultura, a marcha para o oeste, a expansão da fronteira agrícola amazônica e as formas de colonização e ocupação desenvolvidas no espaço norte-mato-grossense.

O segundo capítulo examina o processo de ocupação e constituição do núcleo urbano de Vera e sua posterior formação política, econômica e social. Para tanto, procurou-se compreender as motivações e dificuldades nos primeiros anos vividos na configuração socioespacial. Em seguida, foram analisadas as transformações ocorridas nesse espaço nos posteriores anos de uso e ocupação do território, bem como as implicações, sempre considerando a percepção dos sujeitos envolvidos como colaboradores ao estudo.

O terceiro e último capítulo inicia com breves considerações a respeito da história da educação do Brasil, o papel da escola e sobre a trajetória do ensino de geografia na educação básica brasileira. Em seguida, faz-se uma contextualização correlacionando o ensino de geografia aos problemas socioambientais locais. Dessa forma, observou-se e analisou-se como os professores da referida disciplina percebem as alterações socioambientais do seu espaço de vivência e, ainda, como o

ensino de geografia pode contribuir para um ensino/aprendizagem de forma crítica diante da atual realidade contemporânea local.

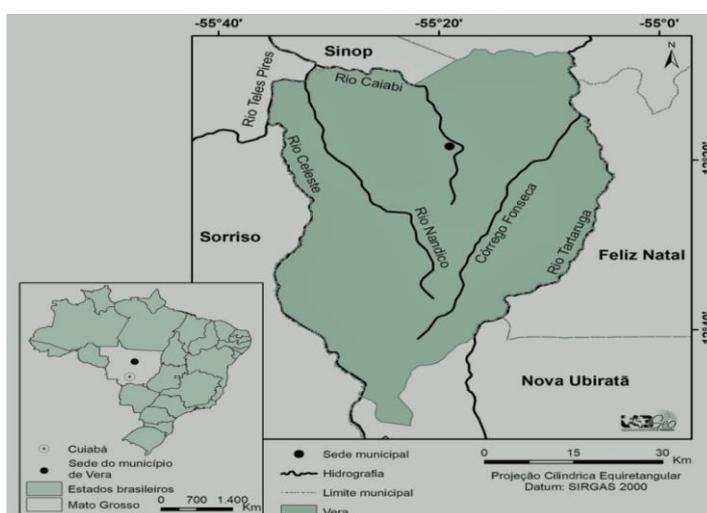
1.1 Caminhos da pesquisa

1.1.1 Caracterização da área de estudo

Vera é um município brasileiro, do estado de Mato Grosso, que se localiza na Amazônia Legal. O bioma predominante no território municipal é a Amazônia (maior reserva de biodiversidade do mundo, onde prevalecem florestas ombrófilas densas e abertas, com árvores de médio e grande porte, orquídeas, bromélias e cipós). Originalmente, a vegetação predominante é a Floresta Amazônica, com mata fechada e pouca vegetação rasteira. As árvores atingem até 30 metros de altura. Percebe-se também a presença da vegetação característica da área de transição (ecótono) com o Cerrado - Cerradão (PANOSSO NETTO, 2000).

Encontra-se entre as coordenadas 12° 06' 28"; 12° 53' 36" de latitude Sul e 55° 07' 12"; 55° 50' 24" de longitude Oeste, estando a uma altitude de 383 metros acima do nível do mar (IBGE, 2014) e possui uma área de 2.952 km². A economia de Vera está baseada no cultivo de grãos, na pecuária, na extração vegetal e no setor de serviços (CAMARGO, 2011; SEPLAN, 2017).

Figura 1 – Localização do município de Vera-MT



Fonte: LABGEO/UNEMAT, 2018.

As principais rotas de acesso ao município são pelas rodovias estaduais MT-140 e MT-225. Os municípios fronteiriços de Vera são Sinop, Feliz Natal, Santa Carmem, Nova Ubiratã e Sorriso (SEPLAN, 2017). O município de Vera faz parte da Bacia Amazônica e da Sub-Bacia dos rios Teles Pires e Xingu, e os rios que o banham são Caiabi, Sofrimento, Mariana, Tartaruga, Celeste e Arraias. Já entre os ribeirões, estão Suely, Guadalupe, Fonseca, Célia e o córrego Nandico, os quais são separados por vales de fundo plano, em terrenos dos períodos Terciário e Cretáceo.

De acordo com Higa (2005), o município faz parte da mesorregião norte mato-grossense e da microrregião 524-Sinop (SEPLAN, 2017). Vera está inserida na unidade morfoestrutural da Bacia Sedimentar Parecis e suas superfícies fazem parte do conjunto de relevo Planalto e Chapada dos Parecis, plano, com pouca declividade. Essa unidade deriva de estruturas sedimentares Cretácicas, possuindo interfluxos ligeiramente convexos ou planos.

Os tipos de solo encontrados no território são o Latossolo Vermelho/Amarelo e Amarelo, Solos Hidromórficos (Gleis, Planossolos e Neossolos Quartzarênicos) e Latossolos Vermelhos (CABRAL; SILVA, 2011). Esses solos variam de profundos a muito profundos, muito porosos e bastante permeáveis com excesso de drenagem. Ainda são encontrados em avançado estágio de intemperismo e intenso processo de lixiviação, ocasionando, dessa forma, a predominância de argila com baixa quantidade de minerais e reserva de elementos nutritivos para as plantas com pouca resistência ao intemperismo. No entanto, tais solos apresentam boas características físicas e, junto ao relevo plano ou suave ondulado, permitem a utilização de diversos implementos agrícolas. Para alcançar uma produtividade expressiva, entretanto, necessita-se a utilização de calcário dolomítico para a correção da acidez e adubação (TEIXEIRA, 2006).

Sobre o substrato rochoso, destaca-se que faz parte do Grupo Parecis, Formação Utiriti: sedimentos arenosos feldspáticos de granulometria fina até média com subordinadas intercalações de siltitos argilosos e raros níveis delgados de conglomerados (am-arenitos) (CAMARGO, 2011; SEPLAN, 2017).

O clima é o Equatorial Continental Úmido com estação seca definida. A temperatura mínima varia entre 19,6° a 20,3°; a máxima entre 31,3° a 31,9°; e a média de pluviosidade está entre os 2000 a 2100 mm anual, com 5 meses de estação seca, de maio a setembro (CAMARGO, 2011; SEPLAN, 2017).

Em termos populacionais, para o ano de 2018, a população estava estimada em 11.216 habitantes, sendo 71,08% moradores da área urbana e 28,92% na área rural, com densidade demográfica de 3,45 habitantes por km² (IBGE, 2018).

A taxa de analfabetismo entre a população igual/acima de 15 anos é de 8,5%; o IDH é 0,680, considerado médio; o PIB é de R\$ 389.832.000, desse total, 48% é proveniente da agropecuária, 22,6% do setor de serviços, 8,03% do setor industrial e 6,90% derivam dos impostos. Ainda, o PIB *per capita* foi registrado em R\$36.310,76 e a taxa de mortalidade infantil foi de 12,90 óbitos em um grupo de mil nascidos vivos (IBGE, 2014).

1.1.2 Percurso metodológico

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi exploratória, descritiva, de cunho qualitativo. Exploratória, porque objetiva-se a conhecer os fenômenos e fatos relacionados ao tema proposto, o que é feito por meio de levantamento bibliográfico descritivo, pois tem-se levantamento e observações sistemáticas das características componentes do fato/fenômeno/processo (GIL, 2002).

No tocante à abordagem qualitativa, considera-se que responde a questões muito particulares, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994). Dessa forma, o significado é o conceito central na investigação. G

A pesquisa empírica foi realizada no período de maio a novembro de 2018, com moradores (todos migrantes) do município de Vera e professores atuantes no ensino de geografia na Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”. Ressalta-se que todo e qualquer contato com os sujeitos colaboradores deste estudo só foi realizado após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade do Estado de Mato Grosso, sob o Parecer nº 2.771.189.

O primeiro capítulo apresenta o estudo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, o qual, segundo Gil (2002), deve ser desenvolvido a partir de material já elaborado (livros, revistas, artigos científicos, anais, análise de mapas, imagens, entre outros) por diversos autores. Essa exploração é indispensável em estudos históricos, permitindo ao pesquisador a cobertura de um conjunto amplo de fenômenos.

Marconi e Lakatos (2003) recomendam que se faça uma compilação acerca dos principais trabalhos já realizados quanto ao tema. Para tanto, identificou-se a existência de estudos sobre os processos de uso e de ocupação do território a ser pesquisado, inclusive apresentando as consequências socioambientais decorrentes do desenvolvimento populacional desregrado nesses locais. Desse modo, a partir dos dados já obtidos, essa foi a mais propícia metodologia para subsidiar a análise dos processos de ocupação, modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola até a atualidade.

No segundo capítulo, analisou-se o contexto de colonização e da constituição social do núcleo urbano de Vera, com evidência às principais atividades econômicas e sua relação com as transformações do espaço local. Para tanto, realizou-se primeiramente a pesquisa bibliográfica aliada à pesquisa documental, a qual, segundo Gil (2002), consiste na utilização de material que pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, pois ainda não recebeu trato analítico.

Em seguida, para proporcionar maior aproximação com o processo, os estudos prosseguiram com duas pesquisas de campo, as quais foram realizadas por meio de entrevista semiestruturada com roteiro elaborado previamente (inicialmente com migrantes e posteriormente com os docentes), pois “a ênfase no estudo de campo é analisar a estrutura de poder local ou das formas de associações verificadas entre seus moradores” (GIL, 2002, p. 72).

A primeira pesquisa de campo foi desenvolvida com um grupo de 17 moradores (migrantes) que rumaram para Vera com diferentes objetivos e em diferentes períodos, sendo oito do gênero feminino e nove do gênero masculino. Sobre a origem, cinco migraram de Santa Catarina, seis do Paraná, três do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Sergipe e um do Espírito Santo. Desse modo, confirma-se a informação de que a colonização realizada no município de Vera foi majoritariamente por migrantes oriundos do Centro-Sul do Brasil.

Ainda sobre os procedimentos desenvolvidos, com o grupo de migrantes foi utilizada a técnica metodológica *snowball* (bola de neve), uma metodologia significativa em pesquisas sociais (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Na referida técnica, os primeiros participantes do estudo em questão indicam novos sujeitos colaboradores, em um processo contínuo até alcançar o objetivo proposto, chegando ao ponto de saturação, ou seja, quando os novos participantes repetem as informações já adquiridas sem novos fatos relevantes ao estudo (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Desse modo, os primeiros participantes do estudo foram escolhidos em um breve levantamento junto aos moradores, buscando os munícipes mais antigos, sujeitos que participaram do processo de ocupação e fundação do núcleo de Vera. A partir da técnica *snowball*, os novos participantes tiveram seus nomes indicados pelos primeiros entrevistados, sendo que os primeiros apontavam quem melhor poderia contribuir com “tal informação”.

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma breve síntese sobre os sujeitos que participaram da pesquisa, corroborando a compreensão dos fatos e elaboração dos dados da dissertação.

Quadro 1 – Migrantes colaboradores da pesquisa

Sujeito migrante	Idade/gênero	Cidade de origem	Ano que chegou em Vera
M/01	65/ masculino	São Pedro do Ivaí (PR)	1973
M/02	54/ feminino	Terra Roxa (PR)	1972
M/03	80/ feminino	Mariluz (PR)	1971
M/04	66/ masculino	São Miguel do Aleixo/Sergipe	1972
M/05	86/ feminino	Itapiranga (SC)	1978
M/06	54/ masculino	Itapiranga (SC)	1985
M/07	73/ feminino	Ivatuba (PR)	1977
M/08	46/ feminino	Modelo (SC)	1985
M/09	86/ masculino	Paranavaí (PR)	1973
M/10	57/ feminino	Pelotas (RS)	1991
M/11	59/ masculino	Pelotas (RS)	1991
M/12	53/ masculino	Itapiranga (SC)	1975
M/13	62/ feminino	Porto Lucena (RS)	1979
M/14	68/ masculino	Mirante do Paranapanema (SP)	1972
M/15	55/ feminino	Pinhalzinho (SC)	1985
M/16	80/ masculino	Formosa do Oeste (PR)	1971
M/17	55/ masculino	Espírito Santo/Carlinda (MT)	1999

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os participantes são membros da sociedade e exercem as seguintes profissões: empresário madeireiro, trabalhador da indústria madeireira, agricultor familiar, dona de casa, servidor público, professora aposentada, comerciante, entre outros. Muitas dessas pessoas, à época inicial, trabalharam abrindo as picadas ou em diversos serviços no período da colonização, como trabalhadores braçais, entre outros. Assim, todos contribuíram para a constituição do município, além disso, por meio do testemunho dos sujeitos entrevistados, também é possível compreender o presente, bem como as razões dos problemas de hoje.

Por meio das entrevistas, foi possível conhecer parte da realidade vivida pelos primeiros colonos migrantes do espaço em questão e também os registros de diferentes momentos da paisagem de Vera. Dessa forma, puderam-se identificar as implicações e consequências (socioeconômicas e ambientais) de cada fase econômica experimentada no território do município, por meio da análise comparativa em material fotográfico e imagens de satélite, bem como do uso de outros recursos tecnológicos corroborantes à compreensão das alterações ocorridas ao longo do tempo.

Foi incorporada, no escopo da pesquisa, a técnica da observação participativa, a qual, segundo Gil (2006), consiste na inserção do pesquisador na comunidade ou grupo que está sendo pesquisado para adquirir conhecimento real da vida, da situação do grupo ou da comunidade estudada. A observação é um elemento importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois se constitui no uso dos sentidos para adquirir conhecimentos elementares do cotidiano da área em estudo (GIL, 2006).

Em abordagens qualitativas, a observação associada a outras técnicas de coleta possibilita maior contato entre o pesquisador e seu campo de pesquisa. No entanto, para se tornar um instrumento válido e incontestável de investigação científica, necessita ser sistematicamente planejada e organizada de acordo com os objetivos a serem alcançados (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Durante o estudo, foram realizadas visitas a áreas distintas do município: áreas remanescentes de floresta, áreas rurais onde se desenvolve a agricultura comercial e a agricultura de subsistência, locais de extração de madeira, entre outros. Todas as atividades de visita e observação objetivaram a compreender melhor o local de estudo. Durante essas atividades, foram realizados registros fotográficos que foram dispostos no decorrer do texto.

O terceiro capítulo analisou a importância da geografia local e a correlação do ensino de geografia com a dinâmica espacial e as implicações socioambientais presentes no município de Vera. Para alcançar tal objetivo, foram realizadas entrevistas junto aos docentes que atuam no ensino de geografia na Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, em Vera, MT.

A compilação da pesquisa (com todos os grupos), de modo geral, foi conduzida a partir da narrativa do contexto histórico-geográfico, subsidiando o entendimento da realidade socioambiental do município de Vera, situado na Amazônia mato-grossense. Ressalta-se que a Amazônia tem sido tema de debate mundial, em virtude das profundas modificações referentes à biodiversidade, além de ser uma área que, afetada ou transformada, pode causar danos nocivos ao meio ambiente e à sociedade.

É relevante expor que, em todos os grupos colaboradores da pesquisa (migrantes/colonos, docentes), as entrevistas forneceram dados que possibilitaram demonstrar as concepções socioambientais dos envolvidos na pesquisa no que se refere ao contexto da alteração da paisagem, da dinâmica territorial e dos impactos socioambientais da expansão da fronteira agrícola no município de Vera. Além disso, foi possível perceber quais limites devem ser transpostos para que ocorra a aplicabilidade dos conceitos pelos docentes no tocante à geografia crítica e à relação que estabelecem com a degradação ambiental, de transformação do bioma e alteração da paisagem.

Em todas as entrevistas realizadas com os diferentes sujeitos, a coleta dos dados foi adequada à rotina deles, sendo que os horários de visitas para entrevistas e observações foram previamente agendados e autorizados pela instituição ou pelo próprio sujeito. As entrevistas iniciaram após os participantes assinarem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram realizadas com o uso de gravadores e, posteriormente, transcritas, e os relatórios foram agrupados por assunto. Para garantir o anonimato, não foram identificados sujeitos por nomes, sendo assim, usou-se letra “M” (de migrante) e uma numeração indicando sua ordem na pesquisa (ex.: M/01). Em relação aos docentes, foram identificados pela letra “D” (docente) e pela numeração correspondente à ordem na pesquisa (ex.: D/01).

A investigação ocorreu por meio de diversos momentos de diálogo e também por entrevista semiestruturada, em que um sintético roteiro serviu de norte para não

fugir do assunto de maior interesse. Durante o estudo, o contato foi mantido com os colaboradores, visando a sanar dúvidas e questionamentos que, por ventura, ocorressem.

Na compilação dos capítulos, a análise e a interpretação dos dados foram realizadas a partir da leitura analítica dos dados coletados, com a finalidade de ordenar e sumarizar as informações. Dessa forma, foi possível a obtenção de respostas ao problema da pesquisa, atingindo os objetivos propostos. As perguntas da entrevista foram agrupadas por semelhança para posterior análise. Os dados obtidos obedeceram às fases de coleta de dados: “crítica dos dados; apuração dos dados: contagem e ordenação; exposição dos resultados: gráficos e tabelas; interpretação dos fatos” (ANDRADE, 2009, p. 142).

É relevante mencionar que, após as entrevistas serem transcritas e analisadas, os dados obtidos e os relatos dos sujeitos participantes foram inseridos no texto a partir de sua própria linguagem, buscando, desse modo, sintonizar a forma de manifestação da realidade social. As falas dos participantes da pesquisa foram intercaladas com as dos autores pesquisados, buscando uma categorização e conceituação, de modo a interpretar a realidade geo-histórica local.

2 A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE A PARTIR DA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL

2.1 O espaço: objeto da geografia, produto de relações e interações

Durante todo o processo de construção da ciência geográfica, levantaram-se grandes discussões sobre o objeto da geografia e a epistemologia do conceito de *espaço*. Muitas reflexões e visões diferentes foram necessárias até chegar-se à conclusão de que o objeto da geografia é o espaço: o espaço de vivência; o espaço social; espaço uno e múltiplo; transformado; o espaço geográfico-território usado (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2012), a conceituação e a importância do espaço em si, para a geografia, mudaram e foram analisadas de diversas formas e por muitos autores no decorrer do tempo. Aristóteles foi um dos primeiros estudiosos a fazer a definição do conceito de espaço e ele o definia como a inexistência do vazio e lugar como posição de um corpo entre os outros corpos. Entretanto, o espaço, na visão de Hartshorne, é o espaço absoluto, um conjunto de pontos que têm existência em si, sendo independentes de qualquer coisa.

Em algumas escolas que se dedicam ao pensamento geográfico, o espaço não foi considerado como conceito basilar, a exemplo da escola geográfica tradicional (1870 a 1950); contudo, Ratzel, em suas obras sobre o espaço vital alemão, foi de grande importância para a discussão do assunto. Por outro lado, na escola teórico-quantitativa, o espaço já foi tratado como conceito-chave, uma vez que lá foi trabalhado pela primeira vez (SILVA, 2012).

Sorre (1967) concebe a geografia Humana como a “descrição do ecúmeno” ou a “descrição científica das paisagens humanas e sua distribuição pelo Globo. É a disciplina dos “espaços terrestres”. Continua o autor analisando que a geografia humana deveria se preocupar em estudar os grupos humanos vivos, sua organização espacial, seu movimento, suas técnicas, as relações do homem com o meio e a formação dos gêneros de vida. Na sua concepção, o espaço é visto como localização e extensão, isso através dos mapas (SILVA, 2012, p. 3).

A grande importância do conceito surgiu na geografia crítica, na década de 1970. Os autores, em sua maioria, seguem pensamentos marxistas, analisando o

espaço a partir do materialismo histórico-dialético, preocupados com as transformações e com os problemas sociais (SILVA, 2012).

Na geografia crítica, a visão dos autores está embasada na análise do capitalismo, sendo uma resposta a esse sistema econômico, pois, a partir dele, surgem vários problemas socioeconômicos. Conseqüentemente, a geografia passou a questionar, refletir e buscar respostas para os eventos ou problemas, e não apenas descrevê-los, como faziam as outras escolas do pensamento geográfico.

Lefebvre chama a atenção para a influência do capitalismo nas questões práticas concernentes ao espaço: construção de imóveis, repartição de investimentos, divisão do trabalho no planeta os capitais fundiário, comercial e financeiro etc. O espaço não se situa no capitalismo como lugar passivo das relações sociais, mas se revela ativo (operatório e instrumental) ao exercício da hegemonia. Por volta de 1910, o espaço comum ao bom sentido, aquele da perspectiva clássica e da geometria, euclidiano e perspectivo, se enfraquece em função de múltiplos choques e agressões (TONUCCI FILHO, 2013, p. 42).

O estudo de Lefebvre sobre o conceito de espaço é abordado de quatro formas diferentes: o espaço como forma pura; o espaço como produto da sociedade; o espaço socialmente produzido e transformado pela sociedade; e o espaço como instrumento político e ideológico, *lócus* da reprodução do trabalho pelo consumo, sobretudo na cidade. Assim, o autor qualifica “o espaço geográfico como produção da sociedade, fruto da reprodução das relações sociais de produção em sua totalidade” (BRAGA, 2007, p. 70).

Na visão de Moreira (1985), o espaço geográfico é a materialidade do processo de trabalho organizado; é a constante transformação, dando condições para as sociedades evoluírem. O espaço é a condição da reprodução:

É um espaço produzido pelo processo de trabalho, para servir a sua repetição, para servir a reprodução da produção. É produção e condição de produção. Praticamente a primeira natureza (“natureza natural”) nas “sociedades naturais”. Inteiramente segunda natureza nas sociedades apoiadas em alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. Espaço produzido, o espaço geográfico teria existência efêmera se a produção não fosse reprodução. Como qualquer produto do trabalho dos homens. E como qualquer produto, tem que ser reproduzido. Assim, não só o espaço é um espaço produzido, mas é igualmente um espaço reproduzido. Encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhando e condicionando a evolução das sociedades (MOREIRA, 1985, p. 88).

Santos (2006) define o espaço como um conjunto intrínseco de sistema de objetos e ações. O espaço geográfico jamais é homogêneo, pois é sempre global.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 39).

Compreende-se, portanto, que o espaço resulta da presença da sociedade com suas necessidades, modos de vida, na configuração da paisagem, forma-conteúdo, sendo constituído pelo resultado material acumulado das ações humanas, cujas distintas atitudes proporcionam dinamismo e funcionalidade ao espaço (SANTOS, 2002).

Para melhor análise e compreensão de uma sociedade organizada, é imprescindível uma análise de seu modo de vivência, bem como de sua organização espacial. Cada sociedade tem seu modo próprio de organização, influenciando e sendo influenciado pelo meio, o que vai resultar na configuração e transfiguração da paisagem. No entanto, antes de analisar qualquer sociedade ou espaço organizado, é importante entender o que é o espaço geográfico e qual sua relevância para os estudos de geografia ou até mesmo para os estudos acadêmicos em geral (COSTA; ROCHA, 2010).

O espaço é o conceito-base da geografia. Assim, a partir do momento em que ele reúne natureza e homem, ou melhor, o homem transformando essa natureza primitiva, o espaço passa a ser espaço geográfico. Acerca disso, Abrão (2010) salienta que:

O espaço surge a partir da intencionalidade social por meio da qual o homem se apropria do espaço natural transformando-o, através do trabalho, em espaço geográfico, ou seja, é resultado e condição da dinamicidade de relações que os homens estabelecem cotidianamente entre si, com a natureza e consigo mesmo (ABRÃO, 2010, p. 48).

Conforme Abrão (2010), o espaço geográfico é produzido social e historicamente. É constantemente reproduzido por meio do trabalho e demais ações do ser humano, expondo as desigualdades sociais e as contradições locais. As mudanças não ocorrem aleatoriamente, mas são fruto de intencionalidades sociais, produzidas de acordo com o progresso histórico, das técnicas e das ciências de cada território.

O espaço geográfico corresponde, assim, aos espaços produzidos pelo homem em diferentes temporalidades ao relacionar-se entre si, consigo mesmo e com a natureza no lugar em que vive. Logo, o espaço é “formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (ABRÃO, 2010, p. 48).

Todas as relações sociais só podem ocorrer no espaço e ter início pelo espaço, pois é nele que ocorrem os eventos, ou seja, os fenômenos; como dizia Kant: “Nenhuma sociedade pode viver fora do espaço e tempo” (COSTA; ROCHA, 2010).

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. É resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Nesse ponto, a técnica também é importante, pois é através dela que o homem produz e transforma o espaço. Através da técnica de produção os humanos foram organizando e produzindo espacialidades de acordo com as necessidades e forças produtivas disponíveis. As novas necessidades e desejos foram conduzindo a novas técnicas e a novas formas de organização espacial (COSTA; ROCHA, 2010, p. 42).

O espaço é produto da ação humana, uma natureza socializada que pode ser explicável pela produção. Ainda pode ser visto como campo de força, cujo movimento, ou seja, a energia, precede da dinâmica social. A ação humana se reproduz no espaço, deixando marcas, objetos fixos, nesse caso, objetos criados pelo homem, que podem influenciar no futuro das gerações. Se o homem o usa e produz, portanto, ao produzir, modifica o espaço e seu meio, produzindo e reproduzindo novos espaços (MORAES, 2005).

Milton Santos argumenta que toda atividade produtiva dos homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas, de tal modo que “produzir é produzir espaço”. Afirmo que a organização do espaço é determinada pela tecnologia, pela cultura e pela organização social da sociedade, que a empreendem. Na sociedade capitalista, a organização espacial é imposta pelo ritmo de acumulação. Na verdade, esta representa uma dotação diferencial de instrumentos de trabalho, na superfície do planeta, uma fixação de capital no espaço, obedecendo a uma distribuição “desigual e combinada” (MORAES, 2005, p. 129).

O campo de estudo primordial da geografia é a sociedade, que é estudada a partir do espaço. A sociedade é formada por homens desiguais de diversas classes.

Sendo assim, cada sociedade tem uma forma de trabalho diferente, subordinada ao capital, sob o sistema capitalista (MORAES, 2005).

2.1.1 O sistema de produção capitalista e a estruturação do espaço

O espaço, pelas constantes transformações ou pela simples presença humana, deixa de ser apenas “espaço” e transforma-se em “espaço geográfico”. Sendo assim, o homem, para sua subsistência e dos seus, ou de uma sociedade à qual pertence, transforma o meio, a natureza natural, retira dela tudo de que necessita para sobreviver. Enquanto as retiradas são para a subsistência, elas são suportáveis, havendo possibilidade de regeneração. O problema surge quando essas retiradas passam a ser em maior nível, deixando de ser para valor de uso e passando a ser valor de troca, com finalidade de lucro.

O homem, como parte da natureza, possibilita a transformação do meio natural, assim como da sociedade, a partir de técnicas para produzir trabalho e provocar transformações, buscando sempre a satisfação de necessidades materiais; entretanto, ao satisfazer uma necessidade, outras surgirão (MONERAT, 2013).

Para o capitalismo, há uma necessidade de desfazer o vínculo que existe entre o homem e a natureza. Sobre isso, Moreira (1985, p. 77) destaca que, “nascendo das entranhas das sociedades naturais, o capital opera passagem da identidade orgânica para a contradição, da identificação para a degradação ambiental.” E acrescenta:

O capitalismo nasce destruindo a pequena produção artesanal e camponesa, para concentrar a produção e os homens na manufatura, que mais tarde será destruída por vez, para dar lugar a um espaço ainda mais centralizado e concentrado. A divisão territorial capitalista de trabalho visa, ao mesmo tempo, a elevação da produtividade do trabalho (elevação da taxa da mais-valia) e ao controle do trabalho. O espaço do capital é, a um só tempo, relação econômica e de poder (MOREIRA, 1985, p. 97).

O capitalismo surge quando o acesso à natureza e/ou a seus recursos deixa de ser gratuito e acessível a todos, passando de valor de uso comunitário para valor de troca. Ocorre, desse modo, a intensificação da desarmonização, em que o homem entra em contradição com a natureza. Nesse contexto, Moreira (1985) cita:

[...] como o processo de trabalho é uma relação homem-meio apontada para o lucro pela via da produção de mercadorias de baixo custo, a relação é de predação. A destruição e degradação da natureza que realiza o trabalho

capitalizado intensificam-se com o aprofundamento da divisão capitalista de trabalho e sua internacionalização (MOREIRA, 1985, p. 77).

O ser humano tem necessidades básicas diárias, tais como vestir-se, proteger-se, comer, bem como a busca constante por melhorias e conforto; logo, para efetivar essas necessidades, precisa trabalhar e, nesse caso, trabalhar é transformar a natureza (MOREIRA, 1985).

Para Monerat (2013), o capital reproduz-se pelo processo de expansão, a partir da força de trabalho para a produção de mercadorias, como valor de uso e troca, tendo em vista que a mercadoria produzida é o que fundamenta as riquezas capitalistas. Portanto, pode-se dizer que uma sociedade capitalista é mobilizada pela comercialização de mercadorias.

Quanto mais trabalho (tempo gasto) disposto na fabricação de uma mercadoria, maior valor será agregado, e o que gera lucro para o capitalismo é a captação da mais-valia, ou seja, o trabalho extra do proletariado na confecção ou fabricação da mercadoria, e não essa propriamente dita (MOREIRA, 1985). Ainda de acordo com Moreira:

[...] para o capital, os homens só existem enquanto homens para o capital. O trabalho só é produtivo se for trabalho produtor de mais-valia. Trabalho que não gera mais-valia é trabalho improdutivo. A mais-valia é o trabalho não pago, o trabalho que excede à reprodução pelo proletário do equivalente do seu salário sob a forma de mercadoria. Expliquemos. Suponhamos um tempo de trabalho de oito horas/dia. Nestas oito horas o proletário deverá produzir mercadorias. Numa parte da jornada do trabalho o proletário produzirá uma quantidade de mercadorias que, se posta à venda, iguala o montante do seu salário. Digamos quatro horas. Nas quatro horas restantes produzirá uma quantidade que excede o montante do salário que acabou de produzir, da qual o capital apropria-se. É a mais-valia (MOREIRA, 1985, p. 95).

Segundo Catani (1984), existem várias teorias que explicam o capitalismo, porém duas correntes se destacam. Primeiro, tem-se a corrente culturalista, de Max Weber, cuja ideia principal condiz com a valorização do trabalho em busca da salvação individual, e o enriquecimento como dádiva dos predestinados. Nessa linha, o capitalismo estabeleceu-se a partir da herança de um modo de pensar nas relações sociais. A segunda é a corrente histórica de Karl Marx, que definiu o capitalismo como um modo de produção de mercadorias que surgiu na Idade Moderna, entretanto, sendo desenvolvido com primazia durante a Revolução Industrial.

Na visão de Monerat (2013), o modo de produção capitalista evoluiu do sistema feudal e, na sua gênese, foi entendido como período de transição ou acumulação

primitiva. Para que o modelo surgisse, um dos primeiros passos foi a descapitalização do trabalhador, ou cidadão comum, tanto no campo como na cidade, pois os meios de produção, a terra, foram tirados dele, acrescentando-se que isso significava sua subsistência e de sua família. Assim, restou apenas a força de trabalho que, posteriormente, seria vendida como mercadoria para a obtenção da mais-valia pelo capitalista em troca de um irrisório salário.

No campo, ocorreu o desmantelamento das comunas, os servos ficaram livres e os direitos coletivos dos trabalhadores foram suprimidos. Desse modo, muitos foram obrigados a trabalhar para os mais capitalizados ou praticavam o êxodo rural, indo para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de trabalho para suprir suas necessidades básicas. Assim, passaram a ser intensamente explorados, pois o número de trabalhadores era maior do que os postos de trabalho (CATANI, 1984).

Nesse período, além da força de trabalho, a terra, que antes era bem comum, também passou a ser comercializada para a acumulação de capital. A respeito da formação do proletariado, Monerat (2013) adverte que:

A formação do proletariado se dá de uma forma extremamente violenta, incluindo legislações que puniam seriamente a vadiagem. A submissão do corpo do trabalhador camponês e artesão à disciplina fabril é marcada pela repressão e vigilância contínua do capital através da força estatal, incluindo policiais, juízes e tribunais até chegar ao controle exercido pela máquina-ferramenta posta a funcionar nas nascentes indústrias através da força hidráulica em um primeiro momento e movida pela energia a vapor logo a seguir (MONERAT, 2013, p. 4).

De acordo com Monerat (2013), as formas de energia aplicadas à produção industrial, exceto a força humana, além de acelerar a produção, eram usadas para o controle do trabalhador, que tinha de seguir os ritmos das máquinas. Junto com a violência para o trabalhador e as formas de repressão, vieram as reivindicações por parte destes, pois a classe trabalhadora sempre resistiu, buscando por seus direitos.

Outro assunto que convém ressaltar é que, desde seu nascimento, o sistema capitalista foi pautado na divisão de classes, em que uma minoria detinha e detém as vantagens – são os burgueses, os donos dos meios de produção, o industrial, o latifundiário, o empregador, contra uma grande massa de proletariado excluída; no entanto, esses são os maiores responsáveis pelo êxito do capitalismo, pois são os possuidores da força de trabalho (MONERAT, 2013).

2.2 O contexto da modernização da agricultura brasileira

Antes de discutir sobre o processo de modernização da agricultura, convém lembrar que ele teve início nos primórdios da década de 1960, momento delicado, pois muitos países estavam em processo de recuperação após a Segunda Guerra Mundial por envolvimento direto ou indireto no conflito. Mesmo que o território não tenha sido palco dos conflitos, houve dificuldade com os acordos desfeitos e economias abaladas, como a situação do Brasil, que fazia trocas comerciais com diversos países, principalmente com a Inglaterra (ANDRADES; GAMINI, 2007).

Além dos problemas gerados pela citada guerra, o mundo vivia em constante tensão em razão da Guerra Fria (disputa pela hegemonia mundial entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, duas nações que saíram fortalecidas desse embate). Em se tratando de nível nacional, foram necessários, portanto, investimentos em indústrias, principalmente as de base, e produtos de primeira necessidade, devido à dificuldade de importação, pois vários países estavam com seus parques industriais destruídos ou abalados economicamente (ANDRADES; GAMINI, 2007).

Ainda no final da Segunda Guerra Mundial, muitos grupos de empresários importantes (como Ford e Rockefeller, entre outros) perceberam, na agricultura, uma boa chance de reprodução e expansão do capital. Redirecionaram, portanto, as sobras da guerra em investimentos para agricultura. Laboratórios para melhoramento de sementes e indústrias químicas norte-americanas ligadas à produção bélica passaram a produzir e incentivar a utilização de agrotóxicos. Assim, muitas técnicas desenvolvidas na guerra foram aproveitadas na produção de maquinários agrícolas (ANDRADES; GAMINI, 2007).

O que ocorre, portanto, é a continuação da guerra, só que o palco não seria apenas o território de alguns países, como França, Alemanha, Japão, entre outros, mas sim todo campo agricultável que fosse apto a receber a nova tecnologia. Os tanques de guerra viraram gigantes colheitadeiras, correntões, plantadeiras. Os agentes químicos utilizados como armas letais, tais como o “agente laranja” e gases utilizados nos campos de concentração para exterminar o máximo de judeus, agora seriam diluídos em doses homeopáticas diárias nas mesas dos mais diversos povos, sendo, dessa forma, não tão eficientes e ágeis na sua finalidade, que era a morte,

mas de forma mascarada, disfarçada, provocando câncer, distúrbios mentais, psicológicos, deformidades congênitas, entre outras (BALSAN, 2006).

Até o início do século XX, aos olhos do grande capital, a agricultura brasileira mantinha-se com técnicas rudimentares e baixa tecnologia, considerada, portanto, como atrasada. A pouca tecnologia que existia era restrita a algumas regiões, destinada aos grandes latifúndios produtores de monocultura, como o exemplo do café e em apenas alguns dos processos de produção, em que grande parcela desta era destinada à exportação (SILVA; BOTELHO, 2014).

De acordo com Silva (1981), as transformações na agricultura brasileira tiveram início nos primeiros anos da década de 1960, durante o governo militar. Ao mesmo tempo em que o país passava pelo processo de urbanização e industrialização, dentro da ótica capitalista desenvolvimentista, o campo precisava ser urgentemente transformado, a fim de dinamizar a expansão capitalista.

No entanto, na situação em que o país se encontrava, teria que produzir matéria-prima para alimentar a nação, substituir as importações por produtos nacionais, manter o processo de industrialização e absorver sua produção (principalmente maquinários como os tratores, fertilizantes, insumos, entre outros) e liberar mão de obra para as indústrias que estavam sendo implantadas nos grandes centros urbanos, principalmente na região Sudeste (SILVA, 1981).

A modernização da agricultura brasileira e a expansão do capitalismo no campo fizeram parte das estratégias desenvolvidas pelos países capitalistas hegemônicos, pois tinham grande interesse que países em desenvolvimento se modernizassem tornando-se um vantajoso mercado consumidor dos seus produtos (MORENO; HIGA, 2005).

Caberia à agricultura gerar uma produção maior de excedentes agrícolas, voltados à exportação com o objetivo de fornecer receitas para o crescimento do mercado interno, produzir matérias-primas para a indústria nacional, que estava se desenvolvendo, produzir alimentos para a população urbana e, ainda, liberar força de trabalho para o emprego industrial (BRASIL, 2010, p. 54).

Segundo Alves e Pastore (1977), a necessidade de modernizar a agricultura só foi percebida durante as crises de abastecimento interno, principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Conforme os mesmos autores, a meta primordial da política brasileira nos anos 1950 e início do decênio de 1960 era o desenvolvimento da industrialização no território e, para tanto, foi instituída a política dos preços baixos dos gêneros alimentícios, com vistas a favorecer a industrialização. No entanto, essa política desestimulou a produção agrícola, que não supriu a demanda de alimentos no país em uma fase de crescimento urbano e populacional. Como consequência, vieram novas crises no abastecimento, necessitando de uma inovação e diversificação no modo de produção (ALVES; PASTORE, 1977).

Dentro desse contexto, entende-se por modernização da agricultura “as modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas modernas” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26). Em outras palavras, é a substituição de técnicas ou saberes que há muito tempo foram/são utilizadas pelos pequenos agricultores; entretanto, consideradas pelos idealizadores da modernização como ultrapassadas, atrasadas, que não colaboravam para o aumento da produtividade e o progresso da modernização (GRAZIANO NETO, 1982).

No entanto, segundo o autor, além da automação do campo e de todo o pacote tecnológico, buscando o aumento da produtividade e do lucro, ocorreu também uma grande transformação no modo de produção e nas relações de trabalho, intensificada por boias-frias/volantes e seus pagamentos tornaram-se assalariados “[...] os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais [...]” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

Ocorreu, portanto, a expropriação do pequeno produtor, que, em muitas situações, deixou de ser patrão para ser empregado ou, em alguns casos, foi obrigado a vender tudo, a “abandonar sua vida” e tentar uma nova oportunidade nos centros urbanos, desencadeando um dos maiores problemas da agricultura moderna: o êxodo rural. Outro fato que convém expor é que, doravante, a terra deixaria de servir à subsistência para se tornar produto de especulação comercial (BALSAN, 2006).

A modernização, na visão de Silva (1981), é entendida como industrialização da agricultura ou desenvolvimento do capitalismo no campo. Um dos objetivos é superar as barreiras da natureza, buscando adequá-la ao capital, aumentando o lucro através do aumento da produtividade e do trabalho, sendo que o maior beneficiado é

o grande capital, ou as empresas capitalistas, e não o pequeno produtor e a massa da sociedade.

Nesse contexto, é possível observar as motivações reais relacionadas com a implantação da agricultura moderna:

[...] as reais intenções da grande empresa na modernização da agricultura: a maximização do lucro, através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado; e a aquisição de, por intermédio dos pacotes tecnológicos. Assim criaria um círculo de dependência para o agricultor que só conseguiria os pacotes tecnológicos produzidos pelas transnacionais (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 44).

Segundo Alentejano (2012), a modernização busca adaptar-se à diversidade ambiental, artificializando e adequando o meio ambiente aos novos padrões de produção. Todo esse processo só foi possível com o desenvolvimento da ciência, com a criação de programas de orientação (técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, entre outros) voltados à pesquisa e à assistência técnica para difundir o novo padrão produtivo entre os agricultores.

De acordo com Santos e Silveira (2006), várias culturas agrícolas expandiram-se por diversos estados brasileiros graças à modificação genética conquistada e aos conhecimentos científicos. Vários desses produtos foram modificados no intuito de se adaptarem a lugares com particularidades naturais, tais como clima, solos, entre outros, como o cultivo do café, do algodão, do arroz, da uva, e o mais expressivo, a soja. Em razão dessa cientificidade, a agricultura ficou duplamente dependente da indústria, ora na aquisição de energia, insumos e maquinários, ora para escoar parte ou a totalidade dos seus produtos (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Houve, portanto, uma revolução ideológica, uma alteração nos produtos alimentícios, investimentos em pesquisa, em ciência, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972. Além disso, contava-se com diversos outros fundos e programas estimulando as indústrias de adubos, insumos e vários outros produtos voltados à agropecuária, incentivando o desenvolvimento de uma agricultura tecnicista em território nacional (ALENTEJANO, 2012).

Assim, a modernização da agricultura brasileira não pode ser compreendida sem a indução do Estado, pois ele criou as condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, um sistema de pesquisa e extensão voltado para impulsionar o processo de modernização e

as condições financeiras para viabilizar este processo (ALENTEJANO, 2012, p. 480).

O processo de modernização é resultado do modelo tecnológico conhecido como Revolução Verde. A maior promessa do referido modelo era erradicar a fome por meio do aumento significativo da oferta de alimentos. Assim, para tal feito, algumas transformações no campo eram necessárias, na produção agrícola, por exemplo: utilização de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, de forma intensiva, uso de maquinários diversos como tratores, implementos, plantadeiras e também a escolha por sementes geneticamente melhoradas (ALBERGONI; PELAEZ, 2007).

De acordo com Andrades e Ganimi (2007), no Brasil, foram tomadas providências para a implantação da Revolução Verde, ações que resultaram na modernização da agricultura: propostas e planos de incentivos e investimentos, abertura de comércio com organizações internacionais, intercâmbio de profissionais pesquisadores, técnicos e professores (visando ao treinamento e à qualificação), abertura para instalação, no território nacional, de empresas transnacionais ligadas à produção de insumos, equipamentos e máquinas (tais como Bayer, Ford, Shell, Monsanto, Basf, entre outras), institucionalização de centros e órgãos de pesquisa, objetivando à adequação dos produtos à realidade do clima e solo nacional (EMBRAPA, EMBRATER, EMATER, etc.); incentivo à organização de cooperativas de comercialização agrícola, readequação das funções do Banco Mundial (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Corroborando o exposto, Silva e Botelho (2014) consideram que, além do crédito subsidiado, outros fatores contribuíram para a modernização agrícola, como a abertura do mercado externo e o crescimento da demanda do mercado interno e externo. Assim, a agricultura moderna tornou-se generalizante, mas não significando que o padrão tecnológico seria adotado em todas as propriedades. Uma das intenções da referida modernização era conectar os diversos setores da economia facilitando, dessa forma, o acúmulo do capital.

Convém expor que a modernização da agricultura não aconteceu em todos os lugares e setores de maneira dinâmica e uniforme. Santos e Silveira (2006) consideram que ela ocorreu em manchas, iniciando-se no Centro-Sul do Brasil (tomando por análise os grandes complexos regionais), portanto, de modo parcial em alguns setores da produção, pois há culturas que ainda empregam, total ou

parcialmente, técnicas simples, rudimentares, devido às particularidades e fragilidades de algumas culturas (SILVA, 1981).

2.2.1 Algumas implicações socioambientais da agricultura moderna

Acrescenta-se que o objetivo desta pesquisa não é fazer uma descrição detalhada de todos os problemas socioambientais resultantes da modernização da agricultura. Pretende-se realizar uma amostragem das contradições desse processo, pois, mesmo diante de saldos positivos, aumentos de produtividade e melhorias em índices como Produto Interno Bruto (PIB), muitos problemas correlacionados ou derivados de tal processo ainda são gritantes.

É oportuno expor que muitos problemas sociais e ambientais já eram percebidos antes da revolução tecnológica do campo, resultantes do sistema monocultor de produção desenvolvido a partir do período colonial. O que ocorre é que, com a modernização da agricultura, os problemas existentes foram agravados (GRAZIANO NETO, 1982).

A implementação do modelo produtivo e sua difusão pelo território nacional provocaram diversas transformações. Algumas foram positivas, como o aumento da produção com menor custo em menor tempo, gerando acúmulo de capital para uma parcela da população; a abertura de estradas, conectando regiões de difícil acesso a regiões de maior desenvolvimento tecnológico; o aumento da balança comercial e do PIB nacional, etc. Em contrapartida, todo esse processo foi/é responsável por diversos problemas socioambientais encontrados no país.

Toda essa tecnologia no campo, reconhecida como modernização da agricultura derivada da Revolução Verde, é mundialmente conhecida como agricultura comercial ou agronegócio. Leite e Medeiros (2012) enfatizam que o termo *agronegócio* corresponde ao termo *agribusiness*, de origem norte-americana, e se refere ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários Kohler, Bampi e Silva (2017) fazem a seguinte síntese sobre a definição de agronegócio:

[...] Em síntese, pode-se afirmar que o agronegócio projeta: 1) valores (progresso, eficiência técnica, saber científico, desenvolvimento e a tensão entre o moderno x o atraso do outro); 2) discursos 9 desenvolvimentismo e ausência de alternativa fora do agronegócio); 3) ideologia geográfica da despolitização social via discurso da técnica e da modernização da

agricultura; 4) poderes e saberes capazes de recompor territórios rurais capitalistas, destruir/integrar territorialidades camponesas preexistentes e inserir, de modo precário, territorialidades e estruturas socioprodutivas camponesas. Em torno de tais premissas do agronegócio, coloca-se ainda a necessidade de novas formas e espaços-rede do agronegócio e a intensa articulação campo-cidade nos esquemas de acumulação produtiva, mercantil e financeira, em diversas escalas geográficas (KÖHLER; BAMPI; SILVA, 2017, p. 7)

De acordo com Graziano Neto (1982), o agronegócio é o responsável pela escassez de diversos recursos e reservas naturais, devido à sua forma de manejo engajada na exploração descuidada e extensiva. Os recursos sempre foram fartos no país e julgados como inesgotáveis (solo, vegetação natural, água, entre outros), sendo assim, houve uma grande demora na percepção da sustentabilidade ambiental (GRAZIANO NETO, 1982).

Ao meio ambiente e a todo o conjunto de ecossistemas, o preço da modernização é muito alto e a maioria dos impactos já está em um estágio de difícil reversão. Muitas espécies de animais e plantas se extinguíram, algumas antes de serem catalogadas, identificadas. Balsan (2006, p. 141) considera: “Os problemas ambientais mais frequentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos”.

As constantes tentativas de domesticar e dominar a natureza geraram graves problemas ecológicos, pois, no intuito de aumentar a produtividade (lucro), as particularidades ambientais foram ignoradas. “Na natureza tudo se relaciona com tudo, como disse Odum, e as alterações efetuadas em alguns de seus componentes alteram todo o ecossistema” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 86).

Ainda segundo o autor supracitado, todo o pacote tecnológico utilizado na agricultura moderna brasileira foi importado, copiado, dos Estados Unidos da América e da Europa, porém não foram consideradas as disparidades ecológicas entre as regiões tropicais (no caso Brasil) e as regiões temperadas (Europa e EUA). Há diferença nos tipos de solo, clima, vegetação, intensidade de radiação solar, o que se mostra incoerente com a universalização das técnicas de cultivo e manejo em todas as localidades, todas as regiões.

Graziano Neto (1982) reitera que, quando ocorre a alteração de um componente do meio, o “todo” será alterado, o ecossistema inteiro sofrerá modificações, na maioria dos casos, danosas e irreversíveis. Desse modo, o primeiro

componente a sofrer é a vegetação primária, ou seja, as florestas nativas, pois, para aumentar, ou melhor, expandir as terras agricultáveis nos moldes da agricultura comercial, o primeiro passo é o desflorestamento. Assim, em consequência dessa forma de manejo, biomas inteiros estão desaparecendo, não apenas a floresta, mas todos os seres vivos que nela habitam. Aponta-se que diversos exemplares de fauna e flora, muitos endêmicos, de grande valor socioambiental, já desapareceram.

O impacto socioambiental do agronegócio vem atingindo em cheio os Cerrados assim como a própria floresta ombrófila densa na Amazônia, pondo em risco toda a riqueza em diversidade biológica e cultural, com o aumento do desmatamento em Rondônia, Mato Grosso, Pará e no Amazonas, que já se coloca para além do famoso 'arco do desmatamento' (Amazônia Meridional e Oriental–Mato Grosso, Tocantins e Pará) (GONÇALVES, 2004, p. 16).

Sendo assim, sem a cobertura vegetal, o solo fica desnudo e totalmente desprotegido, portanto, com as novas técnicas da modernização da agricultura, como expõe Balsan, há uma intensificação dos problemas:

[...] A falta de conhecimento das características e propriedades do solo, aliada ao modelo monocultor intensivo e ao descaso quanto à sorte das futuras gerações têm levado à aceleração da erosão física e biológica dos solos bem como a processos mais agressivos, como é o caso da desertificação...[...] Sabe-se que a erosão e a degradação dos solos podem ocorrer pela intervenção humana, entretanto, o crescimento populacional, a ocupação humana de encostas, as práticas inadequadas de agricultura e pecuária, com o uso abusivo de inseticidas, adubos químicos, máquinas inadequadas, construção de estradas, etc. têm contribuído para alterações profundas do meio ambiente, incluindo o solo [...] (BALSAN, 2006, p. 142).

Conforme Gonçalves (2004), outro fator preocupante é a contaminação em razão do uso intensivo de adubos, fertilizantes e agrotóxicos. Desse modo, a contaminação da água dos rios, dos lençóis freáticos e artesianos e, conseqüentemente, de toda a vida que entra em contato com a água, provoca o declínio da vida ribeirinha, graças à diminuição de peixes, ocorrendo também a contaminação do ar, que atinge diretamente o ser humano. Além da contaminação, há o problema do uso descontrolado e excessivo de água na produção agropecuária como ocorre com a irrigação:

A expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas há décadas vem sendo objeto de intensas críticas de ambientalistas, de órgãos ligadas à saúde e de sindicatos de trabalhadores sobretudo rurais. Nos últimos 50 anos, enquanto a produção de grãos

aumentou três vezes, o uso de fertilizantes foi multiplicado simplesmente 14 vezes, segundo dados da FAO (GONÇALVES, 2004, p. 22).

De acordo com Graziano Neto (1982), o uso de agrotóxicos é semelhante ao uso de drogas, porque, quando se inicia o uso, é difícil parar. A cada nova colheita, a dose tem que ser aumentada, pois diversas pragas tornam-se resistentes, exigindo um reforço ou complemento com outro produto. Os fungicidas, herbicidas e outros defensivos devastam não apenas as ervas intrusas, mas toda a vida contida naquele local, deixando o solo sem vida, visto que os micro-organismos responsáveis pela nutrição são devastados, exigindo-se, portanto, uma constante adubação química.

A constante utilização dos insumos provoca desequilíbrios no metabolismo de plantas e de animais, deixando-os mais vulneráveis às pragas e às doenças. Produtos modificados geneticamente (transgênicos) com qualidade nutricional inferior são direcionados ao consumo humano, sendo que as consequências dessa ingestão não são totalmente conhecidas. “Certamente grande parte das doenças humanas recentes (as doenças degenerativas como o câncer, as infecções) está relacionada com as deficiências encontradas nos alimentos” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 112). Segue um alento do citado autor:

A situação toda é por demais preocupante e agrava-se dia a dia. Infelizmente poucos se dão conta de que estamos todos, a cada momento, comprometendo nossa saúde ao ingerirmos alimentos de baixa qualidade biológica, contaminados por resíduos de agrotóxicos e por aditivos artificiais, além da poluição em geral da Natureza. É interessante que muitas pessoas, ao serem alertadas para tais problemas, afirmam que, afinal morreremos de qualquer forma, de um jeito ou de outro, assumindo uma posição indiferente, e apática. É lamentável... (GRAZIANO NETO, 1982, p. 119).

Todos os impactos sociais, ambientais e econômicos ocorridos no advento do modelo agrícola agroexportador são de responsabilidade do ser humano e de toda sua gana por lucro, por acúmulo de capital. Assim, o homem e toda a sociedade sofrem com as consequências desses impactos, conforme Balsan:

O ser humano como agente modificador da paisagem é responsável por impactos na superfície da terra, atuando nos meios físico, econômico e social. Se ele atua em um espaço, em um ambiente, deve ter como base o equilíbrio entre ele e seu meio (BALSAN, 2006, p. 142).

A sociedade sofre com a desigualdade e a exclusão, tendo em vista que todo o pacote tecnológico beneficiou principalmente o grande produtor e os latifundiários e

os incentivos governamentais não são distribuídos igualmente entre os grandes e os pequenos produtores. Dessa forma, o pequeno produtor, sem conseguir arcar com os custos tecnológicos, competir ou permanecer nos mercados, acaba se desfazendo de suas terras, favorecendo, assim, a concentração de terras nas mãos de poucos (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Ainda segundo os autores mencionados, os produtores expropriados de suas terras tornam-se trabalhadores temporários (volantes/boias-frias) nas áreas vizinhas, submetidos a trabalhos com baixa remuneração, adequando-se constantemente ao novo sistema. Ou, ainda, quando esgotadas as alternativas no campo, rumam aos grandes centros em busca de vida melhor, desencadeando problemas secundários, como o êxodo rural e o inchaço das cidades. No entanto, os centros urbanos não são capazes ou não têm estrutura para absorver a ampla demanda de migrantes do campo, gerando, portanto, um exército de reserva para as indústrias e um numeroso contingente populacional sobrevivendo com pouca ou nenhuma qualidade de vida.

A mecanização do campo acentuou o desemprego, pois a proposta seria de minimizar os custos e aumentar a produtividade, contornando as situações adversas da natureza. Essa automação recebeu majoritariamente investimentos de empreendimentos multinacionais e toda essa mecanização reduziu drasticamente a mão de obra no campo, reduzindo ou alterando os postos de trabalho (SILVA; BOTELHO, 2014).

De acordo com Balsan (2006, p. 128), dentre as várias adversidades encontradas no sistema agropecuário, algumas ganham destaque: “êxodo rural, diferenças estruturais, processo de especialização, concentração fundiária, concentração de renda, exploração da mão de obra...” e complementa “[...] exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros [...]”.

Como já exposto, a modernização não beneficia todos os lugares e toda a sociedade. Há ganhos e resultados positivos, no entanto, inferiores aos problemas por ela desencadeados. Sabe-se que uma das “metas” do referido processo era aumentar a produtividade, avolumar a produção por área plantada e diminuir a importação de produtos de primeira necessidade para o cidadão, diminuindo também a dependência internacional. No entanto, a fome, juntamente com a urbanização e a demografia, vai progredindo, assim, a dependência internacional tem se intensificado. Graziano Neto salienta:

Aqui reside o grande fracasso técnico da conhecida Revolução Verde, programa que se destinava a resolver a fome do mundo. Mais fome e mais miséria foram provocadas, pois somente os grandes produtores tiveram condições de aplicar todo o “pacote tecnológico” que acompanhava as sementes “milagrosas” desenvolvidas nos centros de pesquisa. A concentração da terra agravou-se. Mas agravaram-se também desequilíbrios ecológicos: surgiram pragas e doenças antes desconhecidas, que exigiram maiores doses de venenos, que, por sua vez, desequilibraram mais ainda o ecossistema e comprometeram toda a produção; surgiram problemas de conservação de solo, de erosão. E os problemas sociais e econômicos agravaram-se (GRAZIANO NETO, 1982, p. 87).

É possível concluir que a modernização só ocorreu em razão de incentivos do governo, subsidiando a compra de produtos, insumos, maquinários e empréstimos para investimento. Junto a isso, veio a ideologia de mercado e a presença marcante da ciência, empresas de instrução de saberes ao campo e melhoramento genético, tal como a Embrapa. A modernização é um processo contínuo que, embora esteja mais avançada em alguns lugares, em outros, está em fase inicial.

2.2.2 A Marcha para o Oeste e a expansão da fronteira agrícola capitalista

As terras que hoje correspondem ao Mato Grosso, devido à sua posição geográfica e distância do litoral, não eram foco de interesse e atenção das elites brasileiras. Apenas no século XVIII, praticamente 300 anos após a colonização portuguesa, é que teve início a ocupação oficial através das bandeiras paulistas. No entanto, isso não quer dizer que o território era todo desocupado, ou seja, “espaços vazios”, como as políticas dos Governos Vargas e militares denominavam (HESPANHOL, 2000). Muitos grupos étnicos habitavam o Centro-Oeste e o norte de Mato Grosso. Conforme Oliveira (2005), era território dos Apiaká, dos Kayabi e Panará.

Lacerda (2008) relata que a ocupação de Mato Grosso teve início em 1719, com a descoberta de ouro nas minas dos rios Coxipó e Cuiabá. Dessa forma, algumas cidades como Cuiabá, Poconé, Cáceres, entre outras, surgiram no advento da mineração, que se perpetuou até o final do século XVIII.

Já no século XIX, com a crise da mineração, os comerciantes, lavradores e mineradores voltaram sua atenção para a criação de gado, para a produção de charque e também para o cultivo de cana-de-açúcar, extração da erva-mate e da seringa; juntos, esses produtos formavam a base econômica da região, no entanto, de forma pouco expressiva, devido ao difícil acesso à região (HESPANHOL, 2000).

No entendimento de Lacerda (2008), até 1930, a Amazônia mato-grossense era um território de conquista ocupado principalmente por comunidades indígenas e posseiros, com economia basicamente extrativista. No governo de Getúlio Vargas, no decênio de 1930, ocorreu o incentivo à industrialização de ordem nacional e à diversificação agrícola, conforme afirma o autor:

[...] O Governo Vargas procurou incrementar o processo de ocupação das zonas de fronteira agrícola do centro do país através da chamada “Marcha para o Oeste”, proclamada em 1938, que tinha por objetivo ocupar e explorar o potencial econômico do despovoado interior do país (HESPANHOL, 2000, p. 9).

Ainda no referido governo, foram eliminadas as barreiras alfandegárias entre diferentes estados, construindo várias rodovias, estradas e ferrovias, como a Estrada de Ferro Goiás. Desse modo, facilitou-se a comercialização dos produtos do Centro-Oeste e a constituição de colônias agrícolas por meio de doação ou venda de terras por valores irrisórios para os colonos e para empresas de especulação imobiliária, principalmente do Sul e Sudeste, culminando em uma valorização das terras de Mato Grosso e Goiás (HESPANHOL, 2000).

Outro marco crucial, segundo o mesmo autor, que propiciou a efetivação do processo de ocupação do Centro-Oeste, foi a transferência da capital federal para Brasília, no Planalto Central, estado de Goiás, construída durante o governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, e inaugurada no ano de 1960, no mesmo governo.

Conforme Pichinin (2007), o Centro-Oeste brasileiro foi considerado pelos poderes políticos como a região-solução dos problemas brasileiros, tanto para resolver os conflitos sociais recorrentes no Sul, por questões agrárias, quanto para os problemas do Nordeste, referentes ao clima. A expectativa para o Centro-Oeste era de grande produtividade para suprir a demanda nacional por alimentos. Ainda segundo a autora, a partir de 1970, intensificou-se o processo de expansão da fronteira agrícola ao norte mato-grossense.

Portanto, compreende-se que várias foram as razões ou motivações que colaboraram para a ocupação do Centro-Oeste e para o avanço da fronteira agrícola, adentrando a vasta floresta amazônica, tais como a modernização da agricultura, os programas e projetos, coordenados pelos governos federal e estadual, de colonização, integração e desenvolvimento, lembrando, todavia, que este último

priorizava o desenvolvimento econômico e o aumento da lucratividade em detrimento do fator social.

Conforme Becker (1990), a fronteira agrícola amazônica diferencia-se das frentes pioneiras desenvolvidas em outras regiões do país. As fronteiras do final do século XX, para o governo, expressavam um local de perspectivas futuras com grande potencial diversificado. Já para o sistema capitalista, a fronteira é *lócus* de possível implantação de novas estruturas de modo acelerado e uma importante reserva energética. Corroborando o exposto, Becker estabelece algumas características particulares da fronteira agrícola amazônica:

A fronteira no final do século XX tem novas feições por se expandir num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob comando de uma nova dimensão dos capitais envolvidos: (a) já nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de várias atividades, e o povoamento e a produção são relativamente modestos; (b) já nasce urbana e tem intenso ritmo de urbanização; (c) o governo federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos infraestruturais (BECKER, 1990, p.10).

O conceito de fronteira difere das conceituações já conhecidas de “limite ou divisa entre dois pontos”. Segundo Silva (1981), a fronteira agrícola é a incorporação de novas áreas de produção, avanço e busca de terras agricultáveis, para além das que já estão consolidadas. O avanço da fronteira ocorre, prioritariamente, sobre áreas de vegetação natural, tais como o Cerrado e a Amazônia. Essas áreas, no entanto, não são totalmente desabitadas. Nelas, viviam e vivem diversas comunidades indígenas, pequenos agricultores, posseiros, entre outros, que são considerados atrasados, aquém do desenvolvimento, por muitos dos fronteiriços.

O conceito de fronteira ultrapassa o marco ou limite. Compreende-se a fronteira além do conceito econômico, pois abrange a cultura humana em todos os aspectos, sejam eles políticos, culturais e simbólicos, passando por diversas transformações socioespaciais. “Enfim, fronteira é mais do que um limite jurídico ou processo particular de produção de espaço geográfico. Implica o encontro entre territorialidades e tempos distintos e conflitantes.” (SILVA, 2007, p. 288).

A fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos (SILVA, 2007, p. 285).

Uma manobra utilizada para dinamizar o uso e a ocupação na fronteira amazônica foi o artifício da urbanização, ou seja, foi uma das formas de agilizar o processo e também de atrair o migrante, que não viria a investir em terras e que estava em busca de trabalho e melhores condições de vida. O que se buscava era trabalho nas novas frentes, na abertura de estradas, nas construções, nas empresas de desmatamento e diversos outros encargos nas novas cidades. “A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil” (BECKER, 1990, p. 44).

O campo brasileiro está carregado de implicações, principalmente no que se refere à exclusão, no caso do campesino, que se coloca em novos rumos em busca de terras em espaços longínquos e, muitas vezes, desconhecidos, aquém do desenvolvimento com o qual estava acostumado. No entanto, ao mesmo tempo em que o campesino é vítima, ele também é réu do sistema, pois, quando chegou às terras do “Oeste”, alterou a realidade local.

Alguns grupos sociais tentam, sem escrúpulos, mudar a realidade encontrada porque, onde chegam, mudam a cultura já estabelecida, em razão de facilitar sua adaptação ou mesmo para auto valorizar seus costumes (cultura), desconsiderando, assim, a cultura alheia (SILVA, 2007).

Os migrantes sulistas buscaram replicar a realidade por eles conhecidas do Sul do Brasil, ou seja, desconsideraram a cultura já existente e inseriram elementos de sua própria cultura, tentando deixar o lugar o mais parecido possível com o seu local de origem. Esse fato é percebido no norte mato-grossense, região de colonização majoritária sulista e um exemplo dessa afirmação é o estabelecimento dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) encontrados na maioria, para não dizer em todas as cidades colonizadas por migrantes sulistas. No entanto, dificilmente são encontrados centros de tradição mato-grossense, locais destinados para ensinar ou aprender sobre a cultura local.

[...] é imprescindível destacar a sua irreverência à terra natal, onde o “gaúcho” (re) cria o arranjo da terra conquistada e a territorializa com suas referências identitárias como os costumes (chimarrão, bombacha, a música sulina, a rádio gaúcha, o churrasco, o vinho), a tradição (laços familiares, CTG – Centro de Tradição Gaúcha) e a origem étnico-religiosa europeia (italo-germânico/católico-luterana). Essa identidade é recriada no lugar em que desbravam e territorializam, sobrepondo-se muitas vezes à cultura local (MARION, et al., 2005, p. 8).

Dentro da ordem capitalista, a fronteira é excludente, racista e geradora de conflitos. Seus princípios não são impostos sem resistência. Ocorre que muitos grupos e movimentos sociais objetivam a neutralizar as representações dominantes, tais como o Movimento dos Sem-Terra, os Povos do Cerrado, os Povos da Floresta, etc. (SILVA, 2007). É sabido que, para a manutenção e expansão do capital, demanda-se um processo contínuo da fronteira e essa dinâmica responde a uma ordem territorial nacional/global, atendendo aos interesses particulares nacionais e internacionais (SILVA, 2007).

Atualmente, em razão do avanço das tecnologias, do investimento na rede logística, das telecomunicações, dos recursos, entre outros, o Mato Grosso e, em especial, o norte do estado, tem se tornado uma área de grande evidência e alta produtividade. A modernidade chegou a esse local. “No campo, as racionalidades da globalização se difundem mais extensivamente e mais rapidamente” (SANTOS, 2001, p. 56).

A modernização do campo, com todos os aparatos tecnológicos, fez do norte do Mato Grosso o grande celeiro agrícola do país, com base na agricultura comercial. Assim, conquistou-se sempre os recordes de produção e houve investimentos na biotecnologia, em que as adversidades são diminuídas ou contornadas. De acordo com Santos (2001), o homem, através de sua recorrente evolução e aprimoramento das técnicas, modifica o meio para dele extrair o máximo de recursos:

Uma capacidade cada vez mais crescente de alterar os dados naturais quando possível, reduzir a importância do seu impacto e, também, por meio da organização social, de modificar a importância dos seus resultados (SANTOS, 2001, p. 43).

No entanto, é essencial retratar que toda essa produtividade segue uma lógica estipulada por grandes empresas vinculadas à agricultura comercial (agronegócio). Tudo que é produzido segue uma dialética de mercado. Assim, o grande “Celeiro Agrícola” é apenas mais uma peça dentro do sistema capitalista. Sua função é munir os mercados interno e externo com produtos agropecuários.

[...] Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional. [...] Nas áreas onde essa agricultura globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (semente,

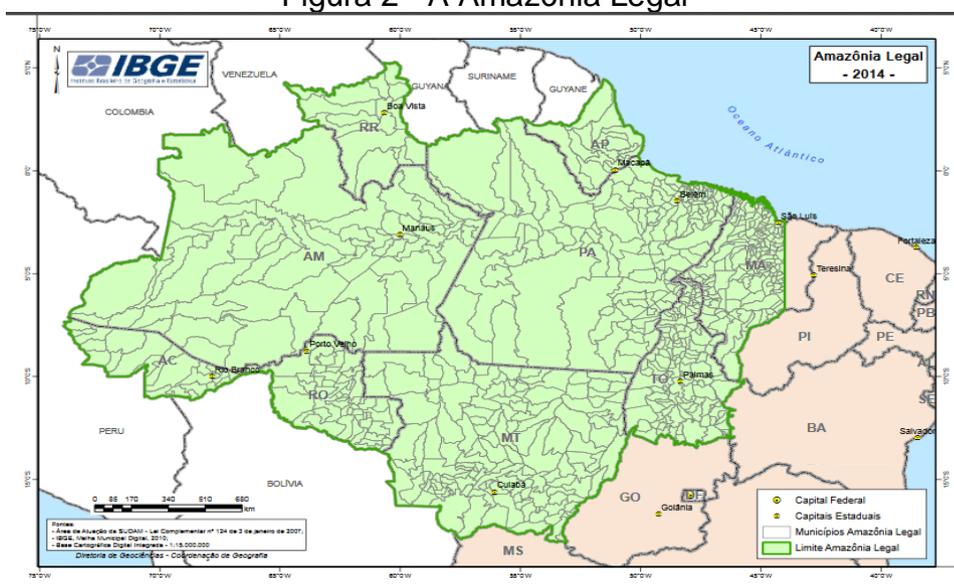
inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando a introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização (SANTOS, 2001, p. 43).

O país presencia a era da globalização, em que tudo acontece muito rápido e a uma ordem externa e os países, para que possam fazer parte desse jogo, precisam submeter-se às suas regras. “Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história” (SANTOS, 2001, p. 40). Nos últimos anos, dentro dessa lógica capitalista, o espaço norte mato-grossense não produz apenas para a subsistência dos seus, pois tem assumido novos contornos, novas definições e características.

2.2.3 Amazônia mato-grossense: diversidade e implicações

O Mato Grosso faz parte da região Centro-Oeste do Brasil, assim, o estado e, principalmente, sua região norte, estão inseridos no Bioma Amazônia, bem como na área de planejamento da Amazônia Legal.

Figura 2 - A Amazônia Legal



Fonte: IBGE MAPAS (2018)

É frequente a confusão entre Região Norte, Amazônia e Amazônia Legal. Destaca-se que a região Norte compreende sete estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e refere-se à divisão político-administrativa para fins censitários. Amazônia Legal é um conceito político e não apenas um imperativo geográfico e, atualmente, é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Roraima e parte do Maranhão. A Amazônia mato-grossense estende-se ao norte do paralelo 16º Sul, nas proximidades de Jaciara/MT, sendo drenada pela Bacia Amazônica e seus principais afluentes e subafluentes, tais como Xingu, Teles Pires, Madeira, Araguaia, entre outros (TEIXEIRA, 2006).

A Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas. Sua grande área é ocupada pela floresta latifoliada equatorial, que ultrapassa os limites da Região Norte, englobando parte do estado de Mato Grosso (ao norte do paralelo 16º de latitude Sul), parte do Tocantins e do Maranhão (TEIXEIRA, 2006).

A Amazônia vai além do território nacional, estendendo-se por mais sete países que fazem fronteira com o Brasil, a saber: Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana, e o território francês, Guiana Francesa (OLIVEIRA, 1987).

Por ser uma imensa área de importância econômica e estratégica, conforme Oliveira (1987), muitos foram os projetos para internacionalizar a Amazônia, tais como o *Projeto dos Grandes Lagos do Hudson Institute* e o *Projeto Carretera Marginal de la Selva*, entre outros. Todavia, o Estado brasileiro, objetivando a coordenar e organizar planos governamentais destinados à região, em 1953, fundou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que foi alterada para Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, surgindo, desse modo, a Amazônia Legal, pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 (TEIXEIRA, 2006).

Em razão da vasta biodiversidade, bem como da alta fonte de recursos naturais globalmente escassos e valiosos, a Amazônia desperta a curiosidade e a atenção mundial. Muitos estudos e pesquisas foram e ainda são realizados por diversos motivos. Os principais questionamentos, no entanto, giram em torno dos problemas sociais/culturais e da intensa supressão de espécies vegetais e animais, ou seja, a grande degradação socioambiental que acompanha o ambicioso desenvolvimento econômico. Nas palavras de Becker, percebe-se o quão extensa é a Amazônia:

Vista a partir do cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. Definida pela fantástica massa florestal, a Amazônia sul-americana com 6 500 000 km² envolve além do Brasil mais sete países fronteiriços (BECKER, 1990, p. 9).

Os primeiros registros sobre a degradação da Amazônia datam do período da colonização portuguesa, em meados do século XVIII, em que as missões jesuítas executavam buscas pelas drogas do sertão (cacau, cravo, guaraná, urucum, poaia, baunilha, entre outras), tendo em vista que a simples presença antrópica, por menos agressiva que fosse, já provocava alterações. Avançando no tempo, já no final do século XIX e início do século XX, ocorreu o ciclo da borracha, durante o qual a degradação foi mais intensa (BECKER, 1990).

Já na segunda e terceira décadas do século XX, e mais intensamente nas décadas de 1950 e 1960, iniciaram-se as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas do Nordeste. O *boom* da degradação, entretanto, ocorreu após o golpe militar de 1964 e, a partir de 1970, o Estado brasileiro encarregou-se de um novo ordenamento avassalador da Amazônia (BECKER, 1990). De acordo com a autora, os conflitos na Amazônia são consequências da reorganização vertiginosa da sociedade e das contradições da incorporação do Brasil e do sistema capitalista.

Segundo Oliveira (2016), os projetos liderados pelo Governo Federal e, tão logo, estatal de integração nacional, colonização, uso e ocupação com projetos e programas desenvolvimentistas para a área fizeram uso de um falso nacionalismo. Na realidade, o real objetivo estava na exploração mineral destinada principalmente a grupos internacionais. Outro interesse era a comercialização das terras (de posseiros, ribeirinhos, indígenas, caboclos) a grupos de empresários do Centro-Sul do Brasil para fins de produção agropecuária, desconsiderando todas as particularidades da região.

É relevante mencionar que, durante todo o século XX, a Amazônia foi lócus de luta, conflitos e assalto e, para tanto, muitos foram os acordos firmados para legalizar o “saque” das riquezas minerais na referida região. Até a Segunda Guerra Mundial, a ação dos grupos internacionais sob a Amazônia era mais discreta; no entanto, com o fim do referido conflito, o governo militar, envolvido pela fronteira ideológica estadunidense, ampliou o domínio norte-americano no território nacional, pois, dentro

da ideologia política da época, o que não se “entregasse aos Estados Unidos da América seria entregue ao comunismo soviético” (OLIVEIRA, 2016).

Conforme o autor, até o início do século XX, apenas a Inglaterra explorava minerais (minério de ferro) em solo brasileiro, no entanto, em meados de 1910, os Estados Unidos tomaram conhecimento das reservas brasileiras e se associaram nessa exploração. Assim, após a Segunda Guerra Mundial, assumiram a hegemonia das reservas minerais. Dessa forma, entre idas e vindas, em diversos governos brasileiros, militares ou não, as riquezas brasileiras (reservas minerais, florestais, produção agropecuária, entre outras) foram entregues aos grupos internacionais, que assumiram a gerência das reservas e ficaram com a maior porção dos lucros.

De acordo com Picoli (2005), para as nações internacionais, a Amazônia não se resume a um amontoado de árvores, pois esse espaço é um imenso reservatório de recursos naturais/minerais de extensões desconhecidas. É possível, no entanto, reconhecer a presença de minerais, como manganês, ouro, prata, diamante, estanho, níquel, zinco, ferro, cromo, chumbo, entre muitos outros. Os grandes conglomerados instalados nesse território pouco se importam com a miséria dos locais, com a destruição dos ecossistemas ou com a soberania nacional, pois seu único objetivo é a captação e a multiplicação do lucro, o qual é destinado aos países de origem.

No tocante à exploração das reservas minerais, é relevante acrescentar que os povos da Amazônia pouco se beneficiam com tais lucros; ao contrário, pois eram/são expulsos de suas terras, sendo alocados em outras áreas para que não “dificultem o desenvolvimento” e o enriquecimento de outrem. Desse modo, para os habitantes locais e para a nação brasileira como um todo, ficam as migalhas do lucro, o custo dos empreendimentos, a degradação ambiental, entre outras mazelas (OLIVEIRA, 2016).

A elite política dominante do país só percebe a Amazônia como uma fonte inesgotável de recursos com marcante vazio demográfico, não considerando os diversos grupos de indígenas, caboclos, seringueiros e outras comunidades locais que ali habitam. Um fator que facilitou a dinâmica das questões socioambientais foi a ausência de fortes organizações sociais capazes de resistir às apropriações (BECKER, 1990).

No que diz respeito à valoração da Amazônia e sua importância para a sociedade global, aponta-se que ela reúne superlativos bem além da fonte de recursos naturais. A biodiversidade é muito ampla, como diversidade mineral, plantas

medicinais, espécies endêmicas, ampla fauna e flora. Pesquisas apontam que apenas 30% das espécies vegetais da Amazônia são conhecidas e catalogadas (muitas foram extintas antes mesmo de serem registradas).

A Amazônia abriga uma das últimas extensões contínuas de florestas tropicais úmidas da Terra, detendo cerca de 1/3 do estoque genético planetário. Embora não haja dados conclusivos, estima-se que existam na região cerca de 60.000 espécies de plantas (das quais 30.000 de plantas superiores, sendo mais de 2.500 espécies de árvores), 2,5 milhões de espécies de artrópodes (insetos, aranhas, centopeias, etc.), 2.000 espécies de peixes e 300 de mamíferos (ALBAGLI, 2010, p. 10).

Além da reserva de biodiversidade, de grande valor para o equilíbrio ambiental, a Amazônia é responsável pelo aumento da umidade relativa do ar, pela manutenção e aumento das chuvas, absorção do excesso de calor e pela reserva de água doce. Flores e Oliveira (2010) expõem que o referido bioma funciona como o ar-condicionado do mundo, pois regula ou diminui a temperatura por intermédio da evapotranspiração, pela qual a água que é liberada (algo em torno de sete trilhões de toneladas/ano), dissipando-se pela atmosfera. Portanto, se a Amazônia deixar de existir a temperatura mundial tende a aumentar.

Corroborando o exposto, Viana (2011) ressalta a consequência direta do desmatamento da Amazônia no regime de chuva do restante do Brasil, principalmente na região Centro-Oeste. O autor evidencia que grande parte das chuvas do Brasil resulta em rios voadores da referida floresta.

Rios voadores são grandes massas de ar carregadas de vapor de água originadas nas áreas tropicais do oceano Atlântico e alimentadas sob a floresta Amazônica, em um processo por meio do qual as árvores captam água do subsolo (pelas raízes), devolvendo-a para a atmosfera em forma de vapor, em uma ordem superior a 200.000m³/s. Todo esse vapor (rios voadores ou rios aéreos) é transportado pelas correntes para outras regiões, assim, influenciando no regime de chuvas dos locais alcançados. Dessa maneira, pode-se afirmar que a Amazônia é a origem da maior porção das chuvas da América do Sul (NOBRE, 2014).

Sendo assim, manter a floresta em pé é essencial para assegurar a precipitação em boa parte do território. Sabe-se que as previsões sobre as consequências do desflorestamento da Amazônia são alarmantes. Como o bioma é responsável por sua automanutenção e pela sustentação dos ecossistemas que a ele

estão interligados, sua degradação logo atingirá todos os outros biomas brasileiros (VIANA, 2011).

O intenso desflorestamento da Amazônia tem provocado inquietações, pois reúne, em um mesmo local, três problemas ambientais (efeito estufa, perda da biodiversidade e destruição da camada de ozônio) que, correlacionados, podem gerar um colapso ambiental global. A referida floresta já perdeu mais de 15% da sua cobertura vegetal em consequência das queimadas, da exploração madeireira e da expansão da fronteira agrícola. Sendo assim, a degradação atinge também a biodiversidade aquática por intermédio dos garimpos, da pesca predatória e da construção de usinas hidrelétricas (ALBAGLI, 2010).

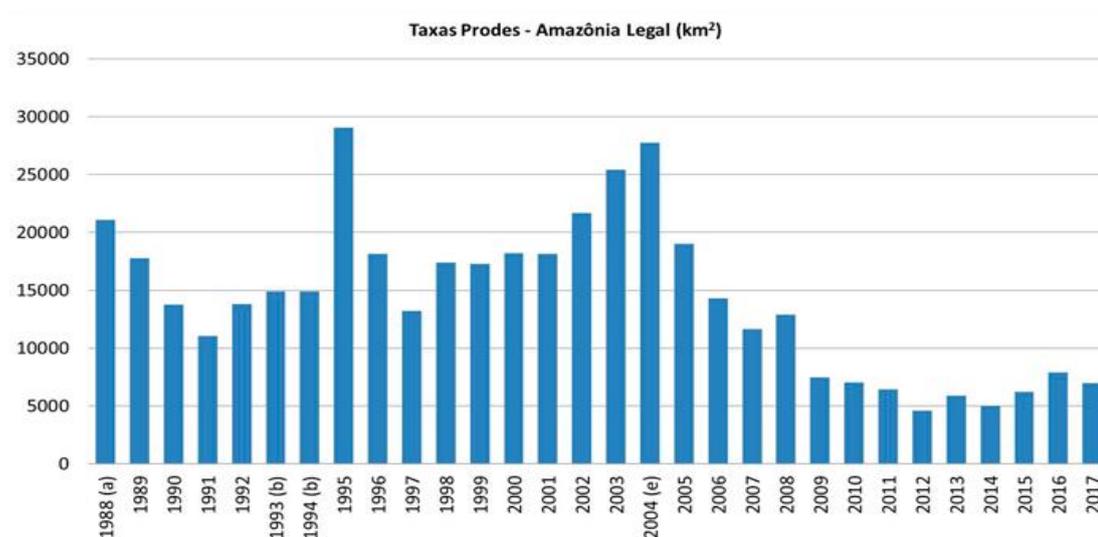
O debate acerca do desflorestamento é bem acentuado, tendo em vista que esse problema desencadeará outras implicações ambientais. Sem a cobertura vegetal, o solo fica desprotegido, resultando em sua lixiviação, compactação, perda de solo, que é transportado ao leito dos rios, assoreando-os. O desflorestamento ocorre para abrir estradas, núcleos urbanos, comércio de madeiras, construção civil, como a construção de usinas hidrelétricas, as quais, por sua vez, são responsáveis por uma intensa supressão vegetal para a construção de seus grandes lagos (ROSENDO; TEIXEIRA, 2004).

Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2018), houve um registro de 6.947 km² de área desmatada na Amazônia por corte raso, no período de agosto de 2016 a julho de 2017. O resultado indica uma redução de 12% em relação a 2016, e de 75% em relação ao registro de 2004, ano do lançamento do Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

Acrescenta-se que a redução de 12% é positiva e oferece um alento, no entanto, é necessário ter consciência de que o desmatamento permanece de forma paulatina. É conveniente também salientar que, entre os estados pertencentes à Amazônia Legal, os que se destacaram foram Pará (35%), Mato Grosso (22,5%) e Rondônia (17,9%), respectivamente (INPE, 2018).

O gráfico 1 demonstra o progresso do desflorestamento da Amazônia Legal. Percebe-se a intensidade, principalmente, nos anos 1995, 2003 e 2004; no entanto, as taxas começam a se retrair a partir dessa última data, respondendo ao Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

Figura 3 - Progresso do desflorestamento da Amazônia Legal



Fonte: INPE (2018)

Dentro da Amazônia Legal, um fato preocupante, segundo Pedlowski (2018), é o estado de Amazonas estar sendo inserido no grupo dos grandes devastadores da Amazônia. No período analisado acima, o estado teve a participação de 14,4% na área desmatada. Assim, a imagem a seguir ilustra bem o quadro do desflorestamento da região, sendo nítido o avanço da degradação, principalmente nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Mato Grosso e de Rondônia.

Figura 4 - Área desflorestada da Amazônia Legal



Fonte: Pedlowski (2018)

Ainda no rol da degradação ambiental da Amazônia, nos últimos anos, com o vertiginoso aumento da industrialização e da urbanização, houve uma sobrecarga

energética, provocando apagões em várias regiões do país. Dessa forma, novamente, a região foi apontada para salvaguardar o país, em razão de sua abundante rede hídrica, ou seja, 20% da água potável mundial encontra-se na Bacia Hidrográfica Amazônica (ARANTES; BAMPI, 2017).

Assim, além de provedora de produtos naturais para o mercado, principalmente grãos, minérios, proteína animal e madeira, esta região, agora também passa a incorporar um processo de mercantilização de suas águas para fins de exploração de usinas hidrelétricas que a coloca sob fortes impactos e consequências decorrentes, que podem alterar sua paisagem e clima, o modo de sobrevivência da fauna, flora, e, sobretudo, a dinâmica de sobrevivência das sociedades humanas que aí vivem (ARANTES; BAMPI, 2017, p. 193).

Aponta-se que, novamente, estabeleceu-se a função de fornecedora de produtos naturais à Amazônia, sendo, portanto, a maior parte com vistas à exportação, ao capital internacional. Assim, dessa vez, é a comercialização de suas águas com olhos à instalação de usinas hidroelétricas. Só no norte mato-grossense, no curso do rio Teles Pires, com base em alguns estudos, verificou-se o potencial “de 3.967 MW, que pode ser distribuído em seis usinas hidrelétricas, a saber: UHE Magessi, UHE Sinop, UHE Colíder, UHE Teles Pires, UHE São Manoel e UHE Foz do Apiacás” (ARANTES; BAMPI, 2017).

Em relação aos malefícios decorrentes das instalações das usinas, é possível citar a intensa supressão vegetal e animal, o desvio dos cursos dos rios (que altera a fauna aquática e a vida dos ribeirinhos dependentes da pesca para sobreviver), o alagamento de vastas áreas (o “lar” de diversas famílias, comunidades, assentamentos, terras indígenas de valor cultural e sentimental imensurável), a perda ou alteração da biodiversidade local, a marginalização social, a precarização dos serviços públicos, o aumento da violência, entre outros (RUELA, 2016).

Entretanto, mesmo com a comprovação das implicações socioambientais em razão da instalação/construção das usinas hidrelétricas na bacia do rio Teles Pires e, ainda, com as reivindicações das sociedades locais, as obras de instalação e construção seguem em perfeito curso e aquelas que não estão operando têm prazo até o final de 2018 para serem finalizadas (RUELA, 2016).

Nos últimos anos, tem aumentado a preocupação em relação à ameaça internacional sobre a Amazônia. A maior preocupação, no entanto, deve ser a respeito da abertura econômica aos grupos internacionais, às negociações e facilidades para

a instalação de empresas multinacionais nesse espaço, pois, a partir de tais instalações, esses grupos passam a ter acesso total aos recursos minerais e demais riquezas da Amazônia (VIANA, 2011; OLIVEIRA, 2016).

Ainda segundo o autor, embora a preocupação seja com o exterior, os maiores inimigos da Amazônia estão em território nacional.

[...] quem desmata são os brasileiros, quem produz e compra madeira ilegal são brasileiros, quem planta em áreas desmatadas são brasileiros, quem promove a grilagem de terras são os brasileiros e quem assassina líderes de movimentos sociais são brasileiros...mais de 80 por cento da madeira produzida na Amazônia (de forma predominantemente ilegal) destina-se ao mercado doméstico brasileiro (VIANA, 2011, p. 8).

Portanto, é conveniente expor que as discussões a respeito da Amazônia ou das Amazônias estão muito distantes de findar. As ambições pelos recursos da região datam do período da colonização portuguesa, quando bandeiras paulistas adentravam a vasta floresta à procura de índios para trabalhos braçais e pedras preciosas. O assalto das suas riquezas continuará até que seja modificada a política econômica capitalista, em que a base na economia se diferencie do atual modelo agroexportador.

Se o problema é a demanda por alimentos, ou melhor, a sua necessidade, que o aumento da produtividade ocorra nas áreas já desmatadas e não por meio da expansão da fronteira, buscando novas áreas de cultivo. A rotação de culturas e a agroecologia são exemplos de melhor aproveitamento das terras desnudas e agricultáveis. Para tal progresso, no país, existem respeitados laboratórios de pesquisa e cérebros competentes, basta mudar o foco das pesquisas e o modo de visão dos grandes empreendedores nacionais, com vistas para o desenvolvimento, qualidade de vida e segurança alimentar para sua *polis*, prioritariamente.

2.2.4 Uso e ocupação do norte mato-grossense a partir de 1970

A ocupação via processo de colonização de novas áreas que, até então, não estavam ocupadas oficialmente, é uma prática antiga, designada pelo Estado brasileiro, e está intrinsecamente ligada à migração.

O marco inicial para a referida ação no Brasil, segundo Miranda (1990), teve início no século XVIII, com a chegada dos açorianos ao litoral Sul do Brasil. A partir desse momento, grupos de nacionalidades diversas aportaram no país, ação que foi

limitada e repreendida a partir de 1930, devido à crise econômica e ao crescente desemprego no país.

A partir de 1930, frente à crise nacional, foi estabelecido o plano de Vargas, “A marcha para o Oeste”, priorizando a migração interna dirigida e coordenada em esfera nacional. Para tal, foram criadas diversas medidas para efetivar e dinamizar o processo de colonização/ocupação dos “espaços vazios”.

Nesse contexto, Mato Grosso foi incorporado à economia nacional no final da década de 1940, no âmbito da expansão cafeeira, em razão da emergência agrícola e do crescimento urbano/industrial, principalmente nas metrópoles brasileiras. Desse modo, foi necessário aumentar a produção agrícola e, para isso, uma das medidas foi a expansão da fronteira agrícola, alcançando as terras do Centro-Oeste e do Norte do país (MORENO, 2005).

Logo, o processo de ocupação do norte mato-grossense teve início com a Expedição Roncador-Xingu, executada pelos irmãos Villas Bôas (expedição criada em 1943, pelo governo de Getúlio Vargas). Essa comitiva abria picadas no meio da densa floresta e plantava roças, a fim de permitir o avanço mais acelerado da expedição; o grupo também realizava o reconhecimento e demarcação de terras. Essas ações facilitaram o surgimento de vilas e cidades ao longo das picadas (OLIVEIRA, 2016).

Em setembro de 1943, foi criada a Fundação Brasil Central para agir com a Expedição Roncador-Xingu, cujo maior objetivo era facilitar o povoamento e a fixação dos migrantes camponeses por meio de investimentos em infraestrutura (construção de pontes, abertura de estradas, campos de pouso, alojamentos, igrejas, entre outros), atuando até o final de 1954 (SIQUEIRA, 2002).

Uma das atribuições de Orlando Villas Bôas, sertanista e indigenista, membro do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), era localizar, contatar e “amansar” os índios. Outro objetivo da expedição era preparar o território para o avanço da colonização, “limpando” a área (tirando os índios). Após negociações, as diversas etnias encontradas por eles foram direcionadas para um espaço criado para essa função. No caso mato-grossense, foram para o Parque Indígena do Xingu (a maioria dos integrantes). Algumas etnias foram somente após muita resistência, mas muitas o fizeram por estarem sem forças para continuar a luta, como o caso dos Panarás, que tiveram a maior parte do grupo dizimada por doenças transmitidas pelo contato com o homem branco (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Pagliaro (2005), a região em que hoje se encontram as cidades originárias da Gleba Celeste (Vera, Sinop, Cláudia e Santa Carmem) era ocupada pelos Kayabi ou Kawaiwet, como eles se autodenominam. Até meados do século XX, esses grupos viviam na região determinada de “Alto Teles Pires, desde a confluência do rio Verde até alguns quilômetros acima da barra do rio Peixoto de Azevedo, e parte da bacia do rio dos Peixes, afluente da margem direita do Rio Arinos, no estado de Mato Grosso” (PAGLIARO, 2005, p. 80).

Há registros dos Kayabi na área da Gleba Celeste desde o século XVIII; no entanto, o provável primeiro contato deve ter sido com Pirineus de Souza, em 1915. Pressionados por seringueiros, posseiros, frentes agrícolas, muitos desses indígenas foram trabalhar nos seringais, na retirada da madeira e na preparação das fazendas (iniciando a aculturação e a perda da identidade indígena) (PAGLIARO, 2005).

No contexto da colonização de Vera, de acordo com Panosso Netto (2000), quando as primeiras equipes de trabalhadores da Empresa Colonizadora e os primeiros imigrantes chegaram à referida área, eles não perceberam a presença de etnias indígenas. No entanto, isso não significa que o local seria um “espaço vazio.” Em diálogo com o senhor M/04, ele relatou que foram encontrados artefatos indígenas próximos ao Rio Caiabi, em Vera:

Na região tinha, mais aqui não tinha mais não (índios), aqui mesmo não tinha, aqui perto do rio Caiabi achei muitos artefatos e tinha muitas panelas, quando ia cava de vez em quando achava uma, ali aonde era a fazenda Paraíso ali encontrava bastante.

Nesse contexto, o senhor M/16 relata sua experiência no contato com elementos da tribo Kayabi. O entrevistado foi um dos primeiros a chegar às imediações do novo núcleo urbano (setembro de 1971). Ele trabalhava na Colonizadora Sinop, na abertura de picadas, estradas e serviços gerais. Sua moradia ficava distante do núcleo urbano, talvez essa seja a explicação do contato com os indígenas, contrariando a bibliografia existente sobre o tema.

Tinha índios sim, só que era tudo índios civilizado, tinha os índios kayabi que morava ali perto, eles não saía da minha casa, era dois rapaiz e a veia, a veia não recebia ninguém porque ela não falava português, mais os rapaiz sim, e tinha uns índios lá pra baixo (Xingu) que sempre vinha vende peixe e as bugigangas (M/16).

Em relação à estruturação da agricultura capitalista no novo espaço, uma das medidas foi a imposição das técnicas capitalistas sobre as formas de manejo exercidas na região. Com o plano de valorização da Amazônia, houve um incentivo para que as populações locais incorporassem técnicas modernas no processo extrativista, pois: “[...] a maioria da população rural brasileira, habitante da região Amazônica, utilizava recursos arcaicos, pois, na verdade, tanto índios como caboclos eram considerados, na ótica desse Plano, atrasados e pouco produtivos” (SIQUEIRA, 2002, p. 232).

Desse modo, na lógica das ações “desenvolvimentistas”, o que importou foi o progresso e o lucro a qualquer custo. Assim, o processo de desenvolvimento idealizado, formalizado e executado pelos governos militares foi responsável por intensa degradação ambiental e social, tanto no norte mato-grossense, como em toda a Amazônia (OLIVEIRA, 2016).

Podemos concluir que o avanço da fronteira Norte mato-grossense e amazônica foi responsável pela destruição de muitas etnias, sendo que, para os colonos, garimpeiros e posseiros, essa opção também não foi muito satisfatória, pois poucos chegaram a sair da pobreza. Para as grandes empresas capitalistas, ao contrário, a dilatação dessa fronteira, a possibilidade de aquisição de latifúndios, de pastagens para o gado e o controle sobre a produção mineral representou mais uma chance para a expansão do capital e de seus lucros (SIQUEIRA, 2002, p. 238).

Corroborando o exposto, Teixeira (2006) relata que as atividades e as sociedades que não se encaixavam na dinâmica do agronegócio ficavam obrigadas a ocupar terras menos férteis, de difícil acesso, ou buscar áreas de periferia para suprir suas necessidades. No entanto, elas nunca deixaram de existir, notavelmente coexistem com o sistema capitalista, buscando sua sobrevivência com base na resistência, fato que pode ser verificado com sociedades indígenas, grupos de sem-terra, pequenos produtores, entre outros.

Ao poder executivo da época, a região amazônica era carente de mão de obra, portanto, nas décadas de 1950 e 1960, o Estado começou a vender extensas áreas de terras a colonizadoras particulares por valores bem atrativos, desse modo, por meio da colonização, esse problema seria atendido. Todavia, a região só veio a sofrer um acelerado processo de ocupação a partir de 1970, quando da construção da BR-163, que liga Cuiabá à cidade de Santarém, e com a abertura de algumas clareiras no meio da floresta Amazônica. “A primeira área de clareira aberta na Bacia do Médio

Teles Pires, na região, foi o espaço que viria a se constituir o atual município de Vera (situado na Gleba Celeste)” (ROSENDO; TEIXEIRA, 2004, p.76).

A seguir, está disposta uma imagem do troçado da BR-163 nos anos iniciais da ocupação nas proximidades de Sinop.

Figura 5 - BR-163 próximo à entrada de Sinop (1973)



Fonte: Acervo da Colonizadora SINOP (2018).

Durante longo período, uma das prioridades da colonização oficial era facilitar o processo de ocupação para fixar as fronteiras geográficas, em resposta às constantes ameaças de invasão dos países vizinhos. Assim, seria possível manter a soberania nacional e, desse modo, a colonização, a partir de 1970, passou a ser influenciada pela forma como os militares percebiam a Amazônia, tendo em vista que a ocupação dessa área há muito tempo era assunto de debates pelo exército; no entanto, só a partir de 1964, os militares conseguiram efetivar seus planos de ocupação e desenvolvimento (PANOSSO NETTO, 2002).

Pretendiam transferir emigrantes para a região a fim de deixar claro para os países vizinhos, e também para os países da Europa e Estados Unidos, que a Amazônia “tinha dono”. Os militares desejavam ainda desenvolver a região amazônica como forma de proteger o território. Desenvolvimento significava também segurança (PANOSSO NETTO, 2002, p. 23).

Sendo assim, após o golpe militar, o governo elaborou alguns dispositivos econômicos, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para efetivar seus projetos na região.

Os militares que assumiram o poder são frutos da Escola Superior de Guerra (ESG), que foi fundada em 1949 e foi o principal órgão divulgador das teorias

geopolíticas no Brasil. Os principais assuntos debatidos pelos alunos da ESG eram a segurança e o desenvolvimento do país e foi nesse momento que a atenção se voltou à Amazônia (PANOSSO NETTO, 2002).

No entanto, conforme Oliveira (2016), a real intenção dos governos militares era disponibilizar as riquezas brasileiras para a economia mundial. Assim, o lema “Integrar para não entregar”, em verdade, significava abrir os caminhos, criar condições para possibilitar a exploração dos recursos minerais pelas multinacionais, ou seja, não entregar aos comunistas e aos países vizinhos para entregar ao capital internacional e, tão logo, aos Estados Unidos da América.

Entre os anos de 1970 a 1974, o INCRA priorizava assentar colonos com baixo poder aquisitivo em Rondônia e Mato Grosso, agindo de acordo com a proposta do projeto POLONOROESTE, o qual era responsável por três objetivos: aumentar a produtividade de alimentos, com vistas a abastecer o mercado interno e para exportação, através da agricultura; frear o êxodo rural (re)direcionando o grande fluxo de migrantes das metrópoles do Sudeste para a Amazônia; e reduzir os conflitos agrários do Nordeste e do Sul do país. Entretanto, a colonização exercida pelo INCRA não vigorou, tomando força, a partir de meados de 1970, a colonização particular, com incentivos do governo e créditos para as grandes empresas nacionais e multinacionais (ROSENDO; TEIXEIRA, 2004).

Conforme as autoras, a colonização objetivava a desenvolver a agricultura e fixar o migrante na terra; contudo, a baixa fertilidade e o excesso de acidez do solo dificultaram o processo agrícola de imediato. Dessa forma, a extração e o comércio da madeira foram o suporte para a colonização, para a fixação dos migrantes e para o desenvolvimento regional. Assim, o cenário econômico logo foi modificado pela introdução dinâmica da monocultura para exportação, como a pecuária, a soja, o milho, entre outras (OLIVEIRA, 2016).

No entanto, é sabido que nunca houve, por parte do Estado, uma política de fixação do migrante na terra. Desse modo, com o insucesso dos projetos de colonização, o grande fluxo de migrantes que se direcionou para as áreas de fronteira tornou-se mão de obra nas mais diversas atividades: abertura de áreas para agropecuária e áreas urbanas, garimpo, extração madeireira, entre outras (OLIVEIRA, 2016).

É importante acrescentar que, no contexto de colonização/ocupação de Mato Grosso, houve a participação de dois grupos distintos de migrantes: o migrante

capitalizado, que foi em direção à “fronteira agrícola amazônica”, com intenção de fazer riqueza (acumulação capitalista) adquirindo extensas áreas de terras com vistas à especulação, pecuária e monocultura de exportação.

Em contrapartida, houve a participação direcionada (ou não) de um significativo contingente de migrantes camponeses, no caso, trabalhadores contando apenas com sua força de trabalho, com poucas reservas monetárias, buscando terra para sua subsistência e de sua prole. Esse último grupo foi o que recebeu maior atenção no percurso deste estudo em tela.

Uma importante ferramenta de atração do migrante para a Amazônia Legal, a partir de 1972, após a autorização dos projetos de colonização, foi o *marketing* exercido pelas empresas colonizadoras, tendo em vista que, através dos veículos de comunicação da época (principalmente rádio e jornal impresso), foram realizadas intensas propagandas das terras férteis, onde tudo se produzia fartamente, com promessas de riqueza para todos (LACERDA, 2008).

Bampi (2012) expõe que, no início da colonização da Amazônia norte mato-grossense, na década de 1970, os migrantes buscavam terras para pequena e média agricultura, objetivando ao subsídio e à geração de riquezas; porém, diante das adversidades locais, entre elas, a questão da logística, a agricultura não prosperou de imediato, como se esperava.

Dessa forma, muitos migrantes tomaram o caminho de volta ao local de origem, outros migraram para novas frentes agrícolas e a maioria dos que permaneceram deu início aos trabalhos, majoritariamente no setor madeireiro.

[...] muitos migrantes chegaram e, logo depois, retornaram. As dificuldades, motivadas pelo isolamento - falta de estradas, falta de prestadores de serviços, falta de compradores, as diferenças socioculturais das áreas de cerrado em relação às áreas de origem (região Sul, por exemplo), a ineficiência e inexistência de serviços básicos – saúde e educação – estão muito presentes nas narrativas dos que resistiram e permaneceram (PHICHININ, 2009, p. 73).

É elementar expor que, no período da colonização, vários migrantes foram acometidos por doenças tropicais, principalmente a febre amarela, nos primeiros meses. Em seguida, de modo mais expressivo, a malária, moléstia típica da região amazônica. Várias foram as enfermidades detectadas no decorrer da consolidação da fronteira agrícola amazônica (principalmente na primeira fase, na implantação do projeto). No entanto, conforme a paisagem e o meio ambiente foram se

transformando, os perigos e ameaças à saúde foram se modificando (WEIHS et al., 2017).

Nos primeiros anos, as principais enfermidades estavam ligadas ao desflorestamento, à alteração ecológica do meio ambiente, à falta de infraestrutura sanitária, à carência, entre outros fatores. Nesse período, portanto, estavam presentes a febre amarela, a malária, a leishmaniose, a hepatite, os acidentes de trabalho em decorrência do desmate, doenças respiratórias relacionadas às queimadas efetuadas na limpeza dos lotes após o desflorestamento, os quais foram quantitativamente ampliados no advento das indústrias madeireiras (WEIHS et al., 2017).

Ainda conforme os autores, na atualidade, no auge da agricultura comercial, são encontrados recorrentes casos de doenças crônico-degenerativas relacionadas ao aumento da utilização de agrotóxicos nas lavouras, principalmente neoplasias, transtornos mentais, depressão, Alzheimer, mal de Parkinson, entre outras.

Voltando às condições financeiras dos migrantes, em um primeiro momento, a migração ocorreu com trabalhadores sem capital e, mais tarde, com pequenos produtores rurais, alguns já com reservas para investir nas novas terras. Muitos migrantes camponeses, em sua maioria do Sul e Sudeste, vendiam suas terras, que eram muito valorizadas, e compravam áreas do Cerrado e da Amazônia. Assim, essas novas áreas eram negociadas por um baixo valor comercial. Desse modo, compravam em Mato Grosso um volume bem maior de terras em comparação ao valor que vendiam no Sul (MARION et al., 2005).

Em 1974, no então governo de Geisel, empresas como Cônsul e Camargo e Correia iniciaram a colonização por meio de empréstimos (junto à SUDAM) a longo prazo, com juros baixos e demais facilidades, para implantar os projetos de colonização em terras devolutas do Estado ao longo das margens das rodovias. Ainda nesse mesmo ano, foi desenvolvido o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), cujo escopo era mapear para melhor aproveitar os espaços vazios, quando a agricultura passou a gerar divisas ao país, suprimindo o mercado interno e o externo (LACERDA, 2008).

Oliveira (2016) ressalta que alguns programas de colonização foram realizados no intuito de levar mão de obra para os projetos agropecuários e agrominerais, os quais, em sua maioria, eram usados por empresas ou empresários para fins especulativos e sonegação de impostos; poucos foram os que realmente cumpriram os prazos com a SUDAM. Desse modo, grupos empresariais nacionais e

internacionais foram beneficiados com incentivos fiscais e facilidades comerciais, aumentando seu poder aquisitivo.

Corroborando o exposto, Picoli (2005) elucida que todo o processo de ocupação desenvolvido na Amazônia Legal, principalmente durante a atuação dos governos militares (1964 a 1985), teve como objetivo principal a instalação dos já citados projetos agropecuários e agrominerais, com vistas à acumulação capitalista.

O direcionamento populacional foi apenas mais uma manobra para facilitar a execução dos planos de disponibilizar o território do Centro-Oeste e Amazônia para grupos empresariais nacionais e internacionais. Desse modo, esses grupos agiram desconsiderando e desfigurando todo o aporte social, cultural e ambiental preexistente no local de sua estruturação.

2.2.5 A atuação das empresas colonizadoras e as formas de ocupação desenvolvidas no norte de Mato Gross

Colonização é o “[...] processo de ocupação e valorização de áreas disponíveis para o povoamento e exploração econômica” (MORENO, 2005, p. 52).

Entende-se como colonização toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra, através da divisão em lotes ou parcelas, visando o aproveitamento econômico, através da implantação de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais (TEIXEIRA, 2006, p. 20).

A colonização é um processo indissociável da migração e procede de uma decisão política governamental. Dessa forma, Moreno (2005) destaca que a colonização sempre foi usada como estratégia governamental na ocupação de novas áreas. Por diversos fatores, ora para resolver questões de conflitos agrários, ora para garantir a soberania nacional, ora para atrair e manter uma reserva de mão de obra, efetivaram-se os projetos agropecuários implantados na nova fronteira agrícola.

Conforme Moreno (2005), as primeiras tentativas de formação de núcleos coloniais mediadas pelos governos federal e estadual datam de 1906, com a fundação do serviço de Povoamento do Solo Nacional pela União, o qual, entretanto não prosperou. Novas tentativas ocorreram a partir da década de 1930, com a “Marcha para o Oeste”, quando várias colônias agrícolas foram criadas, proporcionando uma

nova configuração ao território mato-grossense, ao qual se dirigiu grande fluxo de migrantes.

Segundo Schaefer (1985), são praticadas no Brasil três formas de colonização: espontânea, oficial e particular.

A colonização espontânea é a forma que sempre aconteceu, sem maiores interferências governamentais, realizada por agricultores, posseiros, camponeses, de forma livre e sem ordenamento. Geralmente, os migrantes dessa categoria ocupam áreas inexploradas, fazem o papel de abertura de novas áreas; no entanto, são considerados invasores e, na maior parte dos casos, têm baixo poder aquisitivo. Ocorreu na fronteira agrícola amazônica com grande vazão até 1970, quando surgiram outras formas de colonização, mas nunca deixou de existir.

A colonização oficial é realizada conforme o ordenamento do INCRA. Ocorreu quando o governo adotou uma nova forma de colonização da Amazônia, com a criação do Programa Nacional de Integração Nacional (PIN), em 16 de junho de 1970, tendo como principal objetivo a construção de rodovias, como a Transamazônica. Em 9 de julho de 1970, foi criado o INCRA “[...] com os objetivos de promover, coordenar, controlar e executar a colonização e a reforma agrária; e ainda o cooperativismo, o associativismo e a eletrificação rural” (SCHAEFER, 1985, p. 49). O INCRA iniciou o processo de colonização selecionando os migrantes com o apoio do governo, financiando o processo migratório; no entanto, essa ação governamental perdurou apenas até 1974.

Segundo Moreno (2007), entre 1980 e 1992, o INCRA implantou 59 projetos de colonização e de assentamentos no estado de Mato Grosso, divididos em quatro modalidades diferentes:

a) PAR – Projeto de Assentamento Rápido: desenvolvido em áreas com alguma estrutura em andamento. A ação do INCRA, nesse caso, era de demarcar, delimitar e conceder a titulação dos lotes, objetivando a erradicar os focos de tensão nos locais;

b) PAC – Projeto de Ação Conjunta: ação em conjunto com uma cooperativa que cuidava da administração e da manutenção do projeto, com assistência técnica e financeira. Ao INCRA, cabia a responsabilidade pela infraestrutura e titulação da área;

c) PEA – Projeto Especial de Assentamento: esses projetos eram de total responsabilidade do INCRA, entendidos como projetos emergentes, destinados à

população que foi retirada de áreas de conflito como, por exemplo, o caso da PEA de Lucas do Rio Verde, único projeto dessa categoria no estado;

d) PA – Projeto de Assentamento: o objetivo com esses tipos de projetos é regularizar as áreas ocupadas por posseiros, consolidando a ocupação em um curto prazo; essa forma de projeto ainda está em vigor.

A colonização particular ou privada “Trata-se de pessoa física ou jurídica de direito privado que tenha por finalidade promover o acesso à terra e o seu aproveitamento econômico por meio da divisão em propriedades adequadas à região” (SCHAEFER, 1985, p. 50). Teve destaque a partir de 1974 e contou com diversos incentivos governamentais, tais como terras disponíveis com financiamento a longo prazo; recursos de infraestrutura; seleção e capacitação de agricultores; entre outros.

A partir de 1971, essa forma de colonização foi autorizada pelo INCRA em áreas prioritárias à reforma agrária, nas faixas compreendidas até dez quilômetros de cada margem das novas rodovias e em terras devolutas incorporadas à União. Em 1976, as empresas colonizadoras começam a atuar na seleção de agricultores para trabalhar em forma de cooperativas; essa ação era uma estratégia para manter os agricultores subordinados às colonizadoras. Essa forma de colonização prioriza os grupos empresariais e os agricultores com melhor poder aquisitivo (médios e grandes proprietários), sendo dificultada a aquisição de propriedades por migrantes que nunca possuíam terras no Sul (SCHAEFER, 1985).

O INCRA fazia a fiscalização das empresas colonizadoras, assim, passava pelo órgão a aprovação ou não dos projetos. Entre 1970 e 1980, 33 empresas foram cadastradas junto ao referido órgão no estado de Mato Grosso, quando foram implantados 88 projetos de colonização. Dentro desse grupo de empresas, está a Colonizadora SINOP S.A, com os projetos Gleba Celeste I, II, III, IV e V, totalizando 449.204,924 hectares, distribuídos entre 2.412 lotes urbanos e 4.079 lotes rurais (MORENO, 2007).

Conforme Moreno (2005), tanto os grupos empresariais quanto os migrantes que possuíam uma razoável reserva monetária demonstravam interesse pelas terras mato-grossenses devido ao baixo custo e ao incentivo governamental para adquiri-las. Schaefer (1985) refere que as terras no Sul do país, naquele momento da expansão agrícola (período em discussão), estavam muito valorizadas, o que dificultava aos pequenos e médios agricultores adquiri-las, “[...] por isso, acabavam

optando pela troca de 5 a 10 alqueires no Paraná por 200 ou mais alqueires no Mato Grosso” (SCHAEFER, 1985, p, 24).

Diversas colonizadoras que agiram no recrutamento de migrantes rumo ao norte de Mato Grosso eram totalmente seletivas. Tais ações eram disfarçadas nas exigências para a aceitação dos candidatos no caso de compra de terras. Essas empresas davam preferência a proprietários de terras acima de 20 alqueires no Sul, pois teriam condições financeiras diante das possíveis dificuldades que pudessem encontrar nas novas terras (SCHAEFER, 1985).

Outro aspecto muito considerado foi o fato de os colonos sulistas já terem experiência no trato da terra com técnicas mais sofisticadas. No entanto, os colonos eram usados pelas colonizadoras quando a carência de mão de obra era grande. Mais tarde, porém, eram substituídos pelo gado e pelas máquinas (SCHAEFER, 1985).

A estratégia das colonizadoras ia além da atividade extrativa, da venda de terras e do controle do mercado para a produção agrícola e atividades correlacionadas. Essas empresas assumiram todas as responsabilidades na área de implantação do seu projeto de colonização, como a infraestrutura, “medição e demarcação de terras, abertura de estradas vicinais, implantação de núcleos urbanos, instalação de serviços de saúde e educação” (MIRANDA, 1990, p. 49).

As empresas atraíam os migrantes por meio de propagandas disseminadas no Sul do país (no caso da Colonizadora Sinop, principalmente no Paraná, pois, nesse estado, estava a sede da colonizadora) e custeavam a vinda dos interessados em adquirir terras no Mato Grosso, sendo que a cobrança dos custos só ocorreria se os interessados resolvessem não ficar com os lotes (MIRANDA, 1990).

Muitos grupos de empresários do Centro-Sul do país adquiriram grandes áreas de terra em Mato Grosso. Inicialmente, eles ocupavam as terras à margem das rodovias federais, as quais, depois, eram compradas do INCRA por um valor bem baixo. Essas propriedades variavam entre 101 e 3.000 hectares, porém muitos grupos compravam muito além desses valores através de documentos falsos, os quais eram adquiridos com procuradores que obtinham o documento de terceiros, e também manipulavam documentos falsos junto aos órgãos oficiais, com declarações comprovando que aquelas áreas não eram habitadas por índios ou posseiros (MORENO, 2007).

A ocupação do norte mato-grossense, por exemplo, teve sua base na grilagem de terras. Lá, o ponto alto do mecanismo de grilagem das terras indígenas foi a figura do procurador; este, munido de procurações muitas vezes falsas, obtinha títulos de áreas contíguas, burlando assim a Constituição Federal, que impedia a venda, sem prévia autorização do senado[...] (BECKER, 1990, p. 31).

Tanto a colonização oficial, quanto a particular foram utilizadas pelo governo para controlar a posse da terra. Dessa forma, tirou-se a autoridade do governo estadual, sendo também um meio utilizado para proporcionar o acesso à terra aos trabalhadores expropriados, resolvendo parte dos conflitos e evitando uma reforma na estrutura do campo brasileiro (MORENO, 2007).

O Estado resolveu antigos conflitos, porém foi negligente e conivente com novos embates, pois, nas regiões alocadas para os projetos de colonização e de atuação da nova fronteira agrícola, ocorreram habituais conflitos entre os grupos sociais dominantes e os habitantes preexistentes. A maior motivação para as contendas deveu-se por não se tratarem de “espaços vazios”, porque eram habitadas por posseiros, ribeirinhos, mineiros, extrativistas, etnias indígenas, entre outros, que possuíam sua cultura, seu modo de vida, e resistiram à dominação capitalista e à expropriação de seus direitos. No entanto, essas pessoas foram desconsideradas, vistas erroneamente como atrasadas e primitivas (SILVA, 2007).

A modernização da agricultura levou ao avanço da fronteira agrícola e ao processo de colonização, dinamizando a ocupação amazônica e tão logo a reconfiguração do espaço mato-grossense. Segundo Becker (1990), a atração de migrantes de todo o território nacional foi uma das principais estratégias desenvolvidas pelo estado para ocupar o referido espaço, pois era necessário um alto contingente de mão de obra para dinamizar e implantar o capitalismo na região.

Na reestruturação econômica do país, a partir de 1970, com o Programa de Integração Nacional, houve uma reorganização no campo brasileiro. Com a inserção da produção em larga escala, foi necessário tecnificar o campo para aumentar a produtividade. Nesse contexto, no momento da incorporação de Mato Grosso à economia nacional, o país já passava por um período de modernização da agricultura, em especial nas regiões Sul e Sudeste do país.

Em Mato Grosso, muitas cidades surgiram a partir do processo de colonização/ocupação, “cujos núcleos urbanos implantados no meio da selva ou do

cerrado possibilitaram a apropriação capitalista do campo e a aceleração do processo de reestruturação espacial do território mato-grossense” (MORENO, 2007, p. 179).

Vilarinho Neto (2005) evidencia que o espaço urbano mato-grossense teve origem no século XVIII, com a fundação de Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Chapada dos Guimarães, Cáceres, Porto Esperidião, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Diamantino, Rosário do Oeste, Santo Antônio do Leverger e Barão do Melgaço. O estado permaneceu com essa configuração territorial até o final do século XIX. No início do século XX, em razão da descoberta das minas de diamante, surgiram diversos povoados, sendo que alguns se emanciparam, tais como Poxoréu, Guiratinga, Barra do Garças e Alto Araguaia.

Até 1970, no norte de Mato Grosso, havia apenas sete grandes municípios: Nobres, Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Porto dos Gaúchos, Diamantino e Aripuanã, somando juntos 62.139 habitantes (a população indígena não era recenseada). Já o estado, no geral, contava com 34 municípios e uma população de 598.879 habitantes (MORENO, 2007).

De acordo com Higa (2005), os projetos políticos direcionados para a expansão da fronteira agropecuária e de integração culminaram em crescente fluxo migrante à área em questão, resultando na formação de diversos núcleos urbanos (futuros municípios). Outro fator que dinamizou o processo foi a divisão do estado, em 1977, e a efetivação da criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1º de janeiro de 1979, fato que possibilitou o aumento dos incentivos fiscais, das melhorias na infraestrutura e do apoio ao desenvolvimento econômico.

Ao ser efetivada a divisão, Mato Grosso contava com 38 municípios. “Em 1980, o número de municípios chegou a 55; em 1990, a 95 unidades municipais, chegando, em 31 de janeiro de 2000, a 142 municípios juridicamente criados” (HIGA, 2005, p. 91). No estado, os municípios mais antigos tiveram origem em atividades diferenciadas como, por exemplo, Cuiabá, Guiratinga e Alto Taquari, que surgiram da exploração mineral; Rondonópolis e Santo Antônio do Leverger passaram a existir a partir da agricultura familiar; e Poconé e Cáceres são oriundos da concentração populacional destinada à pecuária extensiva.

Corroborando o exposto e à guisa de conclusão, Vilarinho Neto (2005) elucida que a mineração pouco influenciou o ordenamento territorial do estado de Mato Grosso no pós-1970. A formação de municípios ocorreu de forma dinâmica após a modernização da agricultura e o processo de integração nacional, o que levou um

forte fluxo migrante a ocupar toda a região amazônica e, em específico, o referido estado.

3 A MATERIALIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES E A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1 O empresariamento da ocupação

A Colonizadora SINOP foi a primeira empresa oficial e legalmente constituída a iniciar o processo de colonização na fronteira amazônica. Essa colonizadora e as empresas Indeco e Colíder dividiram entre si, em 1970, o centro norte do estado de Mato Grosso para desenvolver seus planos de colonização/reocupação nesse estado. Esses projetos foram sustentados em uma rede urbana e em centros rurais, com base na valorização agrícola das terras, cujo grande objetivo era obter lucro com a venda dessas terras (TEIXEIRA, 2006).

Figura 6 - Gleba Celeste (1972) – Vera-MT



Fonte: Acervo da Colonizadora SINOP (Vera), 2018.

O Grupo SINOP (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná) tinha como sócio majoritário Ênio Pipino. Com sede em Maringá, no estado do Paraná, o Grupo também possuía escritórios em Curitiba (PR), São Paulo (SP), Cuiabá e Sinop, as duas últimas no Mato Grosso (SCHAEFER, 1985). Ênio iniciou seus trabalhos como colonizador no Paraná, ainda em 1948, com a empresa SINOP Terras S/A; no total, o grupo foi responsável pela origem de 18 cidades no noroeste e sudoeste do estado, como Terra Rica, Jesuítas, Iporã, Iverã, entre outras (PANOSSO NETTO, 2002).

No norte de Mato Grosso, a primeira área de terra da Colonizadora SINOP foi adquirida de Jorge Martin Phillip, em outubro de 1970 (vale lembrar que essas terras pertenciam, à época, ao município de Chapada dos Guimarães). No caso, uma área de 199.064,896 hectares disposta em 214 títulos, a uma distância de 500 quilômetros ao norte de Cuiabá, no eixo da Rodovia Cuiabá-Santarém, à margem direita do rio Teles Pires (PANOSSO NETTO, 2002; MIRANDA, 1990).

Devido à escassez de terras disponíveis para ocupação no Paraná, e para dar continuidade aos trabalhos da Colonizadora SINOP, instigados pelos novos projetos governamentais, em fevereiro de 1971, Ênio e os demais sócios fundaram a Colonizadora SINOP S/A. Em abril do mesmo ano, o Grupo recebeu do INCRA a certificação de empresa colonizadora, a autorização necessária para dar início aos seus projetos de colonização no norte de Mato Grosso, com apoio legal e amparo do PIN (PANOSSO NETTO, 2002).

O primeiro projeto de colonização do grupo SINOP foi dividido em três partes: “1. Primeira parte, com 63.741,30ha, denominada cidade de Vera; 2. Segunda parte, com 64.407,67ha, denominada cidade de Santa Carmem; 3. Terceira parte, com 59.519,00ha, denominada cidade de Sinop” (PANOSSO NETTO, 2002, p. 38).

Panosso Netto (2002) relata que, com o passar do tempo, a empresa foi adquirindo novas áreas. Em 1975, o território da Gleba Celeste totalizava 369.017,10 hectares, momento em que o projeto sofreu alterações, surgindo então o Núcleo Colonial Celeste 2, sendo essa a quarta parte da empreitada e onde a cidade de Cláudia foi fundada.

No antigo município de Chapada dos Guimarães, a Colonizadora SINOP-Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná implantou em 1972 o “núcleo colonial Celeste”, em uma área aproximada de 200 mil hectares de terra, adquirida de terceiros. Por meio de sucessivas aquisições, essa área foi aumentada em mais de 600 mil hectares, passando a ser chamada “Gleba Celeste”, situada na área de influência da BR-163. Dentro dessa gleba foram desenvolvidos os projetos de Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia. O traçado das cidades seguiu o plano de “urbanismo-rural” projetado pelo INCRA, tendo um centro maior, denominado “rurópolis”, (Sinop), congregando à sua volta centros menores, as agrópolis (Vera, Carmem e Cláudia), seguidos dos Centros rurais, as agrovilas (MORENO, 2005, p. 69).

O processo de colonização/reocupação teve início com a implantação da estrutura física conforme a política de ocupação definida pelo INCRA. Assim, os lotes eram organizados em chácaras, lotes rurais e comunidades ou centros urbanos. As dimensões das chácaras variavam em média de 10 hectares, alocadas em torno dos

núcleos coloniais; os lotes rurais tinham dimensões em média de 300 hectares. As comunidades eram projetadas para socializar os colonos; nelas, as colonizadoras já implantavam uma venda, uma escola e uma igreja, ações que garantiam a permanência do colono e também agregavam valor às terras (MIRANDA, 1990).

Ênio, com a experiência adquirida, percebeu que, para obter sucesso em seus projetos, seria necessário iniciá-los com o mínimo de infraestrutura possível, porque, desse modo, garantiria a fixação dos migrantes. A construção dos núcleos urbanos foi iniciada pelo traçado da praça central, sendo que os loteamentos se estenderam em volta dessa praça; em seguida, a abertura de estradas foi feita. Após, iniciaram a construção de pontes, igrejas, escolas, entre outras benfeitorias (PANOSSO NETTO, 2002).

A execução do projeto teve início pelo núcleo de Vera (o marco inicial da reocupação), inaugurada em 1972, planejada para ser uma cidade pequena. Em 1974, foram fundados os núcleos de Santa Carmem e Sinop; em 1978, foi a vez de Cláudia. Os migrantes que participaram do referido processo de reocupação eram originários, em sua maioria, do Sul do país, principalmente do Paraná (MIRANDA, 1990).

É importante mencionar que o modelo econômico adotado no decênio de 1970 em toda a Amazônia norte mato-grossense, aliado à política de integração nacional e ao desejo do campesino sulista de dominar a agricultura e expandir suas terras (principalmente aos filhos), foram os principais motivadores da transformação socioambiental local. Pautada em uma necessidade constante de expansão das áreas agricultáveis, por meio da abertura das florestas, no ideário sulista do desmatamento civilizador, essa ação foi entendida como sinônimo de desenvolvimento (BAMPI et al., 2014).

3.1.1 Vera, a gênese de um município na Amazônia norte mato-grossense

No decênio de 1950, extensas áreas devolutas pertencentes ao estado de Mato Grosso, próximas aos rios Ferro, Teles Pires, Tartaruga, Xingu, entre outros, começaram a ser reocupadas por latifundiários para a exploração de riquezas naturais, principalmente a borracha. Foram os seringueiros, portanto, os responsáveis pela abertura da estrada Rio Novo, que mais tarde seria utilizada pela equipe da Colonizadora SINOP, ao iniciar os trabalhos da Gleba Celeste. É conveniente lembrar

que, naquele momento, a BR-163 estava em construção, sob responsabilidade do Batalhão de Engenharia de Construções do Exército (9º BEC) e foi inaugurada apenas em 20 de outubro de 1976 (PANOSSO NETTO 2000; SANTOS, 2011).

Ainda na referida década, ocorreram duas tentativas frustradas de reocupação da região de Vera (hoje, o local está na jurisdição do município de Feliz Natal, desmembrado de Vera em 1995) por colonizadoras particulares: a Empresa agropecuária Extrativista Mariópolis Ltda. (Capem Ltda. – Grupo Kohama) e a Empresa Colonizadora Rio Ferro Ltda. (Grupo Matsubara), ambas vinculadas ao capital japonês. Essas corporações pretendiam fundar duas cidades: Rio Ferro e Mariópolis (PANOSSO NETTO, 2000).

No entanto, para a Colonizadora SINOP, suas terras só eram conhecidas no mapa e sua localização foi realizada por avião. O encontro e reconhecimento desses locais foram feitos por Ulrich Eberhard Grabert (Uli), em 1970, que foi designado pelos diretores da colonizadora a essa função. Uli chegou à região de avião, após aterrissagem na fazenda Ubiratã, e seguiu até encontrar um grupo de trabalho liderado por Manuel Gomes, que chegou às imediações da Gleba ainda no ano de 1969. Manuel foi quem indicou o local das terras de Ênio Pipino ao grupo de Uli, pois faziam divisa com suas terras (PANOSSO NETTO, 2000).

Ainda em 1970, o topógrafo Ulrich e o agrimensor Carlos Benito Spadoni lideraram um grupo de trabalhadores pelos rios Verde e Teles Pires, para dar início aos trabalhos de demarcação e elaboração do projeto de colonização. Em 1971, Uli e Carlos Benito, com sua equipe de trabalho, começaram a fazer a abertura das áreas em que seriam implantadas as cidades Vera, Sinop e Santa Carmem (SANTOS, 2011).

No final de 1970, a equipe de mato chegou até a beira do rio Caiabi, onde foi feita a primeira derrubada que serviu de acampamento para todos os funcionários da Colonizadora, como também para os primeiros compradores de terras. Em seguida pela planta da cidade, foram derrubados cinco alqueires de mato e demarcado o centro do que é hoje Vera (PANOSSO NETTO, 2000, p. 49).

Conforme Panosso Netto, para todos esses feitos, como também para a abertura das estradas, utilizaram apenas machado, picaretas, foices e enxadas, tendo em vista que os primeiros tratores de esteira só chegariam em 1972.

O acampamento ficou montado às margens do Caiabi de meados de 1971 até o final de 1972, onde os primeiros moradores permaneceram até a construção de suas moradias na cidade ou nos lotes rurais. O número de barracos de lona passou de cem, conforme documento emitido pela Colonizadora. No dia doze de maio de 1972, havia no local 35 famílias e 30 pessoas sem família (homens), contabilizando 245 habitantes (PANOSSO NETTO, 2000).

Quadro 2 - Evolução político-administrativa de Vera

Ano	Síntese sobre as principais ocorrências na formação municipal de Vera
1970	Aquisição das terras (do município de Chapada dos Guimarães) e seu reconhecimento por Ulrich Eberhard Grabert.
1971	Fundação da Colonizadora SINOP S/A; certificação e autorização do INCRA ao início do projeto de colonização; início das picadas e abertura da área com vistas à implantação e execução do projeto.
1972	Inauguração do núcleo urbano de Vera (27 de julho de 1972).
1974	Fundação do núcleo urbano de Sinop.
1976	Sinop transforma-se em sede de distrito dentro do território de Chapada dos Guimarães.
1979	Emancipação política de Sinop, do qual Vera passa a fazer jurisdição.
1986	Emancipação política de Vera (13 de maio de 1986).

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

De acordo com Panosso Netto (2000), ao fazer uma análise dos primeiros 101 migrantes que adquiriram terras na Gleba Celeste, 67,33% eram oriundos do Paraná; 16,83%, de São Paulo; 10,89%, de Santa Catarina; 2,97%, do Rio Grande do Sul; 0,99%, de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) e 0,99%, do Espírito Santo. Majoritariamente, portanto, a colonização foi executada por migrantes oriundos do Centro-Sul do país, região onde a colonizadora possuía escritórios e eram vinculadas com maior dinamismo as propagandas enaltecendo o estado de Mato Grosso.

3.1.2 O movimento da força de trabalho em condições de precariedade

3.1.2.1 Anseios para o acesso à terra

Ouvia muita propaganda, principalmente dos cafezal. Eles filmava aqueles cafezal no Paraná bonito e passava como se fosse daqui. Aí a gente pensô: 'Vamos ajuntá dinheiro de rastelo!' (M/07).

Antes de expor a motivação particular do campesino/trabalhador no contexto da migração rumo à fronteira amazônica, cabe expor que essas pessoas sempre estiveram subjugadas aos interesses exteriores aos seus, seguindo uma lógica do sistema na qual estavam inseridas, no caso, o Estado brasileiro que respondia a anseios políticos orquestrados pelo mercado externo. O Brasil sempre foi subordinado às pretensões estrangeiras, principalmente ao assumir historicamente, na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), a função de fornecedor de gêneros agropecuários e minerais.

O território foi formado (desde o período colonial) e mantém-se conforme os mandos dos países hegemônicos, tendo em vista que buscam suprir suas necessidades energéticas nos países em desenvolvimento, usando, transformando e ordenando seus territórios, de modo a absorver o máximo de lucro possível, em detrimento das comunidades locais (PEREIRA, 2010).

No caso brasileiro, a partir da urbanização e industrialização, iniciaram-se as constantes transformações, modernizando e tecnificando o campo e as cidades. Desse modo, a monocultura brasileira ganhou novas feições e novos rumos, direcionando a força de trabalho aos locais mais distantes, “aos espaços vazios”, por meio de projetos de colonização/reocupação e assentamento, visando a ampliar o mercado consumidor e fornecedor de matéria-prima e dinamizar a industrialização em desenvolvimento no Sul e Sudeste do país (SANTANA JÚNIOR, 2009; PEREIRA, 2010).

Corroborando o exposto, Santana Júnior (2009) expõe que a presença técnica no campo ganhou um novo sentido, reconfigurando o modo de produção e, conseqüentemente, as relações de trabalho. A agricultura começou a ser produzida em padrões industriais, assim, especializando-se e ampliando a produção de produtos voltados à exportação em detrimento aos destinados à subsistência e ao mercado interno.

Desse modo, o modelo de agricultura capitalista estruturou-se e expandiu-se com o amparo do Estado, por meio de políticas públicas, proporcionando o deslocamento populacional e a integração de novas áreas, objetivando a aumentar o lucro de alguns, em detrimento de muitos, e ao desenvolvimento industrial. Assim, o solo amazônico produz alimentos para o exterior e, ao mesmo tempo em que aumenta a produção, eleva-se também o número de pessoas que não têm suas necessidades

básicas atendidas; logo, a teia do agronegócio gera e transforma realidades, regiões, aculturando nações (PEREIRA, 2010).

Os projetos de colonização no norte mato-grossense utilizaram a motivação do campesinato de acesso à terra, o desejo de empresários para a instalação de indústrias, em especial, as madeireiras, no primeiro momento. Entretanto, tudo isso se configurou apenas como um artifício para alcançar a fronteira agrícola amazônica, ou seja, inserir a moderna agricultura em expansão no país, voltada ao externo, especialmente para a produção de *commodities*, como carne, soja, milho e algodão.

Para controlar a posse das terras, o governo federal, utilizou diferentes formas de colonização (espontânea, oficial, particular); no entanto, esse artifício tirou sua autoridade sobre elas. Esse processo, que deveria também proporcionar o acesso dos trabalhadores expropriados à terra, mascarou parte dos conflitos que ocorriam no local de origem dos camponeses por não terem sido feitas reformas na estrutura do campo brasileiro (MORENO, 2007).

Schaefer (1985) expôs que o pequeno produtor e os migrantes, em busca de seus anseios e necessidades particulares, acabaram se transformando em marionetes dentro desse sistema capitalista, portanto, foram – e ainda são – ludibriados e usados.

Diante de tal contexto, a partir do direcionamento governamental e das dificuldades encontradas no Sul, como as estiagens e geadas, a competição com a lavoura mecanizada dos vizinhos de melhor poder aquisitivo, vários colonos, posseiros e parceiros foram perdendo suas terras e tornaram-se boias-frias. Alguns ainda foram tentar fortuna nos grandes centros urbanos, mas a sorte não foi igual para todos; outros resolveram ir buscar pedaço de terra para si ou para seus filhos na fronteira agrícola amazônica (SCHAEFER, 1985).

Na pesquisa realizada junto aos atores dessa jornada, em busca dos porquês da migração, foi possível aferir que a maioria dos sujeitos saiu de seus locais de origem pelas perspectivas de melhoria de vida, tais como busca por emprego, renda e por uma situação diferente da realidade até então vivida, um futuro promissor, entre outras justificativas.

A maioria ansiava por seu pedaço de terra, no entanto, nem todos possuíam recursos suficientes para adquiri-los, tanto que, dos dezessete entrevistados, nove não possuíam renda suficiente para isso. Por essa razão, apenas sete dos dezessete

entrevistados (ou seus familiares) tiveram condições de realizar a aquisição de seus lotes.

É notório expor também que nem todos os migrantes que participaram do projeto de colonização/ocupação da Gleba Celeste eram colonos camponeses, muitos eram parceiros, arrendatários, trabalhadores volantes da área urbana ou rural. Entretanto, a maioria acreditava que, com o tempo trabalhado, conseguiriam comprar seu pedaço de terra. Ao exemplo do senhor M/16, muitos outros rumaram para as frentes de fronteira, apenas com sua força de trabalho, a fim de ganhar a vida no processo de abertura das colonizadoras.

No entanto, a luta foi de muitos e a vitória foi de poucos, como é possível constatar na grande concentração fundiária em Mato Grosso e tão logo em Vera, pois foram poucos os camponeses/trabalhadores que conseguiram sobreviver diante das adversidades encontradas na fronteira amazônica. Iniciaram a abertura das áreas e, diante da falta de recursos financeiros e estruturais, foram obrigados a deixar o local e buscar novos rumos, repassando a sua tão sonhada terra para outros sujeitos.

No local de origem dos camponeses, as terras eram pouco produtivas ou com dificuldade no cultivo devido ao clima (secas recorrentes e geadas), com “relevo acidentado, solo pedregoso” (relatos sobre a situação das terras no Rio Grande do Sul). As famílias eram numerosas, não havia espaço para aumentar as terras para os filhos, a demografia era alta, mas havia pouca oportunidade de emprego e crescimento pessoal para os jovens. Motivados, portanto, por essas e outras razões já observadas, jovens e famílias numerosas decidiram vender seus lotes em que viviam (quando os tinham) e enfrentar longos dias de viagem em carrocerias de caminhões até chegar ao novo lugar e iniciar uma nova vida, conforme revelam as falas a seguir:

[...] então, lá no Paraná tinha bastante gente, e com isso não tinha espaço pra outras pessoas nem oportunidade aos jovens, a vontade de crescer e com a propaganda que a Colonizadora SINOP queria abrir aqui o norte do Mato Grosso (M/01).

Porque aqui a terra era barata pra comprar, meu compadre tinha um sítio lá e aqui ele comprava o dobro (M/03).

O Antônio José de Oliveira, nosso patrão que tava envolvido com os pioneiros, tinha um cafezal aqui e ele falo pro Erci pra nois vim pra cá trabalha com ele, i a gente penso: “opa vamos ajuntá dinheiro de rastelo!” (M/07).

Eu vendi tudo pra lá e vim pra cá, nós viemos de Paranaíba, nós decidimos vir pra cá porque lá estava muito difícil e tinha vez que a plantação vinha boa depois no outro ano não e pensamos em aumentar a terra (M/09).

É porque lá no Sul lá na onde nós morávamos as terras era muito acidentada, muito morro e pedra, então ele (pai) até foi no Paraná viu umas região lá mas ele não gostou muito, aí ele veio para cá, meu pai disse: "O futuro é aqui"! Ele passou em Sorriso, mas Sorriso não tinha nada na época era só um cerrado e na verdade se ele tivesse comprado por lá seria diferente as coisas hoje (M/12).

Percebe-se, portanto, que a necessidade de sobrevivência e de (re)existência frente às dificuldades impostas pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro mexeu com o imaginário, sonhos e esperanças dos colonos, que tinham poucas perspectivas de um futuro melhor.

Panosso Netto (2002) evidencia que os migrantes foram atraídos pela propaganda exibida pelas colonizadoras, principalmente nos estados do Sul e em São Paulo, por meio de folders, catálogos, jornais e pelo trabalho dos corretores. Utilizavam muitas fotos ("algumas até de outros locais!") e frases chamativas, cujo objetivo era convencer as pessoas de que o lugar era de fartura, com terra fértil, onde tudo se produzia sem gastar com insumos. Não existiam pragas, nem geadas (um dos grandes fatores da emigração paranaense). Assim sendo, a aquisição das terras seria riqueza garantida, somando também o fato de o valor dessas terras ser inferior aos das terras do Sul.

As propagandas da Gleba Celeste eram intensas e muitos migrantes ficaram sabendo da colonização por meio delas ou por comentários de parentes e amigos. Uma forma bastante ostensiva de atuação midiática (rádio, televisão, jornais, cartazes) objetivava a conseguir a adesão social ao projeto, pois, sem a força de trabalho, o processo de expansão geográfica do capital não aconteceria:

Era a própria Colonizadora que fazia as propagandas incentivadas pelo governo federal. Eram feitas por meio de rádio e eu me lembro que na televisão também passava (M/01).

Tinha muita propaganda da Colonizadora. Essa Colonizadora tinha um escritório em Maringá, eles pegavam um caminhão e traziam o caminhão cheio de gente e nem cobrava as pessoas que viam. A gente escutava na rádio, diziam que aqui era rico em madeira (M/09).

Eu morava em Formosa do Oeste e daí na rodoviária eu vi o mapa daqui, e gostei demais! As propostas eram muito boas, terra quase de graça. Eu não tinha condições de comprar, mas eu indo pra lá, eu tando lá, com o tempo eu consigo comprar um pedacinho (era seu pensamento na época) (M/16).

No entanto, conforme Panosso Netto (2000), as propagandas não foram exibidas na região Nordeste, pois era nítida a preferência por migrantes com capital para a compra e preparo da terra, situação que não havia, na avaliação da empresa, na região Nordeste. Mesmo com o direcionamento das propagandas aos sulistas, grande parte dos primeiros migrantes que chegaram à localidade de Vera possuía pouca reserva de capital (PANOSSO NETTO, 2000), não tendo acesso à terra, servindo ao sistema capitalista em expansão exclusivamente como força de trabalho.

A não inclusão dos nordestinos nos projetos de colonização, como o ocorrido em Vera, é uma consequência do poder regido sob as terras brasileiras, ou seja, o acesso sempre foi distintivo e seletivo, preservando a riqueza e a concentração de poder nas mãos de poucos e privando grande parcela da população. A abundância de terras no território brasileiro nunca contribuiu para uma aquisição democrática por todos os cidadãos, sendo acessíveis apenas, e progressivamente, à elite dominante do país, que sempre esteve concentrada no Centro-Sul (SANTOS, 2010).

O acesso às terras desde sempre foi negado a uma grande massa populacional, nesse caso, ao trabalhador, aos descendentes de escravos, de maneira orquestrada pelo próprio Estado, em favorecimento da elite brasileira e de seus descendentes. De acordo com Moreno (2007), até 1822, o usufruto das terras dava-se por meio do regime de concessão de sesmarias do período colonial. Nesse mesmo período, coexistia (de modo menos expressivo) o sistema possessório, acessível ao cidadão “livre” (observa-se que a escravidão só foi abolida em 1888) sem distinção ao pequeno ou ao grande produtor rural.

Em 1850, ano da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, foi também assinada a primeira lei de terras do Brasil, que estabelecia que seu acesso só seria possível a partir do contrato de compra do título de propriedade, ou seja, outra forma de beneficiar apenas aquele que já possuía reservas financeiras, em detrimento dos que detinham apenas sua força de trabalho (SANTOS, 2010).

Nesse contexto, compreende-se que a motivação e o direcionamento populacional rumo à fronteira amazônica não foram apenas por vontade do camponês de adquirir terras para si e para seus descendentes. Essa fronteira já estava consolidada e foi direcionada pelo Estado a fim de remediar os conflitos agrários no Sul e Sudeste, e os climáticos no Nordeste. Foi desconsiderada a ideia de realizar a reforma agrária, assim, o que ocorreu foi a concentração de terras nas novas áreas

de fronteira, repetindo o problema da concentração fundiária observado em outras regiões do país (SILVA, 1981).

As terras amazônicas, em sua maioria, por meio de burla, foram desterritorializadas dos seus donos originários (nativos, castanheiros, seringueiros, posseiro, caboclos) e repassadas às empresas colonizadoras para que iniciassem lucrativamente seus projetos a partir da comercialização. A referida ação provocou tensos conflitos por toda a Amazônia entre os interessados pela terra.

Portanto, é de suma importância evidenciar que o campesino foi direcionado à fronteira amazônica, no entanto, não foi assistido, pois, disfarçado de projetos de assentamento e ocupação, estava o real interesse nacional e internacional nas riquezas minerais e florestais da região e na produção agropecuária aos moldes capitalistas. O objetivo real era alcançar o lucro máximo e enquadrar dinamicamente o Estado brasileiro na economia mundial.

3.1.2.2 As dificuldades e as condições encontradas para a constituição do espaço social e do trabalho

“Sonhos, esperança, angústias, uma terra distante, floresta frondosa, casas improvisadas, chuva - muita chuva, lama, água do rio, banheiro improvisado, febre amarela, malária, morte, fome, medo, saudades, saudades....” (MIGRANTES/2018).

No que se referem às dificuldades, as condições difíceis começavam no trajeto, na viagem, pois, além de um transporte inseguro, ocorriam muitos acidentes em virtude das estradas precárias, as quais vitimavam e causavam enormes prejuízos materiais, tendo em vista que o deslocamento era realizado sobre péssima infraestrutura em rodovias ainda sem pavimentação. A BR-163 estava em construção e só foi concluída em 1976, fato que era do conhecimento do Estado e das empresas colonizadoras; no entanto essa situação foi negligenciada e, mesmo cientes de todas as intempéries, Estado e empresas colonizadoras continuavam direcionando a população para essas regiões em busca do “desenvolvimento” a qualquer custo.

Acrescenta-se que, ao sair de seu local de origem (a maioria do Sul do Brasil), até chegar às imediações do núcleo de colonização de Vera, passavam muitos dias sob condições insalubres. Havia famílias inteiras que viajavam na carroceria de caminhões, dividindo espaço com seus poucos pertences carregados.

Para os primeiros trabalhadores que chegaram ao futuro núcleo urbano, nos primeiros anos da colonização, a dificuldade foi muito maior. Pelos relatos, é possível observar que houve um enorme movimento de populações em situações de desassistência e dificuldades por parte do Estado e do empreendimento.

[...] mas aqui não tinha nada minha fia, o acampamento era lá na beira do rio. Tinha o hotel para recebê as pessoas que era do outro lado, ele era da Colonizadora SINOP. Nois viemo de caminhão, um Mercedes, com duas mudança e a famia tudo no caminhão. Pensa em um sofrimento pra dormi de noite com esse povaréu tudo!! (M/03).

Eu saí com a muié, com seis crianças, duas galinha frita dentro de uma lata e cinco pombos caseiros. Ela (a esposa) pois dentro de uma lata e nois veio comendo. Eu saí do Paraná naquela época com 10 cruzeiros, hoje seria com 5 reais, da minha cidade até aqui levamos 4 dias e 3 noites (M/16).

Figura 7 – a) Acidente com família de migrantes próximo ao rio dos Patos em Nova Mutum (1972); b) Momento de parada para refeições e descanso em local improvisado no trajeto para Vera (1973) (proximidades de Rondonópolis, margem da BR-163)



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Sinop e acervo pessoal de Mercedes Zoz, respectivamente, 2018.

A distância entre os estados do Sul e o norte de Mato Grosso é grande. Entre Pelotas (RS) e Vera (MT), por exemplo, a distância é de 2.755,7 quilômetros; entre Vera e Paranavaí (PR), é de 1.862 quilômetros e entre Itapiranga (SC) e Vera são 2.136 quilômetros (ROTA MAPAS).

O trajeto era difícil e demorado, agravando-se nos meses de maior pluviosidade (outubro a abril), quando as estradas ficavam praticamente intransitáveis, corroborando a demora em percorrer o trajeto. Outro fator a ser considerado era que

as pontes e estradas ainda estavam em construção em grande porção do estado de Mato Grosso.

Quando os migrantes chegaram ao novo destino (Gleba Celeste) e depararam-se com a realidade encontrada, houve um misto de sentimentos: arrependimento, desespero, dúvidas, saudade, entre outros. No entanto, dadas as condições, nesse caso, a distância, a falta de recursos e a subsistência, uns buscaram persistir, outros retornar. Relatos demonstram o início, ainda junto ao acampamento:

[...] Aí a gente chegou aqui e fomos acampar, fizemos barracos de lona plástica. Na época eu tinha 33 anos. Nós ficamos morando 2 anos nesse acampamento[...] Aqui não tinha nada nada, tinha um armazém para colocar a mercadoria e uma oficina mecânica. Era o que tinha, aí a equipe de 20 ou 30 homens eram esparramados para a Gleba inteira, uns mediam, fazendo picada, medindo terra e era desse jeito! Não tinha nada, era só aquilo ali (M/16).

[...] não existia nada, só acampamento, não existia cidade aqui em cima, ficamos acampados. O acampamento era às margens do ribeirão Caiabi, lá tinha uma pensão que a Colonizadora construiu e o escritório da Colonizadora e o almoxarifado a onde a Colonizadora tinha os alimentos. Os lotes da Colonizadora não estavam todos demarcados, então as pessoas que tinham comprado lá em Maringá as terras, pessoas que tinham comprados em outras regiões pelo mapa chegavam aqui e não conseguiam ir nas suas propriedades e ficavam acampados ali na margem do Caiabi. Eu cheguei aqui tinha mais de 200 barracos (M/14).

[...] nós chegamos e ficamos acampados na beira do rio porque não tinha lugar. Com 30 dias deu malária no meu marido e ele quase morreu. Nós lá acampados com uma lona, a parede era um barranco uns pau que nós catávamos e cercava. Nós descarregamos a mudança no rio e deu a primeira chuva e a chuva bateu e nos cobriu tudo de lama no chão, aí arrumamos e ficamos lá acampados porque não tinha lugar pra ir (M/03).

A situação desses trabalhadores era de alta precariedade, pois chegavam a um local totalmente desestruturado, sem condições de habitação, salubridade ou vida. As primeiras famílias que chegaram às imediações da Gleba Celeste (com crianças, gestantes, pessoas idosas) não tinham abrigo adequado nem acomodação para seus poucos pertences, que, quase sempre, eram tudo que possuíam. Ao desembarcar do meio de transporte improvisado sobre carrocerias de caminhões, juntamente com utensílios domésticos, móveis e até animais, percebiam que a ausência de infraestrutura era total.

Os relatos expõem que “desciam dos caminhões de mudança após longos dias de viagem e não tinha uma casa para ir, um lugar para ficar”. É importante ressaltar que o movimento da força de trabalho do campesinato e de outros trabalhadores foi

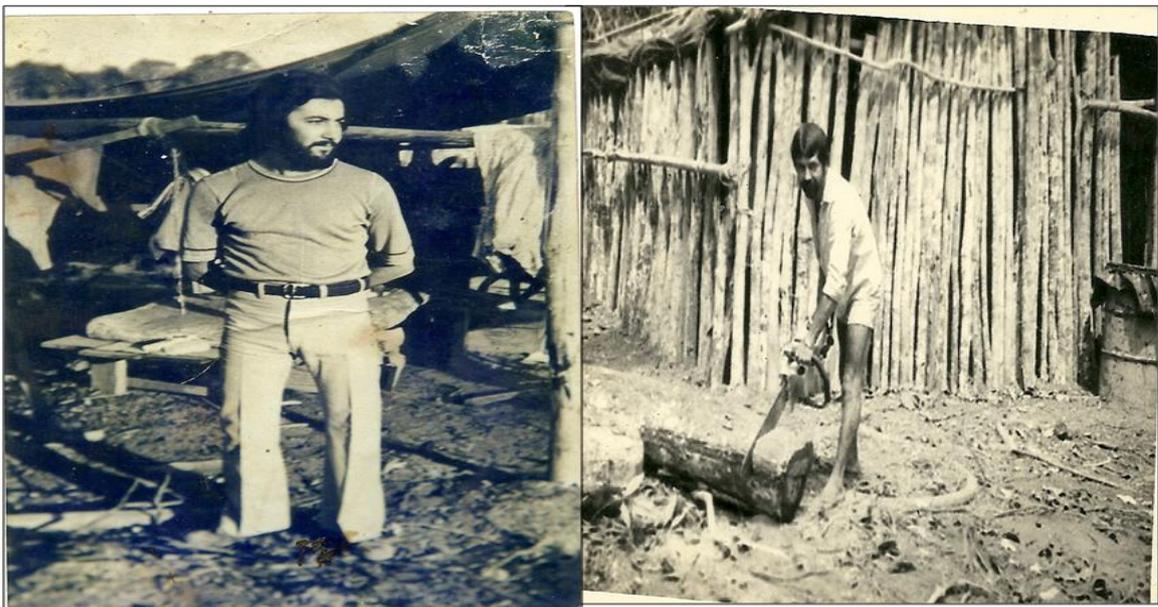
realizado em situação altamente degradante, sem um mínimo de condições de saúde, alimentação e habitação.

As primeiras famílias chegaram ao final de 1971. Durante o ano de 1972, nem seus lotes encontraram, pois tiveram que montar acampamento de lona às margens do rio Caiabi, tendo em vista que era a única fonte de água no momento. Sobreviveram no local em condições precárias (sem água potável, sem energia elétrica, sem um espaço apropriado à higiene e às necessidades fisiológicas, com escassas condições de higiene e salubridade) até a equipe de trabalho fazer as picadas e conseguir direcioná-los aos respectivos lotes.

A água era do rio e o banheiro era no mato. Foi muito sofrido. Ficamos ali, acho que uns dois meses, ali do outro lado do rio [...] eu fiquei muito triste não tinha onde ficar, a gente teve que mora perto do rio em um barranco com uma lona furada, com 30 dias deu malária no meu marido e levaro ele de avião prá Cuiabá e ele fico se tratando lá e sarou (M/03) (chegou em 1971).

É importante frisar que, nas propagandas, a situação era transmitida como maravilhosa; no entanto, a realidade do contexto do projeto de responsabilidade da empresa colonizadora era muito inversa, pois não havia nada. Quanto à assistência, pouco aconteceu.

Figura 8 - Precárias habitações utilizadas pelos migrantes nos primeiros anos da ocupação (1972), (1974) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

Na imagem (Figura 8), há um morador em frente à sua habitação provisória, feita de lona plástica, já em seu lote demarcado, conforme ele próprio afirmou. A segunda imagem mostra o mesmo morador desenvolvendo trabalhos com troncos de madeira em frente à moradia.

Quando eu cheguei aqui tinha algumas pessoas, mas era só gente saindo, essas pessoas voltaram para o Sul do Mato Grosso e outros foram prá Rondônia. Quem pôde voltar voltou para trás. A Colonizadora fazia várias propostas, só que não funcionou nada daquilo que eles pensavam, eles vieram preparado para fazer um grande negócio, mas deu tudo errado (M/09).

A gente veio aqui pra plantá café, os primeiros anos deu bastante café depois foi despontando por causa seca, quando as raiz (das árvores derrubadas) começô apodrece as coisas começo dar certo, isso demoro muito tempo e foi muita gente embora, vixi o tanto de pessoas que vieram com dinheiro e foi desperdiçado, na hora de voltar embora teve que vendê as terras por troco de nada, porque naquela época as terra não valia nada (M/16).

Assim, a falta de estrutura, a precariedade, as dificuldades cotidianas e também o desenvolvimento da agricultura, tudo isso desmotivou a muitos, fazendo-os desistirem e venderem seus lotes. Diversos novos compradores chegaram e, posteriormente, também abandonaram a empreitada, buscando por locais com melhores condições de vida.

A decepção gerava um sentimento de revolta, porém muitos não tinham condições de mobilização econômica ou mesmo política para a superação. Restava enfrentar a realidade em que eles estavam naquele momento.

Ao serem questionados se foram enganados pela empresa colonizadora, alguns responderam que sim; outros ficaram receosos em afirmar. Para alguns, ainda, o grande problema foi a falta de conhecimento do ecossistema e da geografia do local por parte dos responsáveis pelo projeto de colonização.

Pra mim ele enganou as pessoas, trouxe as pessoas dizendo que era uma realidade só que a realidade era outra. As pessoas vieram pra cá e acabaram ficando aqui porque não tinha como voltar, quem não se habituava aqui tinha que esperar prá ir de volta e não era nas mesmas condições que veio (M/10).

Teve um pessoal que tinha mais condições que entraram e montaram a serraria então se deram melhor, mas nós chegamos em um ponto que não tínhamos dinheiro para nada praticamente, aí tinha que fazer diária mas não tinha muito serviço também pra trabalhar fora, tinha que fazer alguma coisa para ganhar alguns trocos, isso que foi o mais difícil (M/12).

Fazia muita propaganda daqui, principalmente dos cafezal. Eles filmava aqueles cafezal no Paraná bonito e passava como se fosse aqui aí, a gente

penso vamos ajunta dinheiro de rastelo! [...] Eles nos enganou! Enganou muito! (M/07).

[...] eles não conhecia a terra e quando fala do que não conhece não oferece, fico o iludido por iludido, eles acreditavam que a terra era boa e assim passava adiante para o povo (M/04).

De acordo com os relatos, depois de muita insistência e persistência, alguns migrantes resolveram deixar o núcleo de colonização. No entanto, nem todos tiveram ajuda da empresa colonizadora para o retorno ao local de origem. Para alguns, para irem até a fronteira, a colonizadora financiava a viagem (se os lotes fossem devolvidos), mas esse fato não era regra; muitos migrantes dividiam o valor do frete dos caminhões com outras famílias para levarem seus pertences. Diante da desesperança, houve casos extremos de migrantes que trocaram seus lotes por passagens de ônibus para retornar ao local de origem.

A luta pela terra e a busca por melhoria na fronteira amazônica era uma árdua realidade e de difícil decisão. Diante das dificuldades, muitas mulheres protelaram e resistiram em acomodar suas famílias em um local inóspito e desconhecido. Desse modo, vários foram os casos de mulheres que resolveram migrar em respeito à decisão do esposo. Migraram porque não tinham outra opção e precisavam acompanhá-lo, tendo em vista que, à época (décênio de 1970), a sociedade possuía valores patriarcais ainda muito fortes.

O pai que quis migrar porque lá a gente também tocava terra arrendada, minha mãe não gosto porque meu finado pai tinha levado algumas verduras e frutas, e ele falou que era daqui da região que a gente vinha, aí quando a gente chegou aqui menina, tudo mato daquele jeito, quando a gente desceu do caminhão no acampamento da antiga Chile, porque não tinha outro lugar, não tinha cidade aberta ainda, ai minha mãe viu tudo aquilo e já queria volta no próximo caminhão (M/02).

Quem decidiu vim foi o pai que queria muito conhecer o Mato Grosso (M/08).

Eu não queria vir muito não, mas a gente tem que acompanha o marido (M/03).

De acordo com os relatos, no período da colonização, reproduziu-se, no núcleo de Vera, a sociedade patriarcal, em consonância com o regime ditatorial em ascensão. Muitas mulheres (porém nem todas) não tinham poder de decisão, apenas acatavam e aceitavam as decisões impostas por seu cônjuge ou pelo chefe da família (pai).

Diante desse contexto, foi inevitável o descontentamento das mães e das donas de casa por não poderem dar condições de vida aos seus filhos. Soma-se a

isso o medo de perdê-los por doenças, de a criança adoecer por passar vontade de comer algo que desejasse, por mais simples que fosse. Havia ainda a questão das doenças tropicais, como a febre amarela e a malária, que assolavam o cotidiano local. Houve unanimidade nos relatos acerca da escassez de alimentos e de gêneros de primeira necessidade, a falta de produtos simples do dia a dia, comuns em seu local de origem, bem como a precariedade no atendimento médico.

[...] às vezes a gente passava Natal e não tinha ovo pra compra pra fazer um bolo, era muito difícil (M/07).

O mais difícil era a parte de mercado, porque lá a onde eu morava dava pra comprar as coisas, um iogurte, bolacha, coisinhas pro meu filho, mas tudo a gente acostumô, ninguém morreu de fome (M/15).

[...] aí quando a gente chegô aqui menina, tudo mato daquele jeito, e minha mana mais nova do que eu fico doente por causa de um sorvete, mas não tinha!! (M/02).

Conforme relatado nas entrevistas, as famílias eram numerosas. Pode-se inferir, portanto, que a colonização de Vera foi efetivada com base na estrutura das famílias, as quais, geralmente, possuíam prole numerosa. Em diversas situações, foi citado que “os idosos vieram junto”, fato que exigia uma alimentação saudável, ou seja, rica em nutrientes e vitaminas, o que era difícil naquele período.

“Naquele tempo a gente passava fome mesmo”, lembra, com pesar, a senhora M/07, no momento da entrevista. Cabe ressaltar que inúmeras dificuldades relatadas persistiram no decênio de 1980, pois a precariedade era tamanha que não pôde ser resolvida em poucos anos. Na sequência, os relatos sobre a alimentação:

No tempo da chuva, aí vinha um avião onde eles trazia mercadoria, aí tinha um armazém para por lá pra vende pras família. Nossas comidas era arroz, feijão, batatinha, macarrão e carne seca. Carne de boi não existia, ai quando começo a chuva vinha os alimentos de avião pra eles puxa com o caminhão pra lá na beira do rio, mas era só o necessário. Em dezembro o seu Ênio Pipino, o dono da Colonizadora, pego e mando uma banda de boi pra dá um pedacinho pra cada um pra passar o Natal. Tinha poquinho fãmia, dava pra conta umas 5 ou 6 fãmia na beira do rio (se referia ao Natal de 1971) (M/03). Quando a gente chegou aqui não tinha fruta, não tinha carne, não tinha o que tem hoje, embutidos, essas coisas não existia naquela época aqui. As coisas não chegava até aqui. Os caminhões muitas vezes de fruta e verdura vinham até Cuiabá e de Cuiabá voltavam carregados mesmo, porque não tinha estrada para vir pra cá, não tinha acesso, já chegava tudo estragado aqui (M/08).

Nois plantava pro gasto, ai o que a gente tinha era mandioca, arroz e carne, eu sei que nós matávamos frango para o domingo porque no domingo era sagrado fazer uma sopa de frango, mas no dia da semana quando a gente

conseguia caçar uns bichinhos a gente tinha carne se não, tinha que passar sem, e gado não tinha na época (M/12).

As comida só vinha uma vez por semana, aí eu pegava os mamão verde e fazia salada de mamão, afogado de mamão. Tinha um açougue que um homem de São Paulo veio, ele era relaxado com as carnes. A dificuldade foi maior a falta de alimentos. A carne nois não podia compra muita carne, tinha que frita e deixa ela guardada no óleo porque não tinha geladeira. Nois trussemo lá do sul carne de porco na banha, a gente fazia isso e tinha carne pra semana se não, não tinha! (M/13).

1971 nas chuvas, até o aeroporto que era novo inundou tudo, que pra chegar alimentos aqui, lá em Cuiabá eles embalavam os alimentos em sacos e passavam em lonas e amarravam, o avião dava um rasante e soltava dentro da poça de água aqueles sacos de alimento, as pessoas corriam lá pra não deixar molhar. Os remédios vinha de avião, os socorros era de avião (M/14).

Com pesar, os sujeitos afirmaram que chegaram a passar fome. A situação não foi pior, porque havia solidariedade, pois “os vizinhos ajudavam”. A proteína animal para as refeições, com frequência, vinha da carne de caça e da pesca, obrigando-os a estabelecer uma relação de busca de sobrevivência por intermédio dessas atividades, “Onça matemo bastante pra come, viado, paca e até tatu. A gente comia esses bichos porque não tinha açougue, matava um boi por mês, só macaco que nois não comeu e carne de cobra e nem papagaio, do resto comia tudo!” (M/07).

Sobre o relato da “caça”, alguns se referiam com pesar e com medo, pelo fato de a caça de animais silvestres ser ilegal, de acordo com a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, porém justificaram que não tinham outra opção na época, pois era questão de sobrevivência.

Figura 9 - Preparo da caça para o consumo e domesticação de animais selvagens (1985) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de Inês Strada Ribeiro, 2018.

No bioma amazônico, a ictiofauna e a diversidade de animais eram muito fartas naquela época, contudo, não havia preocupação com preservação, em razão da falta de conhecimento e da maneira como se dava a relação exploratória do homem e da natureza. Assim, tomava-se por base o uso como recurso infinito, um bem a ser apropriado e usado. Outro fator a se considerar era a falta de refrigeração naquela época, por isso, a captura desses recursos deveria ser somente o suficiente para ingestão imediata ou ser feita a divisão entre os amigos e familiares; ao contrário, o alimento ficaria impróprio ao humano.

Nos primeiros meses após a chegada dos novos habitantes, havia apenas dois estabelecimentos comerciais no local: um almoxarifado (onde eram guardados os produtos de primeira necessidade) e um hotel para receber as pessoas interessadas na aquisição de terras ou desenvolvimento de algum empreendimento. Mais tarde, foram surgindo outros estabelecimentos comerciais (PHILIPPSEN, 2013). Em 1972, foi montado um armazém da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), intermediado pela colonizadora, para que a população não fosse explorada em suas necessidades básicas (PANOSSO NETTO, 2000).

Figura 10 - Mercado COBAL (decênio de 1970) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante e Colonizadora SINOP (Vera), 2018

É interessante notar, na imagem (COBAL), que os alimentos eram, em sua maioria, enlatados, em razão do risco de estragarem; dessa forma, sua longevidade/durabilidade seria estendida. Era comum, por isso, serem encontrados

alimentos vencidos: “quando eu cheguei aqui, tinha um mercadinho, a COBAL, que vendia uns produtos ruins, um monte de coisa vencida e logo depois fechou” (M/06).

Diversos entrevistados relataram o apoio dado pelo Esquadrão Onça (equipados com os aviões C-115 Buffalo), da Força Aérea Brasileira, no suporte ao fornecimento de alimentos e de outros materiais necessários, principalmente nos meses de maior intensidade das chuvas, em que as estradas de acesso ao município ficavam totalmente intransitáveis.

Figura 11 - a) Primeiro açougue (1972) b) Centro do núcleo urbano (1973) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

Segundo a Força Aérea Brasileira (2014), o referido esquadrão desempenhou diversas missões de cunho social na região Centro-Oeste e auxiliou na construção dos municípios de Vera, Sinop e Aripuanã. Também dava suporte ao transporte de alimentos, remédios, pessoas, gado vivo, casas pré-fabricadas, entre outros itens essenciais, por meio de procedimento semelhante ao relatado pelos sujeitos da pesquisa (Figura 12).

Figura 12 - Aviões do Esquadrão Onça. Avião C-115 Buffalo – Lançamento de cargas – Vera-MT



Fonte: Blog da Força Aérea Brasileira, 2014.

Os trabalhadores foram acometidos por diversas enfermidades em razão da situação em que se encontravam, ou seja, a falta de moradia apropriada, ausência de saneamento básico, infraestrutura deficiente, condições de vida precária. Em termos de saúde, os problemas foram bem representativos naqueles primeiros anos (WEIHS et al., 2017).

Nos primeiros tempos a inexistência de água tratada, a escassez de alguns alimentos básicos, a mudança de clima, o pó e a fumaça das queimadas, na época da seca, o transbordamento de fossas, na época das chuvas, ocasionaram vários problemas de saúde aos primeiros moradores. Foi significativa a incidência de doenças respiratórias, infecções intestinais, além da malária, doença endêmica da região, que obrigou o governo Federal a instalar em 1974, na cidade, um posto da Superintendência de Combate à Malária - SUCAM- que funcionou até o final da década de 1980 (SANTOS, 2011, p. 119).

Entre as várias doenças citadas durante as entrevistas, a que mais assombrou a sociedade foi a malária. Sobre essa enfermidade, cabe expor que, até a década de 1960, estava praticamente erradicada no país e só voltou a ser razão de preocupação nacional ao iniciarem os programas de integração nacional/ocupação dos espaços vazios. Na atualidade, ela é um problema focal da região amazônica, ou seja, uma endemia; porém, devido aos recorrentes movimentos migratórios, o infectado pode levar a doença para outras localidades do país (BARATA, 1995).

A malária está relacionada à construção de rodovias, à implantação de projetos agropecuários, a assentamentos, aos desmatamentos, à mineração, aos garimpos e à exploração de madeira que provocaram profundas modificações ambientais ao romper o equilíbrio ecológico existente (SANTOS et al., 2009, p. 52).

É elementar expor que a referida enfermidade não ocorre de modo homogêneo em toda a região amazônica, em razão de sua extensão e diversidade. Há locais com mais e outros com menos registros de casos. Dentro desse contexto, os locais em que há mais ocorrências são as áreas de garimpo, os assentamentos espontâneos, periferias das cidades que margeiam áreas florestadas/garimpo e áreas de colonização recente. Este último foi o caso de Vera (BARATA, 2009).

No início dos projetos de colonização, ocorreu intensa transfiguração da paisagem, alterou-se o ciclo ecológico, desequilibrando o ciclo biológico dos vetores da doença. Os casos multiplicaram-se com a abertura de estradas, derrubada da floresta, formações de coleções de água (represamento, ou poças de água) onde os mosquitos vetores (*Anopheles*) têm sua reserva alimentar diminuída e passam a se alimentar de sangue humano. No entanto, com o passar do tempo, devido às melhorias no saneamento, na habitação, no controle dos criadouros, no tratamento dos infectados, ou seja, na estabilização da fronteira, os casos da doença diminuíram (BARATA, 1995; WEIHS et al., 2017).

Figura 13 - Dedetização executada pela equipe da SUCAM em habitações da Gleba Celeste – Vera-MT



Fonte: Acervo virtual do Museu Histórico de Sinop, 2018.

Conforme os sujeitos, dos dezessete que colaboraram com pesquisa, onze relataram que eles ou seus familiares tiveram malária; alguns, várias vezes.

[...] no começo era muito ruim estradas de terra e naquela época era muita chuva, a única doença que teve aqui que foi várias famílias embora que foi da Febre amarela ando morrendo bastante gente com a febre amarela mas aí trouxeram a vacina [...] (M/16).

Tinha muitos malefícios na questão da saúde, ninguém conhecia o remédio da malária diziam que até os macacos pegaram malária. Teve uma época que a Colonizadora SINOP colocou uns caminhão pra levar as pessoas pra qualquer lugar, sem cobrar nada porque o povo tava sofrendo com a malária, e foi muitas pessoas embora (M/01).

Morreu muita gente, muitas crianças de malária, na minha família não teve ninguém com malária, dava muita malária em quem morava no mato porque tinha muito bichos e com isso os bichos picava e pegava o vírus da malária, meu filho mais velho pegou uma ferida brava, a lexa (M/05).

A doença que judiava muito da gente a malária, a febre amarela deu, mas foi passageira, vacinou e nunca mais deu, mas a malária que judiava demais, ela quase acabou com a gente, aqui tinha remédio e o hospital que todo mundo vinha tratar ali tinha uma irmã alemão, a irmã Adelis, ela era campeã para tratar de malária, ela só dava alta quando o cara tava bom mesmo (M/16).

Conforme o relato do senhor M/16, no primeiro período chuvoso pelo qual eles passaram no acampamento (1971), houve um sério surto de febre amarela, afetando muitas vidas: “teve uma doença aqui que fez várias famílias ir embora, que foi a febre amarela, andô morrendo bastante gente com a febre amarela, mas aí trouxeram a vacina e não morreu mais ninguém!”. Mesmo após a vacinação, parte do grupo que presenciou as baixas causadas pela doença resolveu ir embora. Poucos ficaram.

No decênio de 1980, a atenção da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), concentrou sua atenção na Amazônia, principalmente nas áreas de garimpo, projetos de assentamentos e colonização, construção de hidrelétricas, entre outras, tendo em vista que eram as regiões que ofereciam alto risco (BARATA, 2009).

A SUCAM responsabilizava-se pela aplicação de DDT, pelas orientações sobre eliminação de criadouros, fornecimento de medicamentos, entre outras ações relacionadas ao tratamento da malária; no entanto, os casos da doença só reduziram com a estabilização das áreas colonizadas e com adoção de novas estratégias de controle dos focos de criadouros, com melhorias na habitação, no saneamento básico, entre outros fatores (BARATA, 2009).

Foi citado com frequência que, durante o período das chuvas, a situação era mais difícil, devido à falta de pavimentação nas estradas. Também, com grandes volumes de chuva, as estradas ficavam praticamente intransitáveis, “quando nós chegamos aqui tinha bastante chuva, tinha vezes que quinze dias nós não víamos o sol, chovia todos os dias, eram seis ou sete meses de chuva mesmo!” (M/14).

Figura 14 - a) BR-163 (decênio de 1970); b) Estrada vicinal no núcleo urbano de Vera (decênio de 1970) – Vera-MT



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Sinop e acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

A energia elétrica era fornecida pela colonizadora, que possuía um gerador à base de óleo diesel para atender a seu escritório, aos pontos comerciais, ao hospital Maria Auxiliadora e à Igreja Católica. O hospital e a Igreja iniciaram suas atividades em 1973, com a vinda do padre Antônio Heidler. Nesse mesmo período (já em 1973), foram construídos três poços artesianos para a população local (PHILIPPSEN, 2013).

Conforme os relatos, além de não haver energia elétrica na maior parte do dia e da falta de acesso por estradas nos períodos de intensa pluviosidade, era precária a comunicação com outros locais, tendo em vista que não havia telefone. A comunicação dava-se via rádio utilizado pela Colonizadora SINOP.

Energia não tinha, era muito pouco, aí veio a Cemat (isso já na década de 90) e fico a energia das 6 da manhã até as 22:00 da noite depois desligava tudo (M/04).

A gente foi morar na fazenda e não tinha como sair de lá. Na época da chuva era bem difícil, era água mesmo, trancava todas as estradas, não conseguia passar, só passava o trator acorrentado (M/08).

A falta da família era enorme: não havia meios de comunicação e, para falar com os afetos que ali não estavam, era necessário deslocar-se até Cuiabá.

Um detalhe muito interessante, é que nós íamos para Cuiabá, mas mesmo em Cuiabá você tinha que ir no posto telefônico e marcar uma ligação, muitas vezes você iria falar muito tempo depois de marcar a ligação do tamanho que era a fila no posto telefônico, mas no começo da década de 70, o PS em Cuiabá assim como o nosso quando foi instalado aqui, você marcava um ligação e ia falar depois de amanhã. Na época das águas as estradas trancava e para ir pra Cuiabá e voltar demorava uns 60 dias, a dificuldade era enorme (M/14).

Outro quesito relevante relatado durante as conversas e entrevistas foi acerca da violência presente na Gleba. O migrante M/07 relata que nos primeiros anos havia muita insegurança por conta de tiroteios entre pistoleiros. Mesmo que houvesse o poder hegemônico da colonizadora, a fronteira era um espaço disputado e violento.

Nesse contexto, a abertura de áreas de floresta exigia numeroso trabalho braçal. Eram necessários “braços” e era marcante a presença dos “peões” de diversos locais. Conforme os relatos, os bares e o núcleo urbano de Vera eram muito frequentados por pessoas que trabalhavam nas proximidades, “em outras terras”. “Era ponto de parada daqueles que iam para esse fundão [...] Chegava caminhonete cheio de peão que ficavam alongados, abrindo esses matos aí afora” (M/07).

Existia uma violência assim, vamos se dizer que não era essa violência que existe hoje, porque se exigia muita mão-de-obra para abrir as matas e vinham peões de todas as índoles, até ex-presidiários. Quando eles vinham para a cidade e se hospedavam em hotéis eles bebiam muita cachaça, e a violência era muita, mais em função do álcool do que até da violência em si (M/14).

Entretanto, ao questioná-los sobre furtos e assaltos, eles revelaram que esse delito não existia à época “[...] era bom, ninguém roubava nada de ninguém, um dia acho que me esqueci de fechar bem a porta da frente, aí de manhã eu levanto dei de cara com a porta aberta, aí tinha uma baiana e falou que não precisava ter medo porque aqui ninguém rouba ninguém” (M/13).

3.1.2.3 A comunidade, a igreja e a escola no contexto da colonização

Mesmo diante de todas as dificuldades expostas, os trabalhadores não perderam a esperança e a garra. A luta diária foi amenizada pelos momentos de vida em comunidade, em que um acolhia e ajudava o outro dentro das possibilidades. A vida era difícil, no entanto, era preciso seguir. As festas tradicionais de “santos” eram fortes, pois, na realidade, a religião católica era muito presente, a imagem do padre e das “irmãs” que trabalhavam na liderança em vários setores na comunidade era admirada e respeitada.

A fé foi uma forma de ordenamento e acolhimento à população. Inicialmente, só existia a igreja católica em Vera, tendo em vista que essa era a religião professada pelo colonizador Ênio Pipino e por sua esposa, Nilza. O padre Antônio Heidler e as irmãs da Congregação das Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Maria

chegaram ao núcleo urbano ainda em 1973 e foram ferramentas fundamentais à consolidação do projeto de ocupação (PANOSSO NETTO, 2000).

Ao se referir a um projeto de colonização similar em Alta Floresta, Rosa (2003) cita que a presença da igreja católica e da instituição escolar foi fundamental para o processo preparatório da formação social e urbana dos municípios da fronteira agrícola. Essas instituições, em especial, a igreja, representada por padres e freiras, exerciam um elo entre comunidades e a política militar de integração nacional. A Igreja, junto com a empresa colonizadora, participou ativamente no processo de ocupação seletiva e ordenada, agindo na organização e preparação dos colonos diante das dificuldades na nova vida e mantendo a civilidade nas recentes cidades da floresta amazônica (ROSA, 2003). Nota-se, portanto, que situação semelhante também foi observada em Vera.

Figura 15 - Congregação das Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Maria em seus trabalhos na comunidade (decênio de 1980) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

Desse modo, no processo de ocupação, a Igreja colaborou na “formação de um colono obediente e produtivo, comprometido em permanecer e lutar pelo projeto de colonização e pelos ideais do colonizador” (ROSA, 2003, p. 14). Para tanto, no contexto de ocupação, desraizamento e reconstrução, a igreja instigou o colono a deixar o passado e criar uma nova vida no local escolhido. Cumpriu também papel fundamental no atendimento às dificuldades relacionadas à saúde, à alimentação, à civilidade, ao convívio social, à aceitação da realidade e na luta por um amanhã

melhor, pois a fixação do colono era uma garantia de sucesso ao projeto de colonização (ROSA, 2003).

Aos colonos da Gleba Celeste, era primordial a escola aos filhos, porque era uma real condição da migração e da permanência deles no projeto. Ao perceber a referida situação, uma das estratégias da empresa Colonizadora SINOP foi mencionar a oferta de escolas em suas propagandas de venda dos lotes, usando, portanto, também a educação como ferramenta de fixação e permanência dos colonos em um local inóspito e tão distante (TOMÉ; RODEN, 2017).

Quando nós chegamos aqui já tinha escola, tinha até ginásio. Isso que meu marido gostou, que aqui já tinha escola para os meninos. Tinha 5 meninos pra ir pra escola, eles iam todos juntos lá do sítio que compramos (M/05 Chegou em Vera em 1978).

Conforme Panosso Netto (2000), no dia da inauguração oficial de Vera, dia 27 de julho de 1972, também foi inaugurada a Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, que já estava em exercício com três professoras e 150 alunos. Em 1986, foram construídas 36 salas de aula na zona rural para atender a todos os colonos que moravam mais longe do núcleo urbano.

Nesse contexto geopolítico da época, as escolas eram carregadas de ideais patrióticos, cujas práticas cotidianas eram envoltas pelo discurso de progresso, ou seja, “as práticas educativas estavam voltadas ao civismo, à obediência, à fé, à necessidade de uma educação que preparasse para o trabalho e para o progresso” (TOMÉ; RODEN, 2017, p. 326). Portanto, tanto a escola quanto a igreja cumpriam um papel de civismo, ordenamento, controlando o colono, fazendo-o cooperador e colaborador do processo capitalista que se estruturava.

Figura 16 - Desfile de 7 de setembro (1984) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

Sendo assim, mesmo diante dos momentos difíceis dos primeiros anos de colonização de Vera, as práticas de lazer e o convívio entre a própria comunidade acalentavam a distância dos familiares e as dificuldades encontradas na nova terra. Os entrevistados destacam a solidariedade como aspecto comum nos primeiros anos de colonização. As atividades recreativas, como as partidas de futebol, as festas na igreja, o convívio com outras famílias nos finais de tarde para rodas de chimarrão, costumes trazidos do Sul do país, eram bem frequentes. Nos relatos e nas imagens a seguir, é possível observar uma fração da vida social daquele período.

A única coisa que tinha para se divertir era futebol e festa na igreja, e cada santo era um motivo pra comemorar e tinha os baile (M/01) (lembrança com risos e saudosismo).

Tinha muita festa de igrejas, churrascos, torneios de futebol. Pra fala a verdade, nós era pobre de dinheiro, mas assim, no final de semana se tinha um bar enchia de gente, tinha muitos times de Futebol, tinha torneio, festa da igreja, só pra você ter uma idéia foi matado 18 bois para o churrasco pra atende a Igreja em uma das festas (M/06).

Figura 17 - Vida social daquele período (decênio de 1980) – Vera-MT



Fonte: José de Lima Cavalcante e Inês Ribeiro, 2018.

Para se desenraizar de seu local de origem, foi preciso uma reconstrução de valores e de costumes adquiridos, mais ainda, constituir uma sociedade no meio da floresta, onde nada existia nos moldes capitalistas; logo, foi necessário estabelecê-la a partir do nada. Com apoio da comunidade, aos poucos, uma cidade foi erigida com poderes políticos, religiosos e sociais. Em contraponto, diversas espécies da flora e da fauna foram sucumbidas. O que era uma imensidão verde deu lugar a estradas e manchas de núcleos urbanos que aos poucos foram ampliados.

Porém, dentro do referido sistema de expansão das fronteiras, os colonos são peça fundamental, de vida útil e muito curta, pois eles “só entram na fase inicial do processo quando há necessidade de mão de obra abundante, mais tarde são dispensados e substituídos pelos bois e pelas máquinas” (SCHAEFER, 1985, p. 28). Nesse viés, o senhor M/16, trabalhador que migrou para Vera em 1985, faz uma análise do papel e da importância dos colonos no contexto da expansão e consolidação da fronteira agrícola capitalista:

Na verdade, assim, o projeto de colonização na região norte do Mato Grosso, ela tem tipo 3 personagens, os pioneiros mesmo que muitos morreram e foram embora e poucas ficaram. A segunda, eles foram os amansadores das terras: eles chegaram, derrubaram as madeiras, tiraram e depois derrubaram os matos e não funciona. Agora é o terceiro, que são os lavoureiros. Quando eu cheguei na estrada Márcia que vai pra fazenda Zocoloto lá tinha 90 morador, tinha uma escola lá dentro. Hoje já tem um pouco mais, mas chegou uma época que não tinha nem um morador lá e era tudo de 25 ou 50 alqueires. Hoje é tudo fazenda, por isso eu falo. Muitos foram embora para outra região para fazer o mesmo processo, uns estão no Amazonas, outros no Pará (M/16).

A importante observação feita a partir da vivência mostra a compreensão, pelo migrante, do processo que aproveita a mão de obra e posteriormente a descarta. Produz rotatividade e uma busca pela sobrevivência que não se finda, pois, novamente, os territórios entram em um ciclo de expulsão, dada a concentração de terras e de renda em que são produzidos os migrantes de uma nova geração, seus descendentes.

De fato, essa escassez de assistência fez parte da estratégia de não fixação dos colonos, para, assim, facilitar a futura estruturação da agricultura comercial e a produção de *commodities* ao mercado externo. Esse fato tornou-se realidade, e a região norte mato-grossense, em especial Vera, assiste à contínua expansão do agronegócio, a qual influencia todo o território rural e urbano (pois o comércio gira em torno do suporte a si mesmo), o pequeno e o grande produtor.

3.1.3 Expectativas, tentativas e decepção com a agricultura: o fracasso agrícola nos primeiros anos

“Aqui era só esse mato bonito, a gente achava impossível não produzir alguma coisa. Eu vim na confiança que um dia iria sair alguma coisa aqui!” (M/09)
 “A estrada era um túnel de mata fechada” (M/08).

Dentro dos contextos de dificuldades, não há como não mencionar a dificuldade ao desenvolver a lavoura de subsistência nos anos iniciais da reocupação em Vera e demais cidades surgidas do projeto Gleba Celeste. Conforme a literatura e os relatos, o objetivo da Colonizadora SINOP para a região e tão logo para a maioria dos migrantes era trabalhar na/com a lavoura de subsistência.

Em razão da exuberância da floresta, acreditava-se que a terra era fértil, percepção tanto dos empresários da colonizadora, quanto dos primeiros que aportaram na região: “Aqui era só esse mato bonito, a gente achava impossível não produzir alguma coisa, eu vim na confiança que um dia iria sair alguma coisa aqui!” (M/09). No entanto, a agricultura não prosperou de imediato.

Conforme Panosso Netto (2000), os planos econômicos da colonizadora junto aos migrantes eram apostar, principalmente, na lavoura de café, produto com o qual os agricultores já trabalhavam, por isso possuíam conhecimento e manejo. “A gente veio aqui pra plantá café, nos primeiros anos deu bastante café, depois foi despontando por causa da seca” (M/16).

Figura 18 - Lavouras de café, melancia e pimenta do reino (décênio de 1970) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de Mercedes Zoz e Museu Histórico de SINOP, 2018.

Conforme Panosso Netto (2002), nos primeiros anos, após a limpeza dos lotes, a pretensão era cultivar arroz, feijão, milho e menta e, ainda, desenvolver a criação

de animais à subsistência, nesse caso, aves, suínos e gado. Após esse período, cultivariam café, amendoim, pimenta-do-reino, juta, entre outros.

Inicialmente, as plantações de café desenvolveram-se e renderam frutos, no entanto, essa cultura não prosperou devido à falta de conhecimento técnico-ecológico da região (clima, ciclo das chuvas, acidez da terra, dificuldade de acesso, entre outras). O grupo não conhecia a geografia do local e, dessa forma, outras culturas testadas na época (milho, arroz, feijão, pimenta-do-reino, entre outras) também não se desenvolveram como esperado. Outro fator que provocou desânimo aos produtores foi a recessão do café no mercado mundial (1974 a 1978), que provocou consideráveis quedas no valor do produto (OLIVEIRA, 1983; SCHAEFER, 1985; PANOSSO NETTO, 2002).

Eu plantei capim para buscar gado que deixei lá no Paraná, que eu pretendia trazer pra cá, aí logo formô o capim e eu fui buscar os gados, esses gados não agüentou um ano elas caia e não levantava mais e acabou morrendo, mais tarde surgiu o sal que diziam que era próprio prá essa região, aí eu comprei 2 vacas aí deu certo (M/09).

Na época eles tentaram plantar café e não deu certo, o solo era ruim, o PH da terra era muito ácido, não tinha muito o que tratar a terra por falta de conhecimento, por falta de profissionais de agronomia, mas nessa época não deu café que era o principal que eles queriam plantar. Na verdade a extração da madeira continuava, não teve essa de tentar parar a extração da madeira para plantar porque para plantar tinha que ter uma boa máquina (M/11).

A gente foi cobaia de tudo, porque ninguém sabia o que produzia, a ilusão foi plantar café e pimenta. Nós pegamos e plantamos café, plantamos 13 mil covas, o café até veio bonito, quando ele precisou de força durante a seca ele começou a morrer. Depois de 6 anos, teve que paga para arranca, então foi o grande problema, financiou para destoca, para mecaniza. Daí fomos para a usina de álcool em Sinop, acho que foi uns 3 ou 4 anos envolvidos com isso, aí depois em 1986-1987 começamos devagar a planta soja, a gente começou pagando tudo, não tinha maquinaria, aí durante a seca o pai cortava tora para ganhar o pão de cada dia. [...] A terra era fraca como se sabe até hoje que se derrubava o mato e plantava, o milho não dava nada, arroz dava umas mancha onde queimava as galhadas. A cinza parecia que era um cálcio ali dava uma mancha de arroz. A única coisa que plantava e produzia era um pouco de mandioca e abacaxi agora o restante, milho, soja e arroz nem pensar (M/12).

Pela ótica do entrevistado M/12, dentro do processo de colonização, eles foram cobaias de tudo, pois sua família pretendia cultivar café nos lotes que adquiriram; entretanto, tudo que tentavam produzir não apresentava o desenvolvimento esperado. Contudo, conforme Picoli (2005), os migrantes foram usados para dar início aos processos de abertura da fronteira, sendo também um grande exército de reserva aos projetos agropecuários.

Como as empresas colonizadoras não conheciam a área, o solo e a geografia local, seus planos foram elaborados a partir da experiência do local de origem, tendo em vista que o solo do Paraná é muito fértil e, ao observar a vegetação nativa (floresta amazônica) existente na área a ser colonizada, acreditavam que o solo também era fértil. No entanto, a região amazônica exige tratamento e conhecimento específico para produzir cultivos diferentes, e essa expertise só foi adquirida após muitas tentativas e fracassos, conforme expôs o senhor M/12.

Diversos agricultores também tiveram a visão errônea inicialmente, conforme o senhor M/09, que expôs seu pensamento da época: “Se tem um mato tão bonito como esse, como não vai produzir a agricultura?”. No entanto, a exuberância da floresta vem da própria floresta, seus restos (folhas, galhos apodrecidos, entre outros) são seu próprio adubo. Retirando a floresta, é removida a sua nutrição, que é retroalimentada (PICOLI, 2004).

Percebe-se também a falta de saberes técnicos dos agrônomos/técnicos agrícolas que vieram para trabalhar na área. Acrescenta-se que foram aprendendo na prática e com o tempo, dificultador que poderia ter sido amenizado se tivessem sido aproveitados os saberes daqueles que já viviam na terra, ou seja, os nativos da região, pois conheciam as particularidades do seu território.

Uma manobra da colonizadora para atrelar os colonos era fazê-los cooperados na Cooperativa Mista Celeste (COMICEL), adesão automática no ato da compra do lote. Todos que adquirissem terras logo se tornavam cooperados da COMICEL mediante a cobrança de 1% do valor do contrato, montante que seria usado ao fornecimento de insumos, sementes, mudas, entre outros, direcionados ao cultivo (OLIVEIRA, 1983).

Primeiramente, segundo Panosso Netto (2002), a COMICEL foi fundada para subsidiar os colonos diante das dificuldades na agricultura; no entanto, eles eram explorados pela cooperativa, tendo em vista que a organização se apropriava do trabalho e da produção, pagando aos produtores um valor muito abaixo do real.

A relação entre os agentes da Colonizadora, os colonos e a cooperativa era articulada entre o Grupo SINOP e o Banco do Brasil. Este último era o mediador entre o Estado e a empresa. Desse modo, o pequeno produtor (colono) seria novamente explorado por esse sistema na implantação do projeto. Constata-se que, por meio desses mecanismos, o modelo de colonização adotado no município é uma repetição do sistema capitalista (KOHLENER, 2017).

Milhares de pequenos agricultores migrantes deslocados, que sofreram enormes dificuldades pelo desenraizamento cultural e socioambiental, pois, ao chegar à nova terra, nada sabiam dos ecossistemas amazônicos, tendo pela frente o desafio de construir tudo novamente. O que haviam conquistado a duras penas em suas regiões de origem, terra para trabalho, casas, escolas, igrejas, hospitais, comunidades, cidades, um conjunto de relações sociais, enfim, o necessário à vida, ainda que precária e sem muitas perspectivas diante do quadro que se avizinhava de ter de migrar ficou para trás. Os migrantes passaram a conviver com o desconhecido e com as incertezas, sendo reféns das articulações de um projeto manipulado e organizado para não dar certo aos pequenos agricultores (BAMPI, et al., 2014, p. 20).

Com o passar do tempo, das tentativas frustradas de produção, ora com saberes técnicos, ora com saberes leigos, aos poucos, a terra foi sendo melhorada quanto ao aspecto agricultável, possibilitando algumas práticas agrícolas. No entanto, a essa altura, o gasto já ultrapassava os limites, deixando os colonos descapitalizados. Dessa forma, a maioria vendeu suas posses e foi tentar a sorte em outros locais. Alguns foram trabalhar como funcionários na colonizadora ou para os vizinhos; aqueles que possuíam uma reserva monetária foram trabalhar na indústria madeireira. Poucos foram os que permaneceram no setor agrícola (MIRANDA, 1990).

O processo de reocupação provocou intenso desflorestamento, ao abrir as estradas, o espaço para a urbanização, a pecuária e a agricultura. A floresta era derrubada sem preocupação ambiental em nome do desenvolvimento econômico. Era excluído o desenvolvimento social local. A transformação da paisagem foi além da perda da biodiversidade, alterou o curso de vida dos locais, o fluxo dos rios e provocou alterações climáticas (ROSENDO; TEIXEIRA, 2004).

3.1.4 O extrativismo florestal e a indústria madeireira: sustentação econômica até o decênio de 1990 e implicações

“Floresta, fumaça, poeira, serragem, caminhão de tora, serraria, mãos pequenas sujas de tinta roxa, casas de madeira, poucas casas, o mato até ali pertinho, vento fresco à tardinha, derrubada, madeira no meio da rua, lama, árvores no chão, fumaça, fumaça.....”(MIGRANTES/2018).

Ao mesmo tempo em que a maioria dos agricultores tentava implantar a agricultura na região, outros direcionavam sua atenção à extração madeireira, recurso muito abundante à época. Alguns já desempenhavam trabalhos no setor madeireiro no local de origem e vieram destinados a esse fim. Em 1972, Lucindo Sandri montou a primeira serraria (Serraria Chapada) às margens do rio Caiabi. Sua produção era

exclusiva para as construções da Gleba Celeste (pontes, casas, salas de aula, entre outras) (PANOSSO NETTO, 2002).

Figura 19 - a) Caminhões utilizados no transporte de madeira; b) Indústria madeireira no decênio de 1980 – Vera-MT

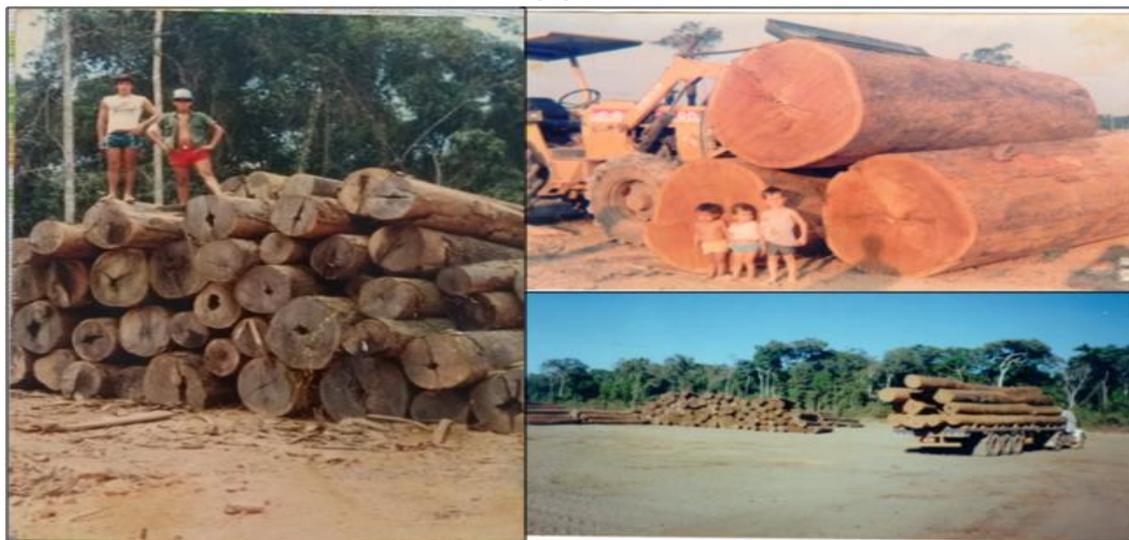


Fonte: Acervo pessoal de Sibila Strada, 2018.

Em Vera (Gleba Celeste), o comércio madeireiro iniciou em 1978 e sua produção era voltada à subsistência familiar. Os trabalhos no setor destinavam-se apenas a serrar a madeira. Assim, ocorria a transformação das toras em peças menores, as quais eram enviadas para outros locais a fim de fazer o beneficiamento. No início da década de 1980, as indústrias madeireiras começaram a se proliferar na região. A intensificação foi em 1984, ao ser concluída a pavimentação da BR-163 (PANOSSO NETTO, 2002).

Conforme Panosso Netto (2000), no referido período da intensificação para executar a exploração madeireira, era necessário fazer o projeto e pagar a licença junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O imposto pago para a extração, segundo o referido órgão, era destinado ao reflorestamento, fato não presenciado até o momento no município.

Figura 20 - Extração, empilhamento e estocagem de madeira (decênio de 1980) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de Almir Padilha; Luciene Gracino; Cleusa Riffel, 2018.

Em diálogo com o senhor M/09, ele relatou que saiu de Paranaíba, no Paraná, em 1973, com destino à cidade de Gleba Celeste, para trabalhar com agricultura e criar gado; no entanto, diante das dificuldades, resolveu buscar sustento no setor madeireiro: “Minhas terras que comprei quando cheguei aqui não produziu nada, logo desfiz delas, em troco de um caminhão, aí depois montei uma madeireira, com a madeireira fui compra terras de novo.”

Nos primeiros anos, a falta de conhecimento dos tipos de madeira tanto por parte dos colonos, quanto do mercado madeireiro, a pouca tecnologia e a abundância da floresta foram fatores que corroboraram o desperdício desse recurso. As poucas serrarias instaladas no período inicial não davam conta de serrar toda a madeira que era derrubada na abertura dos lotes urbanos, das fazendas e das estradas. Ressalta-se que, na época, não havia preocupação com a preservação ambiental; grande parte das derrubadas foi executada sem manejo, a vegetação era queimada ou apodrecia a céu aberto e a floresta não foi recomposta (PANOSSO NETTO, 2002).

Quando chegamos ficamos apavorados! Aqui tinha um monte de madeira e toras, a gente que veio de cidade grande não tinha idéia, era horrível! Era muita madeira jogada fora, eram madeiras muito boas e eles pensavam que era uma fonte inesgotável que a floresta nunca iria acabar que a madeira nunca iria acabar o padre até disse que Vera não iria mais existir quando a madeira acabasse (M/10).

Na minha visão, é que primeiro da onde eu vim não se botava madeira fora e aqui se botava madeira fora, passava pelo meio da rua chutando madeira, da onde eu vim qualquer pedaço de madeira servia para alguma coisa. Então

assim, na verdade a gente se assustava com aquilo porque queimavam muita madeira (M/11).

Os relatos demonstram a insatisfação das pessoas em relação à forma como foi tratada a floresta, principalmente aqueles que conheciam a realidade de outros estados, onde foram testemunhas da degradação e de suas consequências. Sentiam-se horrorizados ao presenciar o extermínio do meio ambiente no local, a ganância e a inconsciência corroendo a natureza.

Dentro do contexto de expansão da fronteira e seguindo a lógica do desenvolvimento a qualquer custo, a preocupação ambiental era ínfima: o modelo desenvolvimentista adotado seguia a lógica do desmatamento civilizador. Conforme Bublitz (2006), esse paradigma vigorou no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e no início do século XX; entretanto, no referido estado, a destruição da floresta foi mais lenta. No norte mato-grossense, a ação humana repetiu-se, mas acelerada pelas máquinas, motosserras e tratores de esteira que, após a exploração madeireira, colocavam a floresta no chão para posterior queimada e preparo da terra para agropecuária (BAMPI, 2012), conforme demonstra a imagem a seguir (Figura 21 - Área aberta após extração de madeira e desflorestamento (1987)).

Figura 21 - Área aberta após extração de madeira e desflorestamento (1987) – Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

No processo de expansão da fronteira em análise, pode-se dizer que ocorreram parcerias não programadas, mas que, somadas, aceleraram a degradação ambiental, pois o setor madeireiro iniciou o processo, abrindo clareiras, estradas, fazendo

derrubadas sem manejo, sem projetos (ou com), sem cuidados com o conjunto de vegetação de que estavam próximos, nem com toda a biodiversidade presente na área (PICOLI, 2004). Após retirar as árvores mais rentáveis, a área foi repassada para as empresas agropecuárias, as quais, no caso, entraram com correntões, tratores de esteiras, para derrubar o que sobrou da floresta. Por fim, atearam fogo, completando o ciclo devastador, em que toda vida compreendida na área foi destruída (PANOSSO NETTO, 2002; PICOLI, 2004).

De acordo com Picoli (2004), em todo o processo de extração madeireira do norte mato-grossense, não houve utilização de técnicas de manejo e, quando foram usadas, foi em razão de legalizar a devastação. O autor expõe que, com ou sem as madeiras, a Amazônia foi e é devastada em nome de um grande projeto que não contempla a indústria de transformação na região, pois as empresas do setor fazem a extração selecionando as árvores de melhor rentabilidade. Tempos depois, quando esgotado o local, procuravam um novo lugar para efetuar a extração, deixando para trás o rastro de destruição onde será implantada a agropecuária.

Ainda segundo o autor, as leis ambientais não passam de palavras mortas que enfeitam papéis. Em muitos casos, servem para legalizar a destruição ou para serem burladas e agredidas, sempre com a certeza de que nada vai acontecer aos infratores, visto o controle político, econômico e militar dos grandes grupos ali estabelecidos (PICOLI, 2004). O processo de extração de madeira foi avassalador com grande prejuízo socioambiental de grau irreversível; entretanto foi o sustentáculo econômico da região e a manutenção do capital para os futuros empreendimentos agrícolas (BAMPI et al., 2014).

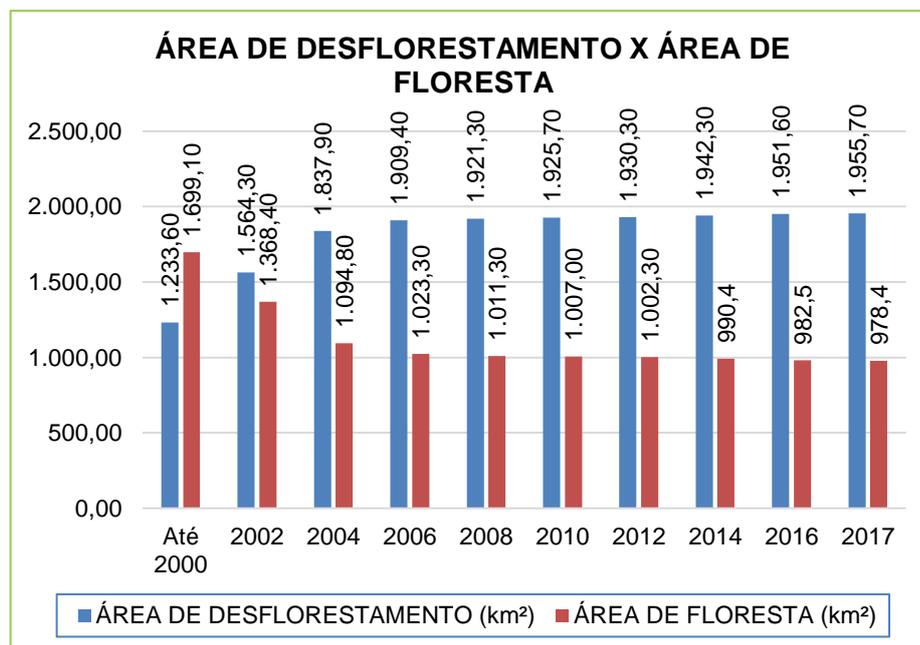
Rosendo e Teixeira (2004) expõem que a frequente exploração madeireira provoca esgotamento da vegetação nativa e danos severos em todo o bioma, o que compromete a regeneração natural e aumenta a suscetibilidade da área ao fogo (conforme Figura 21 - Área aberta após extração de madeira e desflorestamento (1987)).

É essencial mencionar que, mesmo diante da atual degradação ambiental, o processo de extração madeireira (com ou sem liberação) ainda é um processo dinâmico, assim como a expansão das áreas destinadas às monoculturas. Até o ano de 1996, a área de Reserva Legal, nos estados compreendidos na Amazônia Legal, era de 50%; todavia, a partir da Medida Provisória nº 1.511/96, a reserva passou para 80%, condizente com o Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012, que define

também 80% de preservação em áreas compreendidas na Amazônia Legal e em Áreas de Preservação Permanente (APPs) (KOHLENER, 2017).

O gráfico a seguir apresenta uma amostragem da progressão do desflorestamento no município de Vera em consonância com a área de floresta.

Figura 22 - Dados do desflorestamento e área de floresta de Vera (2.952 km²) – Vera-MT



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do PRODES, 2018.

De acordo com os dados observados, até ano 2000, a área desflorestada correspondia a 41,79% da área total do município, portanto, nota-se uma progressão, principalmente a partir de 2004. É importante ressaltar que o processo de desflorestamento continua em expansão, conforme é possível observar nas imagens a seguir.

Figura 23 - Extração e estocagem de madeira nas imediações da área urbana de Vera (8 km) - Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Outro grande problema da época era a poluição atmosférica, causada pelo excesso de queima de lixo das serrarias (serragem e restos de madeira), proveniente das queimadas executadas no processo de abertura de novas áreas para agropecuária e dos queimadores das indústrias madeireiras. A queimada é um grave problema ambiental e, tão logo, social, pois desenvolve diversas enfermidades na população.

[...] as escolas era no meio das laminadoras, tinha que fechar várias vezes inclusive na cidade, a gente dispensava as aulas por causa da fumaça, eu acho que era um período terrível, ninguém estudava eles só faziam a quarta série e pronto já deu, aprendia a ler e escrever e pronto (M/10).

Final dos anos 90 comecei fazer meu curso superior era uma tristeza, porque assim na verdade nem era tristeza era um inferno! Porque eu ia para faculdade queimando. O calor da estrada, aquelas chamas, porque eles estavam queimando as madeiras que derrubaram que achavam que não dava para aproveitar, voltávamos às 11 horas e o inferno continuava e aquilo passava semanas queimando, aqui na Vera. Agora estamos no paraíso por questão da fumaça que não tem tanto, mas, naquela época era muito prejudicial, a fumaça que passava dois, três meses dentro de casa, prejudicava a saúde intensamente (M/11).

Na referida época em análise, a poluição era demasiada, principalmente no período da seca, agravada nos meses de agosto e setembro (meses de menor umidade relativa do ar); logo, a vida nesse período foi muito difícil. A imagem a seguir (Figura 24) registra a queima de serragem em execução no pátio de uma indústria madeireira, realizada em setembro de 2018, fato que era muito comum nos decênios de 1980 e 1990 e ainda é possível de ser observado.

Figura 24 - Queima de resíduos (serragem) nas dependências da indústria madeireira, 2 km distantes do núcleo urbano de Vera (2018) - Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Alguns relatos revelam o perigo que existia no entorno das empresas madeireiras, tais como acúmulo de lixo, restos de madeiras, algo atrativo para animais peçonhentos, etc. Ainda, um grande problema estava relacionado com a queima da serragem (conforme se observa na Figura 24) das indústrias (queima do pó de serra), local no qual muitas crianças se feriram gravemente, pois, por cima do monte de serragem, não era possível visualizar as brasas. Desse modo, as crianças que moravam nas colônias das empresas (ou nas imediações) iam brincar e se queimavam gravemente.

[...] aquele fogo virava brasa na serragem e daí as crianças acabavam correndo por lá e se queimavam, porque a serragem era mais perto do que imaginava, os homens que trabalhava na serragem também se queimavam (M/15).

Na maioria dos projetos de colonização, principalmente no período de intensificação das indústrias madeireiras, observou-se a recorrência de doenças respiratórias, principalmente em crianças e idosos, enfermidades relacionadas às queimas, dos queimadores, das serrarias, pastagens e florestas (WEIHS et al. 2017).

3.1.4.1 A periculosidade do setor extrativista e madeireiro: o trabalho árduo

Com base na pesquisa bibliográfica e posterior pesquisa empírica, foi possível aferir as particularidades e periculosidades do trabalho executado em diversas fases

e funções do setor madeireiro; todavia, como não é o objetivo deste trabalho, buscou-se apenas conhecer brevemente alguns desses problemas.

No processo de extração da madeira, os acidentes, em sua maioria, envolviam cortes ao manusear motosserras, traumas e até mortes por esmagamento quando da queda dos galhos e das toras, além de, perigos ligados ao contato direto com insetos e animais peçonhentos, entre muitos outros incidentes.

Nas indústrias madeireiras, também há riscos, principalmente ao descarregar as toras dos caminhões; da mesma forma, pelos diversos aparelhos cortantes, como as guilhotinas, destopadeiras, serras, o alto nível de ruídos, vícios posturais, entre outros. Outro complicador é o contato com inseticidas e fungicidas utilizados no trato das madeiras. O contato dos trabalhadores com esses produtos provoca alergias e o contato frequente com o pó da madeira provoca irritação e alergias oculares (PIGNATTI, 2007).

Vixi, já morreu muita gente aqui nesses matos e nessas serrarias, gente esmagada pelas toras. É um trabalho muito perigoso. Um dia chegou um rapais pra trabaia, ele era casado e tinha uma criança. Ele foi trabaia e a serra escapou e bateu direto no meio dos dois olho dele, eu só vi de longe ele jogando as duas mão pra cima. Nois correu pra ajudar, mas, não deu tempo pra fazer nada. O pobre só trabalho meio dia (M/04).

Eu já vi muitos acidentes não na onde eu trabaia, mais nas firmas do lado, que nem um dia um caminhoneiro veio com uma carga de madeira ali no Otto, aí chegou pra descarregar né, aí ele chegou a pé e soltou os cabos das toras, ele não esperou o pazeiro vim, aí ele soltou os cabos e escapou uma tora de uns três metros e rolou em cima dele (do motorista). Os rapais estavam esperando ele pra descarregar e ele não vinha. Quando foram lá vê, a tora tinha rolado em cima dele, drobou ele no meio, coisa mais feia do mundo, isso acontecia bastante. Era gente que perdia dedo, eu mesmo perdi um dedo, um rapaz que trabaia mais nois perdeu foi a mão, rapais novo (M/17).

É importante acrescentar que, nos primeiros anos, os acidentes ocorriam com maior frequência. Atualmente, ainda acontecem, entretanto, com menor intensidade, em razão da utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e maior eficiência das leis trabalhistas.

De acordo com a percepção da senhora M/10, o trabalho nas madeireiras e laminadoras, no decênio de 1980 e nos primeiros anos de 1990, envolvia praticamente toda a família. Era um período de muita precariedade, as pessoas estudavam pouco: “[...] eu acho que era um período terrível, ninguém estudava, eles só faziam a quarta série e pronto, já deu, aprendia a ler e escrever e pronto” (M/10).

[...] quando eu cheguei, as crianças trabalhavam nas laminadoras era um trabalho terrível, eu fui dar aula e os alunos iam com as mãos roxas com uma tinta que eles passavam no compensado (M/10).

As crianças também se empregavam nas laminadoras, fato que foi extirpado aos poucos, a partir do sancionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em que o artigo 60 proíbe o trabalho infantil, salvaguardando o de aprendiz, a partir dos 14 anos, desde que não atrapalhe os estudos do menor.

Além do perigo que envolvia todo o setor madeireiro, como o momento da extração em meio à floresta, o transporte das toras, os trabalhos de serragem e todos os outros envolvidos, ainda havia grande exploração do homem pelo homem. Muitas madeireiras funcionavam em locais distantes do núcleo urbano e, desse modo, para manter os funcionários atrelados exclusivamente ao trabalho, as empresas ofereciam alojamento para os homens solteiros e casas para os funcionários com família (colônias das madeireiras).

Figura 25 - Casas em colônias das madeireiras (1986) - Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de Almir Padilha, 2018.

A referida ação era colocada como vantagem ao funcionário; no entanto, era uma forma de o empresário ter maior controle sobre os empregados. Vale mencionar que as condições dessas moradias eram “básicas”, no caso, com o mínimo de conforto possível. Percebe-se também que a vida acontecia em meio a essa paisagem, entre mulheres e crianças, ou seja, toda a família vivendo e convivendo em meio a todo esse processo, os olhos e o íntimo se acostumaram com a exploração socioambiental.

Figura 26 - Trabalhadores em sua rotina diária nas madeireiras (décênio de 1980) - Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de Almir Padilha e José de Lima Cavalcante, 2018.

A mão de obra empregada nesse setor geralmente não exigia muita qualificação, portanto, os rendimentos salariais giravam em torno de um salário mínimo e meio. Sendo assim, recebiam maiores salários mensais apenas os cargos de maior periculosidade, os que exigiam maior conhecimento tecnológico e cargos de gerência. Nos primeiros anos após a chegada das madeireiras, o salário era melhor, fato explicado pela grande quantidade de madeireiras à época. Explica-se também pela escassez de mão de obra, situação comum no contexto capitalista, no qual a inexistência de mão de obra eleva seu valor remuneratório, com a finalidade de atração e posterior diminuição.

No entanto, mesmo diante das dificuldades, da precariedade e dos baixos salários, havia uma conformidade com a situação, diante do quadro estrutural socioeconômico do país. O trabalhador verense, no contexto visto, confirmado pelos relatos, conformava-se com o quadro em que estava inserido e, ainda, sentia-se agradecido por estar trabalhando. Mergulhado em uma conjuntura sem grandes perspectivas, que carregava marcas das desilusões econômicas de exclusão, acreditava na ideia de que aquilo que possuía era satisfatório, ocorrendo, portanto, um “contentamento” em relação à realidade em que o trabalhador se encontrava, situação que Marx (1994) denomina de *alienação*.

No sistema capitalista, ocorre a alienação social do trabalhador, em que a pessoa não se vê como produtora do trabalho, e sim apenas como consumidora do próprio trabalho. O estágio brutal da alienação chega a tal ponto que o indivíduo não percebe as injustiças sofridas, nem mesmo como vítima de exploração. Desse modo, a grande massa trabalhadora (com exceções, pois nem todos se calam e apenas obedecem às ordens) deixa de lutar por seus direitos, ganhando um estado de acomodação com a situação vivida, que permite a continuação do sistema capitalista. Assim, em seguida, o sistema capitalista deixa de ser questionado (NETTO; BRAZ, 2011).

3.1.4.2 A cidade no período madeireiro

No tocante à estrutura física da cidade (área urbana), à época, as melhorias foram ocorrendo concomitantemente com o fluxo de capital. Alguns melhoramentos já ocorreram nos decênios de 1980 e 1990, como a energia elétrica, a pavimentação de algumas ruas, a arquitetura da cidade e a maior diversidade no comércio.

Figura 27 - Área urbana no decênio de 1980 - Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de Cleusa Riffel e José de Lima Cavalcante, 2018.

No entanto, até 1990, as construções eram todas de madeira, no caso, as casas, o comércio, as igrejas e os hospitais. Essa peculiaridade pode ser explicada pela abundância de madeira, utilizada como recurso nas construções, e pela dificuldade de obtenção de produtos de olaria, tijolos, cerâmicas, entre outros. Era necessário aproveitar o recurso disponível devido ao baixo poder aquisitivo da massa

populacional. O núcleo urbano era pequeno, poucas ruas abertas, o “mato” ainda rodeava toda a cidade. Algumas pessoas que chegavam de outros locais, municípios antigos e maiores, ficavam espantados com a paisagem encontrada na cidade.

[...] aí eu olhei tinha assim pica-pau de um lado, vilarejo, tudo casa de madeira, tudo tapera, mas assim eu nem sabia o que era pica-pau. Na época que eu vim, do rio Caiabi até pra mim chegar no centro da cidade mudou pouca coisa, porque assim as casas eram todas de madeira casa sem cor era um vilarejo mesmo entendeu? Tinha hospital, tinha prefeitura mas era tudo de madeira, eu nunca tinha visto uma coisa desse tipo! Porque assim, a gente morava mal ou bem, mais morava em uma casa de alvenaria não em casa de madeira. Na nossa região, lá casa de madeira era casa de favelado. Meu pensamento era: O que eu vim fazer aqui num lugar desse que não existe nada? A primeira impressão foi um vilarejo de filme de faroeste! (M/11).

Eu fiquei um pouco desesperada, eu achava que era uma cidade, aí quando eu cheguei era uma vila comparando com o lugar que nois saiu. Aonde a gente morava era uma cidade com asfalto tudo bonito, aí chegamos aqui era uma cidade pequena, tudo estrada de chão, muita poeira, na época não tinha caminhão pra molhar a rua só poeira e muito mato, aqui tinha um mercado só do falecido Armando. A gente vinha de a pé de lá do rio Verde até aqui, e o salário na madeireira não era regular igual agora, quando eu cheguei parecia o fim do mundo (M/15).

Figura 28 - Prédios públicos construídos de madeira. (A) Posto de Saúde, (B) Escola Estadual N^a S^a do Perpétuo Socorro (C) Hospital (D) Igreja Católica - Vera-MT



Fonte: Colonizadora SINOP (Vera), 2018.

As imagens anteriores (Figura 28) são de prédios públicos que atendiam a toda a população. Os prédios e as demais residências da população eram confeccionados de madeira devido à abundância do recurso.

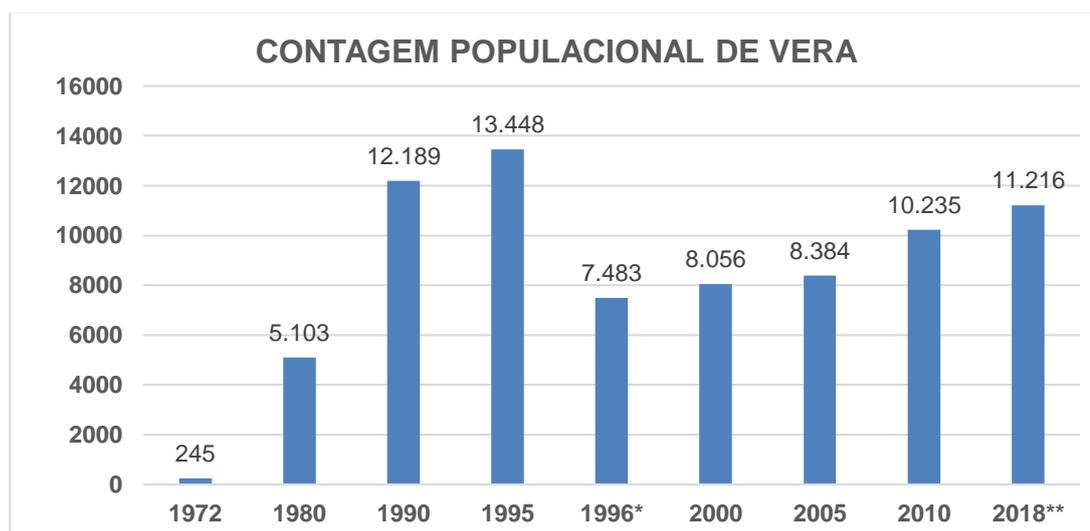
3.1.4.3 O fluxo populacional e econômico no referido período

Segundo os sujeitos colaboradores, durante o auge do setor madeireiro (de 1980 a meados de 1990) havia um fluxo intenso de pessoas no município, fato que movimentava muito o comércio:

Na época das madeiras era mais movimentado, agora tudo parado. Nas madeiras, antes tinha bastante gente aqui era bem movimentado (M/03).

Na época da madeira as lojas vendiam bem no comércio vendia bem, aí logo depois veio uma lanchonete, aí veio o mercado maior então assim, foi melhorando, aí quando chegou em meados de 1992-1993 começou a ter luz elétrica do motor né (M/08).

Figura 29 - Progressão da população total de Vera, MT



Fonte: Adaptado de Panosso Netto (2000); IBGE, 2018.

*Números após a emancipação de Feliz Natal e de Nova Ubiratã

Ao aferir os dados da contagem populacional do município, observa-se que, no período predominante do setor madeireiro (décadas de 1980 e 1990), a população era realmente mais expressiva. No entanto, em 1996, com a efetivação da emancipação dos municípios de Feliz Natal e de Nova Ubiratã (antigos distritos de Vera), houve uma queda brusca na demografia local, voltando a se estabilizar no decênio de 2010.

Conforme os sujeitos, havia um fluxo expressivo de pessoas no período madeireiro. Julga-se que, também, circulava muito dinheiro; porém, para a maioria dos entrevistados, o lucro real produzido no referido setor não era distribuído por igual na sociedade e nem aplicado no próprio município. No caso, ficava com o dono das madeiras (capitalista), com os intermediadores, com os saqueadores, ou seja, com todos que exploravam a floresta e levavam os rendimentos para outros locais. Para o município, restava outra situação, nesse caso, as estradas destruídas, a poluição, a fumaça, a poeira, a serragem, a degradação, a exploração socioambiental e uma pequena porcentagem do lucro, em forma de salário, que nem sempre era pago em dia.

[...] acho que quem ganhava dinheiro era os pessoal que vinha aqui comprava a madeira barata e vendia em outro lugar por mais caro (M/01).

[...] os donos de madeira vinha explora aqui, eles pegava tudo que produzia aqui que dava muito dinheiro e levava pro Paraná, pra São Paulo e aqui ficava só os empregados ganhando as rendas, pra cidade não foi bom tinha só emprego mais morreu bastante gente debaixo de tora (M/07).

A economia era razoável, nunca Foi muito forte. A qualidade de vida das pessoas também era razoável, os madeiros sempre com dificuldade, um ou outro que se destacava. A qualidade de vida das pessoas da grande massa não era aquela coisa também, indústria não dava um bom emprego não, com exceção do laminador e do serrador que eram os principais, o resto era assalariado que faziam só para comer mesmo, não tinha muito futuro não, aqueles que ficaram com a madeira junto com a terra, ficaram ricos (M/14).

Também é relevante expor a percepção da falta de experiência dos empreendedores do setor, fato que fez muitas empresas decretarem falência, bem como a má administração das finanças, tanto dos patrões, quanto dos empregados, pois não havia preocupação de uma futura escassez do recurso madeireiro.

Na verdade ninguém ganho dinheiro, ganhava poucos. A Lamil chego na mesma época que eu, a GF já tava aqui, a Baía tava estabelecida não totalmente. As mais fortes foram todas quebrando, muitos não sabiam administrar. A verdade era que o custo era ruim, as estradas eram ruins, as máquinas quebrava (M/06).

Outro quesito a ser considerado, conforme Panosso Netto (2002) era o fato de a funcionalidade das madeiras ser afetada no período das chuvas, tendo em vista que suas atividades eram diminuídas. As empresas que não possuísem estoque de madeira para trabalhar reduziam os funcionários e os salários ou davam férias coletivas para todo o grupo de trabalho. Todos os envolvidos no setor,

necessariamente, deveriam fazer uma reserva de capital no período da seca (abril a setembro) para sobreviver no período das águas (outubro a março). A crise, portanto, atingia toda a cidade, em razão de a maioria da população trabalhar nesse setor (PANOSSO NETTO, 2002).

A cidade trabalhava por seis meses e parava por seis. Em metade do ano tinha serviço e na outra não havia. Quem trabalhava na prefeitura estava empregado, mas aquele que se ocupava com a madeira não tinha o que fazer na época da chuva. A população de Vera que trabalhava nas madeireiras era volante, muitos iam embora quando chegava a chuva e, quando a chuva ia embora, voltavam – outros ou os mesmos funcionários (M/11).

O auge da produção de madeira (tora por m³) em Vera foi no decênio de 1990, principalmente nos primeiros anos. Em 1991, o município respondia por 12,7% da produção estadual de madeira em m³, mantendo a média até 1995 (11,1%). Já em 1996, iniciou o declínio da produção, caindo para 5,9% do respectivo estadual. Em 1997, foram implantados os municípios de Feliz Natal e de Nova Ubiratã, desmembrados a partir do município de Vera, que antes possuía 29 mil quilômetros quadrados de extensão territorial e, após o desmembramento, ficou apenas com três mil quilômetros quadrados (PANOSSO NETTO, 2002).

Desse modo, compreende-se que a extração florestal em Vera ocorreu, e ainda, ocorre de modo operante exploratório e insustentável, em que não há a preocupação com a sustentabilidade da área explorada, por isso a economia do setor foi dinâmica e rápida. A força de produção do setor perdurou até meados do decênio de 1990, período em que empregava em torno de 1.500 trabalhadores.

Na atualidade, existem, no município, 17 indústrias madeireiras em funcionamento, entre serrarias, laminadoras, fábricas de portas, forros, entre outras. No entanto, ao aferir os dados junto ao setor de tributos da prefeitura municipal, esse número é dúvida, pois uma mesma empresa física utiliza duas ou mais razões sociais para executar suas funções.

Figura 30 - Madeireira em funcionamento na área urbana de Vera, estoque de madeira (Mader Galo) (2018) - Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

O setor madeireiro perdeu força econômica em Vera e em grande porção do norte de Mato Grosso a partir da introjeção e estruturação da monocultura e dos fatores expostos anteriormente. No entanto, as marcas do período ainda são evidentes em Vera, como nos demais municípios da região. É possível verificar a presença de barracões antigos abandonados nos arredores do centro urbano e nas imediações. Algumas das antigas construções já foram demolidas e outras são reaproveitadas em atividades comerciais ou industriais.

Figura 31 - Barracões de indústrias madeireiras inativas nas imediações da área urbana de Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

3.1.5 Estruturação e expansão do agronegócio: produção e implicações socioambientais

“[...] ninguém come só milho, ninguém come só polenta, ninguém come só soja. Eu não acho muita vantagem, eu acho vantagem é plantá o arroz, o feijão, a mandioca, a batata, o que vai pra mesa da gente” (M/07)

A modernização da agricultura, objetivando à ampla expansão da produtividade, teve início nos Estados Unidos da América, ainda em 1940, situação conhecida como Revolução Verde. A ideia foi trazida ao Brasil no decênio de 1960, na intenção de dinamizar a produção agrícola. Dessa forma, quando ocorreu a expansão da fronteira amazônica (1970), com ela, estava a ideologia da modernização agrícola nos moldes capitalistas (latifúndio de monocultura para exportação com emprego de pouca mão de obra). A modernização iniciou com a automatização do campo e, logo após, foi ampliada com a utilização de um conjunto de insumos, tais como produtos químicos, fertilizantes, agrotóxicos e melhoramento genético (SILVA, 2016).

Ressalta-se que a territorialização e a expansão da agricultura capitalista provocam diversas implicações socioambientais. Sendo assim, uma das principais consequências é a exclusão e a expropriação do pequeno produtor, que não possui subsídios financeiros para adquirir os pacotes técnicos da agricultura comercial. Logo, é fato que os saberes e as técnicas de manejo tradicionais são desconsiderados dentro da ideologia capitalista (GIRARDI; FERNANDES, 2004).

Nesse contexto, sobre o modo de produção desenvolvido no espaço verense, os sujeitos da pesquisa percebem que o formato adotado não traz benefícios para toda a sociedade, que ele é altamente rentável, mas somente para poucos, sendo degradante e excludente para a maioria. Sendo assim, para um melhor desenvolvimento social, deveria haver uma diversificação da agricultura, uma reorganização do espaço em questão.

A automação do campo reduziu gradativamente os postos de trabalho, principalmente da mão de obra braçal, que foi substituída pelas máquinas. É notável que a tecnologia tenha alterado todos os ângulos da rotina do campo (com muitas melhorias, como internet e energia, entre outros). No entanto, no quesito trabalho, exige-se frequente qualificação, assim, como não são todos os que conseguem se

qualificar e não há emprego para todos, desencadeando o esvaziamento do campo (SILVA FILHO et al., 2010).

Figura 32 - a) Extração de madeira; b) Correntão na abertura das áreas; c) Enleiramento; d) Área praticamente pronta ao cultivo de grãos (2018) - Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Em Vera, essa situação já é observada, pois há grandes latifúndios, no cultivo da monocultura da soja e do milho, empregando poucos funcionários. Acrescenta-se, assim, que o quadro tende a piorar, pois as lavouras de soja estão gradativamente aumentando e, de acordo com Girardi e Fernandes (2004), a referida cultura é a segunda que menos emprega no país, perdendo apenas para o cultivo de trigo. A tabela a seguir mostra a estrutura fundiária estabelecida no município de Vera.

Tabela 1 - Estrutura fundiária do município de Vera até 2014

Estrutura Fundiária Total - 2003/2014	Número de Imóveis	Área Total (Hectares)
Minifúndios	107	3.986,08
Pequena propriedade total	159	29.384,78
Média propriedade total	75	50.076,29
Grande propriedade total	11	44.921,62
Não classificada	11	10.408,90
TOTAL	363	138.777,67

Fonte: Adaptado de Kohler (2017, p. 72).

A tecnificação do campo em Vera tem provocado a desruralização, ou seja, um esvaziamento do campo: os latifúndios vão se ampliando e, desse modo, englobando as terras vizinhas e modificando as relações de trabalho. É possível constatar grandes extensões de terras com poucos funcionários e os que ficam no campo têm que estar constantemente se adequando às mudanças e às modernizações.

Uma pesquisa publicada na revista ISTOÉ, em julho de 2018, confirma o exposto. Segundo a notícia, para cada trator adquirido, praticamente, quatro pessoas perdem seu emprego no campo, portanto uma tendência que está ocorrendo em todos os lugares. De acordo com o IBGE, em 2017, foi possível verificar, em Vera: 603 tratores, 215 semeadeiras/plantadeiras e 314 colheitadeiras.

Muitos trabalhadores perdem seu emprego no campo, direcionando-se, portanto, para a área urbana; entretanto, Vera é um município pequeno, com poucas oportunidades de trabalho, poucas indústrias, o que resulta em uma nova migração desses sujeitos para as cidades vizinhas. Desse modo, acabam sendo marginalizados em razão do sistema capitalista, pois os excluídos que não se adaptam ao sistema, e passam a sobreviver à margem dele, vão para os centros urbanos implementar o grande exército de reserva à disposição de outras empresas capitalistas.

Aos jovens verenses, a oportunidade de trabalho/estudo é escassa, assim, quando finalizam o ensino médio, precisam se deslocar às cidades vizinhas (Sinop, Sorriso, ou outras mais distantes, como Cuiabá, Alta Floresta, entre outras) para fazer um curso técnico ou uma graduação.

No tocante ao desenvolvimento agrícola, na década de 1990, com a melhoria das estradas, a aplicação de tecnologias no/para o campo, tais como correção do solo, utilização de insumos, fertilizantes e implementos em geral, os olhares passaram para a agricultura comercial, ou seja, a consolidação do agronegócio, grande objetivo dos projetos de colonização engendrados pelo governo federal (PANOSSO NETTO, 2002; BAMPI et al., 2014).

Para Girardi e Fernandes, o agronegócio pode ser definido com as seguintes características:

- 1) necessidade de grandes estabelecimentos agropecuários e concentração fundiária;
- 2) utilização intensiva de tecnologias e máquinas em detrimento ao trabalho humano;
- 3) danos ambientais em grande escala;
- 4) utilização de grandes quantidades de água no cultivo irrigado;
- 5) presença de modificações genéticas para melhoria de sementes ou rebanhos;
- 6) concentração de

capitais; 7) gozo de facilidades de empréstimos de bancos devido à terra, possível de ser dada como garantia de pagamento; 8) predominância de relações de trabalho de assalariamento; 9) dependência de insumos e equipamentos importados e; 10) direcionamento da produção majoritariamente para mercado internacional (GIRARDI; FERNANDES, 2004, p. 08).

Como já mencionado, no decênio de 1990, o quadro econômico de Vera adquiriu novos moldes, a economia do setor madeireiro diminuiu e, desde então, ocorreu a expansão da agricultura comercial, principalmente, da produção de soja e de milho. Vera passou a compor a rede de produção agrícola voltada ao mercado externo. Para que ocorra a consolidação e expansão da agricultura comercial, é necessário ter, à disposição, grandes áreas para plantio, água, tecnologia e ampla rede de distribuição e logística, armazenagem e informação. Onde não há esses requisitos, o capital logo se encarrega de providenciar para dinamizar sua fluidez.

Nessa época, algumas empresas internacionais como Bunge, ADM, Cargill, entre outras, passaram a atuar no desenvolvimento da região. A produção é feita em mercado nacional; no entanto, o destino e a comercialização dos produtos são controlados em nível internacional, por meio das *trades*. Na atualidade, o campo é monopolizado e subordinado às multinacionais, que manipulam desde a venda das sementes, os insumos, os agrotóxicos, os implementos, até a comercialização dos produtos (TEIXEIRA, 2006; OLIVEIRA, 2016).

A agricultura comercial ganhou força em Vera e em grande parte do norte de Mato Grosso no início de 2000. No entanto, o senhor M/12, agricultor que “teimou” (conforme suas próprias palavras) com a agricultura desde que ele e sua família chegaram a Vera, em 1975, relata que começou a plantar soja em 1986, por anos consecutivos; apenas sua família arriscava o plantio da oleaginosa. Segundo ele, o cultivo da soja estava se expandindo pelo cerrado até chegar a Sorriso e, logo, já estava sendo cultivada em larga escala em Vera.

[...] em 1986-1987 começamos devagar a planta soja, a gente começo pagando tudo, não tinha maquinaria, aí durante a seca o pai cortava tora para ganhar o pão de cada dia [...] depois começou a mecanizar e começaram legalizar a terra e trazer calcário, isso foi em 1986 que começamos a corrigir a terra e planta soja. Nós plantamos pouca coisa só uns 40 hectares [...] Olha nós fiquemos par de anos sozinhos até teve gente que falou: Por que fica teimando na lavoura que aqui não dá futuro pra ninguém? Inclusive meu primo, ai eu falei que vai ser lavoura aqui, não tem outra opção, a madeira vai acabar, eu sempre dizia pro meu irmão pra gente ir se prevenindo. Vamos abrir as terras porque vai ser o futuro, na hora que a lavoura estourar nós vamos está uma pouco mais estruturados [...] Eu lembro que as primeiras

soja nos plantamos e nós limpava. Em 1988-1989 começamos a trabalhar e passar veneno, só que na época gradeava as terra pra plantar, hoje não se gradeia hoje é semear direto (M/12).

Durante o período madeireiro, não havia grande interesse pela posse da terra devido aos problemas pelos quais os agricultores passaram nos primeiros anos na tentativa de produzir o café. Outro fato era o medo da legislação ambiental em razão da extração da madeira, pois temiam ser responsabilizados pela devastação da floresta tropical dessas áreas. “Naquela época, a terra não valia nada, o que valia era a madeira. O IBAMA multou muito, por isso, as pessoas não queriam terras nos seus nomes” (M/14).

Figura 33 - Uma das primeiras lavouras de soja no município de Vera-MT (1990)



Fonte: Acervo pessoal de Ginézio Zoz, 2018.

A extração madeireira durante o processo de ocupação deu início à modificação da paisagem, alterando-a em todos os quesitos: social, urbano, ecológico e econômico. Esse foi o ponto inicial para a grande transformação da área; no entanto, a transfiguração em grandes proporções ocorreu com a estruturação do agronegócio nesse local (TEIXEIRA, 2006).

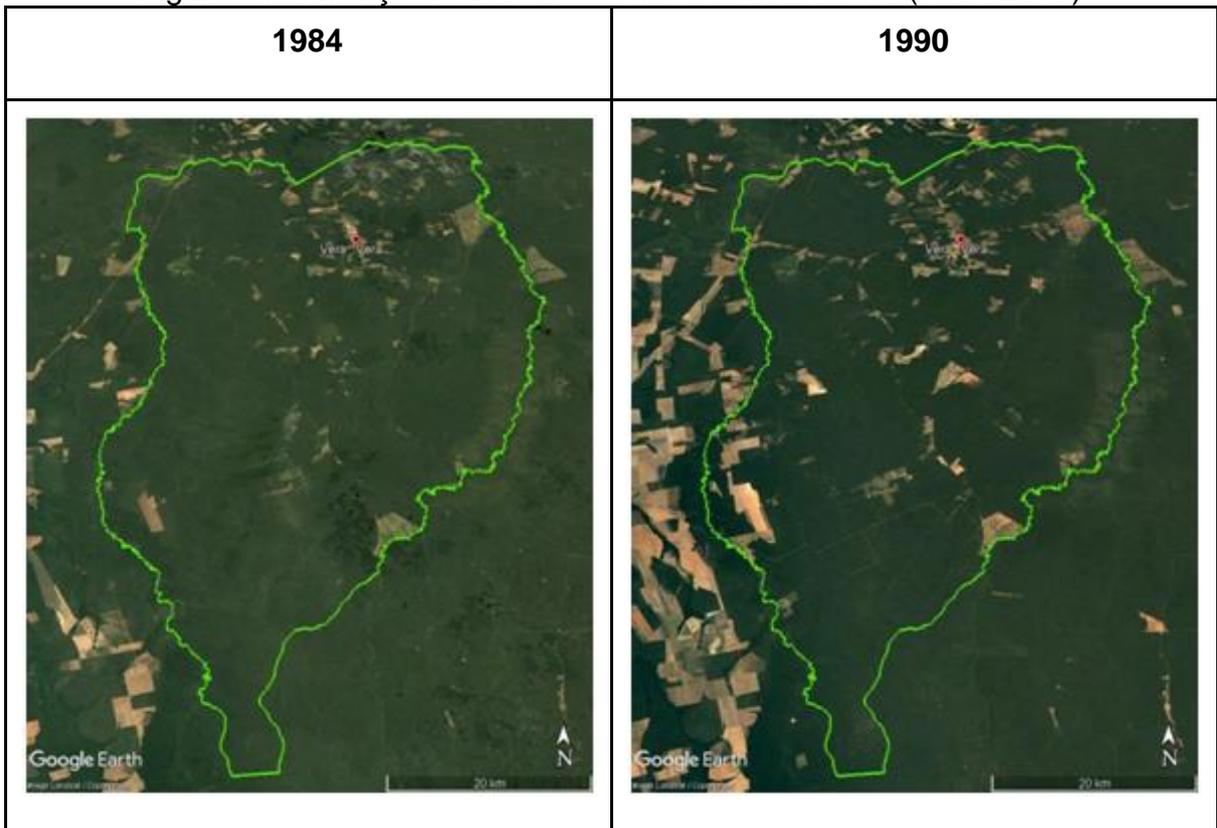
Dentro dessa lógica, é notório expor a visão dos colaboradores da pesquisa sobre tal assunto. Para a maioria dos entrevistados, o madeireiro contribuiu com o desflorestamento, contudo a maior transformação dos sistemas ecológicos sobreveio da agricultura, pois, para que prosperasse, era necessário fazer uma supressão total da floresta. Segundo eles, o processo de extração de madeira prejudica muito o meio ambiente, no entanto, o madeireiro realizava a exploração florestal, mas a floresta

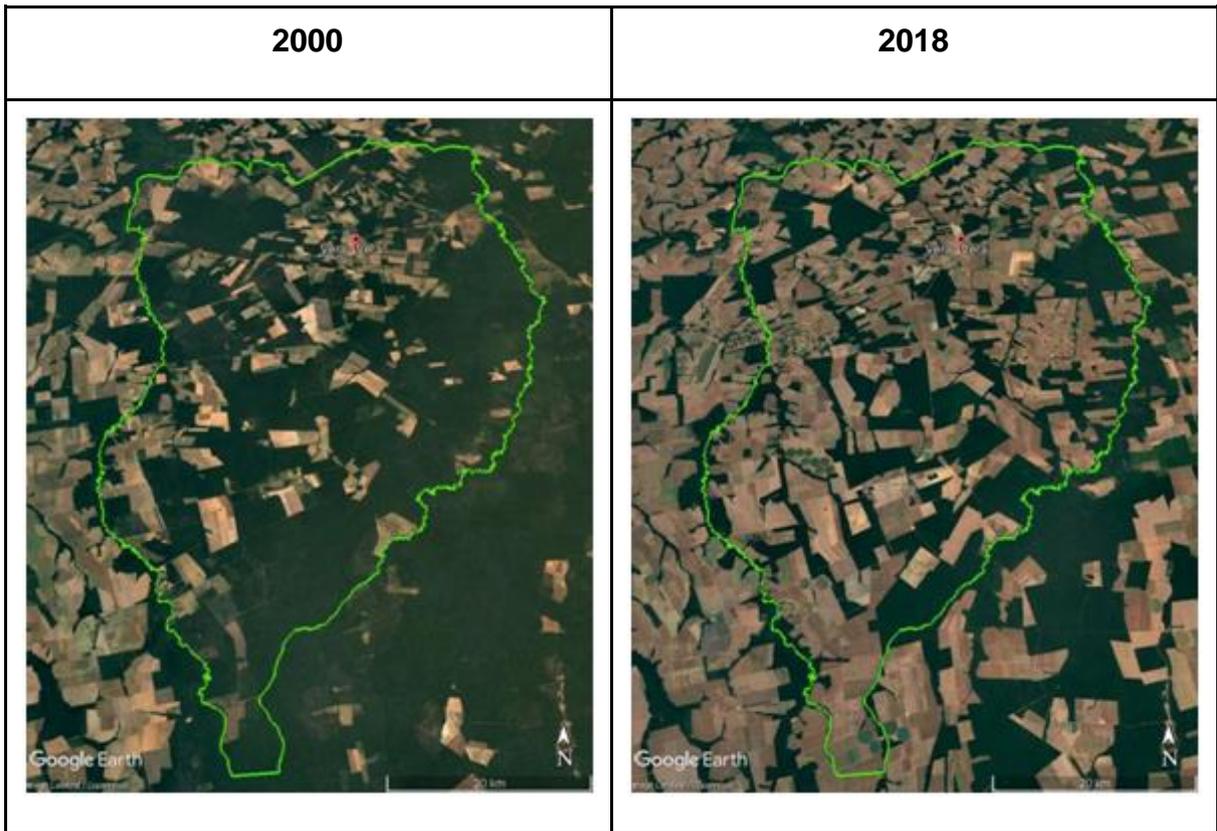
permanecia. Já para a atividade pecuária e agricultura, há uma modificação substancial da paisagem, do bioma.

No tempo da madeira eles tiravam as toras grossas pra serrar, mas as madeiras mais finas não era tirado porque não serrava. Eles desmatavam, mas não desmatavam tanto como hoje, o agricultor não deixa nem um toco no meio da roça, então o agricultor tira a madeira grossa e a madeira fina eles tira tudo. Eu acho que os lavoureiros desmatou mais do que no tempo da madeira, e eu acho que não consegue recuperar (M/02).

Em relação ao município de Vera, compreende-se que o processo de colonização e o período das indústrias madeireiras provocou o desflorestamento e a perda da biodiversidade; no entanto, foi com o agronegócio que a paisagem se modificou substancialmente, em virtude da supressão de milhares de hectares de floresta. Além do desmatamento, ocasionou a compactação e a poluição do solo, e de toda a rede hídrica, por meio da utilização de maquinário pesado no solo da região e do uso de insumos, fertilizantes e agrotóxicos (KÖHLER, 2017).

Figura 34 - Avanço do desflorestamento em Vera-MT (1984-2018)



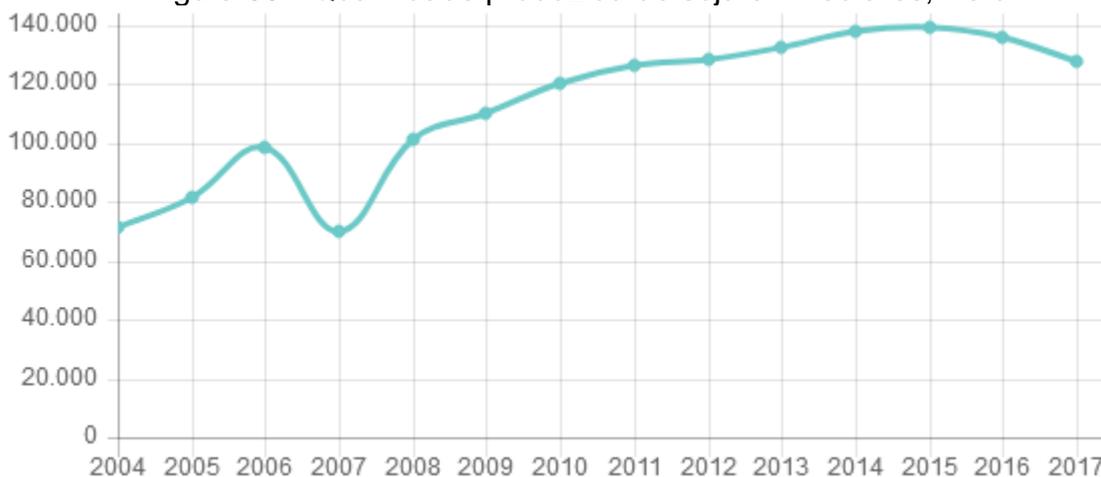


Fonte: Google Earth, organizado e adaptado pela autora, 2018.

Ao analisar as imagens de satélite do município de Vera, percebe-se claramente que, até 1984, período em que a ocupação já estava estabilizada, havia áreas abertas, mas de modo pouco expressivo. Na segunda imagem, do ano de 1990, já em franco desenvolvimento do setor extrativista madeireiro, é notório um aumento relativo na área desflorestada. A partir da introjeção da pecuária e da agricultura nos moldes industriais, no início dos anos 2000, é visível a força da degradação, ou seja, a partir da introdução da agricultura comercial no município de Vera, comprovadamente, a área desflorestada alcançou volumes exorbitantes.

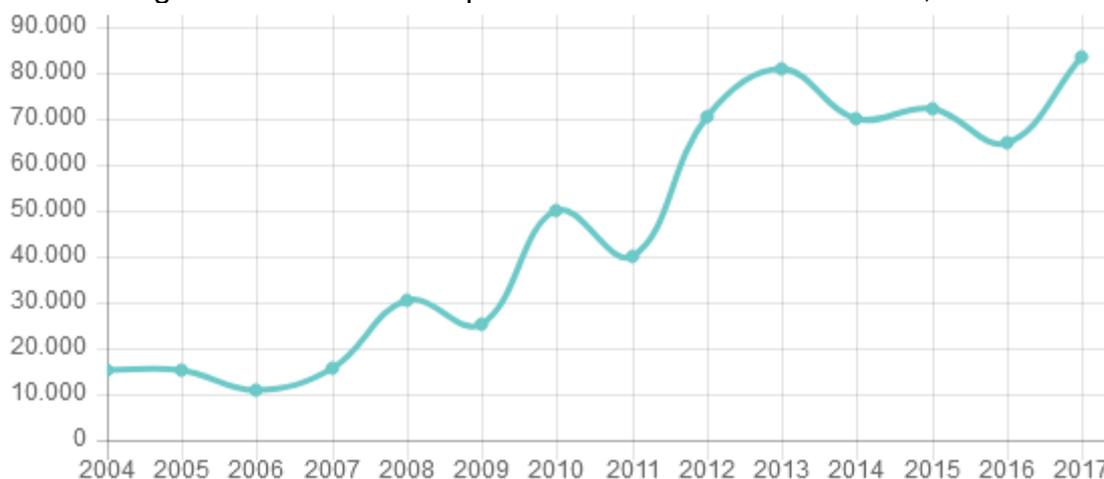
Conforme os gráficos a seguir, a produção da oleaginosa foi se estruturando em Vera e modificando a paisagem local, ocupando e se expandindo onde existiam áreas de florestas e propriedades de subsistência. O grande salto na produção ocorreu no ano de 2008 e, desde então, vem progredindo. Nos moldes da agricultura comercial, também é produzido o milho na entressafra com a soja; com grande destaque, nos últimos anos, têm-se o arroz, com a produção de 10.194,880 toneladas, e o feijão com a produção de 15.341,91 toneladas (IBGE, 2017).

Figura 35 - Quantidade produzida de soja em hectares, Vera-MT



Fonte: Elaborado por (IBGE, 2018).

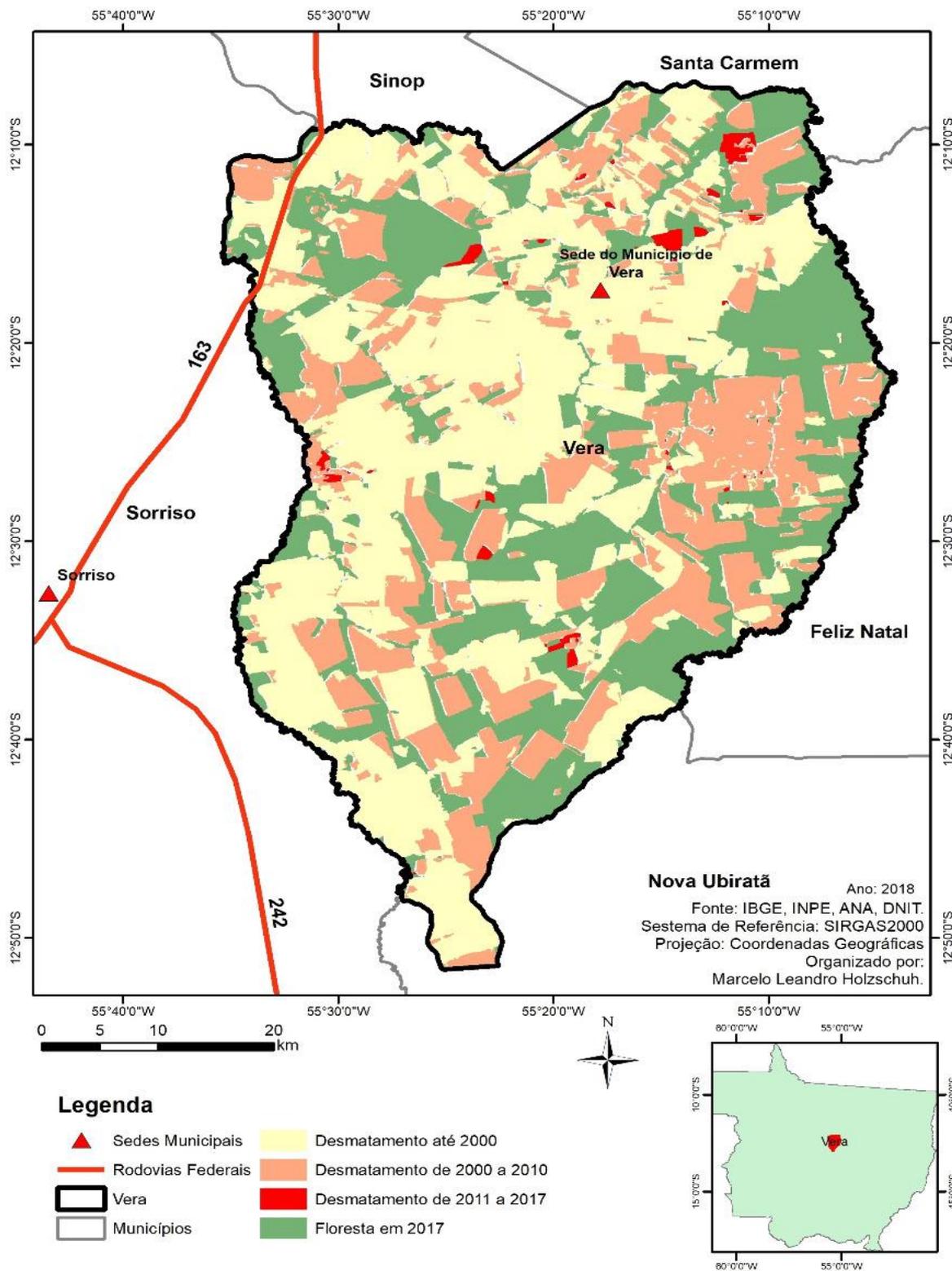
Figura 36 - Quantidade produzida de milho em hectares, Vera-MT



Fonte: elaborado por (IBGE, 2018).

O modo de produção capitalista busca sempre expandir suas fronteiras, objetivando a aumentar as áreas de cultivo. Dessa forma, sua expansão não respeita os povos, animais, rios, ou seja, o meio ambiente como um todo. Para melhor visualização da expansão do desflorestamento em Vera, basta conferir o mapa a seguir:

Figura 37 – Expansão do desflorestamento em Vera-MT



Fonte: Elaborado por Holzschuh e organizado pela autora, 2018.

No mapa, é possível verificar a progressão do uso e da ocupação da área de Vera, tornando visível que a grande supressão vegetal aconteceu até o ano de 2010.

O uso e a reocupação no município de Vera, nesses 48 anos, foram responsáveis por diversas formas de degradação ambiental. Nesse contexto, Kohler; Bampi e Silva (2017) fazem uma síntese sobre as principais implicações socioambientais encontradas na área em questão:

Em termos de impactos socioambientais vale destacar: compactação e impermeabilidade dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas, erosão, contaminação por agrotóxicos nas águas, alimentos e animais; impactos da vegetação nativa de áreas contínuas e extensas, assoreamento de rios e reservatórios; aparecimento de novas pragas ou aumento das já conhecidas. Vale lembrar ainda da valorização das terras e da confirmação da concentração fundiária no município (KOHLENER; BAMPPI; SILVA, 2017, p. 23).

A imagem a seguir é do rio Caiabi, que deu suporte para a consolidação do núcleo urbano de Vera. Atualmente estão escancaradas as consequências do modelo produtivo instalado na região para o meio ambiente e a sociedade como um todo. Foi retirada toda a vegetação de seu entorno, não restando nem a mata ciliar para a conservação do rio e de toda a vida que o envolve.

Figura 38 - Área do rio Caiabi após a colheita da safra da soja (2018) - Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Os sujeitos da pesquisa sentem as alterações em seu espaço de vivência e correlacionam todas as dissonâncias ambientais com o modo produtivo estruturado e estabelecido em Vera e em toda a região. As principais mudanças percebidas por eles são as relativas ao clima (aumento do calor), ao regime das chuvas, escassez de água, peixes, “os rios não enchem mais tanto e diminuiu os peixes”.

A cidade era horrível, mas quando a gente andava nas estradas pra ir pro sitio ou pra fazenda era tão bonito. As árvores se encontrava, parecia que a gente andava em um túnel [...] No tempo da seca era vento o dia inteiro, de noite a gente precisava de coberta, não é igual hoje que tem que ficar com o ventilador ligado o dia todo e a noite. Na época, no período da chuva chovia 6 meses sem parar agora chove bem pouco (M/7).

[...] quando vinha a noite refrescava não precisava por casaco porque ficava um clima mais agradável do que agora, eu tô sentindo demais calor, tudo isso é ligado ao desmatamento (M/13).

Ao buscar uma resposta para essas alterações do ambiente, a maioria dos entrevistados associou-as com o desmatamento executado na intenção de abrir áreas para a agropecuária e, principalmente, para a agricultura.

O clima mudou pela falta do mato. Nós ainda vivemos bem por causa da Amazônia, a verdade é que a nossa chuva vem da Amazônia não é do Sul ou de outro lugar, mas sem a Amazônia não teria chuva (M/11).

O clima aqui hoje mudou demais por causa que desmatou a floresta, a chuva vai diminuindo cada vez mais. Desmatamento muito quando começou a lavoura (M/16).

O agronegócio exige um ritmo acelerado de produção e, para tanto, utiliza grandes quantidades de insumos e de alta tecnologia, resultando em maior produtividade. Proporcionalmente, quanto maior a produtividade, maiores são os riscos à saúde e ao meio ambiente (PIGNATI, 2007).

Uma grande crítica ao agronegócio está relacionada ao uso excessivo de agrotóxicos, que são aplicados por tratores ou aviões agrícolas no intuito de eliminar pragas das lavouras. No entanto, a nuvem de veneno expande-se para além da área destinada, contaminando as plantas, os animais, o solo, o ar, toda a rede hídrica, os próprios trabalhadores e suas famílias, a população e as lavouras vizinhas, ou seja, todo o complexo ecológico contido nesse ambiente. Além do contágio, emite odores e ruídos desagradáveis (PIGNATI, 2007).

Na imagem a seguir, nota-se que o trabalhador convive com sua família em meio a esse ambiente inóspito, correndo risco de contaminação e, em muitos casos, são os funcionários e não os proprietários que enfrentam essa situação insalubre diariamente.

Figura 39 - Habitação no meio da lavoura de soja (2018) - Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Em Vera, a agricultura comercial é cultivada inclusive na área urbana, em alguns lotes vazios, e em todo o entorno do perímetro urbano, conforme se observa na Figura 40, fato de total desrespeito com a sociedade em geral. Quando se utilizam os fertilizantes e os agrotóxicos, a nuvem de produto (veneno) é levada pelo ar, contaminando toda a vizinhança. Ainda, espalha-se pelos quintais e pela residência dos próprios agricultores, danifica hortas e plantas ornamentais: “aqui não sai nada, plantei uns pés de mexerica e morreram tudo depois que passaram o secante na soja!”, relato de uma senhora que mora na área urbana em frente à lavoura de soja.

No entanto, essa ação dos agricultores desconsidera a legislação. O Decreto nº 1.651, de 11 de março de 2013, regulamenta a Lei nº 8.588, de 27 de novembro de 2006, cujo artigo 35 discorre o seguinte texto (MATO GROSSO, 2013):

Art. 35 Para efeito de segurança operacional, a aplicação terrestre, de Agrotóxicos e Afins fica restrita a área tratada observando-se as seguintes regras:

I – não é permitida a aplicação terrestre mecanizada de agrotóxicos e afins em áreas situadas a uma distância mínima de 90 (noventa) metros de povoações, cidades, vilas bairros, e mananciais de captação de água, moradia isolada agrupamento de animais e nascentes ainda que intermitentes.

Conforme a Lei, a distância mínima para a aplicação de agrotóxicos é de 90 metros de povoações, moradias e criações de animais. O referido decreto passou por algumas alterações a respeito da distância, porém o que consta no artigo 45 (Lei nº

8.588/2006) é o que está em vigor; no entanto, essa distância é desrespeitada, como observado na Figura 40. A agricultura comercial é cultivada também em todo o entorno da área urbana e os “defensivos” administrados na mesma proporção das outras localidades.

Figura 40 - Lavoura de soja no entorno da área urbana (2018) - Vera-MT



Fonte: Acervo da autora, 2018.

De acordo com Pignati (2007), diversas pesquisas foram realizadas e comprovaram a relação direta do uso de agrotóxicos com riscos e doenças e agravo à saúde. A recorrente exposição a esses agentes químicos está correlacionada ao aumento de várias doenças degenerativas por contaminação ampliada (intoxicações agudas, neoplasias, má-formação congênita, abortos, depressão, entre outras enfermidades).

Em investigação com os sujeitos da pesquisa, dos 17 colaboradores, 13 mencionam casos de câncer na família, totalizando 18 casos. Cabe observar que só foram registrados os familiares que residem ou residiram no município em um prazo igual ou superior a 15 anos. Além das ocorrências de câncer, foram observados abortos (dois casos) e depressão (11 casos), entre outras enfermidades, que apareceram em menor incidência. Porém, esses números já abrem precedente para um estudo mais aprofundado sobre o assunto na área em questão, tendo em vista que esses dados foram levantados por meio de simples especulação, sem comprovação científica.

3.1.5.1 A coexistência de outras formas de cultivo

No município, em meio à expansão da agricultura empresarial, coexiste um número expressivo de agricultores familiares que produzem alimentos diversificados a partir das propriedades remanescentes do período inicial e de membros de assentamentos que se mobilizaram para o acesso à terra. Além das pequenas propriedades no entorno da cidade, há dois assentamentos no município: o Projeto de Assentamento “Califórnia” e o Assentamento “Jonas Pinheiro”.

O Projeto de Assentamento “Califórnia” compreende uma área de 7.514 hectares, em 232 lotes de 25 hectares. Inicialmente, a ideia era abarcar a agricultura familiar; no entanto, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Vera, dos 232 lotes, 85% estão voltados à agricultura comercial e apenas 15% cultivam a agricultura de subsistência e o gado leiteiro.

Ressalta-se que o assentamento “Jonas Pinheiro” é subdividido em três setores: o primeiro (antigo Alto Celeste) é compreendido em 167 lotes de 25 hectares cada; o segundo setor (antes denominado de Vale do Celeste) é compreendido de 34 lotes de 6 hectares cada e, por fim, o terceiro setor (ainda sem denominação) engloba 37 lotes de 3,8 hectares. Sobre o modo de produção realizado no “Jonas Pinheiro”, 20% cultivam agricultura comercial, 15% dedicam-se à pecuária de corte e 65% à agricultura de subsistência.

Figura 41 - Agropecuária desenvolvida no projeto de assentamento “Jonas Pinheiro” (2018) - Vera-MT



Fonte: Acervo pessoal de Gilmar Weber, 2018.

O caso observado em Vera, a respeito da desconfiguração estrutural nos assentamentos, é reflexo da pressão exercida pelo agronegócio em constante expansão que, por sua vez, pressiona os pequenos agricultores. Em muitas ocasiões, o campesino tem suas propriedades próximo às lavouras comerciais ou ilhadas entre elas. Desse modo, são atingidos pelos resíduos de insumos, fertilizantes e agrotóxicos, dificultando a progressão de suas lavouras (além da contaminação de todos os elementos de sua propriedade). Além disso, há outras situações que dificultam a permanência do campesino junto à terra.

Observa-se, nesse contexto, a falta de assistência ao campesino no que diz respeito à reforma agrária, da forma como é realizada no contexto nacional, fato também observado na área de estudo. Conforme Camacho (2010), reforma agrária não é apenas disponibilizar terra ao campesino. Ele precisa de acessibilidade, assistência técnica, crédito e financiamento para realmente sobre“viver” em seu lote e poder, de fato, cumprir a função social da terra. No entanto, o que pode ser observado em Vera é a carência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura campesina/familiar.

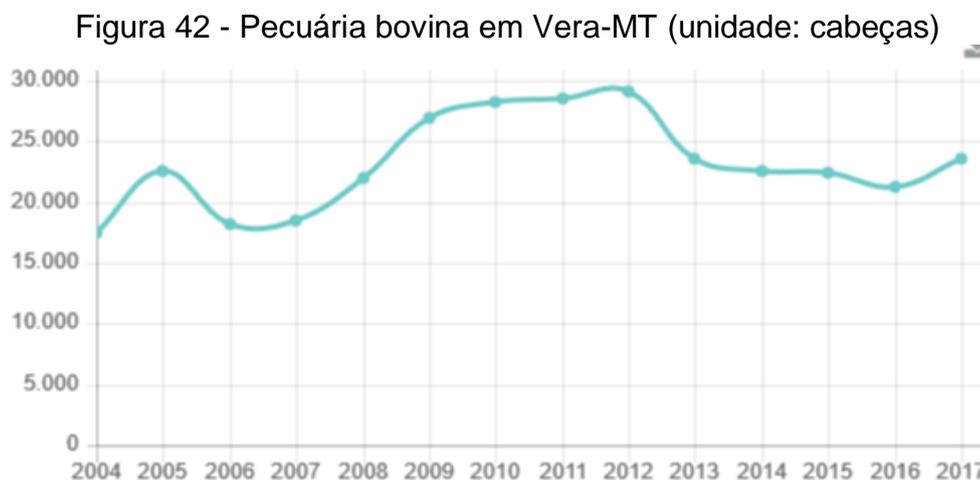
Um fato alarmante observado também na área de estudo é que os filhos daqueles trabalhadores excluídos de outras regiões do país, principalmente do Sul, que rumaram para esse local em busca de um futuro melhor, continuam nessa luta, na esperança de um dia conseguir seu pedaço de terra, pois a sorte e a fartura não foram para todos. Constata-se que a luta foi de muitos, mas a vitória foi de poucos¹.

Dentro de um contexto de produção de *commodities*, o agronegócio envolve muito mais do que a produção de soja, milho e pecuária bovina, porque, ao se estruturar em um espaço, o agronegócio articula uma forma de incluir, em seu sistema, o pequeno, o médio e o grande produtor. Ainda promove uma reestruturação dos sistemas de transportes, de telecomunicações, de armazenagens, venda de sementes geneticamente melhoradas, de implementos, insumos, fertilizantes, agrotóxicos, ou seja, todo o espaço recebe influência da agricultura capitalista (PIGNATI, 2007).

Convém expor que, em Vera, também se encontra a pecuária bovina. Presente no município desde os anos iniciais, teve considerável participação na economia e contribuiu com o desflorestamento, tendo em vista que seu manejo requer baixo

¹ Observa-se, porém, que a referência não é a respeito do migrante capitalizado, que veio com intenção de multiplicar suas riquezas ou com interesse na especulação imobiliária, mas sim ao migrante campesinato expropriado.

investimento e mão de obra pouco qualificada. Em algumas situações, criadores soltam o gado em áreas não totalmente desflorestadas, com vistas a facilitar sua abertura e garantir a posse da terra, corroborando as implicações ambientais. No município, a pecuária bovina auxiliou no processo de expansão capitalista, coexistindo com as madeireiras, indústrias e, posteriormente, com a agricultura comercial. A seguir, o gráfico demonstra como se apresenta a pecuária bovina no município.



Fonte: Elaborado por IBGE, 2018.

No ano de 2017, registrou-se a presença de 23.538 cabeças de gado bovino de corte e 578 cabeças de gado leiteiro. É expressiva também a produção de suínos: seu rebanho efetivo equivale a 211.252 cabeças, acrescido de 18.617 matrizes (IBGE, 2017).

Na atualidade, no município, há o manejo de gado, aves e suínos para corte; no entanto, a pecuária é pouco expressiva diante da expansão da agricultura comercial. Ela se mantém em Vera desde a formação do núcleo urbano, apoiando a nutrição e a economia da população. Hoje, praticamente em todos os estabelecimentos rurais do município existe a presença de suínos, bovinos, equinos e galináceas, porém a grande maioria é destinada à subsistência familiar.

4 ENSINAR/APRENDER GEOGRAFIA PARA A COMPREENSÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS

4.1 Breves considerações sobre a educação no Brasil e o ensino de geografia

O objetivo deste tópico é fazer uma breve contextualização histórica da educação brasileira e situar o ensino de geografia na educação básica.

Antes do período colonial, o território que, na atualidade, é conhecido e denominado Brasil era ocupado por uma diversidade de povos distintos, em sua maioria da matriz Tupi. Nessas sociedades, a educação era transmitida culturalmente, de forma empírica, em um processo dinâmico de conhecimento entre os demais de seu grupo (SAVIANI, 2008). A educação dava-se como forma cultural, incorporada às práticas cotidianas de ensinamento e de práticas sociais, tendo mais de 1.200 povos distintos. Com a chegada dos portugueses, a ocupação começou um processo de interferência nos povos que habitavam o litoral. Posteriormente, iniciou-se a ocupação do interior, constituindo-se uma ampliação do território colonial. No tocante à educação, a chegada dos padres jesuítas em 1549 foi o marco para que se transformasse em processo institucionalizado e formal (PALMA; FRANCESCHINA, 2015).

Durante mais de 200 anos, o clero foi o principal responsável pela educação formal no Brasil, tendo em vista que outras ordens religiosas também se aventuravam nos processos educativos, como os carmelitas, franciscanos e beneditinos; porém, não alcançaram o mesmo sucesso que os padres jesuítas (SILVA, 2010).

Os jesuítas iniciaram seus trabalhos por meio da catequese junto aos indígenas brasileiros, com o objetivo de difundir a fé cristã e aumentar o número de católicos; ao mesmo tempo, por meio da educação, aculturaram os nativos. Mais tarde, com a abertura de diversos colégios no território colonial, começaram a atender também os filhos dos colonos e da elite local que se formava (SILVA, 2010).

Com o passar do tempo, aos indígenas, cabia apenas a catequese e a aculturação; a instrução escolar foi direcionada aos filhos dos colonizadores, que seriam os mandatários e organizadores dos processos de controle burocrático. À massa populacional, cabia o treinamento como aprendizes, e esse processo era adquirido no próprio ambiente de trabalho. Às mulheres, cabia apenas a educação de boas maneiras e prendas domésticas (RIBEIRO, 1993).

A prioridade dos jesuítas era a escola secundária, ou seja, a educação elementar, que hoje equivale ao Ensino Fundamental. Nas instituições de ensino das principais vilas coloniais, eram ministradas aulas de retórica, humanidades, gramática portuguesa, latim e grego, com duração de seis anos (SILVA, 2010).

Cabe reafirmar que a educação, na época, era excludente, tendo em vista que só poderiam usufruir da mesma alguns indígenas, os quais, *a priori*, aprendiam o idioma português, em seguida, os ensinamentos da igreja e, mais tarde, a instrução primária, sendo destituído esse direito às mulheres e aos filhos primogênitos. Para as classes populares, só restava a doutrina cristã (STIGAR; SCHUCK, 2009). Outra questão importante é que a educação pregada era a favor da submissão aos desígnios de Deus (via Igreja Católica) e ao modo político-econômico imposto pelos colonizadores.

Corroborando o exposto, Saviani (2008) expõe que, no final da década de 1750, os colégios jesuítas não atendiam mais que 0,1% da população. Era realmente uma educação para minorias, sendo excluídos desse direito as mulheres, escravos, negros libertos, pardos, órfãos e desvalidos.

Devido ao descontentamento por parte da metrópole e da Coroa quanto às formas de organização dos jesuítas, em 1759, foram expulsos pelo Marquês de Pombal dos territórios portugueses. O Estado, então, passou a gerir os rumos da educação na colônia, que deixaria de servir aos interesses da Igreja para servir aos interesses da metrópole. A situação provocou grande retrocesso na incipiente educação brasileira e só houve uma discreta melhora com a vinda da família real, em 1808 (RIBEIRO, 1993).

Com a presença da família real no Brasil, foram criados vários cursos. Em 1808, foi instituída Academia Real da Marinha e, no mesmo ano, foi estabelecido o Curso de Cirurgia na Bahia, que se instalou no Hospital Militar, e o curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro. Em 1810, foi criada a Academia Real Militar e os cursos de economia, agricultura, botânica, química, geologia e mineralogia, entre outros, marcando, portanto, a inauguração de cursos superiores no Brasil. Ressalta-se, porém, que, até então, eles eram anteriormente oferecidos, para a elite brasileira, apenas na Universidade de Coimbra em Portugal ou em outras nações europeias (RIBEIRO, 1993).

Como observado, a educação no Brasil era destinada a uma pequena porção da população, pois a massa populacional não precisava de instrução institucional,

bastando destrezas braçais ou em artes manuais. O “saber” era tido como uma forma de poder e dominação das oligarquias no período colonial monárquico, cuja classe dominante necessitava ser detentora de ensino e conhecimento para facilitar e aumentar seu poder sobre o “povo” (STIGAR; SCHUCK, 2009).

Assim, o ensino elementar instituído nas províncias do período monárquico continuava precário e excludente, desconsiderando a educação popular, e assim se manteve até o final da Primeira República. O objetivo era a manutenção da ordem social e econômica e, para tanto, propagava-se a falta de necessidade de qualificar a mão de obra para o trabalho rústico. Desse modo, não havia necessidade de qualificar a grande massa populacional (PALMA; FRANCESCHINA, 2015).

Ainda conforme as autoras, a constituição de diversos cursos, no início do século XIX, para atender à necessidade de fortalecer a sociedade, formando novos políticos, administradores e técnicos, era direcionada às minorias. Na Constituição de 1824, a instrução primária passou a ser gratuita a todos os cidadãos; porém, durante um longo período, a educação de qualidade e oportuna a todos não passou dos planejamentos burocráticos. As diversas tentativas tiveram poucos e lentos resultados no rol das melhorias e igualdades de direitos.

Silva (2010) expõe que, na Constituição da República de 1891, oficializou-se o sistema dual de ensino, ou seja, escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores às classes dominantes e escola primária e profissional ao povo. Em outras palavras, à classe média ou à alta era possibilitada a progressão na vida intelectual, enquanto a formação para a massa populacional era apenas para a progressão do trabalho, mantendo-se, desse modo, a estrutura social piramidal colonial.

Peripolli (2002) expõe que a escola no Brasil se desenvolveu atrelada às necessidades econômicas, vinculadas à produção agrícola. Na visão dos latifundiários e dos senhores de engenho, os trabalhadores só necessitavam de força braçal para trabalhar na lavoura e no manejo dos animais, dispensando, portanto, a necessidade de estudos.

Ainda conforme o autor, a partir do ciclo do café, no final do século XIX, percebeu-se a necessidade de uma mão de obra mais qualificada, o que só seria possível por meio das instituições escolares. Em 1920, começam a surgir as primeiras campanhas de combate ao analfabetismo. Ao passo que o país ia se modernizando e industrializando, novas necessidades iam surgindo, como a mão de obra com melhor qualificação e uma sociedade intelectual; contudo, conforme as palavras do autor:

Até a década de 1930, o que imperou no país foram as velhas oligarquias e, para elas, o que interessava era a manutenção do poder e, da posse dele, valia todo tipo de mandos e desmandos, todo tipo de espoliação. Manter o trabalhador “ignorante”, sem escola, alheio a tudo, alienado à sua própria realidade, era a política desenvolvida pelos “coronéis”, como eram chamados os grandes fazendeiros. A partir daí, imperava o voto de cabresto, a corrupção, a fraude eleitoral, o voto não secreto, etc. Questões como democracia, direitos, educação popular, etc., nunca foram prioridades para as elites (PERIPOLLI, 2002, p. 76).

Para Saviani (2008), os processos de urbanização e industrialização no Brasil proporcionaram o aumento da necessidade de educação à sociedade brasileira. Destaca-se que, enquanto a população aumentou em uma proporção de quatro vezes, o número de alunos aumentou em vinte vezes.

Na década de 1920, surgiram movimentos em prol da Escola Nova, porém com grande resistência da Escola Tradicional, representada pela Igreja Católica. Em 1924, o movimento da Escola Nova ganhou forças com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e, em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O manifesto foi um documento redigido por Fernando de Azevedo, organizado por um grupo de educadores e intelectuais, no qual propunham reformas ao sistema educacional brasileiro (SAVIANI, 2005).

A proposta contida no documento era voltada às necessidades da sociedade que se industrializava e tecnificava. Previa um sistema completo de educação estendida a toda a população e não mais somente a minorias. No Manifesto, foi proposto o ensino obrigatório e gratuito até os 18 anos. Coordenado pelo Ministério da Educação e custeado pelas unidades federativas; sugeria a criação de universidades encarregadas de fazer e transmitir ciência e reivindicava a reconstrução do sistema educacional em prol de uma formação de uma sociedade mais humana, justa e igualitária, em todas as fases da educação escolar (VIEIRA, 2016).

Dentro desse contexto, Anísio Teixeira foi um grande nome do movimento: à frente da Secretaria da Educação do Distrito Federal (1932 a 1935), foi responsável por várias reformas no sistema educacional brasileiro (SAVIANI, 2005). É considerado o idealizador das principais mudanças que marcaram a educação brasileira no século XX, objetivando a oferecer educação gratuita para todos. Foi o precursor da implantação de escolas públicas em todos os níveis e também da Escola Nova. Suas teorias educacionais idealizavam a escola sob cinco aspectos: educação como um direito de todos; educação como um dever e baseada em uma consciência fundante;

educação de base geral e humanista; escola pública como instrumento de promoção da democracia e capacitação constante do professor (ASSUNÇÃO, 2014).

Em 1935, fundou a Universidade do Distrito Federal do Rio de Janeiro e, em seguida, incorporou a essa universidade a Escola de Professores (com o nome de Escola de Educação). A preocupação do educador era com a educação de qualidade, pública e laica. Pensava a educação como um processo capaz de restaurar e quebrar as diferenças sociais. A escola, portanto, seria capaz de quebrar as desigualdades sociais; porém, para ser eficaz, teria que ser uma escola de tempo integral para os alunos e para os professores (ASSUNÇÃO, 2014).

Conforme Saviani (2005), a Escola Nova ou Moderna era um contraponto às concepções da Escola Tradicional. Sua visão filosófica tinha por base a existência, a vida, a atividade. Considerava a natureza humana mutável, determinada pela existência. O homem passou a ser visto como um ser completo desde seu nascimento, estando em constante construção até morrer. O centro educacional é a criança. O eixo do processo educativo na Escola Nova:

[...] se deslocou do intelecto para as vivências, da lógica para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; da direção do professor para a iniciativa do aluno; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada na biologia e na psicologia (SAVIANI, 2005, p. 34).

Os projetos educacionais das décadas de 1940 e 1950 estavam voltados à erradicação do analfabetismo, com vistas à possibilidade de aumentar o número de eleitores aptos ao voto, tendo em vista que os analfabetos não tinham direito a ele. Aumentando o número de alfabetizados ou conhecedores das letras, cresceria também o número de possíveis eleitores. Isso posto, vários pacotes de ensino foram adquiridos junto aos Estados Unidos da América, que, por sua vez, tinham um grande interesse na educação dos brasileiros, pela possibilidade de captarem consumidores em potencial para seus produtos (PERIPOLLI, 2002).

A década de 1950 e o início da década de 1960 foram marcados pela criação de agências de incentivo à pesquisa e à ciência brasileira: em 1951, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), objetivando a impulsionar o desenvolvimento tecnológico e científico no país. No mesmo ano, foi instituída a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em 1956, foi a vez do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, em 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024, de 1961) (BITTAR; BITTAR, 2012).

Ainda na década de 1960, em razão da alta taxa de analfabetismo a nível nacional (39,35%), teve início a educação popular, com destaque para o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire. O método foi reconhecido mundialmente, porém foi interrompido em abril de 1964 pela ascensão da ditadura militar (BITTAR; BITTAR, 2012). Após a interrupção, foram instituídas pelos governos militares exorbitantes campanhas de alfabetização, entre elas, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que não alcançou resultados satisfatórios (BITTAR; BITTAR, 2012).

Ainda dentro desse contexto, em 2017, a taxa de analfabetismo no Brasil se encontrava ao nível de 7% entre a população de 15 anos ou mais, o que representava 11,5 milhões de habitantes, principalmente nos estados da região Nordeste, fato que evidencia que a sucessão dos governos até a atualidade não foi capaz de solucionar esse problema a nível nacional (IBGE, 2018).

Durante as décadas de 1960 e 1970, o país passou por novos rumos, principalmente após 1964, com o início ditadura militar. Um dos principais objetivos do governo de Estado era dar continuidade ao processo de industrialização iniciado em períodos anteriores. Devido à carência de mão de obra especializada para as indústrias e para as empresas estatais, houve incentivos à educação profissionalizante em vários níveis, nas escolas públicas e privadas. Sendo assim, os alunos eram preparados para o mercado de trabalho em uma visão tecnicista. A reforma da educação respondia às mudanças no cenário nacional, ao ingresso do Brasil na economia mundial e à instalação de multinacionais em território nacional (ALVES, 2010).

Em 1971, foi promulgada a LDB, como Lei 5.692/71, reformulando a educação e adequando-a às necessidades do capital. Para tanto, instituiu-se a obrigatoriedade da profissionalização para o ensino de 2º grau. Outro objetivo dessa adequação era conter a busca crescente pelo ensino superior, que não dispunha de vagas suficientes para atender a toda a demanda, de modo que os jovens da grande massa populacional teriam uma formação para o mercado de trabalho, mesmo sem chegarem ao ensino superior (ALVES, 2010).

Mesmo diante das dificuldades históricas e da repressão dos governos militares, ocorreram diversos movimentos em prol dos direitos à igualdade e diversos outros assuntos voltados à classe menos favorecida da sociedade, como os movimentos estudantis e operários, tais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimentos de Cultura Popular (MCPS), Movimentos de Educação de Base (MEB), entre muitos outros (PERIPOLLI, 2002).

Com base nos dados dos estudos feitos por Ribeiro (1998), Saviani (2008) Silva (2010), Palma e Franceschina (2015) e em diversos outros correlacionados ao tema, houve marcos positivos e avanços no que compete ao ensino básico gratuito direcionado à população como um todo. O movimento, no entanto, foi feito a passos lentos, orquestrados e manipulados por uma sociedade capitalista em que os direitos da massa populacional sempre são suprimidos.

O que não se pode negar é que, nesse período, diante das adversidades, houve grandes nomes que não se calaram, lutaram e lutam pelo direito à igualdade, por uma educação ou ensino de qualidade voltada a toda a sociedade, como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire entre muitos outros. Houve vitórias e conquistas, mesmo diante das dificuldades da época.

Conforme Palma e Franceschina (2015), a primeira vez em que foi inserida a instrução primária gratuita como direito de todos foi na Constituição de 1824, artigo 179 (porém apenas no papel), promulgada por Dom Pedro I. O direito a igualdades a toda população já foi reformulado e readaptado em diferentes constituições a partir da Carta Outorgada; no entanto, o que está em vigor até a atualidade é o que consta no artigo 205 da Constitucional Federal de 1988, o qual prescreve:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Na segunda metade da década de 1990, foi universalizado o acesso ao Ensino Fundamental, aumentando também a frequência e a conclusão de estudantes, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inseriu, no conteúdo de educação básica, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. No mesmo período, foram aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),

o Plano Nacional de Educação e o Fundo e Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (VELOSO, 2011).

No início dos anos 2000, houve uma ampliação do FUNDEF, aumentando os investimentos na Educação Básica e na Educação Superior. Em 2004, foi implantado o Programa Universidade para Todos (ProUNI), para maior acessibilidades ao ensino superior privado para alunos carentes (BITTAR; BITTAR, 2012).

Nos anos seguintes, houve perceptível aumento nos recursos destinados à educação: investimentos na formação e qualificação profissional, melhorias na infraestrutura, merenda e transporte escolar, apoio à permanência de alunos com menor poder aquisitivo na escola, extensão do Ensino Fundamental para nove anos, acesso a portadores de necessidades especiais preferivelmente no ensino regular. Essas são apenas uma porção das ações que ocorreram em prol das melhorias do ensino de qualidade e de acessibilidade a todos; no entanto, ainda há muito a se fazer pela educação brasileira (VELOSO, 2011).

4.1.1 O papel da escola na sociedade contemporânea

No decorrer do século XX, a sociedade passou por diversas transformações principalmente devido aos processos industriais, à modernização e à urbanização. Essas mudanças atingiram a todos os setores, inclusive a escola, que passou a exercer diversas funções além da pedagógica. Dentro desse quadro, surgem questionamentos: Qual é a função da escola na sociedade contemporânea? Qual é a essência da educação? É possível a escola exercer mais de uma função? Desse modo, no decorrer do texto, buscar-se-ão respostas para essas indagações.

Saviani (2015) define escola como uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. A escola diz respeito ao conhecimento elaborado, à cultura erudita e não ao conhecimento espontâneo, ao saber fragmentado e à cultura popular. Ainda conforme o autor, o conteúdo fundamental da escola é ler, escrever, contar e interpretar os princípios das ciências naturais e sociais.

Nos ambientes escolares, também ocorrem a socialização e a interação entre as crianças, os jovens e os adultos. Além de aprender a desenvolver conhecimento cognitivo, sistematizado, nesse espaço, também se aprende a conviver com o outro, encarar diferentes possibilidades culturais e visões de mundo diversas. Da mesma forma, aprendem-se normas, códigos e técnicas elaborados por seu grupo social ao

longo dos anos. Conforme Machado (2019), essa socialização também faz parte do processo educativo, ou, ainda, conforme Pérez Gómez (1998), socializar um conhecimento também é educação.

Um dos problemas encontrados nas instituições de ensino nos últimos anos é que elas estão perdendo seu perfil pedagógico, tendo em vista que estão lhes atribuindo diversas funções que não são suas. A escola está se tornando uma agência de serviços de interesse corporativista ou clientelista; no entanto, a essência da escola, ou seja, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado está ficando em segundo plano (SAVIANI, 2015).

Libâneo (2012) corrobora, evidenciando que, há anos, ocorre uma luta no território nacional, travada por pensadores e educadores em prol da escola pública, obrigatória e gratuita para toda a população. O que se observa de modo marcante, no entanto, é a ocorrência de uma dualidade na escola pública brasileira, ou seja, uma escola do conhecimento para os ricos e uma escola assistencialista para os pobres. Essa dualidade no ensino público brasileiro mantém e reproduz a desigualdade social existente.

Conforme Young (2007), as escolas são instituições com o propósito específico de promover a aquisição de conhecimento. Servem para capacitar os educandos a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, ou, no caso dos adultos, em seus locais de trabalho (YOUNG, 2007).

Ainda conforme o autor, a educação é um conhecimento poderoso, porque traz empoderamento ao indivíduo, portanto, acrescenta:

Para as crianças de lares desfavorecidos, a sua participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente para além de suas circunstâncias locais particulares (YOUNG, 2007, p. 1.297).

Na conjuntura atual da sociedade, em que a grande massa populacional é refém das grandes corporações e dos países hegemônicos, aqueles que não possuem o poder de decisão acabam vitimados pelo sistema, participando dele apenas como mola propulsora ou números nas estatísticas. Desse modo, a educação é uma ferramenta muito importante para a constituição da cidadania e, tão logo, para a emancipação do indivíduo (LIBÂNEO, 2012).

No tocante à formação cidadã, cabe-se perguntar qual é o tipo de cidadão que a educação pretende formar. A educação necessita corroborar a formação de um cidadão crítico, participativo e ativo, que conheça os seus direitos, porém que também reconheça e cumpra com seus deveres, de acordo com a realidade na qual se encontra. Sendo assim, todos os participantes do processo educativo necessitam perceber-se como agentes potencialmente transformadores do seu meio (MARTINS; CUNHA; SOSA, 2009).

As diferentes práticas educacionais possuem grande responsabilidade nas mudanças sociais nas diferentes organizações, ou seja, todos os envolvidos no processo educacional têm responsabilidade, precisam e podem lutar por uma educação de qualidade a todos (MARTINS; CUNHA; SOSA, 2009).

Conforme os autores mencionados, a sociedade está em uma mudança constante e, desse modo, transformam-se também as indagações. Essa nova realidade gera uma crise nos setores educacionais, ao tentar responder aos diversos e novos questionamentos que emergem em uma sociedade, a qual é gerida por relações de poder.

Desse modo, cabe aos profissionais da educação compreender a motivação e as diversas organizações dessas relações, oferecendo, aos diferentes grupos, alternativas à dominação. Essa ação é necessária, pois, em uma sociedade gerida pelos grupos dominantes, o objetivo não é a inclusão de todos e sim restringir os direitos à cidadania, porque, desse modo, são mantidos os sistemas de dominação (MARTINS; CUNHA; SOSA, 2009).

Devemos priorizar a emancipação dos indivíduos para a consolidação de uma sociedade de respeito e de compromisso social e ético com dignidade de vida a todos [...] Cabe ao profissional da área da Educação ajudar na constituição da percepção das redes de poder que permeiam a sociedade contemporânea (MARTINS; CUNHA; SOSA, 2009, p. 170-171).

Compreende-se, segundo os autores, que a educação se presta à liberdade, à autonomia, à cidadania, à socialização e tanto pode ser usada para a dominação, quanto para alternativas. Nesse processo educativo, estão envolvidas, além da escola, a família, a sociedade, a igreja, entre outras instituições.

De acordo com Libâneo (2012), a visão assistencialista das escolas brasileiras surgiu a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, e de documentos patrocinados pelo Banco Mundial. A partir desses documentos, houve

uma mudança de foco na educação do país, influenciada por esses movimentos, por intermédio dos quais, as necessidades básicas (essenciais) do ensino foram reduzidas a necessidades mínimas. Desse modo, a escola do conhecimento foi substituída pela educação da socialidade e os objetivos assistenciais ficaram sobrepostos aos objetivos de aprendizagem.

Ainda conforme Libâneo (2012), as políticas educacionais adotadas pelos países em desenvolvimento, após a Declaração de Jomtien², possuem características das políticas para a educação elaboradas pelo Banco Mundial, o qual, por sua vez, assume uma postura economicista. Todavia, segundo Libâneo (2012, p. 20), a igualdade social “consiste em proporcionar a todas as crianças e jovens, em condições iguais, o acesso aos conhecimentos da ciência, da cultura e da arte, bem como o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e a formação da cidadania”.

Sendo assim, não há cidadania sem aprendizagem e não há justiça social sem o conhecimento, pois a educação que é ofertada aos pobres e a seus filhos não lhes oferece saídas para uma realidade diferente da qual se encontram. A escola pode sim atender a algumas funções sociais em consonância com a família e a sociedade, no entanto, esse assistencialismo não pode se tornar a função primordial e nuclear da escola. No tocante à função nuclear da escola, consiste em “assegurar a qualidade e a eficácia dos processos de ensino e aprendizagem na promoção dos melhores resultados de aprendizagem dos alunos” (LIBÂNEO, 2012, p. 25).

Compreende-se, portanto, que a escola passou por algumas mudanças, nos últimos anos, a respeito de suas funções e objetivos, o que refletiu em seus currículos. O espaço e os valores encontram-se em constante transformação devido às mudanças na sociedade, provocadas, principalmente, pela expansão capitalista. Muitas pessoas ficam à margem desse sistema e, dentro desse contexto, as instituições escolares ficaram responsáveis por absorver e assistir essa grande massa de excluídos.

Essa responsabilidade, no entanto, não é apenas das instituições escolares. Existem órgãos destinados a esse fim. A função prioritária da escola é a transmissão

² Conferência ocorrida em 1990, na Tailândia, conhecida também como Conferência Geral da UNESCO. Representantes de mais de cem países e organizações não governamentais se comprometeram com a meta da Educação Primária Universal em um prazo de dez anos, no caso, até o ano 2000 (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009).

e a socialização do conhecimento sistematizado, proporcionando aos alunos a oportunidade de dar continuidade e progressão aos estudos, fazer parte do mercado de trabalho e participar ativamente da sociedade na qual está inserido.

Conforme expôs Young (2007), a educação “pode” (pois, diante da sociedade capitalista, globalizada e dominada por corporações, ter acesso à educação, em seus mais diversos níveis, não significa que terá total liberdade de ação dentro do contexto social) levar à emancipação, e uma sociedade emancipada dificilmente será dominada.

De acordo com Pérez Gómez (1998), diversas instituições escolares, ao exercerem sua função de socialização do saber sistematizado para as novas gerações, assumem uma face conservadora, ao garantirem a reprodução social e cultural como requisito para a sobrevivência da sociedade. Desse modo, a escola pode contribuir à dominação por meio de seus conteúdos, formas e sistemas de organização, produzindo interiorização de ideias, valores e normas da comunidade, o que resultará em uma geração sem resistências às dominações e explorações – fato esse que deve ser cuidadosamente revisto na atual sociedade.

Sendo assim, a escola, como instituição poderosa e influenciadora que é, necessita preparar os estudantes para a vida adulta e pública, qualificando-os para pensar criticamente e agir democraticamente em uma sociedade que não é realmente democrática (PÉREZ GOMÉZ, 1998).

Nas sociedades contemporâneas, em que imperam a desigualdade e a injustiça, a escola não vai anular a realidade, porém pode enfraquecer e tirar a máscara do discurso do inevitável, do natural. Convém ainda expor que o conhecimento, as atitudes, as formas de atuação reconstruídas na escola não estão livres de condicionantes e contaminação. Contudo, o importante é que esse estudante teve a oportunidade de conhecer os fatores e influências que condicionam seu desenvolvimento e terá subsídios para comparar diferentes propostas e modos de fazer e pensar. A escola corrobora, portanto, uma aprendizagem permanente (PÉREZ GOMÉZ, 1998).

4.1.2 O ensino de geografia no contexto da educação básica brasileira

Em 1837, por meio de um Decreto expedido pela Regência Interina, a geografia passou a ser componente curricular obrigatório nas escolas brasileiras, sendo incluída

no corpo de disciplinas obrigatórias do Imperial Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro. Esse colégio era referência nacional, portanto, a medida foi adotada também nas demais instituições do país (ROCHA, 1996).

O ensino de geografia, no entanto, já se fazia presente em algumas instituições, mas não de modo obrigatório naquelas voltadas ao povo. No período de participação dos jesuítas nas escolas, era ministrada diluída em textos literários. Em 1810, fez parte do programa do curso de formação de engenheiros geógrafos militares da Academia Real Militar no Rio de Janeiro. Em 1831, os conhecimentos geográficos eram pré-requisitos nos Cursos Superiores de Direito (MELO; VLACH; SAMPAIO, 2006).

O modelo de ensino para geografia institucionalizado nas escolas brasileiras referenciava-se na escola francesa, de grande prestígio no país, e se manteve desse modo por todo o período Imperial. A geografia institucionalizada caracterizava-se pela nomenclatura geográfica, descrição acrítica determinista da paisagem. Aos poucos, foi evoluindo e foi substituída pela compreensão dialética das relações (FERNANDES, 2012).

Durante um longo período, os conteúdos presentes no currículo da disciplina de geografia eram selecionados intencionalmente pelos detentores do poder de Estado (uma realidade observada até os dias atuais). Os conteúdos eram e ainda são selecionados para legitimar ou contribuir para uma visão de mundo das elites dominantes. O grande objetivo de inserir a geografia no currículo escolar brasileiro era a ideologia nacionalista patriótica (ROCHA, 1996).

A priori, o ensino de geografia tinha base na memorização de fatos e fenômenos, desprezando os seus significados (Geografia Tradicional/Clássica). Já no século XX, passou por alterações, quando foram inseridas discussões com conteúdos explicativos e não apenas descritivos (Geografia Teórica-Quantitativa); todavia, sem erradicar totalmente as metodologias de ensino da geografia tradicional (MELO; VLACH; SAMPAIO, 2006).

No início do decênio de 1960, houve diversas discussões sobre o papel do ensino, preocupações sobre inserir assuntos do cotidiano e reflexões sobre a vida e o mundo, principalmente nas aulas de geografia. Essas discussões, no entanto, foram interrompidas com o Golpe Militar de 1964 e só voltaram a ganhar força com o início do processo de redemocratização, no final do decênio de 1970, quando surgiu uma geografia mais voltada à realidade dos alunos, ou seja, a Geografia Crítica (MELO; VLACH; SAMPAIO, 2006).

Nos anos 1970, durante a ditadura militar no Brasil, as disciplinas de História e Geografia foram unificadas, formando, portanto, a disciplina de Estudos Sociais. Essa medida foi adotada estrategicamente pelo Governo Federal, pois esses conteúdos tanto podem ser libertadores, quanto aprisionadores, e, no período em questão, foram utilizados para manter a ordem no governo militar vigente. Em separado (História e Geografia), representavam uma ameaça política ao governo (MATO GROSSO, 2018).

Corroborando o exposto, Fernandes (2012) evidencia que, durante o momento da redemocratização brasileira até o fim da ditadura militar, a ciência geográfica pouco contribuiu com a compreensão do espaço geográfico. No final do século XX, a geografia tomou novos rumos, renovando o ensino, principalmente após 1980, proporcionando reformulações nos fundamentos políticos, ideológicos e epistemológicos.

No final da década de 1970, houve muito interesse científico a respeito da Geografia Crítica, sua função, objetivo e demais assuntos que a envolvem. Os acontecimentos dos anos 1980 são frutos das lutas da década anterior, dos estudos dos professores, das Associações de Geógrafos e demais profissionais interessados no reconhecimento do valor do ensino de geografia. Foi um período de importância ao país, que buscava reaver os direitos civis e a redemocratização após o longo período da ditadura militar (MATO GROSSO, 2018).

Dentro desse contexto de reformulação política, a população foi instigada a participar dos destinos do Estado e o ensino de geografia voltou a fazer parte do currículo da educação básica e dos debates teóricos e metodológicos; seus temas tornaram-se mais amplos, envolvendo assuntos diversos e pertinentes à ciência e ao ensino geográfico (MATO GROSSO, 2018).

Atualmente, a geografia Escolar encontra amparo legal nos seguintes documentos oficiais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que ditou novas reformulações nas licenciaturas e ampliou a carga horária da formação do professor; Pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que recomendam o programa o Programa Oficial de Ensino a ser seguido no País, Pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação (DCNs) de 2013, que são as diretrizes que estabelecem também Base Nacional Comum Curricular, responsáveis por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras; Nas Orientações Curriculares do Estado de Mato grosso (OCs) de 2012; Lei Estadual Nº 5.573, de 06 de fevereiro de 1990, na Resolução Normativa Nº 002/2015-CEE-MT artigo 8º (oitavo), e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (MATO GROSSO, 2018, p. 267).

Com base na Geografia Crítica, o ensino começou a priorizar as relações sociais, o trabalho, a produção e a transformação do espaço geográfico. A geografia começou a ser compreendida não mais como ciência que somente descreve os fatos e fenômenos, mas como contribuinte para a transformação das realidades (FERNANDES, 2012).

Corroborando o exposto, Celeri, Lima e Oliveira (2017) evidenciam que a Geografia Crítica é de grande importância para a compreensão da sociedade contemporânea, pois, além da leitura e interpretação crítica do espaço, preocupa-se principalmente com a transformação da realidade, com a formação de cidadãos ativos, conscientes e participativos. Desse modo, os estudantes cultivam habilidades e competências, “como o senso crítico, a criatividade, o raciocínio lógico, a capacidade de interpretação de mapas e paisagens e ter atitudes democráticas e racionais perante os outros e o meio ambiente” (CELERI; LIMA; OLIVEIRA, 2017, p. 7).

Em concomitância com a Geografia Crítica, a partir da década de 1980, outra corrente do pensamento geográfico obtém destaque: a Geografia Humanista Cultural, com base na fenomenologia e no existencialismo. A prioridade das reflexões passa a ser o sujeito e sua relação com o espaço, o qual é compreendido além da razão (LOPES, 2010).

Com a Geografia Humanista, os conceitos de lugar e paisagem se destacam a partir das vivências, da subjetividade e da identidade, tendo o ser humano como parte intrínseca da paisagem, e não apenas como observador. Em um contexto geral, a Geografia Humanística compreende as diversas paisagens a partir das percepções e do conjunto de valores e sentimentos correlacionados aos indivíduos (LOPES, 2010).

A geografia busca desenvolver, nos alunos da Educação Básica, a capacidade de observar, interpretar, analisar e pensar, de modo crítico, a realidade, visando à sua provável modificação. Dentro desse contexto, é função do professor de geografia ensinar os conceitos fundamentais da disciplina, quanto a economia, política, sociologia, antropologia, geologia, climatologia, geomorfologia, astronomia, entre outras (OLIVEIRA, 1989).

De acordo com Oliveira (1989), na atualidade, há duas vertentes ideológicas no ensino de geografia: uma delas é a Geografia Neutra, que produz trabalhadores aptos e pacíficos ao capital; a outra vertente é a Geografia Crítica, que instrui os estudantes para seu desenvolvimento e sua formação cidadã. Como futuros trabalhadores, terão a possibilidade de atuar para a construção de um futuro melhor,

com justiça e dignidade, pois, conforme vão aprendendo a pensar e a agir criticamente, serão construtores e não espectadores de suas vidas futuras.

Dentro da relevância e contribuição dos seus saberes, o currículo do ensino de geografia na Educação Básica necessita atender a aspectos diversos. Sendo assim, a Base Nacional Comum Curricular para o Mato Grosso (2018, p. 270) elucida:

[...] o componente curricular geografia contribui de forma significativa no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, construindo de forma significativa as dimensões do currículo nos mais variados aspectos: sociais, políticos, culturais, éticos e econômicos, possibilitando o agir e pensar, ser e fazer na produção de saberes significativos que agregam conhecimentos de suma importância, contribuindo na formação social e na construção da autonomia para realização de uma leitura crítica da realidade e práticas sociais coerentes a tal.

Desse modo, diante da atual sociedade contemporânea, dinâmica, globalizada e complexa, o ensino de geografia torna-se uma valiosa ferramenta. Para a Educação Básica, o referido componente curricular é imprescindível, correspondendo tanto aos saberes geográficos, quanto aos científicos, que norteiam o trabalho pedagógico. Dispõe de extrema relevância na elaboração de habilidades e competências que vão auxiliar o educando no seu desenvolvimento ético e na construção da cidadania (MATO GROSSO, 2018).

4.2 O ensino de geografia diante dos problemas socioambientais locais: análises e interpretações

4.2.1 A institucionalização da escola no núcleo urbano de Vera

A questão educacional é um fator muito importante para as famílias brasileiras. Muitas esperam, por meio da educação, alcançar, para si ou para os filhos, uma vida melhor, e essa situação não era diferente no período da colonização e ocupação desenvolvidas no norte mato-grossense e, da mesma forma, em Vera, na década de 1970. Os pais, mesmo passando por situações difíceis, durante o processo migratório, não abriam mão de educação para seus filhos (ROHDEM, 2012).

No projeto de colonização da Gleba Celeste, constava a construção de uma escola, uma venda e uma igreja, pois a vida em comunidade seria de grande importância para a convivência e a readaptação do migrante perante a nova realidade.

No tocante à escola, houve, sim, por parte da colonizadora, uma preocupação a respeito da disponibilização de um colégio para os migrantes; no entanto, essa medida fazia parte das políticas comerciais da empresa. Sua maior preocupação era vender seus lotes e fixar o migrante no projeto, garantindo, assim, sucesso do empreendimento (PERIPOLLI, 2002).

Para dar apoio ao seu novo empreendimento, Ênio Pipino intermediou, em 1973, o direcionamento de um grupo de irmãs da Congregação “Missionárias do Santo Nome de Maria”, de Maringá (PR), para o núcleo colonial, para dar suporte, direcionamento e desenvolvimento ao núcleo social urbano que se organizava (PERIPOLLI, 2002).

Assim que chegaram ao referido local, as irmãs começaram a coordenar toda a política educacional da Gleba, mas também coordenavam, junto com o padre Antônio, as questões religiosas e os atendimentos médicos e hospitalares (PANOSSO NETTO, 2000).

Figura 43 - Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” em 1974 - Vera-MT



Fonte: Acervo virtual de Agenor Borman (*in memoriam*) (2018)

É importante salientar que a política educacional traçada e desenvolvida no período de formação do núcleo urbano, no âmbito da política do Regime Militar, buscava mediar os interesses do Estado e dos grupos empresariais, dando sequência aos projetos desenvolvimentistas visados para a região (PERIPOLLI, 2002).

Figura 44 - Atividade escolar em 1975 - Vera-MT



Fonte: Cedida por Paulo Henrique dos Santos (2018).

Desde o início a preocupação das pessoas que vinham pra cá e de qualquer pai era que pudesse ter escola para seus filhos né! E a Colonizadora interessada em vender seus terrenos naturalmente se preocupou com isso também e construiu um prédio para instalar a escola. Então era uma preocupação tanto das pessoas que vinham pra cá quanto da colonizadora que pudesse ter escola. Aí a Colonizadora trouxe para cá as irmãs, inclusive a irmã Edita foi a primeira diretora da escola. Quando as irmãs chegaram em Vera elas inauguraram a Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, a princípio as irmãs que dirigiam a escola. A irmã Edita era diretora e a irmã Raquel era professora, no final da década de 70 e começo de 1980 foi construído o outro prédio na rua Montevidéu com recursos da ADEVE Associação do Desenvolvimento de Vera, o prédio era do município mas a funcionalidade da escola era de responsabilidade do estado. Ali ocorria o ensino de primeiro e segundo grau, a partir da alfabetização, os recursos eram do governo estadual. A primeira escola foi construída com recursos da colonizadora e o prédio de alvenaria foi com recursos da ADEVE. Em 2006 foi construído o prédio próprio da escola estadual. [...] Nos primórdios, a colonizadora era responsável pelos pagamentos dos professores e demais despesas da escola, logo após, depois de tudo regularizado responsabilidade passou a ser do estado. Uma questão complicada era arrumar professores, para arrumar professores aqui não foi muito fácil no início não, tinha dificuldades pois não tinha pessoas qualificadas, formadas para dar aula no início, mas sempre se deu um jeito. Algumas professoras acumulavam o expediente. Após a emancipação, principalmente nas comunidades, tinha muitas crianças para estudar e só tinha pessoas com primeiro grau incompleto, segundo grau incompleto, mas precisava educar as crianças. Aí essas pessoas eram requisitadas. Elas davam aula três semanas nas escolas e uma semana elas vinham para a sede do município fazer formação com os professores formados, para assim eles terem condições para dar aula no interior do município. Chegou a ter 37 salas de aula no interior. No começo só tinha escola na sede na década de 1980, as escolas começaram a se expandir para o interior, nem em Sinop não tinha escola, os alunos que tinham condições vinham e ficavam na casa de conhecidos para poder estudar até a fundação de Sinop. Aquelas pessoas que em 1973 compravam terras na região de Sinop, os seus filhos para não ficar sem estudar vinham morar aqui na Vera e ficavam na casa de um parente ou de amigos. Muitas crianças ficavam sem estudar no início devido distancia, mas aqueles que conseguiam chegar até a escola conseguia estudar, mas depois diante das distâncias a

Colonizadora construiu escolas, onde tinha crianças para estudar eram construídas escolas dentro do projeto Gleba Celeste, tinha escola na estrada Márcia, estrada Rosana, e outras estradas e entroncamento de estradas (M/14).

Conforme expôs o senhor M/14, as irmãs missionárias eram as responsáveis pela educação, estando à frente da direção, da coordenação e, na ausência de professores, elas mesmas cumpriam essa função. Conforme iam chegando novos migrantes, aqueles que possuíam maior nível escolar eram convidados insistentemente para serem professores. Em muitas situações, o professor tinha estudado apenas até a 5ª ou 6ª série à época, mas, na ausência de professores graduados, essas pessoas exerciam a função³.

A primeira escola a ser institucionalizada no núcleo urbano de Vera foi a Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, construída pela Colonizadora SINOP. Entrou em funcionamento pela gerência das irmãs missionárias em 1973; no entanto, seu decreto de funcionamento foi publicado no Diário Oficial do estado de Mato Grosso em abril de 1974.

Toda a educação escolar da Gleba Celeste (conforme os relatos) cabia à escola estadual, da alfabetização ao segundo grau. No primeiro momento, os custos com salário de professores e despesas em geral eram responsabilidade da colonizadora e, mais tarde, foram transferidos ao governo estadual. Uma das maiores dificuldades para o sucesso da escola era a questão do professorado: em ocasiões, “o médico dava aula de Ciências; o contador, de Matemática” e assim foi se formando e se estruturando a Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”.

³ Entrevista especial, específica sobre o assunto: “Eu cheguei aqui em 1973, em 1979 eu comecei a trabalhar como ajudante na secretaria da escola, eu posso falar que quem tinha um pouco de conhecimento era convidado para dar aulas. As freiras orientavam, davam o suporte e cobravam muito a qualidade, elas ficavam escutando as aulas dos professores para dizer se estava bom e se tinha que melhorar. Mesmo que os professores não tinha formação eles ensinavam e a gente aprendia. Nós cantava o hino nacional todos os dias, media a distância, ficava em posição e cantava e aí se olhasse para o lado, era muito cobrado a disciplina. Me lembro bem da escolinha, tinha só três salas de aula, a secretaria com diretoria, sala dos professores e um banheiro lá no fundo. Meu segundo grau eu fiz técnico em comércio, não tinha nem professor formado, só os livros” (COLABORADORA 1).

Figura 45 – Reunião de pais com irmã Raquel (década de 1980) já no prédio da ADEVE - Vera-MT



Fonte: Acervo da Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” (2018).

Com base nos relatos, nos primeiros anos (de 1972 a 1973), a única escola da Gleba Celeste era a escola estadual situada no núcleo urbano de Vera. Os filhos dos imigrantes que adquiriram lotes em áreas da região de Sinop, se tivessem condições, estudavam em Vera; no período chuvoso, alguns permaneciam na casa de parentes ou de amigos nesse local. Com o passar do tempo e de acordo com as necessidades, novas escolas foram construídas. Em 1974, uma extensão da “Perpétuo Socorro” foi construída no núcleo urbano de Sinop. Após a emancipação política de Vera, em 1986, diversas escolas municipais foram construídas em setores rurais ao longo do território municipal.

A escola, dentro do projeto de colonização da Gleba Celeste, representava mais que instrução, aprender a ler e escrever e decifrar os demais códigos. Os filhos dos migrantes aprendiam o civismo, o patriotismo, a ordem e o progresso, conceitos disseminados ideologicamente e trabalhados com os alunos diariamente por meio da educação escolar.

Desse modo, a escola auxiliou também a conter os filhos e os pais nos moldes pré-estabelecidos do contexto político da época ditatorial, quando se buscava implantar, na sociedade, a postura de desbravador que encontrava sentido dentro do contexto integracionista desenvolvimentista. O participante da educação encontrava respaldo no próprio processo educativo para seu pertencimento na sociedade que se moldava.

Figura 46 - Formatura da primeira turma de Ensino Fundamental, em 1978 - Vera-MT



Fonte: Cedida por José de Lima Cavalcante (2018).

Contudo, como foi visto anteriormente, essas manobras faziam parte dos projetos governamentais de expansão do capital, ou seja, a instalação do migrante, a abertura das áreas, o preparar a terra, tudo parte de um projeto entre Estado e empresas particulares. Na atualidade, percebe-se que o objetivo (expansão capitalista) foi alcançado (TOMÉ; ROHDEN, 2018).

4.2.2 A Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” na atualidade

Atualmente, a Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” está localizada no município de Vera, Avenida Nicarágua nº 2.024, Centro, CEP 78880-000, Mato Grosso, localizada a 463 quilômetros da capital do estado, Cuiabá. A infraestrutura da escola foi construída conforme o projeto ESCOLA ATRATIVA, no decorrer do ano de 2005, e inaugurada em fevereiro de 2006, seguindo um padrão arquitetônico do Governo Estadual⁴.

Atende, atualmente, a alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), Ensino Médio regular e todas as etapas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), contemplando 953 alunos, que estão distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno. Possui, em seu quadro de funcionários, 77 servidores, 31 professores

⁴ Informações obtidas a partir do Projeto Político Pedagógico (2018) da Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”.

efetivos, 18 professores contratados, 8 Técnicos Administrativos Educacionais efetivos e um contratado, e 19 colaboradores do Apoio Administrativo Educacional, sendo 17 efetivos e 2 com contrato temporário.

A estrutura física da escola conta com vinte salas de aula, laboratórios de informática e ciências, biblioteca, cozinha, cantina, refeitório, quadra coberta e quadra de areia, praça, banheiros, vestiários, sala de professores, sala de recursos, sala de vídeo e demais dependências administrativas.

Figura 47 - Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” (2018) - Vera-MT



Fonte: Cedida pela gestão da escola (2019).

O objetivo da instituição, segundo o Projeto Político Pedagógico (2018), é oportunizar ao educando situações de construção de conhecimento, promovendo o seu desenvolvimento interpessoal e social e permitindo o acesso e a permanência na escola, para que seja formado um cidadão consciente, solidário, responsável, participativo e crítico, visando à sua integração e atuação no meio sociocultural. Seu princípio filosófico é: “Caminhamos em busca do conhecimento para aprender a ser”.

Sendo assim, fundamenta-se na contribuição para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, por meio da elaboração, difusão do conhecimento e leitura de mundo, em um processo de aprendizagem que envolva toda a comunidade escolar.

A educação no referido espaço visa também a contribuir com a reflexão, ação e construção de novas realidades sociais. Com respaldo no trabalho coletivo, oferece recursos para vencer as dificuldades no que tange à construção de uma escola pública voltada ao exercício pleno de cidadania e que possibilite a transformação social.

Desse modo, a proposta de ensino da instituição pauta-se nos princípios da ética democrática, com base em um trabalho que visa a formar indivíduos conscientes, críticos, participativos, transformadores de novas realidades, sem distinção de classes e construindo um mundo mais justo e igualitário.

No ano de 2018, seis professores atuaram no ensino de geografia na Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”. Entre esses docentes, apenas dois são licenciados no ensino de geografia e especialistas na área; três são licenciados no ensino de história e especialistas na área e um professor é licenciado no ensino de ciências biológicas e também é especialista em sua área. Conforme observado, há uma carência de profissionais graduados e licenciados em geografia para ministrar a disciplina e esse é um fator relevante. No Quadro 3 - Docentes colaboradores da pesquisa podem-se observar alguns dados sobre os docentes participantes da pesquisa.

Quadro 3 - Docentes colaboradores da pesquisa

Docente	Idade/Gênero	Origem	Formação profissional	Tempo no ensino de geografia
D/01	54/masculino	Pelotas/RS	Graduação em Geografia/Especialista	18 anos
D/02	38/masculino	Monte Carmelo/MG	Graduação em História/Especialista	9 anos
D/03	35/masculino	Vicente Dutra/RS	Graduação em História/Especialista	12 anos
D/04	36/feminino	Loanda/ PR	Graduação em Geografia/Especialista	11 anos
D/05	38/feminino	Alta Floresta/MT	Graduação em Ciências Biológicas/Especialista	3 anos
D/06	32/feminino	Quilombo/SC	Graduação em História/Especialista	2 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

4.2.3 A reflexão dos professores de geografia da Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” sobre a abordagem da geografia local

A pesquisa desenvolvida com o grupo de professores que ministram geografia na Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” teve a finalidade de analisar como os referidos professores percebem as alterações e as implicações socioambientais locais e globais.

Objetivou-se a compreender como esses saberes são abordados no ensino de geografia na escola estadual em questão. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma contextualização sobre os assuntos abordados neste estudo em correlação com o ensino de geografia e analisado como sua abordagem pode contribuir com os educandos e todos os envolvidos no processo educativo para a compreensão do espaço de vivência, ou seja, do espaço geográfico.

Desse modo, é de suma importância evidenciar que, no processo de ensino-aprendizagem, não basta conhecer ou se inteirar dos processos de transformação e questões socioespaciais. O educando e todos os envolvidos no referido processo necessitam perceber-se como parte integrante do todo.

4.2.3.1 Os desafios no ensino de geografia na sociedade contemporânea

Diante da realidade atual, em que as sociedades estão em constante mudança, há lutas por sobrevivência, por constituição ou manutenção dos seus territórios, expansão capitalista, por manutenção ou inclusão de mercado, por hegemonia política e ideológica. O mundo tem mudado rapidamente, o que exige mudanças também na escola e no ensino de modo em geral (CALLAI, 2010).

Dentro desse contexto, constantemente surgem novos questionamentos a respeito da função da escola e do papel do professor, devido às mudanças socioeconômicas e políticas no espaço geográfico. Um dos principais desafios corresponde às inovações e aos avanços tecnológicos, o que torna o mundo cada vez mais globalizado, interconectado e dependente.

Em resposta às mudanças que vêm ocorrendo no espaço global, a ciência geográfica precisa alterar suas formas e análises de conteúdos. O ensino, portanto, necessita acompanhar as constantes transformações que ocorrem na sociedade contemporânea.

Diante do exposto, a pesquisa com os docentes atuantes no ensino de geografia na Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” iniciou com o questionamento a respeito da presença e do significado do ensino de geografia na atualidade. O objetivo foi verificar, junto aos professores, a natureza e as dificuldades correspondentes ao ensino da referida disciplina. Desse modo foi questionado: **Como é trabalhar o ensino de geografia na sociedade atual?**

Quanto ao material e a forma de trabalhar está até melhor, com a internet. A questão é que alguns alunos ainda não têm interesse no estudo de geografia. Esta parte é como sempre. Ainda sou apaixonado pela sala de aula e dar, vender, aulas e muito bom e lógico na minha disciplina geografia. Os alunos ainda têm alguma resistência à disciplina (D/01).

Trabalhar na área educacional independente da disciplina que está ministrando é um grande desafio, pois a falta de interesse de muitos dificulta esse processo. O professor no ensino de geografia precisa não só motivar o aluno buscando novas informações como também encontrar forças dentro de si para enfrentar o dia a dia em sala de aula. Não são teorias mirabolantes, velhas e ultrapassadas que irão salvar a educação, pois o tempo mudou e novas idéias são necessárias para superar o fracasso do sistema. Entendo que ser professor é um desafio, um fardo que a cada dia se torna mais pesado e quase insustentável, porém a necessidade e a fé de que só a educação transforma o mundo é o que fortalece o desejo de fazer a diferença em sala de aula (D/02).

A falta de interesse dos alunos é uma das dificuldades. Até porque fica difícil despertar o interesse deles quando faltam recursos tecnológicos como, computadores atualizados, mapas interativos e investimento em projetos que viabilizem trabalhos de campo. As verbas governamentais estão muito irregulares nos últimos anos, e isso faz com que os recursos necessários para a realização de projetos demorem, fazendo com que se perca todo o objetivo do trabalho. Outra dificuldade que sinto é a formação continuada para os professores de geografia, não há formações voltadas para a área. Não temos nem liberdade e nem incentivo para participar de cursos e palestras, acaba ficando a cargo unicamente de o profissional buscar qualificação. Mas, além das dificuldades temos algumas atividades nos livros didáticos que facilitam o ensino de alguns conteúdos. E eu amo trabalhar, lecionando a geografia. Mesmo diante de todas as dificuldades! (D/04).

Muitos alunos acham que a geografia é uma disciplina chata e sem utilidade para o seu dia a dia. Quando chega o conteúdo sobre coordenadas que envolvem a matemática, ali entra a questão: isso vai utilizar um dia em nossas vidas? Com isso os alunos vão só decorando a matéria para a prova, para não tirarem zero na prova. Hoje as escolas não têm material que atraem os alunos, que empolga e estimulem os alunos sobre a disciplina. É claro isso não é só culpa do governo, das escolas ou até mesmo dos professores, mais sim também dos próprios alunos, algum não tem vontade nenhuma para estudar, estão na escola porque os pais obrigam estar nas escolas, infelizmente (D/06).

A fala dos docentes revela algumas das recorrentes reclamações já conhecidas ao se tratar do ensino em geral e também do ensino de geografia: falta de apoio ao professor, falta de interesse dos alunos para com a disciplina, falta de investimento

público em recursos tecnológicos para aulas em campo e visitas, ausência de formação continuada voltada para a área, entre outras. De acordo com o relato dos professores, trabalhar com a educação está se tornando um desafio diário. Em muitas ocasiões, além de desafio torna-se “um fardo, cada vez mais pesado” (D/02). O professor percebe que tem sempre que motivar os alunos, mas ele também precisa ser motivado.

Conforme Cavalcanti (2010), os professores do ensino de geografia se preocupam em encontrar caminhos para despertar o interesse dos alunos. Para tanto, o professor deve selecionar os temas a serem trabalhados, aproximando-se da realidade local e global dos discentes, e expor com clareza a importância desses temas para sua vida.

Para despertar o interesse cognitivo dos alunos, faz-se necessário que o professor faça uma reflexão a respeito da contribuição do conhecimento geográfico para a vida cotidiana, refletir sobre o que é prioridade no ensino de geografia no tocante às suas bases fundamentais, observando que os alunos possuem uma história a ser considerada. Precisa buscar o sentido real dos conteúdos estudados (CAVALCANTI, 2010).

A respeito da utilização do livro didático, Callai (2011) evidencia que o professor pode e deve utilizar o livro didático em suas aulas, tendo em vista que, em algumas ocasiões, esse será o único livro a que o aluno terá acesso e é uma poderosa ferramenta para a construção da cidadania; no entanto, o professor precisa escolher os conteúdos com coerência, que sejam pertinentes à realidade dos alunos. Precisa verificar a veracidade dos conteúdos editados. Nos livros didáticos, estão dispostos vários dados de inúmeras fontes diferentes. Cabe, portanto, ao professor problematizar e contextualizar o conteúdo a ser trabalhado.

É interessante expor que os conteúdos são sempre estabelecidos a partir de interesses de quem os elabora, ou seja, elencados de acordo com os interesses da sociedade atual em sua forma e organização sócio-política-econômica. Sendo assim, o professor deve ter clareza quanto a quem ele está servindo a partir do conteúdo que seleciona para suas aulas. O livro didático é um valioso instrumento de conhecimento produzido. O que não se pode é aceitá-lo como inquestionável e absoluto. “Se o professor não consegue ser o condutor de sua aula – seja por falta de conhecimento específico da matéria, seja por falta de outras condições alguém externo, ocupa o seu lugar” (CALLAI, 2010, p. 139).

O livro didático não pode ser o único recurso para as aulas cotidianas, porque a escola não é a única fonte de informações. Os estudantes estão envolvidos em um mundo dinâmico, colorido, repleto de inovações e informações, o que exige também inovações no processo ensino-aprendizagem.

Desse modo, Cavalcanti (2010) afirma que, além do uso do livro didático e das tradicionais aulas expositivas (linguagem verbal), outras linguagens alternativas podem ser utilizadas no ensino-aprendizagem na análise geográfica: filme de ficção, documentários, músicas, fotografias, literatura, texto jornalístico, teatro, charge, internet, jogos virtuais, imagens diversas, inclusive de satélite, programas de televisão, entre outros.

Landim Neto e Barbosa (2010) expõem que os alunos estão estafados de ouvir os professores e fazer repetidas atividades metodicamente, sem um visível significado. Por isso, o professor precisa auxiliá-los a filtrar e interpretar essa chuva desconectada de informações que recebem diariamente. Para os autores, alguns recursos podem ser utilizados na aprendizagem: uso de linguagem gráfica (gráficos, tabelas, croquis), linguagens cartográficas e cinematográficas, estudo do meio com trabalhos de campo, jogos pedagógicos, entre outros, que se assemelham às propostas de Cavalcanti (2010).

Conforme Pérez Gómez (1998), a escola perdeu sua supremacia na transmissão de informações para os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, pois esta chega aos mais diferentes locais, oferecendo, para a maioria da população, de modo atrativo, uma diversidade de programações. Esse cardápio multivariado – de opções culturais ou não – adentra na vida das pessoas e colabora para a formação cognitiva das crianças, que vão criando concepções ideológicas que serão utilizadas para explicar e interpretar a realidade. Dessa forma, a criança já chega à escola com acúmulo de conhecimento e concepções ideológicas.

É sabido, porém, que toda essa rede tecnológica de informação e o mundo das relações sociais que rodeiam a criança apenas cumprem a função de reprodução da cultura dominante, e não a reelaboração crítica e reflexiva. O objetivo das organizações sociais, políticas e econômicas é a persuasão do indivíduo, todavia, a reflexão racional e a comparação crítica de concepções serão função apenas da escola (PÉREZ GOMÉZ, 1998).

A respeito da indisciplina e do desinteresse pelos conteúdos escolares, uma parcela desse problema é consequência das externalidades do ambiente escolar no

qual o aluno está inserido. Em muitas ocasiões, essas queixas são somente a ponta do *iceberg* dos reais motivos para a desmotivação dos alunos. O que acontece no ambiente escolar tem correspondência com a sociedade atual, que sofre com problemas complexos de ordem social, econômica e ambiental, desajustes afetivos, desestabilidade financeira, desequilíbrio emocional, entre muitos outros, que envolvem as famílias brasileiras.

Desse modo, muitas das dificuldades encontradas em sala de aula são reflexos da sociedade como um todo. A escola é uma porção desse todo. No ambiente escolar, ocorre o reflexo e a repetição do que ocorre no exterior do mundo escolar. Isso posto, faz-se necessária a percepção da sociedade sobre a concepção de educação e, dentro desse contexto, o professor é responsável pelo processo ensino-aprendizagem do aluno, e não pela educação de comportamentos, normas e valores, tendo em vista que estes são atributos das famílias (MANFIO; SEVERO; WOLLMANN, 2016).

No tocante à formação do professor, Celeri, Lima e Oliveira (2017) evidenciam que, atualmente, há diversas discussões a respeito da necessidade de rever o ensino de geografia, tendo em vista que os seus procedimentos metodológicos e pedagógicos se encontram em defasagem. Em contrapartida, a sociedade está em constante mudança, o que exige que a escola também passe por um processo de renovação.

Um dos grandes problemas do ensino de geografia está na formação do professor, pois ele necessita aprimorar os conhecimentos geográficos, conhecer os fundamentos teóricos da disciplina, ou seja, tem que conhecer a ciência geográfica, sua trajetória, e saber ensiná-la. No entanto, a grande reclamação dos docentes é que falta apoio didático, capacitação na área em que atuam e formação continuada (CELERI; LIMA; OLIVEIRA, 2017).

Callai (1995) já dizia que a atualização é uma condição necessária para o exercício de qualquer profissão. Sendo assim, o professor precisa repensar a sua prática, pensar e pesquisar continuamente a respeito de suas metodologias e práticas de ensino, adequando-se às mudanças socioespaciais e econômicas, objetivando a melhorias de assimilação dos conteúdos por parte dos alunos.

Outra situação preocupante é a falta de formação profissional correspondente à disciplina que ministra, como, por exemplo, o ensino de geografia da Escola Estadual “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”. A instituição possui três professores com graduação e licenciatura em História, um com graduação e licenciatura em

Ciências Biológicas e apenas dois, na atualidade, possuem graduação e licenciatura em Geografia.

A situação elencada não é exclusiva da escola onde foi realizada a pesquisa e pode ser uma das razões da ausência de um ensino de geografia mais significativo. Landim Neto e Barbosa (2010) constataram, em um estudo semelhante, que a falta de habilitação adequada ou a ausência de uma formação básica em geografia podem ampliar os problemas de ensino-aprendizagem e de comportamento na referida disciplina.

Diante dessa situação, Cacete (2004), em um estudo sobre a formação do professor de geografia, expõe que está ocorrendo uma contínua redução na oferta e demanda de cursos de graduação, inclusive quanto ao ensino de geografia, que são substituídos por cursos voltados a carreiras de maior prestígio e retorno financeiro. Os cursos de licenciatura são oferecidos primordialmente nas instituições privadas; no entanto, o desprestígio histórico da profissão, somado às novas exigências do mercado de trabalho, corroboram para uma crise na demanda desses cursos e, como consequência, estão se formando menos professores do que realmente se necessita (CACETE, 2004).

Compreende-se, portanto, que o ensino de geografia é uma ferramenta primordial para a compreensão da sociedade em dinâmico processo de transformação. Desse modo, o processo ensino-aprendizagem não pode ser mecânico, estático; o ensino de geografia, tanto na educação básica quanto na formação universitária, precisa atualizar-se constantemente e reduzir a distância que há entre essas instâncias.

Conforme Martins (2015), o professor, para atuar, no ensino de geografia, precisa ter autonomia, ser capaz de resolver os desafios correspondentes à atividade docente. A autonomia faz o docente pensar sua prática, tomar decisões, questionar suas ações e reorganizar seus planejamentos.

Corroborando o exposto, Callai (1995) elucida que o professor exercita sua cidadania quando se torna capaz de gerar sua própria atividade profissional e completa: “Ser professor de geografia exige domínio de informações e de referências pedagógicas, ou seja, competência profissional” (CALLAI, 1995, p. 4).

4.2.3.2 A geografia local e sua contribuição ao processo ensino-aprendizagem

O espaço geográfico, modificado pela ação do homem, é o objeto de estudo da ciência geográfica; no entanto, na educação básica, para uma melhor compreensão de mundo, é importante fazer a correlação dos conteúdos elencados com o local em que vivem os alunos, pois, desse modo, o saber sistematizado terá maior significado e levará a uma melhor compreensão de mundo (CAVALCANTI, 2010).

Alguns questionamentos foram realizados com os docentes acerca da importância da geografia local para a compreensão de mundo e como esses profissionais trabalham temas correlacionados à geografia local em suas aulas de geografia. Desse modo, foi questionado: **Qual é sua visão sobre trabalhar o ensino de geografia correlacionando os conteúdos com a realidade local?**

Eu acredito assim, não adianta eu trabalhar a realidade dos Estados Unidos ou da Rússia se eu tenho muitas coisas aqui parecidas, não temos o frio, mas temos as pessoas que passam fome, a gente tem que falar para os alunos todos os tipos de plantações, mas tem que trazer para a nossa realidade local até mesmo a questão física da geografia, é interessante falar para eles. Se eles não conhecem a sua realidade, primeiro tenho que conhecer a minha cidade para depois ir pra outro lugar (D/01).

Eu acho que conhecer o lugar que você mora, conhecer a realidade que você vive, acredito que é muito importante, até porque, o que adianta você saber como aconteceu o processo de independência dos Estados Unidos? Como ocorreu a divisão das capitânicas hereditárias se você nem conhece a realidade do local, de onde você reside? Eu acredito que é muito importante fazer o que eles façam pesquisa sobre onde eles vivem, têm que conhecer primeiro onde eles vivem para depois conhecer a realidade de outros países, e saber como a nossa realidade vai interferir em outro local, essa é a ponte do conhecimento (D/02).

Na verdade é de suma importância, porque assim, nós estamos no centro dessa questão ambiental que está correndo no Brasil e no mundo. Nossa região é de transição entre o Cerrado e Amazônia, ela vem enfrentando uma mudança catastrófica em relação a destruição da natureza (D/03).

Eu costumo dizer para os meus alunos que quando eles terminarem o ensino médio eles precisam, são obrigados a saber as condições ambientais de onde eles vivem a questão climática (D/04).

É muito importante, porque na realidade muitas vezes a gente não trabalha, não se depara com o que acontece na nossa região, então é muito bom a gente trazer o contexto para nossa realidade, tem que saber o global e também o nosso local (D/06).

Na fala dos docentes, fica visível a percepção a respeito da importância de trabalhar a geografia local, conhecer o espaço de vivência, conhecer o problema em

diferentes escalas, partindo da escala local para a escala global. Uma das grandes preocupações dos professores, incluindo os participantes deste estudo, é trabalhar o ensino de geografia com significado para a vida, o que se torna um desafio diante da falta de interesse que muitos alunos apresentam quanto à disciplina. Desse modo, os professores buscam fazer essa ponte para despertar o interesse de um maior número de alunos.

Em muitas situações, os livros didáticos não trazem dados sobre o local de vivência dos alunos. Por isso, é muito importante que o professor traga as discussões para a realidade local, para os alunos entenderem que seu local de vivência não está isolado, está correlacionado com fatos externos, decisões externas. Como expôs o professor D/02, de que adianta os alunos saberem sobre a independência dos Estados Unidos se eles não conhecem nem os problemas de onde moram?

Cavalcanti (2010) elucida que é necessário e importante reconhecer as correlações das espacialidades dos estudantes, fazer a conexão com o currículo escolar, com o conteúdo abordado nas aulas de geografia, com o cotidiano da sala de aula e do espaço escolar como um todo. Sendo assim, os fatos têm que ser tratados a partir da realidade do educando, o que possibilita maior identificação com o conteúdo trabalhado, porque os alunos precisam se perceberem como sujeitos do processo a partir do estudo do lugar.

Os alunos têm que se perceberem como agentes de transformação, que fazem parte do processo. Uma situação típica, que pode servir de exemplo, é a discussão acerca da importância da Amazônia e de sua degradação. Poucos alunos, no entanto, conseguem perceber que Vera está inserida na Bacia Amazônica, no Bioma Amazônia (em sua porção maior), na Amazônia Legal, e que suas ações podem colaborar com a preservação ou com a destruição do meio ambiente e que terá consequências além da sua realidade. Portanto, como afirma Cavalcanti (2010), é papel das aulas de geografia desenvolver o pensamento conceitual que permite mudanças na relação do sujeito com o mundo.

Dando continuidade acerca da importância do estudo do lugar, foi questionado o seguinte: **Existe, no seu local de trabalho, material suficiente para trabalhar sobre a realidade local? O livro didático traz conteúdos sobre a realidade regional ou local?**

Não, infelizmente os nossos livros vêm sempre com dados atrasados e até as fotos também são atrasadas, isso eu sempre notei, mesmo com a tecnologia ainda vem dados atrasados em média de quatro anos, eles não fazem a revisão dos gráficos todos os anos (D/01).

Não, eu acho eles bem pobres em relação a esse assunto por que alguns passam as informações bem despercebidas, então acredito que os livros que vem pra nós trabalhamos estão mais longe do contexto local da nossa realidade, eu acredito que para trabalharmos esse assunto do contexto local só se sair pra pesquisar realmente com os alunos (D/02).

Não, infelizmente os livros didáticos abordam uma realidade estadual, nem dá pra se dizer que é uma realidade regional, e assim, o nosso estado é muito carente apesar de não ser uma grande abundância de questões geográficas, a questão do livro didático é bem carente em relação ao nosso estado e nossa região (D/03).

Não de forma alguma, a gente durante a aula precisa fazer essa abordagem por que o livro didático não faz essa abordagem de trazer a realidade local durante aula e busca um material por que nos livros didáticos não têm essa abordagem local infelizmente (D/04).

De acordo com os professores, nos livros didáticos que são disponibilizados pelo Ministério da Educação e Cultura para trabalhar com a Educação Básica, são escassos os dados e conteúdos referentes à região Centro-Oeste, ao Mato Grosso e principalmente a respeito do norte de Mato Grosso. Essa lacuna exige que o professor procure, em outras fontes, materiais que ilustrem a geografia local, trazendo, para junto de suas aulas, debates que correlacionem o global com o local.

A Base Nacional Comum Curricular para o Mato Grosso (aqui se refere aos anos finais do Ensino Fundamental) estabelece vários objetivos direcionados ao componente “geografia” que deverão ser cumpridos nos anos finais no Ensino Fundamental, conforme se observa a seguir:

- Analisar o meio ambiente do Estado de Mato Grosso, correlacionando as diferentes escalas e diversos aspectos (físicos, sociais, econômicos, culturais e ambientais).
- Reconhecer e identificar as paisagens do território mato-grossense e suas interações com diferentes escalas no espaço geográfico, propiciando a valorização do patrimônio sociocultural e ambiental, ressignificando sua identidade.
- Analisar o espaço geográfico como um processo de construção das relações entre os seres humanos, e destes com a natureza, estabelecendo conexões entre o espaço geográfico mato-grossense e outros espaços.
- Construir e Compreender o conceito de território, caracterizando as formas de apropriação dos territórios no Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2018, p. 275).

Todavia, de acordo com os professores, até o momento da pesquisa, não havia material didático-pedagógico suficiente ou adequado para trabalhar com os alunos os

conteúdos direcionados à geografia do Mato Grosso. Não houve menção da disponibilização de material para cumprir esses objetivos propostos, ou se será o professor quem vai ter que providenciar esses materiais. Contudo, sequer formação continuada direcionada à área ou à disciplina, até o momento da pesquisa, havia sido oferecida aos professores. Cabe aqui expor novamente o relato da professora:

Outra dificuldade que sinto é a formação continuada para os professores de geografia, não há formações voltadas para a área. Não temos nem liberdade e nem incentivo para participar de cursos e palestras, acaba ficando a cargo unicamente de o profissional buscar qualificação por conta própria (D/04).

É muito importante o suporte para os professores cumprirem realmente os objetivos propostos, pois, como foi observado, é essencial trabalhar o espaço de vivência, conhecer a história e a geografia do seu local, conhecer as rugosidades, as territorialidades, os fatos históricos, as lutas de classes, por terras e territórios, entender qual é a correlação do seu espaço, do seu “mundo” com o mundo lá fora, entender por que algumas situações que ocorrem em outros países repercutem no seu espaço de vivência como, por exemplo, entender por que em Vera se produz tanta soja e milho e é necessário comprar frutas e outros alimentos de outras regiões ou até de outros países.

Realmente, é de extrema importância conhecer a geografia local e do seu estado, não apenas para atingir a objetivos propostos e cumprir protocolos, mas por uma questão de cidadania, para proporcionar aos alunos o conhecimento do seu espaço e para que eles se reconheçam diante das diversas situações.

O professor precisa conhecer a escola, os conteúdos escolhidos, a sociedade desse local e suas formas de organização, os conflitos que a envolvem, o local no qual a escola está inserida, de modo a adquirir maior relevância nas relações e conceitos geográficos a serem trabalhados. Dessa forma, terá clareza de qual é o papel da referida instituição escolar e seus ideais para essa sociedade (CALLAI, 2011).

Diante do exposto, foi questionado: **Qual proposta teórico-metodológica você toma por base para trabalhar a geografia local?**

Pesquisa, aula de campo, laboratório de informática, aí levo os alunos e eles têm que pesquisar e anotar e depois expor os resultado das pesquisas para sala de aula (D/02).

Buscando fora do livro didático, pesquisas por conta própria e tentando trazer para os alunos essa realidade local, que é uma questão interessante a ser estudada, uma questão interessante que eles saibam a nossa realidade, o que aconteceu na nossa região (D/03).

Eu tento através de exemplos do dia-dia deles, de quando eles estão indo pra escola, dos alunos que moram no sítio, dos que têm contato com o campo, dou exemplo do que está acontecendo na vida deles que é consequência desses impactos ambientais (D/04).

Eu sempre faço em forma de maquetes, pra gente visualizar ter um ponto de vista do que acontece na região, sobre do agronegócio, a soja e a agricultura como um todo, busco em revistas, documentários (D/05).

Percebe-se que os professores buscam fazer uma conexão do material que possuem, o livro didático, com materiais alternativos. O professor, além do domínio do conteúdo, precisa ter um pensamento crítico e uma boa base geográfica para realmente selecionar conteúdos que tragam significado para suas aulas e é interessante que essa ação faça parte do cotidiano e não apenas de algumas situações, como a abertura de alguns temas especiais.

4.2.3.3 O ensino de geografia e a expansão capitalista na Amazônia norte mato-grossense

Entende-se por expansão capitalista o processo de constituição da fronteira agrícola-urbano-industrial que se fez a partir da incorporação de novas áreas à economia e política nacional pela exploração e transformação de recursos florestais e minerais, implantação da agricultura comercial e pecuária (SILVA, 2006). Fundamentalmente, era a incorporação de áreas de mata nativa, tais como o Cerrado e a Amazônia, consideradas pelo sistema capitalista como à margem do progresso e atrasadas. Nesse processo, também são incorporadas áreas que já eram ocupadas e que desenvolviam formas distintas de agricultura, cultivo ou práticas de subsistência por povos outrora residentes nesses espaços (SILVA, 2006).

A expansão da fronteira agrícola, inicialmente alcançando o Cerrado e tão logo a Floresta Amazônica, no início da década de 1970, deu-se em resposta à modernização e tecnificação do campo brasileiro em franco processo de expansão no Sul e Sudeste do país (SILVA, 1981). Conforme Bernardes (2006), a fronteira agrícola iniciou-se pelo Cerrado, no Planalto Central, e logo alcançou todo o Centro-Oeste e Norte do país, caracterizando-se por novas racionalidades econômicas e pela

constituição formal e institucional de novas mediações políticas. O processo foi possível pela abertura de rodovias, como a BR-163, pela concessão de incentivos fiscais, pela topografia plana e por ser uma fonte potencial de recursos naturais.

Silva (2006, p. 2) estabelece algumas características da fronteira agrícola capitalista:

Do ponto de vista geográfico, a fronteira expressa, em linhas gerais, expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de boias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base -, implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão de obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano industrial de um país, desterritorialização, territorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares. A fronteira capitalista, em áreas de domínio das atividades agrícolas e pecuárias, implica a instalação de latifúndios, empresas agrícolas, inserção de propriedades menores aos mecanismos de acumulação, bem como a expropriação do campesinato e de grupos sociais diversos (índios, posseiros, seringueiros, garimpeiros, etc.).

Junto com a expansão da soja (principal produto do agronegócio na região), ocorreu também a expansão dos problemas socioambientais na Amazônia. A região sempre foi vista como fonte inesgotável de riquezas: no período colonial, foi lócus de aprisionamento de índios, reserva de especiarias (as drogas do sertão), grande produtora de borracha (1879-1942), fonte de diversos garimpos em busca de ouro, ferro, bauxita e outros minerais. Segundo Loureiro (2002), de 1500 a 1970, foram destruídos 2% da floresta Amazônica e, em 2018, o desmatamento já alcançava os 20%, um crescimento de 18% em um período inferior a 50 anos (INPE, 2018).

A nossa região é basicamente a monocultura, soja e o milho e a agropecuária é muito pouquinha, mas gente vê que essa agricultura avança muito rápido sobre a vegetação que existia aqui. Se for olhar hoje e pegar o mapa do município e comparar o mapa do antes e do agora vai ver que aquela vegetação não existe mais, e cada vez mais ela vai sendo engolida pelo o agronegócio, a tendência é daqui uns 6 ou 10 anos não exista mais nada disso ai (D/2).

O Cerrado e a Amazônia deram lugar à soja, ao milho (plantas exógenas). Animais foram extintos, uma ampla biodiversidade desapareceu, a terra do Kayabis virou terra dos sulistas, nordestinos, entre muitos outros povos, que migraram para a região. As consequências do avanço da fronteira são perceptíveis diariamente. A paisagem natural foi transformada em paisagem aculturada. Em algumas ocasiões,

em imensos desertos verdes. Foi-se transformando, tecnicando, moldando-se ao sistema capitalista.

Dentro desse contexto, o questionamento que prossegue é a respeito da percepção dos professores sobre o avanço da fronteira agrícola capitalista. Buscou-se compreender como esses profissionais veem esse processo e como o correlacionam ao espaço vivido. Portanto foi questionado: **Como você analisa, a partir do conhecimento geográfico, a expansão da fronteira agrícola? Quais consequências você pode evidenciar?**

Quando indagados a respeito do avanço da fronteira agrícola, os professores expõem diretamente o contexto da monocultura implantada na região, mais precisamente, sobre a presença da soja e do milho, que dominam a paisagem da produção agrícola no município. Esse processo é perceptível e é mencionado como consolidado.

Porém, na concepção do professor D/01, dentro das condições políticas e econômicas e diante de toda a estrutura do agronegócio nesse espaço, não há como mudar bruscamente a forma de cultivo. A modificação a curto prazo seria inviável em um contexto geral, tendo em vista que há um número grande de interesses e interessados envolvidos nesse processo.

Reconheço que as monoculturas produzem capital e que a gente não tem como terminar com seu cultivo, como a exemplo do rio Rio Grande do Sul e Catarina onde o produtor não tem como parar de plantar fumo porque tem uma série de pessoas que vivem do fumo (movimenta o setor de serviços, o comércio) para vender cigarro mas já foi feito um processo lá atrás que está diminuindo lentamente. Então a gente deveria fazer um processo lentamente para soja que a nossa região e a gente trabalha em diversos produtos, a gente compra cenoura, couve a alface de outros lugares ou talvez de outros estados e planta soja daqui aos monte! Se produz soja produz tomate também (D/01).

Dentro de uma visão geral, percebe-se que a monocultura da soja dentro do modo de produção da agricultura capitalista está totalmente consolidada no município e não é fácil a substituição do modelo. Mas, conforme o entrevistado D/01, seria importante a substituição de algumas áreas desse cultivo por outras que supram as necessidades voltadas à demanda local, como a produção de frutas, verduras e demais alimentos consumidos diariamente.

No entanto, é sabido que, diante da economia política mundial dos espaços globalizados, onde ocorrem diversos acordos comerciais, as empresas internacionais

estão cada dia mais inseridas em território nacional, sendo, portanto, as grandes influenciadoras da produção regional/nacional/global.

De acordo com Silva (2006), a expansão da fronteira agrícola recebe grande influência das corporações nacionais e internacionais, que chegam, influenciam e reorganizam, ou (re)ordenam, os territórios. No município de Vera, há a presença das seguintes corporações: Grupo Amaggi, C Vale e Cevital. Por meio de acordos com os agricultores (financiamento, aquisição, fornecimento de sementes e insumos), essas empresas influenciam diretamente o desenvolvimento das atividades econômicas no território municipal. Desse modo, compreende-se que a expansão da fronteira agrícola é produto de uma ordem territorial nacional/global e responde a interesses particulares nacionais e internacionais (SILVA, 2006).

Não vejo a expansão da fronteira de forma positiva, porque acaba beneficiando poucas pessoas, não beneficia a sociedade municipal em geral, acaba beneficiando algumas famílias que são as donas das terras, das maiores propriedades. A gente vive em um estado de latifundiários de fazendas muito grandes, não é igual outros estados que existem sítios, chácaras pequenas propriedades. Aqui até as pessoas que são de pequenos lotes acabam se rendendo a estes latifundiários que acaba vendendo suas terras porque eles não conseguem competir com a produção dos grandes fazendeiros (D/4).

Uma das percepções da professora D/04 foi a respeito da presença marcante de latifundiários no estado e em Vera. Essa presença, todavia, é uma das características do campo brasileiro desde o período da colonização portuguesa quando era comum a doação de sesmarias para alguns escolhidos pela Coroa Portuguesa (MORENO, 2007). Expõe a entrevistada que a forma produtiva é excludente e não beneficia toda a população local. O setor não emprega um número considerável de mão de obra, como na agricultura de subsistência; porém, a estrutura local/regional foi moldada para atender à agricultura comercial, envolvendo comércio, transportes e setores de serviços.

Dentro desse contexto, percebe-se que o processo de colonização/ocupação desenvolvido na Amazônia pós-período militar foi uma medida adotada para amenizar os conflitos por terras encontradas em áreas do Sul, Sudeste e Nordeste do país. No entanto, essa medida foi uma alternativa encontrada para não efetivar a reforma agrária nas outras regiões citadas. A saída para esse impasse consistiu, portanto, no direcionamento da população excedente desses locais, deslocando-a rumo à nova

fronteira agrícola, ampliando as áreas de terra daqueles que ficavam e possibilitando o acesso à terra aos que saíam (MIRANDA, 1990).

Todavia, observa-se que, em poucos anos, a questão agrária voltou a ser problema: as antigas áreas de florestas tornaram-se imensas fazendas de monocultura de poucos donos, tendo, como consequência, a maior concentração de terras nas mãos de poucos já observada no país (MIRANDA, 1990).

4.2.3.4 A consolidação do agronegócio em Vera

Ao serem questionados sobre as consequências da fronteira agrícola em Vera, a maioria dos professores direcionou sua atenção à agricultura comercial. Desse modo, o novo questionamento focou-se na percepção a respeito da presença marcante do agronegócio nesse local. Sendo assim foi questionado: **Qual é sua opinião a respeito da territorialização do agronegócio em Vera?**

Houve, no discurso dos professores, percepções positivas e negativas a respeito da dinâmica territorial do agronegócio. No tocante aos pontos positivos, de modo geral, estabeleceram que, no contexto econômico atual, o número de desempregados é marcante em toda a sociedade brasileira, inclusive em Vera, por isso, a agricultura ainda é o setor que mais gera emprego no município. Foram destacadas as melhorias físicas na cidade no que tange à infraestrutura em comparação com períodos anteriores; foi citado o imposto convertido ao município a partir da produção agrícola, o enriquecimento de uma parcela da população e a elevada produção de grãos.

No que tange aos pontos negativos do agronegócio, os exemplos e as discussões foram mais amplos:

E o lado ruim, é que a gente paga o preço de comida de verdade um horror e se a gente quiser compra um pacotinho de soja que tanto planta aqui é um horror de caro. Outra questão ruim é o desmatamento, questão de poluição ambiental. Antigamente eu sentia no bairro onde eu morava quando eu saía do trabalho 21:30 ou 22:00 da noite, chegava em um ponto perto da área de lazer, tinha uma mata lá no fundo, quando tu chegava sentia nitidamente a troca de temperatura, era como se tivesse entrando em uma caixa frigorífica (D/01).

A degradação do meio ambiente. Quando você está indo para Sinop e Sorriso o tanto de animais na BR atropelados é brincadeira, eles foram atropelados porque o ambiente natural deles não existe mais, porque o cultivo da soja e do milho avançaram sobre as terras onde eles viviam e agora não tem mais aquela região e acabam passando pela BR e morrem atropelados (D/02).

O ponto negativo do agronegócio é essa degradação do meio ambiente causada por essa grande quantidade de plantações, destruindo nascentes, destruindo o meio ambiente, matando os animais e o grande desmatamento (D/03).

O desmatamento, queimada, a contaminação do solo, a contaminação dos rios essa contaminação direta, acho que as pessoas não param para analisar que a doença ou por causa da fumaça por causa do agrotóxico é algo silencioso. Eu também observo uma mudança climática, a questão do desmatamento não só aqui no município mas região, essa mudança aconteceu por causa da questão agrícola (D/04).

Os professores correlacionaram a presença do agronegócio com as implicações ambientais locais, principalmente ao desmatamento, às queimadas, à contaminação por uso de agrotóxicos, à alteração na temperatura e regime das chuvas, à redução do bioma, ao assoreamento das nascentes, entre outras consequências danosas. No tocante aos problemas sociais, a percepção maior foi a respeito da insuficiência de empregos gerados pelo setor diante de sua potência produtiva.

Cabe expor que muitos postos de trabalhos são gerados de forma indireta ao processo agrícola, como o setor de transportes e comércio de produtos direcionados ao campo. O trabalho direto no campo, no cultivo da lavoura, principalmente da soja e milho (no caso de Vera), são temporários em sua maioria, concentrando-se principalmente no tempo do plantio e da colheita. O número de trabalhadores fixos é bem reduzido, tendo em vista que há a presença expressiva de maquinários e implementos agrícolas que reduzem os custos do agricultor com mão de obra, mas também diminuem as vagas de emprego.

É que na agricultura não precisa mais de funcionários só tem 5 funcionários ou 10 para trabalhar nessas fazendas enormes, tem uma redução imensa a partir das máquinas que ocupa dois ou três funcionários isso é a onde acaba desfavorecendo a parte do emprego, provoca muito desemprego (D/06).

Ocorre, portanto, que o setor agropecuário não absorve toda a mão de obra existente no município. Muitos jovens e também adultos que não se adaptam ao sistema tecnológico produtivo vão buscar em outras cidades uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a continuação de sua vida escolar.

É sabido que a monocultura gera riquezas e fomenta o PIB e a balança comercial brasileira, porque grande parte do que é produzido na agropecuária brasileira é exportada; porém, uma porção relativa fica no mercado interno. O

agronegócio incorpora tanto o pequeno quanto o grande produtor (por motivos e questões variadas) e, nas mais diferentes culturas agrícolas, o que está em questão é a constante expansão das áreas plantadas sobre áreas de vegetação nativa, no caso a Floresta Amazônica, e, igualmente, nos espaços de agricultura de subsistência. O manejo agressivo do meio ambiente e de toda a sociobiodiversidade ocorre em virtude das técnicas inadequadas para a geografia do local, desrespeitando as suas particularidades, as sociedades locais, entre outras implicações (BALSAN, 2006).

4.2.3.5 Os problemas socioambientais locais

Nessa fase do trabalho, questionamentos foram elaborados com o intuito de analisar como os professores percebem os problemas socioambientais e econômicos dispostos no local de estudo e como os correlacionam com o modelo de uso e ocupação que foi desenvolvido na região norte mato-grossense e em toda a região amazônica.

Esses processos, como exposto nos capítulos I e II, responderam ao chamado externo de integração nacional e desenvolvimento econômico, porém não social. As ações consideradas desenvolvimentistas desconsideraram a geografia local, as particularidades socioambientais de uma região de grandioso valor ambiental em biodiversidade, desprezando as sociedades que aqui viviam para integrar economicamente a região com o restante do país (PICOLI, 2012).

Sendo assim, o objetivo foi compreender se os docentes estabelecem relação entre esses fatores de ordem externa com os problemas socioambientais locais. Para esse fim, foi questionado: **Na sua percepção, quais são os problemas socioambientais do município de Vera? Quais são as origens?**

Em minha opinião, os principais problemas são o desmatamento, as queimadas, o uso de agrotóxico, as grandes propriedades e suas monoculturas ligados ao agronegócio. No âmbito urbano as residências da cidade fazem uso de fossas sem regulamentação nenhuma, o uso dessas fossas tem ligação direta com a falta de saneamento que a assola nosso país. Diminuição dos rios, contaminação dos rios, solo e ar, mudanças no clima. Contaminação do lençol freático pelas fossas e por agrotóxicos (D/04).

Muitos problemas, como APPs que foram destruídas ou diminuídas, o modo de distribuição fundiária com muitos latifúndios, as queimadas próximas a zona urbana. A causa é a ganância disfarçada de modo de produção (D/01).

As queimadas no período de seca fazem com que fique difícil de respirar e os postos de saúde recebem uma enorme quantidade de crianças com problemas respiratórios. O aumento das zonas de calor, o uso de agrotóxicos e secantes nas lavouras. Sobre as queimadas as causas são as mais variadas possíveis, vão desde queimadas para a limpeza de lotes baldios até a queima da serragem das madeireiras. As consequências além de um ar irrespirável a onda de calor causada. Os agrotóxicos são levados pelo vento, contamina tudo em que tem contato (D/02).

Temos alguns problemas socioambientais como não ter um local adequado para colocar o lixo, lixões a céu aberto. Outro problema que é importante salientar é o desmatamento e a destruição de nascentes que em longo prazo vai ocasionar a escassez de água. No que tange o problema do lixo são as administrações públicas que uma deixa para a outra e ninguém resolve. E sobre o desmatamento é ocasionado pela prática do agronegócio (D/03)

Os principais problemas são o desmatamento em excesso e os agricultores por não fazerem o manejo adequado. Causas e as consequências desses problemas socioambientais. A causa é o agrotóxico o problema da poluição no ar e até mesmo nas águas e acabam afetando os animais e os seres vivo num todo (D/05).

Praticamente todos os professores identificam diversas implicações socioambientais em Vera. Citaram, principalmente, o desmatamento, as queimadas, o assoreamento de rios e nascentes, a contaminação por agrotóxicos (ar, solo, recursos hídricos, seres vivos como um todo) e as alterações climáticas (aumento da temperatura, redução das chuvas). Trouxeram à tona, também, diversas implicações relacionadas à gestão pública, como os lixões, a ausência de saneamento básico em relação à rede de esgoto, e a ausência de áreas verdes como as Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Uma questão abordada pelo professor D/02 foi “O aumento das zonas de calor” no município. Em outro momento, os professores D/01 e D/04 também mencionaram a percepção a respeito da alteração da temperatura em Vera, ou seja, aumento na temperatura ambiente, fato outrora mencionado pelos migrantes. Vários desses migrantes residem em Vera desde década de 1970 e acompanharam todo o processo de desflorestamento, tendo, portanto, propriedade para fazer comparações a respeito do aumento da temperatura e da redução da precipitação no local de estudo.

Isso posto, Tarifa (1994) elucida que, na Amazônia, a cobertura vegetal tem grande influência no processo de formação das chuvas. As alterações no microclima do local decorrem da substituição das áreas de floresta por áreas de cultivo e pastagens. Enfatiza que, se a área desflorestada for pequena (entre 10 a 15 km²), influenciará apenas o microclima local; no entanto, se a área desflorestada

representar milhões de km², a alteração pode alcançar o microclima local e o clima regional.

A temperatura do solo de uma área desflorestada pode ter a temperatura elevada em até 8° C em dias quentes e, em dias chuvosos, em uma média de 3°C. A retirada da floresta reflete na baixa infiltração da água no solo, aumenta do albedo e, como consequência, poderá influenciar na redução da pluviosidade total (TARIFA, 1994).

Diante do exposto, é notável a percepção dos professores diante das diversas implicações socioambientais em Vera, pois percebem e correlacionam as implicações com o processo de ocupação desenvolvido no local.

Praticamente todos os problemas encontrados em Vera são resultados do tipo de ocupação incentivada na região para a exploração, o agronegócio se mostra um grave problema. As pessoas foram incentivadas a ocupar a área dessa forma predatória, e infelizmente isso se repete até hoje, além da falta de fiscalização, corrupção nos órgãos fiscalizadores e brechas na legislação, sem falar na ganância dessas pessoas [...] muitos problemas de saúde como doenças respiratórias, câncer, abortos, são consequências do agronegócio (D/04).

No entanto, há outros assuntos de ordem externa que repercutem no município: questões políticas de ordem estadual e nacional, como corrupção, desvio de verbas de setores como saúde e educação, ausência de políticas voltadas ao benefício da população de modo geral. São vários os fatores que contribuem ou não com o desenvolvimento social das cidades e de toda a sua população; logo, a expansão capitalista é mais uma das agravantes dessas implicações.

Dentro desse contexto, foi perguntado **se os professores acreditam que os alunos também percebem as implicações socioambientais locais.**

A esse quesito, houve uma dualidade nas respostas: alguns professores responderam que *sim*, que os alunos percebem, pois muitos sofrem as consequências dessas implicações, principalmente no tocante às implicações relacionadas à saúde, como problemas respiratórios: “considerando que uma grande maioria sofre com problemas respiratórios ou tem irmãos pequenos em casa que acabam frequentando os postos de saúde, muitos são vítimas desses problemas” (D/02).

Alguns professores relataram que, em certas situações, é conflitante tratar o assunto, tendo em vista que alguns alunos acham normal a situação, pois nasceram

e cresceram dentro desse contexto de degradação. Conforme a fala do professor: “Nesse primeiro momento não, eles vão ver os problemas em longo prazo” (D/03).

Outra situação é que muitos alunos da escola são filhos de latifundiários, então veem a situação partindo dos seus princípios. Em muitas situações, não percebem o contexto e nem as implicações ao meio ambiente, assimilando-as como necessárias para o desenvolvimento: “Via de regra não percebem, os alunos são frutos do meio, onde a destruição está em nome do progresso e a expansão do capitalismo” (D/01).

Percebem em parte, porém cada um parte da sua realidade. É difícil observar essa consciência em filhos de latifundiários, muitas vezes eles se colocam como vítimas e o que fazem é como se fosse um mal necessário. Já aqueles que sofrem com as consequências diretamente e que muitas vezes não tem dinheiro para se tratar e precisam dos órgãos públicos, são os que mais sentem e relatam o que acontece (D/04).

Desse modo, de acordo com os professores, abordar assuntos relacionados às implicações socioambientais decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola capitalista nas suas aulas de geografia gera debates importantes e até conflitantes, porém são discussões necessárias à construção do conhecimento.

Destarte, a escola é um dos únicos espaços disponíveis para discutir as ideias, expor visões diferentes, entender as ações e motivações dos indivíduos envolvidos no processo de colonização/ocupação, entre outras situações de relevância para a ciência geográfica. Como expôs Oliveira (2016, p. 18): “Talvez aí esteja um espaço para a participação dos geógrafos e da geografia: estudar o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade em que se inserem”.

Isso posto, para finalizar a discussão, foi questionado: **Na sua opinião, qual é a contribuição do ensino de geografia perante as implicações socioambientais locais e globais?**

Nos últimos anos, aumentaram as discussões em nível nacional e global a respeito das questões ambientais, ao mesmo tempo em que também aumentaram as implicações socioambientais. O conceito de *meio ambiente* sempre esteve incluído nos conteúdos de geografia, dos anos iniciais ao Ensino Médio. No entanto, no Brasil, foi por volta de 1980 que as discussões sobre essa temática receberam maior atenção das ciências gerais e da ciência geográfica, em razão da emergência das implicações socioambientais relacionadas ao grau de antropização na natureza (SOUTO, 2016).

No documento de Referência Curricular para o Mato Grosso⁵, o conceito de *meio ambiente* está compreendido como componente curricular de geografia, conforme pode-se observar na fração do documento a seguir:

-Analisar o meio ambiente do Estado de Mato Grosso, correlacionando as diferentes escalas e diversos aspectos (físicos, sociais, econômicos, culturais e ambientais).

-Reconhecer e identificar as paisagens do território mato-grossense e suas interações com diferentes escalas no espaço geográfico, propiciando a valorização do patrimônio sociocultural e ambiental, ressignificando sua identidade.

-Analisar o espaço geográfico como um processo de construção das relações entre os seres humanos, e destes com a natureza, estabelecendo conexões entre o espaço geográfico mato-grossense e outros espaços (MATO GROSSO, 2018, p. 275).

Desse modo, ao trabalhar as questões ambientais, sociais e econômicas relacionadas ao espaço de vivência dos alunos, os professores do ensino de geografia cumprem, em parte, com os objetivos propostos ao ensino.

A geografia estuda a relação entre o homem e a natureza, portanto, lida com a questão ambiental, ou seja, a geografia também desenvolve a educação ambiental e, a partir do seu estudo, objetiva-se a provocar mudanças na conduta da sociedade, com atitudes de cuidado com o ambiente e respeito às diversas formas de vida (CAVALCANTI, 2010).

O ensino de geografia mostra a relação do homem com o espaço geográfico e as alterações realizadas pelo homem na natureza, traçando um panorama histórico das ações do homem e suas consequências. Nesse panorama podemos observar o quanto a ação do homem sobre a natureza tem sobrecarregado nosso planeta e suscitar o debate sobre como podemos reverter, ou reduzir o efeito maléfico do homem ao meio ambiente, seja no âmbito local ou global (D/04).

A geografia tem como obrigação alertar os alunos para as formas de destruição do meio ambiente e da natureza nas cidades, através da comparação com centros já destruídos. Informando e construindo o conhecimento dos alunos (D/01).

Em relação às implicações socioambientais locais, de modo em geral, os professores consideram os conhecimentos geográficos e o ensino de geografia como ferramentas cruciais para tratar as questões ambientais, econômicas e sociais. Acreditam que esses conhecimentos podem sensibilizar os alunos no tocante ao

⁵ O apoio para essa discussão se baseou no caderno “Anos finais do Ensino Fundamental”, tendo em vista que o caderno referente ao Ensino Médio está em processo de finalização.

respeito e cuidado com a natureza, objetivando a mudar as atitudes e o modo de convivência com o meio natural, possibilitando a preservação ambiental para as futuras gerações.

Preocupam-se com a emergência dos problemas socioambientais, com a degradação que se amplia em decorrência do crescimento populacional altamente consumista. Consideram, da mesma forma, a possibilidade de frear os processos degradantes e a busca por soluções que revertam o efeito maléfico provocado pelo homem em todo o ciclo de vida ambiental.

Em minha opinião, o ensino socioambiental contribui e muito para a conscientização dos alunos bem como seus pais para uma educação que prioriza as futuras gerações (D/06).

Através da conscientização, de aulas mais voltadas para a prática e não somente na teoria, de exemplos onde o manejo sem tantos agrotóxicos funcionem, e colocando de forma mais dura que as queimas são crime, e devem ser denunciadas. A geografia não só estuda como busca compreender temas como à degradação e os impactos ambientais causados pelo homem e seus atos, além de proporcionar uma infinidade de medidas possíveis para conservação da natureza e de seus elementos (D/02).

Além de cumprir com os objetivos propostos para a Educação Básica, o professor de geografia, ao trabalhar com os alunos as particularidades do espaço de vivência, está lhes possibilitando uma educação para a cidadania. E, para que ocorra uma educação para a cidadania, deve-se considerar a análise do poder da transformação, levando em conta as contradições, disfunções e tensões nas instituições sociais (escola, família, etc.) nas quais o estudante está inserido (CALLAI, 2001).

Ao proporcionar o estudo das implicações e particularidades locais, como no caso do município, oportuniza-se o conhecimento dos fatos histórico-geográficos, possibilitando o entendimento dos fenômenos que ocorreram e a materialidade dos acontecimentos, permitindo ao aluno resgatar a história da sua própria vida. É primordial proporcionar aos discentes o conhecimento do seu local e de sua história, mas é preciso olhar para além dos limites do seu município, considerando que o que ocorre nele é resultado de dinâmicas exteriores (CALLAI, 2001).

Para mudar a realidade na qual está inserido, não basta apenas o aluno conhecer as particularidades, as organizações sociais e estruturais do seu espaço de vivência. É necessário conhecimento que proporcione o questionamento dos fatos, a análise das situações, ser um cidadão participativo e ativo.

A partir do conhecimento da realidade local e global e da lógica dos acontecimentos, o aluno vai perceber que as decisões tomadas em regiões longínquas, como a necessidade chinesa por produtos alimentícios em decorrência dos seus milhões de habitantes, interferem na escolha do produto a ser cultivado no Brasil, no Mato Grosso e em Vera. As demandas externas, portanto, influenciam seu cotidiano e sua qualidade de vida.

No entanto, tem que ser de conhecimento de todos que suas ações também vão refletir em uma ordem externa. Para exercer a cidadania, portanto, é preciso que o aluno (cidadão) seja ativo, crítico, participativo, cobre seus direitos e cumpra com seus deveres e isso inclui a preservação ambiental e o respeito às diversidades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido teve como objetivo principal descrever as transformações do território de Vera e sua relação com as atividades econômicas decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola capitalista após a década de 1970.

Para o desenvolvimento e melhor compreensão do estudo como um todo, buscou-se o suporte teórico no conceito norteador da ciência geográfica como o espaço como constructo social, tendo em vista que o espaço é a morada do homem. Desse modo, diante do processo de expansão capitalista, a paisagem é constantemente remodelada e reorganizada, tendo em vista que os diferentes grupos sociais vão construindo estratégias de sobrevivência em um conjunto de contradições.

O estudo desenvolveu sua contextualização com base nos seguintes conceitos: Marcha para o Oeste; modernização da agricultura; expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e Amazônia, tendo em vista que o direcionamento populacional rumo a Vera e a conseqüente formação e estruturação do núcleo urbano são resultado das modificações no modo de produção, das políticas governamentais de ocupação dos espaços vazios e da integração regional que caracterizam o modelo nacional-desenvolvimentista.

Observou-se, nesse contexto, que a política de integração nacional visava a expandir a fronteira capitalista e a direcionar a mão de obra excedente das regiões do Centro-Sul e do Nordeste brasileiros para os projetos agropecuários e agrominerais a serem desenvolvidos no norte mato-grossense, como em todo o Centro Oeste e a Amazônia. Essas ações, no entanto, resultaram em constantes conflitos com os povos originários desse espaço e intensa supressão vegetal e animal.

Em meio a esse cenário de exploração, expansão, desterritorialização e reterritorialização, teve início o projeto de colonização de Vera. Muitos migrantes, colonos do Centro Sul do país e grupos de trabalhadores buscavam oportunidades de uma vida melhor, diante da precariedade e desesperança no local de origem.

Constatou-se que, na constituição desse núcleo urbano na fronteira amazônica, a terra foi disponibilizada aos migrantes por meio da venda em valores atrativos. Contudo, esses sujeitos não foram assistidos. Foram colocados em situação de total precariedade, ou seja, saíram de uma situação precária e logo mais se viram em condições piores. Observou-se também que a aquisição de terras não ocorreu de

modo majoritário pelos migrantes, pois diversos deles rumaram para o referido núcleo urbano apenas com sua força de trabalho e em busca de oportunidades de emprego e de uma vida melhor.

Os migrantes possuíam expectativa de adquirir terras junto ao processo de colonização, de imediato ou após um tempo de trabalho, situação que se concretizou para apenas uma minoria. Em muitas situações, alguns migrantes vendiam suas áreas de terra no local de origem e adquiriam quantias bem maiores em Vera, tendo em vista que, nesse local, as terras possuíam menor valor comparativamente às do Sul-Sudeste, já mais densamente ocupado.

Ao referir-se às precariedades enfrentadas pelos migrantes, é possível listar o trajeto dificultoso desde o ponto de origem até a área de colonização no núcleo de Vera. Muitos vieram em transportes improvisados e inapropriados, com famílias sobre carrocerias de caminhões, em meio à BR-163 ainda em construção, com constantes atoleiros e sem infraestrutura. Ressaltam-se, ainda, dificuldades para dormir, bem como para fazer suas refeições e necessidades de saúde e fisiológicas. Ao chegar ao destino (Gleba Celeste-Vera), não havia habitações, água tratada, energia elétrica, locais para suas necessidades básicas e higiene pessoal. A ausência de infraestrutura era explícita, tudo estava por ser construído.

A alimentação era constituída por elementos básicos, como arroz, feijão, batatinha e carne seca. De imediato, muitas famílias sobreviviam da reserva que levaram na mudança e dividiam-na entre os familiares e amigos. A empresa colonizadora também possuía, já em 1972, um pequeno depósito, onde comercializava mercadorias para a população que ali se encontrava; porém, conviviam com a dificuldade do acesso aos alimentos em razão das estradas precárias. Em épocas de chuva intensa, o acesso ficava totalmente interrompido por via terrestre e, nesses momentos, a empresa e os moradores contaram com o apoio da Força Aérea Brasileira no transporte de gêneros alimentícios e de primeira necessidade. Para obter proteína animal além da carne seca, utilizavam a carne de caça, devido à escassez de carne de bovinos, suínos e aves, que utilizavam constantemente em seus locais de origem. A leite e ovos dificilmente tinham acesso.

Outra situação problemática foi no tocante à saúde, pois sequer existia atendimento médico hospitalar, muito menos pessoal qualificado para trabalhar na área da saúde. Outro elemento complicador foi o desconhecimento das enfermidades tropicais que acometiam a região, como malária e febre amarela. Desse modo, em

poucos dias, muitos adoeceram em razão do contato com tais doenças. O hospital foi inaugurado no núcleo urbano de Vera em 1973. Os medicamentos que eram disponibilizados (por meio do comércio) à população eram específicos para o tratamento de malária e dor de dente.

Diante das adversidades citadas, nos primeiros anos do processo de colonização de Vera, foi observado um grande índice de desistência por parte dos colonos. Muitos foram embora, trocando as terras por valores irrisórios, alguns até por passagens rodoviárias para retornar ao local de origem. Constatando tal fato, a empresa, no intuito de manter os colonos junto ao projeto, fez movimentos no sentido de atender às demandas, como escola, hospital e igreja. Mesmo assim, foi grande a desistência, porém muitos migrantes camponeses permaneceram junto ao projeto por não terem condições financeiras para custear seu retorno.

A organização do núcleo urbano teve a coordenação da empresa colonizadora Sinop; no entanto, contou com o apoio da presença da igreja católica e da escola como meios de civismo e ordenamento dentro do processo. Ressalta-se que o processo de expansão da fronteira ocorria dentro da ideologia política do regime militar, à qual estavam atrelados os processos de colonização na Amazônia.

As instituições escola e igreja atuavam no sentido de suporte à colonização pela estruturação enquanto comunidade, mas também respondiam às necessidades de suporte da fé para persistir naquele contexto inicial difícil. A escola, por sua vez, também representava um atrativo, uma vez que fornecia condições de acesso à educação básica, situação sem a qual muitos migrantes não permaneceriam junto ao projeto, dado que queriam que seus filhos tivessem acesso à educação básica, uma vez que possuíam tal condição no local de origem.

No quesito econômico, tanto a empresa colonizadora quanto os migrantes pretendiam cultivar a agricultura de subsistência; no entanto, devido às particularidades do solo, do clima local, da falta de infraestrutura e de logística para escoar sua produção, entre outras razões, a agricultura não teve o resultado esperado. O que se observa, portanto, é que, durante os primeiros anos da ocupação de Vera, os problemas sociais eram muitos devido à falta de assistência, pouca oferta de emprego e de produtos de primeira necessidade (higiene pessoal, medicamentos, diversificação de alimentos).

Contudo, um fator importante para a permanência dessas pessoas foi a ajuda comunitária entre os próprios sujeitos/famílias que se encontravam diante das

situações de precariedade. Constituíram, pois, um elo orgânico e coletivo de superação das dificuldades pela partilha de alimentos, moradias, remédios e outros mantimentos necessários.

Ao permanecer no núcleo de colonização, a população migrante foi usada de imediato para realizar a abertura das áreas de floresta e facilitar a expansão capitalista nesse espaço que, até então, era visto pelo Estado como vazio e pouco desenvolvido, tendo necessidade de implantação de atividades econômicas. A primeira delas foi a agricultura.

Ao mesmo tempo em que alguns colonos tentavam desenvolver a agricultura em Vera, um grande grupo voltou sua atenção para a extração florestal e logo surgiu a indústria madeireira.

As primeiras indústrias foram instaladas ainda no decênio de 1970, com pouca comercialização, dadas as dificuldades logísticas. No entanto, aos poucos, foram se estruturando no espaço, atraindo centenas de trabalhadores e constituindo uma dinâmica de empregabilidade e renda. Desse modo, conforme crescia o número de empresas, aumentava também a necessidade de mão de obra. Uma forma de atrelar o trabalhador à empresa foi o fornecimento de moradias nas denominadas *colônias das madeiras*. Em muitas situações, situavam-se distantes dos centros urbanos, ficando o trabalhador totalmente dependente do empregador.

Havia, à época, grande necessidade de trabalhadores, porém os rendimentos salariais garantiam-lhes apenas a sobrevivência, muito embora a economia da madeira era forte e chegou a representar 10% da economia do setor no estado de Mato Grosso. Contudo, no período, o setor madeireiro representou, ao trabalhador braçal, seu trabalho e sobrevivência; ao proprietário de empresas, a capitalização sobre o uso da força de trabalho e a apropriação das riquezas florestais, evidenciando a contradição capitalista no espaço social em configuração.

Em um contexto geral, o nível de escolaridade era baixo. Crianças e jovens, por necessidades familiares, logo se empregavam nas referidas indústrias, muitas delas utilizando trabalho infantil, situação que levava muitas à desistência da escola. Outra situação observada no referido período foi a questão da periculosidade envolvida em todas as áreas do setor madeireiro, ou seja, riscos na extração da madeira junto à floresta, no manuseio das toras, no serviço interno nas indústrias madeireiras, entre outros.

Sobre a questão ambiental, nesse período, algumas áreas foram abertas para a implantação da pecuária, processo que deu início, de maneira marcante, à substituição da floresta nativa por pastagens de agricultura de subsistência. Devido à intensificação do desflorestamento e posteriores queimadas para facilitar a abertura das áreas, teve início o processo de degradação do bioma.

Por meio dos relatos dos colaboradores deste estudo, foi possível aferir que, no período, houve desperdício do recurso florestal. Intensificou-se o desflorestamento e a poluição ambiental em razão da queimada frequente dos resíduos sólidos das madeiras (pó de serra, maravalha, sobras de madeira) nos pátios das empresas que abrigavam colônias madeiras. A fumaça proveniente dos queimadores irregulares das indústrias madeiras ou das áreas em processo de abertura para implantação da agropecuária contaminavam a região.

Houve, na época, intensa modificação na paisagem urbana, tomada por madeiras e serrarias, bem como depósitos de madeira a céu aberto. Foram construídas colônias madeiras e havia grande fluxo de veículos de transporte (caminhões toeiros e de carga, que levavam madeira a outros centros urbanos do Sul e Sudeste do país), evidenciando a transformação das riquezas naturais em mercadorias, bem como seu forte fluxo. A floresta tornava-se madeira comercializável, levada ao Sul e ao Sudeste do país ou exportada.

Do final do decênio de 1970 até início de 1990, a sustentação do núcleo urbano e posterior município de Vera deu-se com base no setor madeiro. Ao fim da década de 1990, no entanto, o setor madeiro entrou em ocaso. Devido à falta de manejo florestal sustentável e à forma predatória de extração, houve drástica diminuição da importância do setor na economia local, ocasionando desemprego e saída de parte da população da cidade rumo a outros centros ou áreas.

No decênio de 1990, a agricultura comercial já estava estabelecida nas regiões de cerrado em razão das particularidades do bioma (vegetação menos intensa e relevo pouco acidentado). O processo logo alcançou o norte de Mato Grosso, em um momento de maior conhecimento técnico, facilitando a abertura das áreas e o grau de destruição do bioma, pois, para o projeto do agronegócio que se instalava à época, a floresta em pé não tinha valor. O agronegócio, no entanto, necessitava de áreas de espaço livre para sua expansão, com fins de atender à escala de exportação.

Na agricultura comercial em Vera, no final de 1980, havia a presença do cultivo da soja, no entanto, de modo pouco significativo. A oleaginosa foi se expandindo

nesse espaço, principalmente no início de 2000, momento em que seu cultivo se apresentava mais rentável para os produtores rurais, tendo em vista que todos os incentivos governamentais foram praticamente voltados à agricultura comercial, desfavorecendo a agricultura de subsistência, ainda presente em Vera. Após 30 anos de uso e ocupação da área, o objetivo do Estado e do sistema capitalista foi cumprido, ou seja, a expansão e a consolidação do modo capitalista de produção.

Em cada fase econômica, foi possível observar modificações na estrutura urbano/rural do município e constante degradação ambiental; todavia, a maior transformação ambiental ocorreu a partir da estruturação do agronegócio, principalmente, após o decênio de 1990. Houve intensificação do desflorestamento e das queimadas, ocorrendo, assim, a substituição da fauna e da flora nativas por elementos exógenos, como cultivo de soja, milho e algodão.

Dentro do contexto do agronegócio em expansão, há crescente tecnificação, uso de agrotóxicos, insumos e fertilizantes, que podem resultar na contaminação do solo, das plantas, das pessoas, de toda a rede hídrica. O assoreamento dos rios e nascentes é possível de ser observado, como também a redução da ictiofauna, fato de grande percepção dos sujeitos desse espaço.

Quanto às implicações ambientais, os participantes da pesquisa percebem as alterações no meio ambiente principalmente no aumento das ondas de calor, nas alterações no regime das chuvas. Segundo os relatos, são consequências do modo exploratório ao qual o meio ambiente foi submetido, principalmente devido à intensificação do desflorestamento para a implantação da agricultura comercial. Alterou-se também o modo de vida dos habitantes locais, pois muitos tiveram que se reinventar para sobreviver diante de tal contexto.

Sendo assim, constata-se que as transformações e implicações socioambientais ocorridas nesse espaço de vivências são percebidas e também questionadas pelo cidadão verense, tendo em vista que associam as referidas implicações à forma pela qual o território foi construído nesse quase meio século de existência (48 anos).

No modo de produção capitalista, há uma inversão dos valores sociais, pois a terra e a força de trabalho viraram mercadoria. Sendo o trabalho um produtor de mercadorias e mais valia, ele gera alienação, coisificação, desumanização, ou seja, dentro desse sistema, o trabalhador só se valida enquanto mercadoria. Assim, tudo vira mercadoria inclusive o próprio homem.

Nesse espaço de estudo, em busca de sobrevivência, aquele campesino, pequeno sitiante, foi transformado em peão na abertura do mato e no extrativismo vegetal. Transformou-se em trabalhador braçal nas madeireiras, em trabalhador temporário na abertura das áreas de lavoura, em catador de raiz, em mão de obra temporária nas lavouras; tornou-se mais um “ex” campesino na busca de um meio para sobreviver nas periferias dos centros urbanos, juntando-se ao grande exército de reserva à disposição do modo capitalista de produção. Desse modo, tal quanto a constante transformação do espaço geográfico de Vera, foi a transformação do elemento humano, pois assumiu diversas feições e funções na constituição desse núcleo urbano em meio à floresta amazônica.

O município de Vera é como os demais municípios do agronegócio, local de lavouras extensas de monocultura de grãos com alta produção, com a presença de poucos funcionários envolvidos no processo. Quando a agricultura comercial foi intensificada em Vera, ela chegou se expandindo sob as outras formas de cultivos, monopolizando toda a área. Seu modo de produção é por meio de técnicas modernas em padrões industriais, que utilizavam maior número de máquinas em substituição à força humana. Observa-se, portanto, nesse local, uma agricultura sem agricultores.

O município, na atualidade, apresenta alta taxa de urbanização (71%). No entanto, como é pequeno e voltado ao agronegócio, no local, há poucas indústrias e poucos postos de trabalho, apresentando baixa empregabilidade para essa população excluída do campo.

O setor de serviços é incipiente e não consegue absorver a mão de obra disponível, o que gera uma população ociosa, podendo resultar no aumento de problemas sociais urbanos, como desemprego. Desse modo, os próprios sujeitos da pesquisa observam que o agronegócio é lucrativo, porém, gera riquezas a uma pequena parcela da população com baixa empregabilidade, desruralização e falta de perspectivas futuras aos filhos e a toda a massa populacional que está à margem desse processo concentrador.

Observa-se também que esse território responde a uma lógica externa de produção, comandada por multinacionais e *tradings*, nos quais os produtores têm uma falsa liberdade na escolha de sua produção, mas que, na verdade, respondem a determinações exteriores. Porção significativa da produção agropecuária do município é destinada ao mercado nacional ou ao externo, exceto a das pequenas propriedades

existentes, de cunho familiar, voltadas à produção alimentar (mandioca, batata-doce, feijão, abóbora, entre outros).

As multinacionais instaladas nesse espaço (Amaggi, Cevital e C.Vale) influenciam todo o processo produtivo e controlam o território por meio de contratos junto aos produtores, o que acaba por atrelar a produção conforme as necessidades da empresa do agronegócio e não às necessidades locais.

Nesse contexto de contradições, é visível a melhoria em alguns setores na estrutura física, no centro urbano, com o passar dos anos, tais como energia elétrica, pavimentação de ruas e da MT 225 (Vera – BR-163) e melhorias no sistema de telecomunicações. Sabe-se que esses benefícios atingem a população, porém foram dispostos para melhor fluidez do sistema capitalista e da produção.

Dentro deste contexto, pode se concluir que a fronteira amazônica assume diversos sentidos: 1) para as empresas colonizadoras, como a SINOP, o interesse foi de cunho empresarial, lucrar com a venda da terra (vista como mercadoria); 2) ao Estado, a fronteira possibilita estruturar novos centros urbanos e a perspectiva de formar áreas produtoras, ampliando a balança comercial e a absorção de produtos industrializados do Centro-Sul; 3) ao camponês e ao trabalhador expropriado das demais regiões do país, a fronteira significa a esperança de alcançar o seu pedaço de chão, trabalho e renda, que se materializou apenas em parte; e 4) aos habitantes originários desse espaço, a fronteira significa a exclusão e a desterritorialização.

Diante do exposto, a Ciência Geográfica busca entender como as relações socioespaciais foram produzidas localmente e influenciadas por políticas exógenas. Faz parte do cânone da Ciência Geográfica interpretar a produção do espaço pelas sociedades, em especial no capitalismo da atualidade, com suas contradições e desigualdades. Desse modo, a pesquisa e a devida conexão com o ensino de geografia são uma valiosa ferramenta para a compreensão do espaço com todas suas contradições e implicações socioambientais.

O espaço sistematicamente construído e habitado, ou seja, o espaço geográfico, é o objeto de estudo da geografia. Desse modo, a interpretação das contradições, como as observadas no espaço verense, são ferramentas caras à compreensão do sistema mundo e da formação das sociedades. Dentro de um contexto de ordenamento territorial, desterritorialização de sociedades, reterritorialização de grupos sociais e elementos exógenos, surgem conflituosas transfigurações dos territórios.

Na educação básica, a geografia é uma das disciplinas que direcionam suas indagações e reflexões à questão ambiental, visando a conhecer e preservar as diversas paisagens, os biomas, os elementos naturais, correlacionados às sociedades culturais e à diversidade biológica existentes nesses espaços.

No tocante ao estudo do espaço de vivência, os professores do ensino de geografia percebem a ausência de conteúdos que contextualizam as particularidades da geografia local e regional, contribuindo para a construção dos saberes. Para suprir a ausência, os professores realizam a conexão do local com o global, a partir das metodologias desenvolvidas em suas aulas diárias. O ensino de geografia desenvolvido em Vera correlaciona as implicações socioambientais locais com a forma de uso, ocupação e transformação do território ao longo do tempo nesse ambiente.

Sendo assim, para que ocorra maior compreensão das dinâmicas sociais econômicas e ambientais com possibilidades de alternâncias da realidade atual, é importante desenvolver estudos, de forma multiescalar, dos fenômenos espaciais, partindo da realidade local, regional, global. A compreensão do contexto a partir dos saberes dos alunos e do espaço de vivência agrega e amplia os valores e saberes universais possibilitando o constructo de novas realidades.

Desse modo, nota-se que o modelo exploratório capitalista adotado na constituição de Vera foi o mesmo desenvolvido de modo genérico em todo o Centro-Oeste e quiçá possa ser comparado, de certa forma, ao país. Assim, a transfiguração da paisagem e todos os problemas socioambientais encontrados e analisados nesse espaço podem servir de parâmetros para a análise e compreensão de outras realidades socioterritoriais que passaram ou passam por processo de colonização/ocupação semelhante, ou seja, inúmeros projetos de colonização ocorridos após o decênio de 1970, na Amazônia norte mato-grossense e na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. A. A. Concepções de espaço geográfico e território. **Sociedade e Território**, p. 46-64, 2010.

ALBAGLI, S. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 05-19, 2010.

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1, 2007.

ALENTEJANO, P. Modernização da Agricultura In: FRIGOTTO, G. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 380.

ALVES, S. C. S. A educação profissionalizante durante o estado ditatorial. In: **Anais do V Congresso norte-nordeste de pesquisa e inovação. Instituto Federal de Alagoas**. 2010.

ALVES, E. R. A.; PASTORE, A. C. A política agrícola do Brasil e hipótese da inovação induzida. Área de Informação da Sede-Documents (INFOTECA-E), In: ALVES, E. R. A. **Coletânea de trabalhos sobre a EMBRAPA**. Brasília: EMBRAPA, 1977.

AMBROGI, S. D. M. A Formação sócio-espacial na compreensão da questão habitacional: Jardim João Turquino – Londrina-PR. **Anais do VII SEPECH – Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. 2011.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Altas, 2009.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. Juiz de fora. **Ces revista**, 2007.

ARANTES, A.; BAMPI, A. C. Normatização, regulação e alienação do território amazônico na Produção de energia elétrica: o caso da Uhecolíder. In: SOUZA M. B. de; SILVEIRA R. L. L. (Org.) **Norma e território: contribuições multidisciplinares** (Livro Eletrônico). Florianópolis: Edunisc, 2017.

ASSUNÇÃO, K. R. G. S. As contribuições do educador Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico da educação brasileira. **Travessias**, Cascavel, v. 8, n. 1, p.199-2012, 2014.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Curitiba, 2011.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira1. **Campo-Território. Revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

BAMPI, A. C.; DIEL, J. O.; KORBES, L. M. A colonização como projeto político monocultural de ocultamento da diversidade cultural na Amazônia norte mato-grossense. Seminário humanidades em contexto: saberes e interpretações, 1. 2014, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2014. p. 1-1066.

BAMPI, A. C. **Crise socioambiental na Amazônia norte mato-grossense**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2012.

BARATA, R. B. Malária no Brasil: panorama epidemiológico na última década. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 128-136, jan/mar, 1995.

BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, n. 1, 2004.

BASTOS, J. M.; CASARIL, C. C. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB, 1990.

BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no cerrado brasileiro. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 52, 2007.

BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 22, p. 65-72, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.157-168, 14 nov. 2012. Universidade Estadual de Maringá.

BUBLITZ, J. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. XI, p. 323-340, 2006.

CABRAL, I. L. L.; SILVA, G. F. Efeitos da morfologia sobre a cobertura pedológica no município de Vera. Mato Grosso. GEOUSP. **Espaço e Tempo (Online)**, n. 29, p. 36-50, 2011.

CACETE, N. H. A formação do professor de geografia: uma questão institucional. **Boletim Goiano de geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1-2, p.23-30, jan./dez. 2004.

CALLAI, H. C. A geografia escolar e os conteúdos da geografia. **Anekumene**, n. 1, p. 128-139, 2011.

_____. A formação do professor de geografia. **Boletim Gaúcho de geografia**, Porto Alegre, v. -, n. 20, p.38-41, dez. 1995.

_____. A geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, v. 1, n. 16, p. 133-152, 2001.

CAMACHO, R. S. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário-exportador e suas implicações socioambientais. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 13, p. 169-195, 2010.

_____. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Entre-lugar**, Dourados, v. 1, n. 1, p.73-98, 1 set. 2010.

CAMARGO, L. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômica-ecológica**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAVALCANTI, L. de S. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. I Seminário Nacional: Currículo em movimento—Perspectivas Atuais. Belo Horizonte. **Anais...** p. 1-13, 2010.

CELERI, M. J.; LIMA, R. M. B. F.; OLIVEIRA, J. F. Textos e contextos do ensino da geografia no ensino fundamental na escola municipal Presidente Costa e Silva, Maranhão, Brasil. **Espacios**. v. 38, n. 30, p.6-21, mar. 2017.

COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. geografia: conceitos e paradigmas-apontamentos preliminares. **Revista de geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 1, n. 2, 2011.

FERNANDES, M. J. S. **A geografia como disciplina escolar**: breve trajetória. IN. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). EaD PMB. Aprendizado Inteligente. 2012. Bauru. SP.

FLORES, C. S.; OLIVEIRA, A. L. S. Por que a Amazônia não é o pulmão do mundo? X Congresso de Educação do Norte Pioneiro, Jacarezinho. 2010. **Anais...** UENP. Universidade Estadual do Norte do Paraná. Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras Comunicação e Artes. Jacarezinho, 2010. ISSN - 18083579. p. 602 a 610.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **BACG, a Força Aérea no coração do Brasil**. Disponível em: <http://www.forcaareablog.aer.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=99:bacg-a-forca-aerea-no-coracao-do-brasil&catid=11&Itemid=104>. Acesso em: 25 out. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2006.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Territorialização da produção de soja no Brasil:1990-2002. 17º Encontro Nacional de geografia Agrária, Gramado. XVII ENGA tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. **Anais...** Gramado-RS: UFRGS, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista internacional interdisciplinar INTERthesis**, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. Coleção Primeiros Voos. Brasiliense, 1982.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de geografia**. Presidente Prudente, jul. 2000.

HIGA, T. C. S. A reordenação do território. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. Souza (Org.). **geografia de Mato Grosso**. Território. Sociedade. Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

INSTITUTO Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE). **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=510850>> Acesso em: 01 jul. 2017.

_____. **Vera, Mato Grosso, MT**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510850>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Panorama e população de Vera/MT**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/vera/panorama>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Pesquisas e produção agrícola: lavoura temporária de Vera/MT**. 2018 a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/vera/pesquisa/14/10193?tipo=grafico&indicador=10356>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Pesquisas e produção agrícola: lavoura temporária de Vera/MT**. 2018 b. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/vera/pesquisa/14/10193?tipo=grafico&indicador=10370>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Pesquisas e pecuária de Vera/MT**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/vera/pesquisa/18/16459?tipo=grafico&indicador=16533>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Pesquisas e censo agropecuário de Vera/MT**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/vera/pesquisa/24/76693> >. Acesso em: 11 nov. 2018.

INSTITUTO Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Projeto prodes digital: Mapeamento do desmatamento da Amazônia com Imagens de Satélite**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas, 2018 [online]. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4778https://blogdopedlowski.com/2018/05/13/inpe-e-suas-boas-noticias-sobre-o-avanco-do-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: 2 set. 2018.

ISTO É. **Base de dados**. Para cada trator comprado nos últimos 11 anos, 4 trabalhadores foram dispensados. Disponível em: <<https://istoe.com.br/para-cada-trator-comprado-nos-ultimos-11-anos-4-trabalhadores-foram-dispensados-2/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

KOHLER, M. R. **A educação ambiental no contexto da Amazônia mato grossense: concepções e práticas docentes na educação básica do município de Vera, MT**. 178 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado do Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, Mato Grosso, 2017.

KOHLER, M. R.; BAMPI, A. C.; SILVA, C. A. F. A problemática socioambiental da expansão da fronteira em Vera (MT), **Papers do NAEA**, n. 367, 2017.

LACERDA, N. P. **Meio ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia mato-grossense**: Caso Sinop. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado do Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, Mato Grosso, 2008.

LANDIM NETO, F. O.; BARBOSA, M. E. S. O ensino de geografia na educação básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na geografia escolar. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 1, n. 2, p. 160-179, 2010.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. de S. de. Agronegócio In: FRIGOTTO, G. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 380.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p.13-28, out. 2012.

LOPES, J. G. A geografia Humanística como ferramenta de ensino. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, Ceará, v. 1, n. 2, p.26-38, dez. 2010.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação em educação**: abordagens qualitativas. Editora Pedagógica e Universitária, Ltda. São Paulo, SP, 1986.

MANFIO, V.; SEVERO, M. D.; WOLLMANN, C. A. Educação e geografia escolar: os dilemas, desafios e o papel do professor na construção do conhecimento. **Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, v. 11, n. 14, p.63-73, jun. 2016.

MAPAS, Rota. **Rota mapas**: distância entre cidades. Disponível em: <<https://www.rotamapas.com.br/distancia-entre-pelotas-e-vera-cruz-rs>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, F. A.; MORAES, F. D.; VIEIRA, H. R. N.; FERRARI, R.; RUHOFF, A. L.. Expansão da fronteira agrícola e reordenação territorial. **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente, 2005.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 6 vol. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994, 6 v.

MARTINS, R. E. M. A formação do professor de geografia: aprendendo a ser professor. **Geosul**, Florianópolis, v. 60, n. 30, p.249-265, dez. 2015.

MARTINS, E. B.; CUNHA, J. L.; SOSA, D. C. A educação como aporte de socialização e constituição da cidadania: compreendendo as relações de poder como subsídio teórico na configuração dos processos educativos. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, v. 17, n. 2, p. 167-175, 2010.

MATO GROSSO. SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.mtseusmunicipios.com.br/municipios/vera>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 1.651, de 11 de março de 2013**. Regulamenta a Lei 8.588, de 27 de novembro de 2006. Dispõe sobre o uso, a produção, o comércio, o armazenamento, o transporte, a aplicação, o destino final de embalagens e resíduos e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO. **Documento de referências curriculares para Mato Grosso**. Ensino Fundamental Anos Finais. 2018. Cuiabá, MT. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sW32tgc-y5O0_8QMbcB87hSrTpoA8XID/view>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MELO, A. A.; VLACH, V. R. F.; SAMPAIO, A. C. F. História da geografia escolar brasileira: continuando a discussão. VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, Uberlândia, MG. **Anais...** abr. 2006.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, M. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira da Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB, 1990. Cap. 5. p. 47-62.

MONERAT, J. C. P. Trabalho, capitalismo e espaço: entendendo a dinâmica espacial capitalista. **Revista de geografia-PPGEO-UFJF**, v. 3, n. 2, 2013.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992**. Mato Grosso: EdUFMT, 2007.

_____. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). **geografia de Mato Grosso**. Território. Sociedade. Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. Dinâmica populacional de Mato Grosso. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. Souza (Org.). **Geografia de Mato Grosso**. Território. Sociedade. Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOBRE, A. D. **O futuro climático da Amazônia**. São Paulo: Green, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Loyola, 1987.

_____. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

_____. Os povos indígenas em Mato Grosso. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso**. Território. Sociedade. Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

OLIVEIRA, A. U.; STEDILE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Fórum Nacional de Reforma Agrária: Cartilha da via Campesina, 2005.

OLIVEIRA, A. U. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. **Para onde vai o ensino de geografia**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 135-144.

OLIVEIRA, J. M. **A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop**. 144f. 1983. Dissertação (Mestrado em geografia) – Departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em geografia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 1983.

PAGLIARO, H. A revolução demográfica dos povos indígenas: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. In: Demografia dos povos indígenas no Brasil, 1970-2007. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 26(3):579-590, mar, 2010.

PALMA, D. C.; FRANCESCHINA, A. O. M. M. A educação brasileira sob um enfoque histórico, social e constitucional: uma alternativa ou um dever? **Revista Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 6, n. 11, p.51-62, jun. 2015.

PANOSSO NETTO, A. **Geopolítica, agricultores e madeireiros na frente oeste de colonização**. Campo Grande–MS: UCDB, v. 1, p. 147, 2002.

_____. **Vera: a princesinha do Nortão: uma contribuição ao estudo da ocupação da Amazônia Mato-grossense**. Campo Grande: Ed. Eletrônica, 2000.

PEDLOWSKI, M. INPE e suas “boas” notícias sobre o avanço do desmatamento na Amazônia. In: Blog do Pedlowski. 2018. Disponível em: <<https://blogdopedlowski.com/2018/05/13/inpe-e-suas-boas-noticias-sobre-o-avanco-do-desmatamento-na-amazonia/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PÉREZ GÓMEZ, Á. I. As funções sociais da escola da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. **Compreender e transformar e ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 13-26.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 22, p.347-355, ago. 2010.

PERIPOLLI, O. J. **Amaciando a terra – o Projeto Casulo: um estudo sobre a política educacional dos projetos de colonização do Norte de Mato Grosso**. 182 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação – FAGED. Universidade do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2002.

PICOLI, F. **Amazônia: o silêncio das árvores, uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras**. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

_____. **Amazônia: do mel ao sangue: os extremos da expansão capitalista**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

_____. **Amazônia: a ilusão da terra prometida**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

_____. **A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012.

PHILIPPSSEN, N. I. **A constituição do léxico norte mato-grossense na perspectiva geolinguística: abordagens sócio-semântico-lexicais**. 2013. Tese (Doutorado em

Linguística). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. 2013.

PIGNATI, W. A. **Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso**. Rio de Janeiro: s.n., 2007.

PICHININ, E. S. O contexto do avanço da fronteira agrícola na Amazônia: algumas reflexões sobre desenvolvimento regional no norte de Mato Grosso/MT. **Formação**, v. 2, n. 14, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA. PRODES. **Desmatamento nos municípios**. 2014. Disponível em: <<http://www.vera.mt.gov.br/nossa-cidade/economia/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

RABELO, J.; SEGUNDO, M. D. M.; JIMENEZ, S. Educação para todos e reprodução do capital. **Rev Eletrônica Trabalho Necessário**. Ano 7, n 9, 2009.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1993.

ROCHA, J. C. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço-território-paisagem. **Caminhos de geografia**, v. 9, n. 27, 2008.

ROCHA, G. O. R. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Ensenanzadelageografia/Desempenoprofesional/824.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ROHDEN, J. B. **A reinvenção da escola**: história, memórias e práticas educativas no período colonizatório de Sinop/MT (1973-1979). 197f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, MT, 2012.

ROSA, R. D. A função da escola-igreja no processo de colonização de Alta Floresta, Mato Grosso. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 21, p.243-260, 04 nov. 2003.

ROSENDO, J. S.; TEIXEIRA, L. A expansão da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso: impactos socioambientais da exploração madeireira. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 31, p.71-79, dez. 2004.

RUELA, A. A. **Desenvolvimento regional e usinas hidrelétricas no contexto da última fronteira hidroenergética brasileira**: uma reflexão a partir do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires. 218 f. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2016.

SANTANA JUNIOR, J. R. **Transformações territoriais no campo**: colonização e dinâmica produtiva na antiga colônia agrícola nacional de Dourados. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/geografiasocioeconomica/geografiaeconomica/102.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SANTOS, C. R. S. A dinâmica territorial brasileira e a inversão da tese da fronteira na porção sul do novo mundo. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 47, p. 121-142, 2010.

SANTOS, E. R. C. Dialética materialista e produção social do espaço. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas. **Anais...** 25 a 31 de jul. 2010. Porto Alegre, RS, 2010.

SANTOS, V. R. et al. Fatores socioambientais associados à distribuição espacial de malária no assentamento Vale do Amanhecer, Município de Juruena, estado de Mato Grosso, 2005. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, jan.-fev., 2009, v. 42, n. 1, p. 47-53.

SANTOS, L. E. F. **Raízes da história de Sinop**. Mato Grosso: Midiograf, 2011.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. São Paulo: **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, 1977.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015.

_____. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS Revista Científica**, v. 10, n. Esp, 2008.

_____. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto**, v. 20, 2005.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Papyrus, 1985.

SILVA, C. A. F. A fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. **Revista da Sociedade Brasileira de geografia**, v. 1, n. 1, 2006.

_____. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Ed. Lamparina, 3.ed. Rio de Janeiro, 2007. 416 p.

SILVA FILHO, L. A.; SILVA, J. L.; QUEIROZ, S. Avaliação empírica do emprego formal agropecuário na região Centro-Oeste no período de 2000 a 2008. **Perspectiva Econômica**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.01-22, 1 dez. 2010.

SILVA, G. B.; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 3, n. 1, 2014.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, O. V. Trajetória histórica da educação escolar brasileira: análise reflexiva sobre as políticas públicas de educação em tempo integral. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, São Paulo, v. 8, n. 16, p.1-13, jun. 2010. Semestral.

SILVA, R. K. A evolução do conceito de espaço geográfico. **XVI Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão: Aprender e empreender na educação e na ciência**, v. 3, p. 79-86, 2012.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, M. B.; SILVEIRA, R. L. L. (org.) **Norma e território: contribuições multidisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

STIGAR, R.; SCHUCK, N. **Refletindo a história da educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/comum/paginas/arquivos/artigos/refletindoahistoriadaeducacaonobrasil.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SOUTO, R. D. O papel da geografia em face da crise ambiental. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 197-212, 2016.

TARIFA, J. R. Alterações climáticas resultantes da ocupação agrícola no Brasil. **Revista do Departamento de geografia**, v. 8, p. 15-27, 1994.

TEIXEIRA, L. **A colonização no norte de Mato Grosso**: o exemplo da gleba celeste. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, SP, 2006.

TOMÉ, C. L.; ROHDEN, J. B. O discurso do progresso e a educação na história de Sinop, Mato Grosso: como é bom alargar fronteiras de nossa pátria! **História Educacional**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, maio/ago. 2017, p. 312-334.

TONUCCI FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**. UFVJM, 2013, v. 2, n. 1, p. 41-51.

VELOSO, F. **A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil**. Brasil: a nova agenda social. Rio de Janeiro: LTC, p. 215-253, 2011.

VIANA, V. A Amazônia e o interesse nacional. **Revista Política Externa**, volume, n. 19, 2011.

VIEIRA, S. R. **Uma reflexão acerca do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. 2016. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

VILARINHO NETO, C. S. Dinâmica urbana regional. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). **geografia de Mato Grosso**: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

WEIHS et al. Dinâmica da fronteira agrícola do Mato Grosso e implicações para a saúde. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.323-338, abr. 2017.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p.1287-1302, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra, do pesquisador responsável.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: Paisagem e território: discussões necessárias no contexto das transformações socioespaciais no norte mato-grossense.

Responsável pela pesquisa: Renata Maria da Silva

Endereço e telefone para contato: Rua Caiena, nº 1039, bairro Ênio Pipino, Vera, Mato Grosso, CEP 78880-000, Fone: (66)996443726

Equipe de pesquisa: Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi. Orientador no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em geografia – PPGGeo. Av. Santos Dumont, s/nº - Cidade Universitária (Casa Amarela) – Cáceres/MT – CEP 78200-000 Tel/Fax (65) 3223-0728, E-mail: ppggeo@unemat.br

Esta pesquisa é uma das exigências do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, como pré-requisito para a obtenção do título de mestre. A mesma atende à legislação vigente sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos constantes na Resolução 466/2012 e 510/2016.

A pesquisa tem como objetivo analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais em decorrência das transformações ocorridas ao longo do tempo no município de Vera/MT, inserido no bioma amazônico, na área de expansão da fronteira agrícola capitalista contemporânea. Os dados coletados estarão sob sigilo e irão contribuir com a possibilidade de abertura da construção de políticas e práticas de Geografia Crítica junto aos docentes, bem como propor subsídios à formação

continuada de docentes sobre os impactos ambientais, além de sensibilizar, a partir da própria pesquisa, os envolvidos sobre a importância de trabalhar a geografia local, percebendo-se como parte do sistema de produção, construção ou alteração da paisagem local, para que se conscientizem da importância da preservação do ambiente. Tem também como objetivo a elaboração de artigos científicos para publicação; propor iniciativas para desenvolver práticas do ensino de geografia, seja por meio de projetos, seminários ou debates, o que vem a demandar ações que envolvam a escola e a comunidade, viabilizando um olhar crítico em relação aos impactos ambientais que serão apresentados na dissertação final de mestrado da pesquisadora, bem como poderão ser divulgados em artigos e apresentação de trabalhos.

Declaro que recebi os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, mesmo não sendo identificada, parte das minhas respostas ou mesmo respostas completas das entrevistas serão transcritas de forma fiel. Também, a pesquisa irá resultar em um trabalho que ficará público para o livre acesso de qualquer pessoa. Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação.

Fui informado de que as entrevistas transcritas serão armazenadas em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o aluno e seu professor orientador. Ao final da pesquisa, todo o material será mantido em arquivo por pelo menos cinco anos, conforme Resolução CNS no 466/12 e 510/2016.

Também, considerando que o trabalho ficará público, fui esclarecido mais especificamente quanto aos riscos, ao que pode acontecer:

a) Risco de constrangimento, pois meu relato na entrevista (mesmo meu nome não sendo informado) poderá, através das características e situações relatadas, identificar-me;

b) Risco de danos a terceiros, pois poderei envolver, no meu relato, os familiares e/ou amigos que podem ser identificados (mesmo não sendo informados os seus nomes) e, conseqüentemente, prejudicados, sendo assim, sofrerei as conseqüências destas ações;

c) Risco de constrangimento durante a entrevista ou uma observação.

Como medida de proteção (medidas mitigadoras) contra os riscos, estou ciente de que a minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado, elemento ou característica que possa, de qualquer forma, identificar-me, será mantido em sigilo. Caso eu mude de ideia e decida retirar, proibir ou alterar alguma resposta de determinada questão da entrevista, poderei, a qualquer momento, entrar em contato com a pesquisadora e solicitar essa ação. Além do meu nome não ser informado, quaisquer nomes ou características que identifiquem amigos e parentes também serão mantidos em privacidade.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, por desejar sair da pesquisa, e não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são entrevista escrita ou gravada.

Em relação ao registro fotográfico, fui esclarecido de que o mesmo é opcional e que, caso autorize o registro em foto, terei minha identidade preservada.

É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que necessito saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado (a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Local e data: _____

Nome: _____

Endereço: _____

RG/ou CPF _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Responsável pela Pesquisa: _____

Local e data: _____

Nome _____

Responsável pela Pesquisa:

Renata Maria da Silva

CPF: 03979665984

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MIGRANTES E DOCENTES

Roteiro semiestruturado para entrevista aos migrantes e aos docentes:

- 1 - O que motivou os migrantes a virem para Vera?
- 2 - Como foi a chegada dos migrantes ao município?
- 3 - Você sabe quais foram as dificuldades encontradas quando chegaram ao município? Quais você citaria como principais?
- 4 - Ao vir para a região, havia o objetivo de se estabelecer definitivamente?
- 5 - Quais as mudanças ocorridas no município que você destaca?
- 6 - E como você percebeu a chegada do agronegócio (soja, milho, arroz, entre outros)? Quais são os pontos positivo e os negativos?
- 7 - No tocante à questão ambiental, o que você observa?
- 8 - E a respeito da questão social, o que você avalia? (emprego, renda...)
- 9 - Por quais elementos se faz notar a transformação da paisagem?

Roteiro semiestruturado para entrevista com os docentes:

- 1 - Como você explica o processo de avanço da fronteira agrícola que envolveu o município de Vera?
- 2 - Como você caracteriza o processo de colonização?
- 3 - De que maneira você analisa o desenvolvimento e o caso da indústria madeireira em nosso município?
- 4 - Como você descreve o processo de implantação do agronegócio em Vera?
- 5 - Quais as implicações sociais e ambientais desse processo?
- 6 - De que forma você estuda e debate com os alunos as questões de fronteira agrícola, colonização, agronegócio, desmatamento, entre outros?
- 7 - Que articulação faz entre as questões locais e globais?
- 8 - Quais métodos e práticas de ensino você desenvolve durante suas aulas?
- 8 - Você percebe problemas socioambientais no município de Vera? Se sim, quais?

9 - Em sua opinião, quais são as causas e as consequências desses problemas socioambientais locais?

10 - Os educandos percebem os problemas socioambientais existentes no município? Explique:

11 - Como você trabalha essas questões em suas aulas?

12 - Em sua opinião, como o ensino de geografia (ou de ciências humanas) pode contribuir para a educação ambiental mais significativamente e qual a contribuição do referido ensino diante dos problemas socioambientais locais e globais?